UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FELIPE VICTOR LIMA

***O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento
intelectual contra o Estado Novo (1945)***

São Paulo
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

***O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento
intelectual contra o Estado Novo (1945)***

Felipe Victor Lima

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social, do Departamento de História da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de
Mestre em História.

Área de Concentração: História Social
Orientador: Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti

São Paulo
2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

Felipe Victor Lima

O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo
(1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social, do Departamento de História da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de
Mestre em História.

Área de Concentração: História Social

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Agradecimento

Os agradecimentos relatados aqui, mais do que apenas atos de gratidão, são provas do meu reconhecimento com relação ao valor que algumas pessoas tiveram para o planejamento, o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho.

Primeiramente, aos meus pais, Jonas Lima e Sueli Aparecida Pinto Lima, não apenas por terem me proporcionado o suporte financeiro, material e emocional durante os custosos anos da graduação e da pós-graduação, mas por serem meus referenciais, como modelos de caráter, luta, superação e sucesso.

A meu irmão, Diogo Henrique Lima, pela sua amizade e interesse constante pelo meu sucesso.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti, pela sua receptividade quando cheguei a Universidade de São Paulo, pelo entusiasmo demonstrado com todas as possibilidades do projeto apresentado, além de todas as sugestões feitas no decorrer do trabalho, proporcionando-me uma orientação segura e atenciosa. Pelo que há de positivo neste trabalho, reservo-lhe uma parcela significativa dos créditos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de uma bolsa de mestrado, permitindo-me o pleno desenvolvimento deste trabalho, com a aquisição de um farto material bibliográfico, bem como a possibilidade de pesquisa em arquivos localizados fora de São Paulo.

Aos funcionários e funcionárias dos arquivos visitados – Arquivo Sérgio Buarque de Holanda (UNICAMP), Arquivo do Estado, Arquivo Astrojildo Pereira (CEDEM-UNESP), Instituto de Estudos Brasileiros (USP), Biblioteca Nacional e Fundação Getúlio Vargas – que, sempre solícitos, me permitiram amplo acesso aos acervos, dos quais pude extrair grande parte das informações que serviram de base para o estudo do Congresso dos Escritores, de 1945.

Devo agradecimentos também a Prof.^a Dr.^a Tânia Regina de Luca, pela oportunidade que me ofereceu durante o período de graduação na UNESP de Assis, tendo me convidado para participar de seu projeto de pesquisa a respeito da terceira fase da *Revista do Brasil* (1938-1943), razão pela qual, inclusive, tomei parte com a temática dos intelectuais brasileiros.

Ao Prof. Dr. Francisco Cabral Alambert Junior e à Prof.^a Dr.^a Maria Helena Rolim Capelato, pela pronta participação em minha banca de orientação, razão da qual me orgulho,

dada a relevância destes historiadores no quadro atual da historiografia brasileira. Pelos seus elogios, críticas e sugestões, sou imensamente grato.

Cumpre salientar, ainda, a importância de alguns amigos que, se não tomaram parte direta no desenvolvimento deste trabalho, estiveram sempre ao meu lado: Carlos Fernando Brito, Fernando Pessoa de Albuquerque, Jordane Barreto Garcia, José Mauro Caap, Renan Saab Rodrigues Manaia e Samir Mustaphá Gazhiri.

Por fim, devo agradecer a Luma Cristina Pinheiro, por sua compreensão em todos os momentos em que necessitei estar a sós com os livros, documentos e pensamentos, e por sua força e carinho, nos momentos de vacilação.

RESUMO

LIMA, F. V. **O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

O presente trabalho tem por intuito a análise do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores*, realizado em São Paulo, entre os dias 22 e 27 de janeiro de 1945, por iniciativa da Associação Brasileira de Escritores (A.B.D.E.). Consagrado pela historiografia como um movimento da intelectualidade brasileira em favor da democracia, em franca oposição ao Estado Novo de Getúlio Vargas, este evento será estudado sob uma perspectiva mais ampla, que abarque não apenas as questões de cunho político, mas também aquelas de ordem econômica e profissional. Por esse viés, a leitura dos artigos publicados em jornais paulistanos e dirigidos aos congressistas, assim como das teses apresentadas e aprovadas durante as sessões plenárias, sugere uma expectativa em torno dois aspectos fundamentais: o estabelecimento de um regime democrático de governo, trazendo consigo o fim da censura; e a regulamentação dos direitos autorais, o que permitiria aos escritores uma melhor remuneração pela venda de suas obras e, por conseguinte, profissionalizarem-se enquanto homens de letras. A partir destes elementos, analisados à luz das idéias do pensador e sociólogo francês Pierre Bourdieu – notadamente as suas teses acerca do conceito de *autonomia* – este trabalho partirá do pressuposto de que o congresso dos escritores significou, para além da sua representatividade política – o primeiro grande movimento da intelectualidade brasileira em prol da *autonomização* do seu *campo*.

Palavras-chave: Intelectuais Brasileiros, Escritores Brasileiros, Associação Brasileira de Escritores, Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, Estado Novo.

ABSTRACT

LIMA, F. V. **The First Brazilian Congress of Writers: intellectual movement against the Estado Novo (1945)**. 2010. Dissertation (Master's degree) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

This study is aimed to review the First Brazilian Congress of Writers, held in Sao Paulo, between 22 and 27 January 1945 at the initiative of the Brazilian Association of Writers (ABDE). Enshrined in the historiography as a movement of the intellectual community to promote democracy in opened opposition to the Estado Novo of Getúlio Vargas, this event will be studied from a broader perspective, encompassing not only issues of political nature, but also those of economic and professional. For this aspect, the reading of articles published in São Paulo and headed to Congress and the submissions made and approved during the plenary sessions, suggests an expectation around two fundamental aspects: the establishment of a democratic system of government, bringing the end censorship, and regulation of copyright, which would allow the writers a better return by selling their works and, therefore, doing professional as men of letters. From these elements, considered in the light of the ideas of french philosopher and sociologist Pierre Bourdieu - notably his thesis about the concept of autonomy - this work will proceed on the assumption that Congress of writers means, in addition to his political representation, the first large movement of brazilian intellectuals in favor of the autonomy of their field.

Keywords: Brazilian intellectuals, Brazilian writers, Associação Brasileira de Escritores, First Brazilian Congress of Writers, Estado Novo.

À

Felícia de Jesus Lima,
Maria do Carmo Pinto (*in memoriam*) e
Rodolpho Pinto (*in memoriam*).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O PAPEL DO INTELLECTUAL E AS QUESTÕES MATERIAIS DOS HOMENS DE LETRAS: DILEMAS DA INTELLIGENTSIA BRASILEIRA NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 40	14
3. AS EXPECTATIVAS EM TORNO DA ASSEMBLÉIA DA A.B.D.E.: OS ARTIGOS E ENTREVISTAS PUBLICADOS NA IMPRENSA PAULISTANA	47
3.1. Folha da Manhã	48
3.2. Folha da Noite	55
3.3. Correio Paulistano	65
3.4. Diário de São Paulo	68
3.5. O Estado de São Paulo	80
4. O CONGRESSO DOS ESCRITORES DE 1945: DO SURGIMENTO DA A.B.D.E. À REALIZAÇÃO DE SEU PRIMEIRO CONCLAVE.....	83
4.1. A organização do Congresso	88
4.2. O Congresso	98
4.2.1. Os objetivos do congresso em seus discursos iniciais.....	98
4.2.2. A Comissão de Cultura.....	108
4.2.3. A Comissão de Direitos Autorais	133
4.2.4. A Comissão de Rádio, Teatro, Cinema e Imprensa.....	158
4.2.5. A Comissão de Assuntos Políticos	172
4.2.6. Os discursos de encerramento	210
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
6. FONTES E BIBLIOGRAFIA	223

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado ao longo das próximas páginas tem por intuito a análise, ainda que preliminar, de um dos acontecimentos marcantes do atribulado ano de 1945 no Brasil, a saber, o *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores*. Realizado em São Paulo, por iniciativa da Associação Brasileira de Escritores, esse conclave reuniu uma parcela significativa de intelectuais brasileiros – dedicados ao romance, ao poema, à crítica e à análise social – no sentido de formar uma frente ampla contra o regime estado-novista e a favor de uma legislação mais eficaz dos direitos autorais.

Para tanto, foi desenvolvida uma metodologia interpretativa, pautada nas informações fornecidas pelas próprias fontes pesquisadas e na bibliografia utilizada, segundo as quais os aspectos conjunturais dos anos 1930 e 1940 estariam concorrendo para o processo de *autonomização do campo intelectual brasileiro*. Neste sentido, as bases teóricas utilizadas como subsídio de análise foram aquelas lançadas pelo pensador e sociólogo francês Pierre Bourdieu, notadamente as suas idéias acerca de *autonomia*.

Dentro deste contexto, cumpre salientar alguns aspectos do período estudado e que se colocam como fundamentais para que se compreenda o objeto em questão, qual seja, o primeiro grande certame dos homens de letras brasileiros. O primeiro deles decorre da própria situação política do país, controlado por um regime ditatorial, centralizador, personificado na figura do Presidente Getúlio Vargas. O Estado Novo, inaugurado em 10 de novembro de 1937, tornar-se-ia um empecilho a prática cultural, na medida em que os órgãos de censura, controlados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, procuravam coibir todo tipo de produção que se colocasse numa perspectiva contrária à ideologia pregada pelo governo.

Com relação àqueles que colocavam a serviço do Estado, estes deveriam seguir a política cultural oficial, baseada na idéia de “educar as massas” nos valores do regime, de modo a não haver qualquer tipo de contestação popular à ordem vigente. Dessa forma, os meios de comunicação e determinados circuitos artísticos (haja vista que nem todos compartilhavam das idéias do governo) eram utilizados em favor de uma ação propagandística, no sentido de formar uma mentalidade entre as pessoas, de modo que estas aceitassem e até mesmo apoiassem passivamente as iniciativas do Estado Novo.

Cinema, Rádio, Teatro e Imprensa eram mobilizados no sentido de dar publicidade às grandes realizações do governo e promover a figura do presidente. A intelectualidade, além de sua função “político-pedagógica”, era vista como responsável pela aproximação do Estado com o povo, na medida em que ela detinha os meios pelos quais seria possível ler a sociedade

brasileira, compreender os seus problemas e apresentá-los ao governo, que se encarregaria de solucioná-los, conforme os seus interesses.

Portanto, as ações intelectuais que estivessem em desacordo com as determinações do governo ditatorial de Getúlio Vargas estariam sujeitas às ações da censura da polícia política, lembrando que muitos membros da *intelligentsia* brasileira, entre comunistas e liberais, acabaram presos por conta de suas ações em oposição ao regime. Dessa forma, deve-se deixar claro que a atividade intelectual encontrava-se, notadamente entre os anos de 1937 e 1945, restringida pelas ações repressivas do Estado. Não havia liberdade para o ato de criação, tampouco para o ofício da crítica.

Somava-se a isso uma situação de verdadeira penúria para aqueles que se dedicavam exclusivamente à arte das letras, uma vez que a atividade literária não possibilitava ao escritor angariar grandes somas financeiras, devendo este se voltar para outros tipos de trabalho, fosse no seu campo de formação, quando tivesse uma (Direito, Medicina e Engenharia, fundamentalmente), no jornalismo, na docência, ou mesmo no serviço público, o que obstruiria ainda mais a sua veia crítica e criativa, na medida em que deveria conter seus pensamentos, sob pena de perder sua fonte de renda e sobrevivência.

No entanto, esta situação de dupla opressão em que se encontrava o intelectual – política por conta da censura oficial, e econômica, em decorrência das limitações financeiras advindas do ofício de *escrever* – passou a ser questionada mais veementemente a partir do fim dos anos 30 e início dos anos 40. A eclosão da guerra contra o nazi-fascismo na Europa, colocando em campos opostos as nações democráticas (ao lado das quais se encontrava o Brasil, ainda que regido por uma ditadura) e os regimes totalitários, bem como o crescimento acentuado dos índices do mercado editorial brasileiro, fez com que os intelectuais começassem a se mobilizar.

As entidades de escritores, surgidas entre 1941 e 1942, se encarregaram de dar unidade aos reclames daquela parcela da intelectualidade, comprometida com a luta por melhorias na condição profissional do homem de letras, bem como pelo estabelecimento de uma política democrática no país – o que lhe permitiria exercer a liberdade de expressão e de criação. Dessa forma, tanto a Sociedade Brasileira de Escritores (S.B.E.), como a Associação Brasileira de Escritores (A.B.D.E.), nasceram a partir de demandas específicas de um período, a saber, a expansão do mercado editorial e o combate ao governo ditatorial de Vargas.

O *Primeiro Congresso de Escritores*, portanto, longe de privilegiar os dilemas do escritor por um aspecto meramente político, ou dedicar-se exclusivamente à causa dos direitos autorais, agregará ambos os níveis de interesse, trabalhando em favor de uma vida intelectual

mais digna, onde aquele que se dedicava ao pensamento poderia exercer sua atividade livre de todo e qualquer tipo de restrição. Garantido o seu direito de dizer o que pensa e sendo reconhecido e recompensado pelo fruto de sua criatividade, o escritor, assim como o restante da intelectualidade, poderia exercer plenamente o seu *papel social*, qual seja, o de guiar as massas a partir de valores como *liberdade* e *democracia*. Por este viés é que se poderá pensar o conclave dos escritores como um esforço pela formação de um *campo intelectual autônomo* no Brasil.

A partir daí, é importante que se tenha em mente a própria estrutura proposta para este trabalho, construída com o intuito de que se compreendam, primeiramente, quais eram os dilemas da intelectualidade brasileira no fim da década de 30 e início da década de 40 – tanto no aspecto moral, político e econômico – como forma de dar materialidade e pertinência às propostas levadas ao congresso dos escritores e as discussões geradas em torno das mesmas.

Neste sentido, o primeiro capítulo procurará demonstrar o nível dos debates em torno do *ser intelectual* no Brasil do Estado Novo. A partir das observações de Mário de Andrade quanto aos deveres sociais da intelectualidade, bem como de outros escritores, como Álvaro Lins e Guilherme Figueiredo, tentar-se-á reconstruir a linha de debates pela qual se buscava elucidar quais as questões que emperravam o pleno desenvolvimento da atividade dos homens de pensamento, em vista dos acontecimentos da época, a saber, a vitória anunciada das forças democráticas na Europa e o crescimento do mercado editorial.

Uma vez que se conheça o nível das discussões e os temas que mais preocupavam os intelectuais da época (a distância entre o escritor e o povo, os baixos pagamentos pelas obras produzidas, a “exploração” aos autores promovida pelos editores, bem como a ação da censura), será possível analisar o teor dos artigos escritos na imprensa paulista, acerca das expectativas em torno do congresso dos escritores. Assim, no segundo capítulo, serão expostos textos e entrevistas publicados durante o mês de janeiro de 1945 em jornais como a *Folha da Manhã*, a *Folha da Noite*, o *Correio Paulistano*, o *Diário de São Paulo* e o *Estado de São Paulo*, com vistas a demonstrar, segundo os dilemas tratados anteriormente, quais eram as solicitações dos escritores e intelectuais aos delegados ao evento da A.B.D.E.

O terceiro capítulo, portanto, tratará do congresso propriamente dito, demonstrando em que condições nasceram as entidades representantes dos escritores, em especial a Associação Brasileira de Escritores, assim como parte do processo de organização do certame, com as eleições das delegações de São Paulo e Rio de Janeiro. A seguir, serão citados os principais discursos da sessão de inauguração do conclave, posto que anunciavam

quais eram as diretrizes principais daquela reunião; a formação das comissões responsáveis pela leitura das teses levadas ao congresso.

Um aspecto relevante a ser destacado neste momento será a própria diversidade ideológica presente no interior das delegações e principalmente das comissões, o que explicará, em tese, algumas das discussões mais acaloradas no evento, bem como as opções em favor ou contra determinadas teses. Vale lembrar que, conforme caracterização de Jorge Amado, quatro grupos distintos marcaram presença no evento, a saber, os liberais, os católicos, os socialistas, além dos comunistas, grupo do qual fazia parte o referido escritor baiano.

Por fim, serão expostos os trabalhos destas comissões, segundo o grau de importância das mesmas dentro do certame, avaliada a partir do número de textos enviados a cada uma delas. Dessa forma, optou-se pela apresentação dos resultados, em primeiro lugar, da Comissão de Cultura, seguindo-se a de Direitos Autorais e a de Rádio, Teatro, Cinema e Imprensa. Segundo razões que se aderem a perspectiva deste estudo, a Comissão de Assuntos Políticos será deixada para o final do capítulo, posto que era ela quem tinha por missão formular a carta de princípios do congresso, e que possibilitou o encerramento triunfal do conclave, uma vez que a leitura de suas conclusões constituíram a primeira grande manifestação pública de repúdio ao governo estado-novista.

Dito isto, é imperativo que se reafirme ao leitor a proposta central deste trabalho, qual seja, a de compreender o que foi o congresso dos escritores, a partir dos próprios dilemas da intelectualidade brasileira no período do Estado Novo. Neste sentido, a situação política do país, o contexto internacional (a Segunda Guerra Mundial) e as mudanças na dinâmica do mercado editorial brasileiro serão elementos de primeira ordem para o entendimento das demandas dos intelectuais do país, convertidos em expectativas de melhora, tornadas públicas em um conclave que se proporá, mais do que um evento em favor dos direitos profissionais dos escritores, um verdadeiro libelo contra o governo ditatorial. As conclusões, contudo, confluirão para um elemento comum, a saber, a idéia de que houve, neste momento em questão, um movimento de *autonomização do campo intelectual*, para o qual a democratização política e a melhoria das condições profissionais dos homens de letras concorreram no mesmo grau de importância.

2. O PAPEL DO INTELLECTUAL E AS QUESTÕES MATERIAIS DOS HOMENS DE LETRAS: DILEMAS DA INTELLIGENTSIA BRASILEIRA NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 40

A historiografia dedicada ao tema dos intelectuais brasileiros tem produzido, até o presente momento, uma série de trabalhos acerca da vida, da obra e da atuação social dos assim chamados *homens de pensamento* do país¹. Neste sentido, alguns autores se notabilizaram por sua produção e por seus enfoques, particularmente no que tange aos aspectos sociológicos do *campo intelectual*, passando pelo seu processo de formação e desenvolvimento, tocando questões de ordem política, econômica, social e ideológica, as quais, de certa maneira, poderão ser encaradas como as definidoras das relações que se estabeleceram no interior do grupo². Portanto, o estudo de um congresso de escritores assume um caráter muito mais amplo do que pode supor um analista mais desatento, em particular por todas as nuances que um “simples” encontro de homens de letras pode apresentar.

Em janeiro de 1945, o debate acerca do papel social a ser cumprido pela intelectualidade já alcançava uma amplitude considerável dentro e fora do Brasil. Os aspectos conjunturais, notadamente a ocorrência de uma nova guerra de alcance mundial, rondavam as mentes dos mais destacados homens de cultura brasileiros e europeus. Na Europa ocupada pelo nazismo, não eram poucos os intelectuais que se posicionavam a favor de um movimento efetivo da *intelligentsia* contra o obscurantismo e a violência totalitária. Palavras como *liberdade* e *democracia* eram entoadas por esses pensadores, como símbolos de uma luta que,

¹ Acerca dos trabalhos que se ocuparam, direta ou indiretamente, da atuação dos intelectuais brasileiros, podem-se citar as obras de Ângela de Castro Gomes (*História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999), Mônica Pimenta Velloso (“Os Intelectuais e a política do Estado Novo”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo. vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 145-179), Paulo Teixeira Iumatti (*Diários Políticos de Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense, 1998), Tânia Regina de Luca (*Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999), Maria Helena Rolim Capelato (*Os Arazos do Liberalismo: a imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989), Daniel Pécault (*Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990), Simon Schwartzman (*Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984 – escrito em conjunto com Helena Maria Bousquet e Vanda Maria Ribeiro Costa), Nicolau Sevcenko (*Literatura como Missão*. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003), Antonio Celso Ferreira (*A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP, 2002), Lucia Lippi Oliveira (“Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *op. cit.*, pp. 323-349), entre outros.

² Cabe lembrar a importância dos estudos sociológicos acerca dos mecanismos de funcionamento do campo intelectual, notadamente no período compreendido entre os anos 20 e 40, entre as quais podem ser citadas as obras de Sérgio Miceli, que realiza a análise da relação entre os intelectuais e a classe dirigente do Brasil; Heloisa Pontes, responsável pelo estudo do grupo formado em torno da revista *Clima*; Fernando Limongi, que se voltou para a sociologia dos intelectuais responsáveis pela formação da Universidade de São Paulo; além de Maria Arminda do Nascimento Arruda, que analisou a cultura paulistana ao longo do século XX, assim como os cientistas e as ciências sociais em Minas Gerais

em muitos casos, extravasava o ambiente do escritório e da máquina de escrever, alcançando os campos de batalha, onde muitos destes homens se lançaram contra as tropas do Eixo. Acerca da resistência empreendida pela intelectualidade européia contra o terror nazi-fascista, o historiador norte-americano James D. Wilkinson afirma que:

Los hombres e mujeres que se unieron al movimiento clandestino contra el fascismo durante la segunda Guerra Mundial lucharon por mantener el respeto propio ante una autoridad humillante, y reafirmar los derechos de la conciencia contra el terror y la coacción. En particular para los intelectuales de Europa, la experiencia de la Resistencia dio a la política una dimensión moral que condujo a muchos a sacrificar su propia seguridad y su propio interés en desigual combate. Sus ideales inspiraron un esfuerzo común y forjaron un “equipo unido, fraternal, cálido, en que no se conocían las rivalidades, la mezquindad ni la intriga”.³

Tratava-se, em última instância, de uma luta que envolvia os interesses de grande parte dos intelectuais europeus e, conforme fica demonstrado por Wilkinson ao longo de seu livro, não eram poucas as influências que determinaram a ida destes homens e mulheres para o embate contra as forças de opressão. Segundo o autor, as obras de Julien Benda, Karl Mannheim e Antonio Gramsci, ainda que muito diversas e mesmo discordantes em vários aspectos, serviram de base para a formulação de uma nova imagem da assim chamada *intelligentsia*. Para ele, as idéias destes três autores acabaram por assinalar uma função de “guias espirituais” aos membros deste distinto grupo da sociedade.

Los tres, preocupados por la pérdida de propósito y coherencia y por la falta de ideales y guía en la Europa contemporánea, captaron la necesidad de una élite cuya visión trascendiera el presente. Este sentimiento fue compartido por escritores y pensadores más jóvenes, alarmados por las señales de crisis que les rodeaban, y resueltos a actuar antes de que se desvaneciera toda esperanza de renovación.⁴

De acordo com Wilkinson, o âmbito da ação havia se convertido em uma espécie de laboratório, no qual os intelectuais europeus poderiam efetuar sua busca por ideais. Segundo ele, o testemunho da experiência direta constituía uma forma privilegiada de conhecimento para aqueles homens e mulheres que, por conta de certa desconfiança em relação aos conceitos “abstratos”, buscavam “uma fonte mais rigorosa e fidedigna de visão que a especulação passiva, divorciada da luta e da vida”. Neste sentido, o termo empregado na

³ WILKINSON, James D. *La Resistencia Intelectual en Europa*. Trad. Juan José Utrilla. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1989, p.13.

⁴ WILKINSON, James D. *Idem*, p. 18.

maioria das vezes pelos membros dessa intelectualidade era “concreto”, segundo o qual, nas palavras do historiador norte americano, “representava uma verdade tangível, descoberta na oficina, na rua, em uma jornada solitária, longe dos elegantes salões da burguesia”.

As novas experiências, portanto, estariam na base das transformações ocorridas no seio da *intelligentsia* européia dos anos trinta, não mais preocupada com elucubrações de ordem filosófica sem valor prático, mas fundamentalmente com os problemas que se apresentavam ao seu redor. Estas mudanças seriam frutos dos questionamentos feitos ao liberalismo praticado pela burguesia que, em certa medida, estaria na raiz de acontecimentos como a primeira Grande Guerra e a crise econômica de 1929. Para Wilkinson, as novas preocupações, decorrentes destes acontecimentos, teriam provocado uma mudança no próprio “gosto literário”, cada vez mais interessado em assuntos referentes ao que ele chama de “concreto”.

A diferencia de Proust y de sus contemporáneos, que habían explorado el panorama interno de la memoria y del alma, los jóvenes intelectuales anhelaban escapar de este callado solipsismo y enfrentarse al mundo que los rodeaba. “Después de 1930”, como después observaría un crítico, “la literatura vuelve a enfrentarse a los tiempos”.⁵

Encarar a realidade que se apresentava, portanto, surgia como uma necessidade própria do momento histórico testemunhado por esses homens de pensamento. A exemplo do que se passava em solo europeu, onde parte da intelectualidade tendia a um debate cada vez mais intenso acerca de questões “concretas”, uma fração considerável dos principais nomes da *intelligentsia* brasileira procurava redirecionar ou reiterar suas atenções para questões de ordem prática, mais significativas socialmente⁶ e que, dessa forma, pudessem colocar em maior evidência essa *classe de esclarecidos*.

Para tanto, é importante que se tenha em vista a emergência de regimes totalitários na Itália e na Alemanha, o que contribuiu grandemente para a intensificação do debate acerca dos limites impostos ao exercício do pensamento e da assim chamada liberdade de opinião. As perseguições impostas aos artistas e intelectuais de oposição nestes países promoveram não apenas fugas em massa, mas também a formação de grupos de resistência, os quais, por sua

⁵ WILKINSON, James D. *Idem*, p. 23.

⁶ Ver CANDIDO, Antonio. “A revolução de 30 e a cultura” e “Literatura e Subdesenvolvimento”. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2006; PONTES, Heloisa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. vol. 1. São Paulo: IDESP, 1989, pp. 359-409.

vez, inspiraram a ação da intelectualidade de outras nações, particularmente aquelas dirigidas por governos ditatoriais, tal qual o Brasil, a partir de novembro de 1937.

As discussões em torno dos perigos que poderiam advir do expansionismo nazi-fascista, contudo, ganharam contornos mais definidos a partir da eclosão da guerra em setembro de 1939. A visão de uma Europa tomada pelo terror das tropas alemãs intensificou os movimentos em prol da democracia, o que levou muitos escritores, acadêmicos e artistas plásticos a pegarem em armas e lançarem-se nos campos de batalha. Outros, no entanto, restringiram-se a um trabalho de retaguarda, publicando periódicos clandestinos e lançando mão de manifestos contra a opressão imposta pelos regimes de exceção.

É emblemática, neste sentido, a ação da *Résistance Française*, que contou com nomes importantes das letras francesas do século XX, como Jean-Paul Sartre, Albert Camus e Simone de Beauvoir⁷, bem como da historiografia européia, a exemplo de Marc Bloch, preso e fuzilado em 1944 por tropas alemãs⁸. Este exemplo, aliás, não escaparia a Sérgio Buarque de Holanda, em discurso de recepção ao pensador francês Jean Guehenno, meses após a realização do congresso dos escritores brasileiros. Entre a grandiloquência de um texto de boas-vindas e as considerações acerca da obra do recepcionado, o então presidente da A.B.D.E. procurou estabelecer uma analogia entre a luta da intelectualidade francesa frente a dominação nazista, em favor da libertação de seu país, e o engajamento dos intelectuais do Brasil contra a opressão praticada pelo regime estado-novista e, portanto, em prol da democracia.

No breve volume que publicou clandestinamente durante os anos da opressão, Jean Guehenno fala-nos, com generosa revolta, daqueles “ladrões de almas”, que pretenderam forjar uma França a sua triste imagem – à imagem dos seus rancores, dos seus ressentimentos, das suas pequeninas e torpes vinganças – para implantá-la no coração de um povo intimamente livre. Nós que também pudemos conhecer alguns desses pobres organizadores do silêncio, empenhados em fazer crer, sob palavras, na grandiosidade das suas façanhas, não podemos deixar de escutar com respeito a voz de quem nunca

⁷ Em seu extenso volume acerca da intelectualidade francesa do século XX, Michel Winock faz uma descrição apurada da ação de alguns dos principais e mais influentes membros da *Resistência Francesa*. Segundo ele, esse período insere-se num quadro maior da história intelectual do país, dividido entre os fim dos “anos Gide” e o início dos “anos Sartre”. O historiador francês mostrará que, a exemplo que viria a acontecer em janeiro de 1945 no Brasil, os escritores franceses também se reuniram em um congresso contra o fascismo, porém dez anos antes. Em 1935, a reunião dos homens de letras da França teve um caráter ideológico mais acentuado, dado o fato de que a iniciativa e a direção estiveram sob o encargo dos comunistas, em sintonia com as determinações vindas de Moscou. Ver: WINOCK, Michel. *O Século dos Intelectuais*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

⁸ De acordo com Jacques Le Goff, após ter adentrado na rede *Franc-Tireur de la Résistance* em Lyon, em 1943, Marc Bloch acabaria capturado, torturado e, finalmente, fuzilado em 16 de junho de 1944, pelas tropas do oficial alemão Klaus Barbie. Ver: LE GOFF, Jacques. “Prefácio”. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 15.

deixou de dizer aos poderosos, mesmo enquanto poderosos, a verdade justa, que eles não gostariam de ouvir.

Essa voz tem o acento fremente das mensagens proféticas, porque mergulhe suas raízes naquela misteriosa região da alma onde o humano participa do divino. É a mesma voz, mais apurada agora pela luta e pelo sacrifício, que já nos tínhamos acostumado a escutar, cheia de corajosa lucidez nas páginas de Caliban Parle, compreensiva no magnífico retrato de Michelet, e ternamente evocativa nas memórias de um homem de quarenta anos.

Ela não tem, em verdade, fronteiras nacionais, não quer mesmo ser nacional nesse sentido vulgar em que a palavra nação é simples aumentativo de seita ou de paróquia. Pois não pode ser apenas paroquial ou sectária uma voz que é acima de tudo humana. E se acontece que também é uma voz francesa, estejamos convictos de que não pertence a essa França estritamente nacionalista e recolhida sobre si mesma, que tentaram fabricar os heróis da derrocada, mas à outra, a grande, a verdadeira França, que é a segunda pátria dos homens do mundo inteiro.

Nunca me seria possível exprimir melhor o sentido dos esforços de Guehenno do que reproduzindo suas mesmas palavras, dedicadas a glória dos soldados da resistência: “Eles levaram consigo a mais alta idéia da França. Como reconciliá-los, porém, com tudo quanto deixaram atrás de si, com a miséria e até com a vergonha, com esse sofrimento e esse rebaixamento que fazem estremecer os corações? Rapazes, a liberdade é ainda mais difícil. Ela não significa apenas esta embriaguez, este desapego, mas um compromisso solenemente assumido. É preciso que a alma arraste consigo, para salvá-lo consigo, o corpo dorido e maculado. ‘Fora da lei’? Que esta palavra não vos confunda. Pensai, antes, que sois a própria lei, lei que não foi escrita, e que, não estando impressa, desconhece erros de impressão; lei que nenhum indivíduo, por mais solerte e poderoso, poderá chamar a si; que paira acima dos decretos transitórios e acima dos acasos da História; lei que não se pode interpretar, mas se impõe como uma evidência, e que um povo não transgredir – ainda quando o atraíam aqueles que pretendem falar em seu nome –, e não pode transgredir, porque não pode renunciar a existir e porque nada é possível contra sua existência. Vós representais a lei da França, enquanto os traidores a deixam sem lei”.

Tais palavras, pronunciadas por um espírito livre da França, devem ser singularmente gratas aos espíritos livres do Brasil. Há menos de um ano, reunidos no seu grande congresso de São Paulo, escritores brasileiros anunciavam alguns princípios honestos e simples, que coincidiam em numerosos pontos com certas idéias defendidas pelos franceses da Resistência. Não faltou, no momento, quem visse na manifestação desses princípios uma lastimável audácia, um desabafo turbulento, cuja publicidade deveria ser evitada a qualquer preço. Hoje sabemos que eles não foram enunciados em vão.

É por isso que, falando em nome da Associação Brasileira de Escritores, promotora daquele congresso, não posso deixar de testemunhar nossa compreensão afetuosa a Jean Guehenno, que vai falar agora sobre Literatura Clandestina e Literatura do Amanhã.⁹

⁹ Arquivo Sérgio Buarque de Holanda (UNICAMP), código *SBH.Pi.167* (grifo nosso).

Acerca desta relação entre a luta travada pelos intelectuais franceses e a reunião dos escritores brasileiros em janeiro de 1945, vale lembrar também o discurso de Roger Bastide, durante os trabalhos de abertura do congresso da A.B.D.E., em que o então professor da Universidade de São Paulo exaltava o espírito unificador que pairava sobre os vários delegados presentes, representantes de diferentes ideologias, mas que, conforme a experiência francesa, deixavam suas divergências de lado ante o objetivo comum de restauração dos direitos fundamentais do ser humano.¹⁰

Para tanto, elaborou-se uma espécie de discurso padrão para os meios intelectuais, por meio do qual se estabelecia o que se poderia chamar de “código de ética”, sintetizador de todos os deveres a serem cumpridos pelos membros da intelectualidade. Uma vez que o mundo estivesse dominado por regimes de exceção, governos totalitários e violentos, pautados em mistificações de toda ordem, caberia a esse grupo de esclarecidos a missão de trazer luz à mente das pessoas, conscientizando-as da importância de valores como liberdade e democracia, afim de que os modelos políticos baseados no terror e na opressão não mais encontrassem receptividade entre determinados grupos sociais.

No Brasil, durante os primeiros anos da década de 40, a situação política já não mais podia ser tolerada por aqueles que não compartilhavam das mesmas idéias divulgadas pelos defensores do governo. A perseguição aos grupos opositores do regime, notadamente os comunistas, bem como aos órgãos de imprensa afinados ao pensamento liberal, criaram uma celeuma entre os grupos responsáveis pela produção cultural brasileira e o Estado. Em *Cultura Amordaçada*, Álvaro Gonçalves Antunes Andreucci esclarece que, durante o processo de construção e consolidação do regime autoritário varguista, “a afirmação do Estado se fez, em vários momentos, a partir da exclusão e eliminação do ‘outro’, identificado com aqueles que defendiam projetos político-ideológicos próprios divergentes do oficial”. Assim, por meio dos órgãos de repressão e censura, o inimigo era apontado, tendo a sua “imagem negativa” veiculada através dos meios de comunicação de massa, como forma de legitimar o aparato repressivo e a figura do delator.

Segundo o autor, o “olhar vigilante” da Polícia Política concentrava-se em “alguns *focos de subversão*”, entre os quais, o meio intelectual e artístico, “considerado como um dos propagadores de idéias avaliadas como ‘perigosas’ à ordem e à segurança nacional”.

¹⁰ Discurso de Roger Bastide na sessão de abertura do congresso dos escritores. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 29-31. Os detalhes acerca deste pronunciamento serão apresentados em momento oportuno, no capítulo referente ao Congresso dos Escritores.

Andreucci lembra o fato de que “era de praxe que se fizesse o controle da cultura que, tutelada pelo Estado, deveria ser ‘higienizada’ em prol da preservação da ideologia oficial”.¹¹

Entre os membros da *classe pensante*, a inércia de alguns intelectuais diante dos desmandos praticados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e pelo aparelho policial de Vargas, censurando e prendendo alguns dos grandes nomes das letras brasileiras do período, era tida como inaceitável e não faltaram vozes a favor de uma ação mais efetiva dos homens de pensamento do país na defesa da liberdade de opinião, demanda que estava atrelada, fundamentalmente, a um processo de abertura política.

Mário de Andrade, autor dos mais celebrados no período em questão e representante de um dos movimentos mais significativos da história da cultura brasileira, o Modernismo dos anos 20, colocará em termos mais precisos a situação de crise moral pela qual estava passando o meio intelectual brasileiro naqueles tormentosos anos que marcaram o fim dos anos 30 e o início dos anos 40. Em entrevista ao *Diário da Noite*, publicada em 28 de abril de 1942, o escritor paulista antecipava um pouco do tom destruidor daquela que se tornaria uma de suas mais famosas conferências, proferida no Itamarati, acerca dos vinte anos da Semana de 22. Acerca do movimento modernista brasileiro e de seus participantes, o entrevistado afirmava que:

As conclusões não são nada lisonjeiras. São muito pessimistas até. Julgo que nós, rapazes daquela época, devíamos ter participado mais da vida pública do país, deveríamos ter nos interessado mais pelo Brasil, – por um Brasil que não fosse somente arte. Fomos uns contemplativos, uns abstencionistas. Está claro que houve exceções nada convincentes. No geral, permanecemos à margem de certas realidades. E hoje em dia me parece que não tínhamos esse direito. É esse um direito que os moços jamais têm.¹²

Os dilemas que envolviam a atuação social dos homens de idéias colocaram Mário em uma posição de crítica aos participantes do movimento modernista, do qual fizera parte tão ativamente duas décadas antes. Durante a citada conferência, o escritor paulista deixava clara a sua frustração em relação à distância dos membros do modernismo brasileiro com questões mais “concretas”, atinentes com a realidade do povo. Sua importância não poderia ter sido

¹¹ ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. “Idéias Malditas: Artistas e Intelectuais Vigados pela Polícia Política na Era Vargas (1930 – 1954)”. In: ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valéria Garcia de. *Cultura Amordaçada: Intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS*. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2002, p. 17. Ver também CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997; e GARCIA, Nelson Jahar. *Estado novo, ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.

¹² ANDRADE, Mário de. *Entrevistas e Depoimentos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983, pp. 86-87.

maior, justamente por se tratar de uma antecipação de *alguns dos pontos-chaves* do congresso dos escritores, em 1945.

Vale lembrar a centralidade de uma figura como Mário de Andrade e todo o impacto que suas declarações poderiam trazer para os meios intelectualizados do país. Por essa mesma razão, a posição de *consciência limite*, tal qual a suposta por Carlos Guilherme Mota em sua tese acerca da *ideologia da cultura brasileira*, parece adquirir certa relevância e, neste sentido, a conferência de 30 de abril de 1942 será, possivelmente, o indício mais significativo deste novo momento do pensamento marioandradiano e, por que não dizer, do pensamento da nova geração que gestava naquela difícil primeira metade dos anos 40.¹³

De acordo com Mota, “o que importa no depoimento de Mário de Andrade é seu radicalismo, que o impele para além de seu tempo – sem dele todavia ser retirado. Rompe consigo mesmo. E com isso cria uma linha divisória, um marco, e que teria impacto nas trajetórias de muitos outros, mais novos”. Em tom de desgosto, Mário afirmava desconfiar de seu passado, insatisfeito que estava de si mesmo por não ter conseguido dar a utilidade necessária à sua obra. Considerava que, apesar de ter “deformado” o seu trabalho por um “anti-individualismo dirigido e voluntarioso”, este não teria sido “mais que um hiper-individualismo implacável!”.

Não tenho a mínima reserva em afirmar que toda a minha obra representa uma dedicação feliz a problemas do meu tempo e minha terra. Ajudei coisas, maquinei coisas, muita coisa! E no entanto me sobra agora a sentença de que fiz muito pouco, porque todos os meus feitos derivam duma ilusão vasta. E eu que sempre me pensei, me senti mesmo sadiamente banhado de amor humano, chego no declínio da vida à convicção de que faltou humanidade em mim. Meu aristocratismo me puniu. Minhas intenções me enganaram. Vítima do meu individualismo, procuro em vão nas minhas obras, e também nas de muitos companheiros uma paixão mais temporânea, uma dor mais viril da vida. Não tem. Tem mas é uma antiquada ausência de realidade em muitos de nós. Estou repisando o que já disse a um moço... E outra coisa senão o respeito que tenho pelo destino dos mais novos se fazendo, não me levaria a esta confissão bastante cruel, de perceber em quase toda a minha obra a insuficiência do abstencionismo. Francos, dirigidos, muitos de nós demos às nossas obras uma caducidade de combate. Estava certo, em princípio. O engano é que nos pusemos combatendo lençóis superficiais de fantasmas. Deveríamos ter inundado a caducidade utilitária do nosso discurso, de maior angústia do tempo, de maior revolta contra a vida como está.¹⁴

¹³ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)*. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000, pp. 105-109.

¹⁴ MOTA, Carlos Guilherme. *Idem*, pp. 107-108.

A crítica ao modernismo incluía, contudo, não apenas um aspecto destrutivo, mas, como não poderia deixar de ser, uma lição para o futuro, conforme afirmaria em seguida.

Se de alguma coisa pode valer o meu desgosto, a insatisfação que eu me causo, que os outros não sentem assim na beira do caminho, espiando a multidão passar. Façam ou se recusem a fazer arte, ciência, ofícios. Mas não fiquem apenas nisto, espiões da vida, camuflados em técnicos da vida, espiando a multidão passar. Marchem com as multidões.¹⁵

O autor de *Macunaíma*, no alto de seus quase cinquenta anos, parecia vislumbrar novas possibilidades aos homens de pensamento brasileiros. A eclosão da guerra na Europa e a perseguição praticada pelos órgãos de repressão do governo varguista pareciam trazê-lo a um novo patamar de reflexão, mais condizente com a realidade do povo e, nesse sentido, menos afinada com questões puramente abstratas, estéticas, sem nenhuma espécie de valor prático, que significasse uma mudança nas condições sociais e políticas do país.

O que quero dizer é que no estado de espírito em que me encontro atualmente, não posso fazer nada com gratuidade, com certa isenção, porque me acho profundamente penetrado dos acontecimentos do mundo, quase perturbado com os dolorosos e trágicos espetáculos da guerra.¹⁶

Sidney Oliveira Pires Júnior, em seu texto sobre a crítica de Mário de Andrade à intolerância política do Estado Novo, lança a idéia de *papel do intelectual* como articuladora do tipo de exercício crítico defendido pelo escritor paulista. Segundo ele, esta noção “correspondia à unidade entre teoria e prática”. Apesar da impossibilidade de se obter uma classificação precisa para o termo, o autor considera que o mesmo pode ser definido como “uma teoria sobre a práxis intelectual”, elaborada desde os anos 20, mas que, duas décadas depois, ganharia um tom mais enfático, justamente por conta das experiências colhidas no período em que Mário esteve à frente do Departamento de Cultura e no embate contra o regime estado-novista.¹⁷

Em sua ampla atividade epistolar, o autor de *Paulicéia Desvairada* procurou orientar seus interlocutores, entre os quais estavam alguns dos principais nomes da intelectualidade brasileira, no sentido de que estes pudessem realizar sua arte e sua crítica pautadas no

¹⁵ *Idem*, pp. 106-107.

¹⁶ ANDRADE, Mário. *op. cit.*, p. 85.

¹⁷ PIRES JÚNIOR, Sidney Oliveira. “A crítica de Mário de Andrade à intolerância do Estado Novo”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Editora Alameda, 2006, p. 265.

compromisso com o tempo presente, com a sociedade de que faziam parte. De acordo com Sidney Oliveira, Mário de Andrade considerava que o homem passava por “uma idade essencialmente política” e, por essa razão, a participação do intelectual tornava-se uma questão fundamental.

Enquanto todos participam à sua maneira da política, ao intelectual, segundo ele [Mário], caberia a produção de uma crítica à política. Evidentemente, naquele período de polarização ideológica, a forma adotada era a crítica intransigente, perceptível no vigor da expressão “tornar o ar irrespirável”.¹⁸

O autor lembra ainda que, para a compreensão desta *crítica intransigente* defendida pelo escritor paulista, é necessário matizar a sua postura extremada com as suas concepções sobre arte. Neste sentido, Sidney Oliveira lembra que, segundo Mário de Andrade, “tanto o crítico quanto o artista devem empenhar-se na busca de um equilíbrio, posto que cada qual poderia desenvolver melhor seu papel na medida em que técnica e poética, forma e conteúdo aparecessem em unidade na obra artística ou crítica”¹⁹. Assim,

a definição de uma crítica radical na concepção de Mário era uma necessidade básica para que o intelectual lograsse uma inserção ativa na vida social. Mas isto só seria efetivo como valor cultural se este cuidasse de sua formação procurando o equilíbrio entre uma formação abalizada, criteriosa, e um compromisso com o melhoramento da vida.²⁰

O dilema de Mário, contudo, parece não ter se restringido ao modelo de crítica a ser posto em prática pelos intelectuais, mas referia-se, sobremaneira, ao ponto de partida desta crítica. Dessa forma, suas reflexões a respeito da imagem metafórica da *torre de marfim* adquiriram especial significado durante seus derradeiros anos de vida. Esse aspecto, aliás, é de fundamental importância para a compreensão do pensamento marioandradiano posto aqui em debate. A partir de um diálogo epistolar, travado entre o escritor e a poetisa católica Henriqueta Lisboa, acerca do conceito de *Verdade*, Sidney Oliveira adentra mais aprofundadamente nos dilemas enfrentados por Mário de Andrade na definição do *papel do intelectual*.

O autor cita os três níveis de análise propostos pelo escritor paulista, segundo o qual existiria uma *verdade de Deus*, uma *verdade do homem comum* e uma *verdade do intelectual*.

¹⁸ PIRES JÚNIOR, Sidney Oliveira. *Idem.*, p. 275.

¹⁹ *Idem.*, p. 276.

²⁰ *Idem.*, p. 279.

Para efeito de estudo, no entanto, apenas o terceiro nível foi detalhado, o que demonstrou um aspecto aparentemente contraditório da fala de Mário de Andrade, justamente pela sua afirmação de que, ao mesmo tempo em que a *verdade do intelectual* era incontestável, também era relativa, mutável, e que o “intelectual legítimo” não deveria se preocupar com a “possível eternidade de suas verdades”.²¹

Vale dizer que a distinção entre os tipos de *verdade* estaria vinculada a uma tentativa de Mário em teorizar “a formação de campos diferenciados de atuação intelectual, em si uma compartimentação do campo cultural”. De acordo com Sidney Oliveira, isso se devia ao fato de que o autor de *Amar, verbo intransitivo* intuía o “processo de especialização de ramos determinados de produção e reprodução de idéias que obteve institucionalização naqueles anos, processo do qual ele fez parte”²².

Dessa forma, ao tratar da *verdade do intelectual* em um nível diferenciado, Mário de Andrade deixava transparecer um elemento fundamental de sua reflexão acerca da participação do intelectual, pois considerava que esta *verdade*, “cambiante”, produzida pela medida do próprio conhecimento do indivíduo, “não poderia ser a verdade derivada de outros interesses senão os do próprio conhecimento”. A partir dessa compreensão, segundo Sidney Oliveira, é possível inferir que o argumento de Mário “pressupunha a impossibilidade de uma subordinação ao interesse político”, em vista do compromisso público baseado nos valores do intelectual.²³

Por essa mesma razão é que, apesar da *verdade do intelectual* estar sendo descrita como “contestável”, as circunstâncias, os enfrentamentos e a necessidade de tomar partido obrigavam esse mesmo intelectual a defender suas idéias de modo intransigente – o que, em certa medida, resolve a aparente contradição do conceito enunciado por Mário, conforme dito acima. O intelectual, por maior que fosse a sua consciência com relação à mutabilidade de seus conhecimentos e juízos, não poderia transigi-los, justamente pela situação de disputa existente entre parte dos membros da *intelligentsia* e os órgãos repressivos do Estado.²⁴

Sidney Oliveira conclui que essa argumentação de Mário, desenvolvida ao longo de sua atividade epistolar, demonstrava a sua preocupação “em trazer para a linha de frente os intelectuais de sua geração”, a exemplo do que fizera a Sérgio Milliet, ao orientá-lo quanto ao

²¹ *Idem*, pp. 279-280.

²² *Idem*, p. 280.

²³ *Idem*, p. 281.

²⁴ *Idem*, p. 282.

tipo de crítica que deveria fazer no campo das artes plásticas²⁵. Vale lembrar que tais orientações, segundo o autor, davam conta de um modelo de ação aplicável não apenas ao exercício da crítica de arte, mas também à crítica social e política e, portanto, é possível supor a tentativa do escritor paulista em formar críticos eficazes aos detentores do poder, em particular pela intolerância característica do Estado Novo.

Neste sentido, o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores seria uma espécie de “coroamento” para Mário de Andrade, na medida em que sua carta de princípios solicitava justamente o estabelecimento da ordem democrática, em consonância com os esforços das tropas que lutavam contra o totalitarismo na Europa.

Ao ver uma articulação expressiva contra a ditadura, Mário sentiu que sua insistência em bater na mesma tecla durante anos discutindo o papel do intelectual não era uma fantasmagoria de sua parte, era possível uma ação do intelectual, fosse qual fosse o seu *métier*, era possível levar sua crítica a termo e juntar forças em momentos decisivos como aquele. Principalmente, era possível um consenso entre as oposições ideológicas e combater a intolerância política do Estado Novo, por isso o Congresso lhe pareceu um coroamento.²⁶

Tais impressões declaradas por Mário a respeito do conclave dos homens de letras brasileiros – como o desfecho de seu longo trabalho no sentido de formar uma consciência participativa no seio da intelectualidade brasileira – foram reafirmadas por outros observadores. A presença de muitos dos seus correspondentes nas delegações presentes ao evento, alguns dos quais em cargos diretivos, dará maior substância a essa idéia, conforme os depoimentos de Antonio Candido e Guilherme Figueiredo.

O primeiro, em artigo publicado em 1946, intitulado “Lembrança de Mário de Andrade” – reproduzido posteriormente em *O Observador Literário* – lembrará o esforço dominante da última fase do escritor paulista “em descobrir a maneira por que os seus escritos poderiam mais fácil e eficientemente servir”. Dessa forma, sua atividade epistolar assumiria um papel fundamental, na medida em que possibilitava a Mário participar diretamente na “formação duma certa consciência ‘funcional’ da inteligência brasileira”.

Em Minas, no Nordeste, no Rio, grupos de jovens intelectuais se orientavam em boa parte pelas suas cartas, tendentes a despertar, além do desejo de se realizar com autenticidade, o de servir, *usar* a

²⁵ *Idem*, p. 282. As sugestões de Mário de Andrade a Sérgio Milliet acerca do modelo de crítica a ser adotado estão colocadas em uma parcela da sua correspondência, publicada por Paulo Duarte em seu volume intitulado *Mário de Andrade por ele mesmo* (São Paulo: Editora Hucitec, 1985, pp.285-339).

²⁶ *Idem*, p. 283.

inteligência, num espírito por assim dizer público. É o que vem obsessivamente repisado nos seus rodapés de música da *Folha da Manhã*, às vezes com um imediatismo que deixa perplexo nesse grande e profundo esteta.²⁷

Dessa forma, Antonio Candido afirma que a reunião dos escritores “mostrou a importância dessa orientação na tomada de atitude por parte dos intelectuais, no processo de liquidação do Estado Novo”. Segundo ele, apesar do papel “discreto ou quase nulo” exercido por Mário de Andrade durante o evento, o conclave teria significado a culminação de um trabalho no qual ele se empenhara mais do que ninguém, “com as armas penetrantes da conversa, da carta, do ensaio. Este teria sido, portanto, “simbolicamente, o último ato de sua vida pública”.²⁸

Esta percepção fica ainda mais clara no depoimento de Guilherme Figueiredo, segundo o qual os interlocutores de Mário eram “discípulos, talvez futuros apóstolos ou apóstatas, talvez reles cobaias”, mas, sobretudo, peças de um quebra cabeça que seria o “interminado e interminável afresco do Brasil brasileiro”. Em sua opinião, eram todos “as tintas da palheta com que [Mário] pincelava e retocava o caleidoscópio da sua única obra prima”.²⁹ Ao descrever o modelo de crítica que adotara durante o período em que atuou no *Diário de Notícias*, Figueiredo torna mais clara a presença e influência do escritor paulista na execução do seu ofício:

Sua importância maior [acerca dos textos de Guilherme Figueiredo como crítico literário] é a de retratarem uma época ditatorial, uma época de guerra contra o nazifascismo, uma época em que o rodapé crítico, a pretexto de debulhar a mais significativa produção literária do momento, *era uma arma de combate*. Que usei – digo-o com orgulho – às vezes desastrosamente no que respeita ao julgamento literário, *mas sempre propositalmente para fazer ouvir as palavras democracia, liberdade, justiça social, e para denunciar, ainda que nas entrelinhas, os êxitos comodistas e acomodados, os compromissos com o regime, os interesses criados, a covardia da mentalidade artística. Tentei seguir a lição de Mário de Andrade. Com isto a minha crítica levou-me ao I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo, em janeiro de 1945, de quem fui o tesoureiro e uma espécie de agente de ligação entre os escritores democratas do Rio, de São Paulo e de outros Estados.*³⁰

²⁷ CANDIDO, Antonio. “Lembrança de Mário de Andrade”. In: _____. *O Observador Literário*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008, p. 92.

²⁸ CANDIDO, Antonio. *Idem*, p. 92. A imagem de um “último ato” ou do “quinto ato conclusivo” também seria utilizada, posteriormente, por Carlos Guilherme Mota ao referir-se ao período da história cultural brasileira no qual está inserido esse “novo” momento do pensamento marioandradiano (ver. MOTA, Carlos Guilherme. *op.cit.*, pp. 84-109).

²⁹ FIGUEIREDO, Guilherme. *Cobras & Lagartos*. Rodapés de crítica literária, 1943 a 1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 28.

³⁰ FIGUEIREDO, Guilherme. *Idem*, pp. 30-31 (grifo nosso).

A participação no congresso da A.B.D.E., conforme as observações de Guilherme Figueiredo, parecia estar vinculada a um determinado tipo de postura do crítico e, obviamente, do escritor, durante a execução do seu *métier*. A defesa de valores como liberdade e democracia, dentro de um espírito de engajamento conjunto contra o Estado Novo, credenciaria os delegados ao evento. Novamente, seriam as observações de Mário de Andrade que se colocariam como guias da ação daqueles intelectuais – ou de parcela significativa deles. Por essa razão, é possível compreender porque, dias após a morte do velho modernista, Figueiredo afirmava que um amigo seu tinha morrido “no ‘front’”.³¹ Estar presente no acontecimento de maior representatividade do meio intelectual brasileiro, em seu esforço por se tornar uma voz ativa na oposição aos métodos repressivos do governo, seria como uma espécie de premiação.

A reunião dos escritores, contudo, não significou o fim dos dilemas enfrentados por Mário. Conforme foi dito anteriormente, a questão do *ponto de partida da crítica*, ou seja, *de onde o intelectual deveria falar*, povoava a mente do escritor paulista, que logo se viu diante de um impasse, qual fosse a necessidade de que o homem de idéias não deveria “se meter” na política, mas agir pelos meios que lhes eram próprios, a saber, o pensamento, o intelecto. Reaparecia a imagem da *torre de marfim*, porém re-significada por Mário de Andrade.

Porque, está claro, a torre-de-marfim não quer nem pode significar não-se-importismo e arte-purismo. Mas o intelectual, o artista, pela natureza, pela sua definição mesma de não-conformista, não pode perder a sua profissão, se duplicando na profissão de político. Ele pensa, meu Deus! E a sua verdade é irrecusável pra ele. Qualquer concessão interessada pra ele, pra sua posição política, o desmoraliza, e qualquer combinação o infama. É de sua torre-de-marfim que ele deve combater, jogar desde o guspe até o raio de Júpiter incendiando cidades.³²

Se a metáfora consagrada da *torre de marfim* significava o isolamento dos membros da intelectualidade, ela adquiria em Mário um novo sentido, superando o aspecto contraditório entre a *autonomia* e a necessidade de *servir*, a partir da idéia de que ao

³¹ FIGUEIREDO, Guilherme. “Um amigo morreu no ‘front’”. In: _____. *op.cit.*, pp. 344-348.

³² PIRES JÚNIOR, Sidney Oliveira. *op. cit.*, p. 283. Estas observações de Mário de Andrade estão presentes também em ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*: páginas de diário. Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 20. Trata de uma carta enviada pelo escritor paulista ao colega mineiro, poucos dias antes de sua morte, em fevereiro de 1945.

intelectual caberia fundamentalmente, sob pena de não realizar-se enquanto tal, “a crítica radical da vida cotidiana”.³³

Em certo sentido, sua formulação recuperava um viés bendaniano [Julien Benda], na medida em que afirmava que os *intelectuais não deviam se meter naquilo*, embora certificasse, que isto não significava para ele que o intelectual não pudesse tomar partido, mas se o fazia não era pelo poder em si, mas pela defesa de sua verdade, pelo seu não-conformismo, porque não poderia se duplicar em político de profissão. O intelectual poderia participar naquilo que ele sabia fazer melhor: na reprodução crítica da sociedade, no caso do artista, e na crítica radical de valor universal e permanente, no caso do intelectual.³⁴

Estas perspectivas marioandradianas, vistas da forma como foram abordadas pelos autores citados acima, conduzem inevitavelmente à idéia de que Mário de Andrade elaborava, consciente ou inconscientemente, um complexo projeto do *ser intelectual*, que se realizaria a partir dos próprios procedimentos utilizados no exercício da produção e da crítica de arte. Dessa forma, tais atividades se revestiriam de um caráter *interessado*, de *compromisso* com o público. Servindo-se de seu amplo instrumental teórico, o intelectual poderia desenvolver o seu conhecimento acerca de valores como democracia e liberdade, tão caros àquele momento histórico, e divulgá-los publicamente por meio de suas realizações profissionais.

Muito embora a imagem da *torre de marfim* surgisse como contrária à idéia de uma *intelligentsia servidora*, fica claro que, no que diz respeito à relação entre intelectualidade e povo, tal isolamento era apenas aparente, uma vez que o homem de pensamento não poderia abster-se da realidade em que estava inserido; a *torre* representava exatamente o ponto do qual a ação do intelectual poderia ser plenamente realizada, longe de qualquer interesse que não fosse o “melhoramento social”. Finalmente, seria a partir de suas pesquisas, de sua arte e de sua crítica, que a *classe dos esclarecidos* poderia exercer o seu *papel*, qual fosse, o de *guias* de um povo incauto na luta contra a mistificação e a tirania.

Álvaro Lins, em uma série de estudos e ensaios publicados sob o título de *A Glória de César e o Punhal de Brutus*³⁵, dedicou algumas páginas ao comentário acerca das idéias de Mário de Andrade, deixando clara a sua posição de conformidade com os principais aspectos do pensamento marioandradiano. Em texto de 1941, “Sinais da Nova Geração: o Papel dos Intelectuais”, o escritor pernambucano fazia algumas observações a respeito da “Elegia de

³³ *Idem*, p. 284.

³⁴ *Idem*, p. 287.

³⁵ LINS, Álvaro. *A Glória de César e o Punhal de Brutus*. Ensaios e Estudos (1939-1959). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

Abril”, escrita por Mário como apresentação para o primeiro número da revista *Clima*³⁶. Ao longo de sua análise, Álvaro Lins apontava o fato de que o escritor e o artista daquela época sentiam-se ameaçados duplamente, fosse na realização de sua obra, fosse nas condições sociais que a tornavam possível. Para ele, qualquer um dos dois, tomado isoladamente, constituiria uma “traição contra o outro”. Assim, qualquer confusão entre os dois implicaria, por consequência, “num desvirtuamento da missão intelectual”.³⁷

Tal perspectiva revelava, já naquele momento, um dilema semelhante ao que teria incomodado Mário de Andrade logo após o conclave dos homens de letras do país, em janeiro de 1945: a conciliação entre o ideal da *participação* e a necessidade de permanecer na *torre de marfim*. Álvaro Lins, contudo, não fugiu a problemática e, a exemplo da saída proposta por Mário, considerou a possibilidade de integrar os dois elementos dentro daquilo que se poderia considerar como sendo a atitude de um *intelectual íntegro*.

Como se vê, as circunstâncias da vida moderna não exigem só do escritor e do artista uma posição de luta; antes, ou simultaneamente, um máximo de equilíbrio, de lucidez e de *controle* dentro desta mesma luta. Não sei, na verdade, o que será para a literatura e a arte uma traição maior: se o encerramento na “torre de marfim”, com a indiferença por toda atividade social e política; ou se a paixão partidária tornada exclusivista, a personalidade esgotando-se toda nessa paixão, com o prejuízo da obra literária e artística.

Eis a dificuldade toda: o monismo da personalidade, o poder interior de ser ao mesmo tempo um cidadão do mundo temporal e um “clérigo” da literatura. Trata-se da principal exigência que veio colocar-se em cheio ante os jovens da nova geração. E ela irá conhecer tal exigência, quando proposta, não sob essa fórmula de equilíbrio e harmonia, mas sob indicações exclusivistas e isoladas: uns lhe sugerem a realização pura e simples das suas obras de arte; outros, a determinação de pôr acima de tudo a porfia pelos motivos políticos que estão se decidindo em batalhas tanto militares como ideológicas.

Para apresentar, mais concretamente, estas duas tendências, em exemplos típicos, poderemos dizer que uma delas se acha expressa no ensaio recente *Os Irresponsáveis*, do poeta e escritor norte-americano Archibald MacLeish, tão importante sob vários aspectos, enquanto a outra se encontra ainda bem caracterizada na espécie de documento clássico, a este respeito, que é o livro *La trahison des clercs*, de Julien Benda. Cada um deles faz ai homem de letras uma exigência diferente; cada um deles interpreta uma das tendências em que se dividem os próprios homens de letras. Reclama, um, do intelectual que seja, principalmente, um cidadão político e social; o outro, que seja, exclusivamente, um

³⁶ A respeito da Revista *Clima*, conferir o excelente estudo de Heloísa Pontes, no qual fica demonstrado o espírito diferenciado desta nova geração de pensadores – surgida no início da década de 40, no interior da Faculdade de Filosofia da USP, e promotora de uma significativa mudança nos *hábitos* intelectuais do país, por lançar mão de um método de trabalho pautado na teoria, no método e na pesquisa, típicos do meio acadêmico (ver PONTES, Heloísa. *Destino Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998).

³⁷ LINS, Álvaro. *Idem*, p. 119.

“clérigo” da sua arte. Ora, parece-me que, um ou outro, está no domínio apenas de uma parte da realidade autêntica. *Acredito que, por inteiro, ela se encontra de um lado e do outro: o intelectual é um “clérigo” da sua arte e um cidadão da sociedade. Dependerá dele a aptidão de ser fiel a cada uma dessas duas situações.*³⁸

Neste sentido, o posicionamento de Álvaro Lins assemelhava-se àquele assumido por Mário de Andrade, o que permite supor, muito mais do que a influência do escritor paulista sobre as idéias do escritor pernambucano – avaliação somente possível num estudo que trate da possível relação entre os dois literatos –, a proximidade dos discursos entre um considerável número de pensadores brasileiros, fator que será fundamental para a ocorrência e o sucesso da reunião dos intelectuais do país. Na busca de uma fórmula para o papel a ser desempenhado pela nova geração de homens de pensamento do Brasil, Álvaro Lins tornava mais explícita essa semelhança de ideais e, tal qual as lições de Mário, suas formulações defendiam que a intelectualidade não abdicasse de suas obrigações sociais, sem esquecer, é claro, “os preceitos inconfundíveis do seu ofício, os de uma verdadeira vida eterna”. Dessa forma, sua atividade principal haveria de consistir “na procura humilde da verdade e na construção desinteressada da beleza estética”, simultaneamente.³⁹

A partir dessas observações, será possível, uma vez mais, determinar a centralidade ou, ao menos, a representatividade de algumas das idéias de Mário de Andrade em meio aos produtores culturais do país, o que contribuiu, sem dúvida alguma, para a ocorrência daquele que se tornaria o primeiro ato conjunto de uma parcela da *intelligentsia* brasileira, justamente aquela interessada em derrubar o regime estado-novista.

Por fim, a respeito do caráter desta *participação* do intelectual defendida por Mário, vale a pena destacar um dos trechos mais significativos de sua entrevista a Francisco de Assis Barbosa, para a Revista *Diretrizes*, em janeiro de 1944, intitulada “Os intelectuais puros venderam-se aos ‘Donos da Vida’”. Nela, o escritor paulista deixava transparecer a idéia de que os intelectuais que promoviam a chamada “arte pura” estariam incorrendo numa espécie de *ato covarde*, posição que seria compartilhada por Sérgio Milliet em seu discurso de abertura do Congresso dos Escritores Brasileiros⁴⁰; e que mesmo aqueles que diziam contribuir para o combate à repressão com meras declarações em artigos e entrevistas estariam cumprindo apenas com parte do seu dever, uma vez que o não-conformismo não se

³⁸ *Idem*, pp. 119-120 (grifo nosso).

³⁹ *Idem*, p. 122.

⁴⁰ Discurso de Sérgio Milliet na sessão de abertura do congresso dos escritores. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 23-24.

expressaria em gritos e assinaturas simplesmente, mas na *ação* – manifestada em suas produções artísticas e intelectuais – mesmo que essa não significasse adentrar na política. Mais do que isso, a situação em que o Brasil e o mundo se encontravam não abria espaço para qualquer tipo de arte abstencionista, uma vez que a inércia dos círculos intelectualizados significaria o triunfo das *forças irracionais* do nazi-fascismo e de regimes totalitário, tal qual o comandado por Getúlio Vargas.

E de fato quando eu considero que uma grande parte da inteligência brasileira vendeu-se aos donos da vida, estou longe de afirmar que ela se rebaixou ao ponto de assinar uma transação com contratos legalizados em cartório. Mas por não possuir uma legítima técnica de pensar, essa intelectualidade se entrega facilmente a sofismas e confusionismos de mil e uma espécies, de que é malignamente a maior essa tal de “arte pura”. Veja bem: não nego a possibilidade nem o valor do que chamamos de “arte pura”, estou dizendo é que o intelectual se utiliza dela para se salvar e se livrar de seus deveres morais não só de homem, mas de artista. E o intelectual se retrai na pseudopureza do seu pensamento – pensamento!... – enquanto a vida se torna cada vez mais infame lá fora, e o homem mais escravo. Mas o intelectual imagina que ele (veja bem: só ele!) não é escravo, pois que o seu pensamento é livre! Pois ele não pode compor uma sinfonia “arte pura”, um soneto sobre o amor ou sobre coisa nenhuma, um quadro com peixe e margaridinhas? Pode sim. “Minha arte é livre”! E o intelectual sofisma que tem liberdade de pensamento, simplesmente porque não tem técnica de pensar suficiente que lhe dê coragem pra levar o seu pensamento até o fim. Porque na verdade a pseudo-liberdade dele consistiu em seqüestrar das suas manifestações intelectuais todos aqueles assuntos momentosos, cuja qualidade de interesse era social, que o haviam de deixar desagradável com o chefe da repartição em que trabalha, o diretor do jornal em que escreve, e mesmo lhe trariam complicações com as gestapos.

Porém o intelectual não fica só nisso não. A sua escravização aos donos da vida ainda é mais confusionista e mais indecente. Ele também “participa”. Pois ele já não afirmou, num artigo, que era antinazista? Pois outro dia ele já não aplaudiu todo o mundo porque o Brasil entrou na guerra? Ele já não pagou o imposto da tal? Ele já não achou, naquela conversa de bar, que devemos nos precaver contra os possíveis futuros imperialismos das grandes democracias? Tudo isso ele já fez, o herói! E o intelectual descansa, imaginando que o seu dever está cumprido, apenas porque ele cumpriu metade (a metade mais fácil) da sua responsabilidade: a responsabilidade para consigo mesmo. Mas a sua responsabilidade para com o seu público, essa ele não cumpriu nem cumprirá. Porque esta é que é difícil, está é que impõe mil sacrifícios (de que não é menos doloroso, reconheço, o sacrifício de sua própria arte), esta responsabilidade é que impõe o exercício do seu não-conformismo. Porque o não-conformismo do intelectual não está apenas em gritar e assinar: “Sou antinazista!”, “Sou pela democracia!”, sou isto e mais aquilo. Isto quando muito é ser tagarela. O não conformismo implica não apenas a reação, mas a ação. E é nesta ação que está a responsabilidade pública do intelectual. A arte é exatamente como a cátedra uma forma de ensinar, uma proposição de verdades, o anseio agente de uma vida melhor. O artista pode não ser político enquanto homem, mas a obra de arte é sempre política

enquanto ensinamento e lição; e quando não serve a uma ideologia serve a outra, quando não serve a um partido serve ao seu contrário.

Basta de falar em “tese”, meu amigo. Demos de barato que a arte é desinteressada, que o artista é normalmente um ser à parte, um indivíduo que pela natureza de seu “status” pode não ser participante, pode ser um “clerc”. Se alguém quiser, eu lhe concedo tudo isto. Mas “normalmente” entenda-se. Eu aceito que um intelectual se isente da guerra franco-prussiana, da guerra russo-japonesa, e até, mais dificilmente já, da guerra do Transval ou da sino-japonesa. Eu aceito que um intelectual brasileiro hesite em tomar partido diante de Palmares. Admito, compreendo, aprovo e aplaudo a sua não participação direta em revoluções como as de 24, 30 e ainda mais 32. Mas se estas guerras e revoluções poderão estar dentro das condições normais da organização social de uma civilização determinada, o mesmo não se dá em certas condições absolutamente anormais da vida, em que é a essência mesma de uma civilização que periclita, como na luta entre cristãos e mouros, ou periclita a natureza mesma do homem, como na atual luta contra o nazismo.

Em momento como estes não é possível dúvida: o problema do homem se torna tão decisivo que não existe mais o problema do artista. Não existe mais o problema profissional. O artista não só deve, mas tem que desistir de si mesmo. Diante de uma situação universal de humanidade como a que atravessamos, os problemas profissionais dos indivíduos se tornam tão reles que causam nojo. E o artista que no momento de agora sobrepõe os seus problemas de intelectual aos seus problemas de homem, está se salvaguardando numa confusão que não o nobilita.⁴¹

Para Mário de Andrade, as condições *anormais* pelas quais as nações do planeta estavam passando chamavam os intelectuais, inevitavelmente, ao cumprimento de seus deveres, não podendo eles assumir o papel de *não-participantes* ou, nos termos de Julien Benda, de *clercs*. Será este, aliás, o espírito que predominará entre os delegados à reunião dos homens de letras do país, realizado no início do ano de 1945. Por reunir pelo menos duas centenas de escritores em um mesmo espaço, imbuídos em um mesmo esforço de oposição ao Estado Novo, é que o Congresso da A.B.D.E. representará, para Mário, uma vitória, posto que, finalmente, a intelectualidade brasileira estaria assumindo uma posição mais ativa frente às questões de seu tempo. As clivagens existentes no seio do próprio grupo foram deixadas de lado em prol de um objetivo comum – tal qual será explicitado em detalhes nos capítulos seguintes – a derrubada da ditadura varguista.

Contudo, não será possível dizer que o projeto de Mário de Andrade se realizou plenamente, justamente pelo fato de que, apesar do caráter *participativo* do encontro, tal qual o previsto na sua espécie de cartilha do *ser intelectual*, muitos dos escritores que ali estiveram presentes não seguiram suas considerações quanto a permanecerem no posto privilegiado de observação, promovendo uma ação de retaguarda. Assim, por exemplo, o que se verá, a partir

⁴¹ ANDRADE, Mário de. *Entrevistas e Depoimentos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983, pp. 107-109.

da democratização da política brasileira será um bom número de intelectuais se lançando à carreira política, angariando posições de destaque na administração pública, ocupando cargos legislativos, ministeriais e até mesmo governativos. Na verdade, apesar da força da posição de Mário de Andrade, há uma grande diversidade de posições e leituras sobre o significado do Congresso pelos seus participantes, podendo-se dizer, no máximo, que as posições de Mário de Andrade facilitaram a convergência momentânea de correntes ideológicas distintas, o que pode ter sido percebido mesmo por intelectuais com posições francamente opostas às de Mário, como os comunistas, que tiveram grande participação no Congresso. Como escritor, poeta, católico e historicamente ligado às oligarquias paulistas, Mário de Andrade talvez tenha dado a idéias radicais um contexto mais palatável, e sobretudo mais congruente com o momento de crescimento das universidades e de grandes expectativas quanto ao crescimento do mercado editorial e à profissionalização dos intelectuais.

A importância de Mário, todavia, não pode ser negligenciada, embora deva ser matizada. Não obstante não fosse o único, obviamente, a defender essa idéia, sua argumentação a respeito do *papel do intelectual* parece de fato ecoar nos discursos proferidos no Ato de inauguração do congresso dos escritores, assim como nas teses levadas à apreciação da Comissão de Assuntos Políticos. Temas como o “apoliticismo dos intelectuais”, criticado abertamente pelo escritor Osório Borba, percorriam a mesma linha de pensamento e não será difícil perceber algumas outras presenças do autor de *Macunaíma* no decorrer dos debates travados em plenário. Para isto, bastará lembrar algumas sugestões apresentadas à Comissão de Cultura, muitas das quais inspiradas nas iniciativas de Mário enquanto diretor do Departamento de Cultura de São Paulo.

Cumprе salientar o fato de que o debate político e cultural estava atrelado a um segundo nível de discussão, não menos importante, justamente por tratar das condições profissionais e, conseqüentemente, materiais dos intelectuais. Para tanto, vale ressaltar a observação feita por Sidney Oliveira acerca de uma possível intuição de Mário de Andrade acerca do processo de *autonomização* do campo cultural brasileiro, na medida em que se especializavam os ramos de produção e reprodução de *bens simbólicos*.

No caso específico do congresso dos escritores, as questões de ordem moral – na busca por um *código de ética* – cumpriam apenas parte do processo, na medida em que a *autonomia* somente seria conquistada mediante a melhoria das leis de defesa aos direitos dos escritores sobre suas obras, bem como dos pagamentos feitos por suas colaborações em jornais e revistas, permitindo-lhes viver de suas produções, desobrigando-os a buscar em serviços públicos – atrelados aos interesses do Estado – o suporte financeiro para o

cumprimento de suas necessidades básicas de sobrevivência. Nota-se que a produção literária no Brasil era, salvo algumas exceções, uma atividade secundária, que possibilitava apenas um complemento de renda aos escritores, uma vez que os valores advindos da venda de suas obras não poderiam, por si só, proporcionar-lhes o mínimo de conforto material e financeiro. A esse respeito, Sérgio Miceli afirma que:

De fato, havia apenas um grupo restrito de escritores que puderam se consagrar em tempo integral à produção de obras literárias e artísticas, seja voltados predominantemente para a atividade especializada num determinado gênero – como nos casos de Érico Veríssimo, Jorge Amado, José Lins do Rego, todos eles concentrando o grosso de sua escrita nos romances que lançaram no mercado –, seja repartindo seu tempo e seus investimentos em diversos gêneros – como nos casos de Lúcio Cardoso, que estendeu seus interesses ao teatro e ao cinema, de Cornélio Pena, que chegou a firmar-se como pintor e ilustrador antes de voltar-se com exclusividade para a ficção, de Luís Jardim, que manteve suas atividades de ilustrador e capista junto à sua produção literária. Um segundo grupo, em que se incluíam, entre outros, Orígenes Lessa, Graciliano Ramos, Ciro dos Anjos, Raquel de Queiroz, José Geraldo Vieira, mantém a atividade literária, pelo menos durante um período mais ou menos prolongado, como prática subsidiária, sendo que parcela substantiva de seus rendimentos provém de atividades profissionais externas ao campo intelectual e artístico. Estão reunidos nesse segundo grupo tanto aqueles escritores que tiveram condições para prosseguir sua carreira intelectual às custas dos mecanismos clássicos de cooptação – e, portanto, graças aos postos públicos com que foram aquinhoados (Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Ciro dos Anjos) – como os que derivavam suas condições de existência do exercício de ocupações (agências de publicidade etc.) vinculadas de modo um tanto marginal à sua competência cultural (Orígenes Lessa, José Geraldo Vieira etc.).⁴²

Este “segundo grupo”, descrito por Miceli era composto pela grande massa daqueles que se dedicavam ao exercício intelectual e artístico. A conjuntura da década de 40, com as transformações no campo editorial brasileiro, possibilitou a ampliação do quadros dos chamados “romancistas profissionais”. Contudo, até que tais mudanças se iniciassem, a grande maioria dos escritores permaneceu dividida entre duas atividades, sendo prioritária aquela que lhes possibilitasse maior renda. Em sua introdução à entrevista de Valdomiro Silveira para a Revista *Vamos Ler!*, em 1939, Silveira Peixoto esclarecia a situação daqueles que se dedicavam à prática da escrita no país:

Deixe-me dizer que, tal como acontece à maioria de nossos escritores e de nossos artistas, Valdomiro não tem podido dedicar-se exclusivamente às letras – o que, segundo ele mesmo já

⁴² MICELI, Sérgio. “Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)”. In: _____. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 187.

confessou, é o que mais desejaria em sua vida. *A literatura e a arte, no Brasil, por circunstâncias que todos conhecemos, não podem ainda oferecer os elementos capazes de fazer o equilíbrio da beleza do sonho, com a realidade das contas dos fornecedores... Por isso, regra geral, têm que ser atividades subsidiárias – quase um diletantismo...*⁴³

O autor de *Falam os Escritores* deixava claro, em várias de suas entrevistas, a impressão de que havia uma clara incompatibilidade entre *pensar e ganhar o pão*. De acordo com Silveira Peixoto, viver com o produto de uma atividade intelectual era o mesmo que insistir na realização de um milagre. As razões para essa situação, no entanto, só ficariam mais evidentes no decorrer dos depoimentos prestados a ele por algumas das principais mentes do pensamento brasileiro no período em questão. Algumas questões problemáticas eram apontadas pelos entrevistados, entre as quais a falta de respeito dos editores e impressores de livros para com os autores, bem como a preferência do público para com as obras estrangeiras – daí a polêmica criada em torno daqueles que se prestavam ao ofício de tradutores.

Com relação ao primeiro dos aspectos citados, será importante a leitura de uma declaração, no mínimo irônica, do célebre escritor Guilherme de Almeida. Ao ser questionado por Silveira Peixoto a respeito da quantidade de livros que já teria vendido, o grande poeta modernista afirmou:

Somente os editores poderiam responder com exatidão a essa pergunta... Você sabe como são essas coisas... O contrato para a edição de um livro determina certa tiragem; em uma das páginas, no princípio, ou no fim, aparece a clássica declaração do número de exemplares tirados. *Mas, por “milagre” de multiplicação, a tiragem real é, muitas vezes, maior do que a que consta do contrato e da declaração... Um livro que, oficialmente, para o autor e para os leitores, deveria ter alcançado uma tiragem de mil exemplares, não raro, na verdade, chegou a dois ou a três mil...* Daí, é fácil concluir que só mesmo os editores poderiam responder-lhes.⁴⁴

A observação de Almeida, apesar de maliciosa e carregada de ironia, deixava evidente certo aspecto de descontentamento com o tipo de relação que se estabelecia entre escritor e editor, haja vista que este último sonegava-lhe o valor total obtido pela venda de seus livros, imprimindo um número maior de exemplares do que os declarados em contrato. Tal fato seria confirmado por outros entrevistados, como Cornélio Pires que, acerca da tiragem de sua obra

⁴³ A referida entrevista encontra-se publicada em PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol. 1. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, pp. 163-172 (grifo nosso).

⁴⁴ PEIXOTO, Silveira. *Idem*, p. 40 (grifo nosso).

Musa caipira, afirmava que o livreiro teria lhe dito que a edição fora de mil exemplares, mas que tinha a impressão de que eles teriam se multiplicado, “como os pães de Jesus”⁴⁵; e Mário de Andrade, que parecia desconfiar de seus editores, na medida em que, ao ser questionado a respeito das tiragens obtidas por seus livros, considerava não saber ao certo qual a totalidade de impressões, uma vez que havia livros que davam “proliferações insuspeitas”.⁴⁶

À desconfiança dos escritores quanto à idoneidade de seus editores, somavam-se os baixos valores pagos àqueles por exemplar vendido de seus livros e o pequeno interesse do público e, conseqüentemente, das editoras por obras nacionais. A proliferação de textos estrangeiros ocasionou um aumento na demanda por tradutores, o que gerou uma migração de muitos literatos do espaço da *criação* para o espaço da *tradução*. Isso, contudo, era justificado como uma forma que os homens de letras haviam encontrado de ganhar dinheiro, apesar da pouca receptividade de seus escritos entre os leitores.

Dada a importância do tema, naquele presente momento, Silveira Peixoto não se furtou a questionar cada um de seus entrevistados a respeito das traduções, sendo possível observar diferentes tipos de opinião⁴⁷. Mário de Andrade, por exemplo, afirmava tratar-se de “péssima coisa”, pelo fato da tradução ser “uma arte tão elevada e difícil como criar” e que a maioria daqueles que estavam se voltando para esse ofício, o faziam de forma “desonesta” – mesmo considerando que, se o faziam, era pela opressão financeira que sofriam⁴⁸. Alceu Amoroso Lima, por sua vez, considerava o perigo que aquilo poderia representar para o ato criador, mas que não havia o que temer, dado o fato de que a maioria dos tradutores tinham “mérito real”, tendo feito tal opção por conta das dificuldades econômicas próprias daqueles que se dedicavam às letras.⁴⁹

Dessa forma, impossibilitados que estavam de verem seus livros publicados e, portanto, incapazes de sobreviver à custa daquilo que produziam, os escritores brasileiros aceitavam emprestar seu trabalho à arte da tradução, pela qual, inclusive, recebiam mais. Se, a primeira vista, isto parecia gerar uma espécie de *círculo vicioso*, uma vez que a obra

⁴⁵ *Idem*, p. 312.

⁴⁶ PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol.II. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1941, p. 20.

⁴⁷ A edição de *Falam os Escritores*, conforme se observa pelas notas, foi feita em dois volumes, sendo que o primeiro dá conta de uma série de entrevistas realizadas em 1939, e o segundo foi organizado a partir de depoimentos recolhidos em 1941. O fato interessante, contudo, se refere ao teor dos questionamentos feitos por Silveira Peixoto nos dois momentos em questão. A inclusão de algumas questões nas entrevistas de 1941 revela novas preocupações surgidas no interior do campo literário brasileiro naquele início de década: se no volume 1, o questionário referia-se, quase que exclusivamente a trajetória do entrevistado; no volume 2, as perguntas denotam um grau de atenção maior com os fatores referentes as condições profissionais e materiais do escritor. Daí, a insistência de Silveira Peixoto em questionar seus entrevistados acerca do “problema” da tradução.

⁴⁸ PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol.II. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1941, p. 21.

⁴⁹ PEIXOTO, Silveira. *Idem*, p. 32.

estrangeira poderia ofuscar a produção nacional e, portanto, impedir que o tradutor pudesse, um dia, ver publicada uma criação sua (assim como a de outros escritores nativos); por outro lado, havia aqueles que enxergavam na opção de alguns pela tradução não mais do que uma consequência da condição de desamparo em que se encontravam os literatos brasileiros e que, em médio e longo prazos, a divulgação de produções alienígenas, mesmo aquelas de baixa qualidade, contribuiriam para a formação de um público mais preparado para “leituras mais sólidas”, estas sim, produzidas pelos escritores locais. Tal era a perspectiva do escritor curitibano De Plácido e Silva que, questionado por Silveira Peixoto acerca do perigo que as traduções poderiam representar para a literatura brasileira, declarou:

Mas nossos escritores precisam viver... Ora, se as editoras, formando seus grupos, não tratam de ampará-los, não lhes resta outro recurso que não o de apelar para as traduções. É o imperativo da vida, é a procura ao elemento relevante, com que se adquire teto, agasalho, e pão para os filhos. Por outro lado, não obstante haver muita trivialidade traduzida, muita sensacionalidade sem razão, que se compra e que se lê por mero esnobismo, não se pode negar a utilidade das traduções. O leitor não se faz de repente. Faz-se aos pedaços, com a leitura popular, de começo, para chegar, depois, à leitura da arte. Assim, os folhetins cinematográficos, lançados a mancheias, irão preparando terreno para as leituras mais sólidas. E não creio que, daí, resulte algum sacrifício ou perigo para a literatura nacional. Desde que as traduções, mesmo as mais fúteis – aquelas que são adquiridas e lidas para “mostrar que se leu a última novidade importada” – servem para habituar à leitura, está claro que aí, pelo menos, prestarão algum serviço de valia às letras nacionais. Não devem nossos autores desanimar diante disso. *Nosso mal não reside nas traduções divulgadas com tanto alarde; está, sim, no fato de ainda não termos leitores em número capaz de sustentar a literatura nacional.* E contamos algumas dezenas de milhões de habitantes!... Mas virá. Tudo tem o seu tempo. Os escritores nacionais já estão sendo lidos. *Seria necessário haver maior solidariedade entre eles, na defesa de interesses comuns. Não há, infelizmente. O regime de grupos continua a destruir, sem construir.* Em regra, você não ignora, o valor, atualmente, é medido pelas simpatias... A imprensa alheia-se a propagar e fomentar o gosto pelas letras indígenas; nem cogita de mostrar o dever nativo de prestigiar os nossos intelectuais, sem distinção de casta, para que possam eles prosperar materialmente e, assim, produzir sem tormentos – produzir cada vez melhor. Mas há de vir melhores tempos!... Hão de vir!⁵⁰

Este depoimento de De Plácido e Silva é, possivelmente, o mais marcante no que toca a situação do escritor e sua opção pela prática da tradução. Sua importância, contudo, é ainda maior por se tratar de uma das poucas entrevistas que apresentam uma solicitação por uma união maior dos homens de letras pela defesa dos seus direitos e pela proteção da literatura nacional diante da invasão de obras estrangeiras – fato este que se consubstanciaria na

⁵⁰ *Idem*, p. 296 (grifo nosso).

fundação da Sociedade Brasileira de Escritores, em 1941, e da Associação Brasileira de Escritores, em 1942.

Tais agremiações, para além da tentativa de dar maior coesão ao grupo dos literatos do país, tinham por intuito criar melhores condições de trabalho para seus membros, uma vez que a situação material de grande parte dos escritores brasileiros era, naquele momento, de penúria e, conforme se disse a pouco, isto os empurrava para outras atividades, tornando a prática da escrita algo secundário, complementar. Além disso, nos casos em que o intelectual emprestava seu talento para publicações oficiais ou dedicava seu esforço na ocupação de cargos públicos, a sua capacidade criativa e opinativa poderia estar restringida pelas posições assumidas pelo Estado – neste caso, dominado pela ditadura de Getúlio Vargas. Neste sentido, é sintomática a declaração prestada por Galeão Coutinho a respeito da condição do escritor ou do jornalista, e das consequências que advinham de tal condição:

[...] Um alfaiate, um sapateiro, um pedreiro, um ferreiro, um simples operário, em suma, é que se deve envergonhar de ter um filho escritor ou jornalista. Examine as baixezas do meio intelectual, veja de quanta miséria é tecida a glória de alguns pavões de “inteligência”, analise as humilhações, as abdições de caráter, nesse mundo de fatuidades literárias e diga-me se a vida de um carroceiro não é mais digna. Quando medito sobre isso... Chego a querer que o intelectual brasileiro siga o exemplo de Spinoza, que polia lentes como simples operário. Em vez de candidato a emprego público, devemos adotar um meio de vida que nos garanta a independência mental.⁵¹

A afirmação de Coutinho estava ligada diretamente a uma imagem compartilhada pela maior parte dos homens de letras brasileiros, na medida em que muitos se encontravam oprimidos não apenas pelo aparato de repressão do governo à livre manifestação de idéias e produção cultural, mas também pelas dificuldades materiais. Era imperativo, portanto, que se lançassem medidas que protegessem a atividade literária, permitindo não apenas a liberdade de criação por parte dos escritores, mas também o melhoramento das condições econômicas dos mesmos. Tais iniciativas, contudo, não atingiriam apenas os literatos, poetas e romancistas. Cientistas sociais, historiadores, doutores em direito, todos aqueles que possuíam algum tipo de trabalho escrito eram considerados escritores e, não por acaso, iriam compor muitos dos quadros de delegados enviados ao congresso da A.B.D.E., em 1945.

O fato é que as transformações pelas quais estava passando o mercado editorial do país afetavam todos os produtores de *bens simbólicos*, fosse no campo artístico (no caso específico, a literatura), fosse no campo científico. Dando continuidade a um movimento

⁵¹ PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol.I. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1941, p. 242.

enraizado nas décadas anteriores, magnificado pelas circunstâncias da guerra, que delinearam uma série de obstáculos à importação de livros e sua impressão no exterior⁵², a expansão do comércio livreiro, resultante do aumento do público leitor e, por conseguinte, da demanda por obras de cunho literário e acadêmico, fez com que os escritores voltassem suas forças para a luta por melhores condições de trabalho, particularmente no que tangia ao valor obtido pela venda de suas obras, a partir da elaboração de uma legislação que abrangesse todas as suas reivindicações de ordem econômica e, obviamente, lhes garantisse a possibilidade de viver à custa de suas produções.

Várias obras apresentam esse quadro de crescimento nos negócios que envolviam o livro no Brasil. Laurence Hallewell, um dos mais notáveis estudiosos do assunto, perfaz a trajetória das grandes casas editoras do país, muitas delas surgidas no contexto dos anos 30 e 40, momento em que o comércio de livros, apesar da sua incipiência, já vislumbrava vãos mais altaneiros. Homens como José Olympio, Octalles Marcondes Ferreira, José de Barros Martins, Nelson Palma Travassos, Afonso Frederico Schmidt e, o sempre fundamental para a história editorial brasileira, Monteiro Lobato, compuseram o grupo dos grandes editores do país, publicando algumas das principais obras primas das letras nacionais.⁵³

O *boom*, no entanto, somente ocorreria nos primeiros anos da década de 40, impulsionado, sobremaneira, pela ocorrência da guerra na Europa, o que causou uma diminuição no comércio de obras importadas (oriundas, principalmente, da Portugal e França) e a necessidade de ampliação da produção interna⁵⁴. Referindo-se ao desempenho da Livraria José Olympio Editora, Laurence Hallewell afirma que o momento fora marcado pelo crescimento do número e da proporção de títulos traduzidos, prejudicando a edição das obras nacionais, que seguiram caminho inverso. O conflito mundial, contudo, não contribuiu isoladamente para que tal fenômeno ocorresse, sendo que, de acordo com o historiador norte-americano, outros elementos tiveram papel importante no processo de ampliação das traduções.

Houve diversas razões para essa ênfase nos autores estrangeiros, na década de 40, em detrimento dos nacionais. A guerra, é evidente, deslocou a atenção do público de sua preocupação com os acontecimentos nacionais, que caracterizara os anos 30. As dificuldades com o transporte marítimo durante a guerra estimularam a José Olympio e as demais editoras a publicar versões em português de

⁵² Ver MICELI, Sérgio. *op. cit.*; HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985; KOSHYIAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2006; entre outros.

⁵³ HALLEWELL, Laurence. *op.cit.*, pp. 235-430.

⁵⁴ MICELI, Sérgio. *op. cit.*, p. 147.

obras que, em condições normais, teriam sido importadas em suas edições originais européias ou norte-americanas. Ao mesmo tempo, a grande onda literária da década anterior começara a refluir, em grande medida devido à crescente esterilidade da vida cultural da nação sob o Estado Novo, que então atravessava seu mais violento período de repressão (1939-1942). A política do governo, até 1942, apoiava abertamente as potências do Eixo, e até mesmo Franklin Roosevelt (segundo Jorge Amado) era oficialmente um “comunista dos mais perigosos”.⁵⁵

Novamente, a questão política parece ter contribuído para a diminuição do número de obras brasileiras publicadas – o que não significa necessariamente um ambiente de esterilidade literária, ainda que a literatura fosse um dos principais alvos da repressão. Neste sentido, os dados fornecidos por Sérgio Miceli a respeito da quantidade de títulos nacionais publicados em relação aos títulos estrangeiros servirão de parâmetro para uma melhor apreciação da questão. Segundo ele, conforme as estatísticas apresentadas no Anuário Brasileiro de Literatura, entre os anos de 1939 e 1943, o número total de “publicações novas nacionais” e “reedições nacionais” foi quase três vezes superior ao total obtido pelas “publicações novas em diversos idiomas e traduções” e “reedições em diversos idiomas e traduções”⁵⁶. Se houve um maior interesse pelos títulos estrangeiros, isso se deu fundamentalmente por uma transformação do próprio público leitor, o que explicaria o fato de que, apesar do alto índice de títulos nacionais, a questão problemática estava na tiragem obtida pelos mesmos, muito menor do que aquelas obtidas pelas obras escritas no exterior.

Sem dúvida, a extensão do contingente de leitores exerceu influência sobre os gêneros que acabaram se firmando de um ponto de vista estritamente comercial. O primeiro posto da literatura de ficção – e, nessa categoria, a predominância dos romances de amor, de histórias policiais e de livros de aventuras – deve-se em ampla medida à expansão da parcela de leitores recrutada nas novas camadas médias, que redundou no aumento da demanda por obras de mero entretenimento. Este novo público constituiu-se por forças das mudanças ocorridas na hierarquia de ocupações do setor terciário dos principais centros urbanos, impulsionado pelo aumento dos postos técnicos e de gestão nos setores público e privado e pela expansão considerável do número de portadores de diplomas superiores na área das profissões liberais. *Dessa maneira, o volume significativo das obras de ficção, dos manuais de viver, dos livros de conselhos para o “lar”, para “vencer na vida”, para “emagrecer”, de livros*

⁵⁵ HALLEWELL, Laurence. *Idem*, p. 374. O historiador norte-americano salienta o fato de que, antes da editora de José Olympio assumir a liderança na edição e venda de obras traduzidas, a principal empresa dedicada a publicação de títulos estrangeiros era a Editora Globo, de Porto Alegre. A respeito dessa importante editora da história editorial brasileira, ver AMORIM, Sônia Maria de. *Em Busca de um Tempo Perdido*: Edição de literatura traduzida pela Editora Globo (1930-1950). São Paulo: Edusp/Com-Arte; Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1999.

⁵⁶ MICELI, Sérgio. *op. cit.*, p. 150. O quadro exposto pelo autor demonstra como entre 1939 e 1943, houve uma tendência crescente na publicação de obras nacionais (com uma diminuição em 1942) e obras estrangeiras. Em valores absolutos, o total de títulos nacionais publicados foi de 6460, e os títulos estrangeiros totalizaram 2252.

*infantis etc. comprova a existência de um público de leitores cujas preferências e escolhas em matéria de leitura são um tanto independentes dos juízos externados pelos detentores da autoridade intelectual.*⁵⁷

A essa última observação, vale citar a perspectiva de Nelson Palma Travassos acerca do assunto. Sendo um membro dirigente da Empresa Gráfica “Revistas dos Tribunais” no início dos anos 40, que centralizava grande parte dos livros editados no Brasil, ele fornecia uma justificativa carregada de ironia para o fato de que o editores estivessem privilegiando a publicação de obras traduzidas. Utilizando-se do público leitor como ponto de partida de sua explicação – a exemplo do que está colocado acima pelas palavras de Sérgio Miceli – Travassos isentava a figura do editor de toda culpa pelo aumento da traduções no mercado, segundo ele fruto da própria incompetência dos escritores nacionais, que produziam livros que os leitores não queriam ler.

Centralizando a impressão da grande maioria dos livros brasileiros em nossas oficinas, conhecendo as tiragens e sendo confidentes da maioria dos editores, sabemos as causas do fenômeno. O livro nacional não é grandemente editado porque o público não o quer. O autor nacional não tem, em geral, novidade alguma para contar e supõe que apenas “fazer livro” já é literatura. O que o público quer é livro que conte novidade, que tenha valor intrínseco, que “afine”, como se diz na gíria. Criticamos muito a tradução dos livros estrangeiros, principalmente de romances que não prestam. Mas o que acontece é que o romance nacional ainda é pior. E contra essa opinião nada vale a crítica literária. Quando o autor nacional tem coisa interessante para dizer e sabe dizer essa coisa, infalivelmente é lido.⁵⁸

A tradução correspondia apenas a uma das várias conseqüências daquele movimento de expansão do mercado editorial brasileiro, impulsionado, em larga medida, pelo crescimento e diversificação do público leitor e pela necessidade de substituir os livros que não mais eram importados, em decorrência da guerra. Conforme se pôde observar, isso não significou, necessariamente, uma melhoria no estilo de vida dos intelectuais dedicados à prática da escrita, justamente porque o espaço que poderia ser ocupados por novos autores neste mercado em crescimento, estava sendo preenchido por títulos estrangeiros. Os tradutores, por sua vez, interessados que estavam no retorno financeiro que a tradução lhes

⁵⁷ *Idem*, p. 155 (grifo nosso).

⁵⁸ TRAVASSOS, Nelson Palma. *Nos Bastidores da Literatura*. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda., 1944, pp. 21-22.

proporcionava, acabavam por negligenciar a atividade criadora – muitos deles já eram escritores consagrados – para angariar um complemento de renda.

Portanto, a ampliação das possibilidades mercadológicas para a atividade literária não significou, imediatamente, a melhoria das condições econômicas dos escritores brasileiros ou, num âmbito mais geral, à parcela do campo intelectual dedicada ao ofício das letras (vale lembrar, novamente, o caráter difuso deste grupo, que reunia produtores dos mais variados tipos de *bem simbólico*, desde romances de ficção até mesmo produções de cunho sociológico, historiográfico, etc.). A expansão do mercado de livros traduzidos provocou uma série de contrariedades entre os literatos do país, preocupados não apenas por conta de um espírito nacionalista – pautado na idéia das más influências que poderiam advir de tais livros – mas, sobremaneira, pelas restrições que a entrada de obras estrangeiras poderia trazer para o comércio de produções nacionais, como não poderia deixar de ser.

As observações feitas acerca das traduções, senão por uma preocupação com a qualidade de muitas delas (Mário de Andrade), ou afirmando a incompetência dos escritores nacionais (Nelson Palma Travassos), revelam a fragilidade econômica do profissional dedicado às letras e à produção de conhecimento. Por outro lado, é possível vislumbrar certo otimismo quanto ao momento de expansão do mercado editorial⁵⁹, estimulado pelas circunstâncias da guerra, e, por outro lado, um engajamento de parte dos intelectuais no movimento de construção de um outro espaço de autonomização, que era o das universidades⁶⁰. O processo de *autonomização* do campo intelectual, a partir de uma definição mais específica de funções no campo cultural, ainda estava em vias de se efetivar, e havia grandes expectativas em relação quanto a seus rumos. Por outro lado, como se pode ver, o crescimento do mercado não abriu grandes possibilidades à totalidade dos escritores, uma vez que muitos continuavam presos às suas necessidades materiais, obrigando-os a duplicarem seus turnos de trabalho, divididos entre o ofício literário, o jornalismo, a docência, o direito, a medicina e, em muitos casos, o serviço público. Mesmo a tradução era feita como forma de ampliar os poucos valores obtidos com a produção de obras literárias. Em muitos casos, o *diletantismo* – embora isso não significasse, necessariamente, um *amadorismo literário* – predominante entre a maioria dos homens de letras do país deixava clara a impossibilidade de se viver exclusivamente da arte de escrever, de pensar.

⁵⁹ Ver IUMATTI, Paulo Teixeira. *Arte e trabalho: aspectos do mundo das gráficas e editoras em São Paulo, 1914-1945* (no prelo).

⁶⁰ Ver MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. vol. 1. São Paulo: IDESP, 1989; PONTES, Heloisa. *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo, 1940-1968*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Dito isto, é possível fazer a seguinte avaliação: se, num primeiro momento, a condição primordial para a realização de um congresso de escritores foi o engajamento na defesa de *valores universais*, como liberdade e democracia, a fim de trazer a intelectualidade, notadamente aqueles dedicados às letras, para a linha de frente da luta contra os regimes totalitários; os elementos de ordem econômica também se colocavam como fundamentais, na medida em que somente pela melhoria financeira e material dos homens de letras, estes poderiam dedicar-se somente à sua arte e ter um grau maior de autonomia, inclusive para externar seus posicionamentos políticos.

As próprias discussões a respeito da ampliação do acesso do povo ao ensino, com a sugestão de que os níveis básicos fossem tornados gratuitos e obrigatórios, compõem parte deste discurso mais amplo, *estratégico* em muitos pontos, uma vez que isso significaria o aumento no número de leitores e, por sua vez, um incentivo a mais para o crescimento do mercado editorial. Este, seguindo as conclusões da Comissão dos Direitos Autorais, tenderia a favorecer os escritores brasileiros, melhor remunerados e protegidos legalmente dos abusos praticados pelos editores.

Neste sentido, a leitura dos *Anais do Primeiro Congresso dos Escritores Brasileiros* revelam uma clara preocupação em criar um estatuto básico do que viria a ser efetivamente um escritor, dotado de *código de ética* (cujas características básicas foram ditas há pouco) e uma legislação própria, que regulamentasse a profissão e defendesse seus direitos enquanto produtor cultural.

Dessa forma, o próprio debate em prol da democratização e do combate às práticas fascistas – e que permitiu, em última análise, que elementos tão diversos compartilhassem do mesmo espaço durante as sessões plenárias do evento – pode ser agregado às discussões de ordem profissional, uma vez que somente em um ambiente de liberdade política os intelectuais poderiam exercer plenamente o *papel* que lhes era proposto por figuras centrais como Mário de Andrade e, a partir de outros pontos de vista e em outros termos e propósitos, Caio Prado Jr.⁶¹ Em linhas gerais, isso significava que a *intelligentsia* estaria livre para pensar e, como parte dela, os literatos estariam livres para criar – sempre imbuídos de certa *responsabilidade social*.

Estas observações podem ser matizadas com alguns elementos de análise propostos por Pierre Bourdieu que, entre outras coisas, procurou sistematizar o processo de *autonomização* do campo intelectual e artístico, a partir das relações que este estabelece com

⁶¹ IUMATTI, Paulo Teixeira. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

o campo de poder, bem como elucidando os fatores que concorrem para a efetivação desta *autonomia*. Analisando as trajetórias de autores clássicos como Flaubert, Baudelaire e Zola, o sociólogo francês procurou demonstrar como tal processo efetivou-se em seu país, até culminar no célebre *Affaire Dreyfus*, quando o autor de *Germinal* lançou um artigo de ataque ao governo, intitulado “J’accuse...”⁶². A própria noção de intelectual nasceria a partir desta ação de Émile Zola em favor do capitão Alfred Dreyfus, como fica demonstrado na análise de Bourdieu acerca dessa personagem histórica:

O intelectual é um ser paradoxal, que não nos é possível pensar enquanto tal enquanto o apreendermos através da alternativa obrigatória de autonomia e do empenhamento, da cultura pura e da política. Isto porque ele se constituiu, historicamente, na e pela superação desta oposição: os escritores, os artistas e os cientistas afirmaram-se pela primeira vez como intelectuais quando, no momento do Caso Dreyfus, intervieram na vida política *enquanto tais*, quer dizer, com uma autoridade específica assente na pertença ao mundo relativamente autônomo da arte, da ciência e da literatura, e em todos os valores associados a essa autonomia – desinteresse, competência, etc.

O intelectual é uma personagem bidimensional que só existe e subsiste como tal se (e apenas se) for investido de uma autoridade específica, conferida por um mundo intelectual autônomo (quer dizer, independente dos poderes religiosos, políticos, econômicos) cujas leis específicas respeita, e se (e apenas se) cometer essa autoridade específica em lutas políticas. Longe de existir, como corretamente se pensa, uma antinomia entre a busca da autonomia (que caracteriza a arte, a ciência ou a literatura ditas “puras”) e a busca da eficácia política, é aumentando a sua autonomia (e, por isso, entre outras coisas, a sua liberdade crítica perante os poderes) que os intelectuais podem aumentar a eficácia de uma ação política cujos fins e os meios encontram o seu princípio na lógica específica dos campos de produção cultural.⁶³

Pierre Bourdieu lembra que “à medida que o campo intelectual e artístico amplia a sua autonomia, elevando-se, ao mesmo tempo, o estatuto social dos produtores de bens simbólicos, os intelectuais e os artistas tendem progressivamente a ingressar por sua própria conta, e não mais apenas por procuração ou por delegação, no jogo dos conflitos entre as frações da classe dominante”⁶⁴. Trata-se de uma participação muitas vezes indireta, que não corresponde, necessariamente, ao ingresso no campo político. Assim, o que está colocado corresponde à idéia de que, somente pela *autonomização* do campo, o intelectual poderá exercer o seu dever de *falar livremente às classes dominantes*, sempre obedecendo aos

⁶² A respeito do Caso Dreyfus, ver o capítulo “Eu acuso...”, em WINOCK, Michel. *op. cit.*, 2000, 22-34.

⁶³ BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 380.

⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p. 192.

preceitos básicos do seu próprio campo. Ou seja, mesmo para *dizer o que pensa*, o intelectual não poderá negligenciar a sua própria condição.⁶⁵

O desenvolvimento e ampliação do mercado de bens simbólicos também funcionarão como fatores contribuintes para esse processo de *autonomização*, uma vez que criará cisões no próprio campo de produção, dividido entre aqueles agentes que se dirigem a um público estabelecido, “burguês”, o que lhes garante condições de existência “quase burguesas”; e aqueles que se dirigem às classes dominadas, através de uma produção simpática às questões desta fração da sociedade⁶⁶. No caso brasileiro, no período dos anos 40, esse mercado dirigido ao “povo” não estava desenvolvido, até mesmo pelas dificuldades de acesso às primeiras letras pela maior parte da população. Vale reafirmar, portanto, o caráter *estratégico* do discurso dos delegados ao congresso dos escritores, ao defenderem a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, como forma de criar um espaço maior no mercado para os escritores que desejassem viver de sua arte.

Contudo, vale a pena uma última observação a respeito das idéias de Bourdieu, particularmente no que se refere ao próprio desenvolvimento da idéia de *autonomia*, uma vez que, segundo ele, ela está condicionada à própria condição do campo de produção.

[...] contrariamente ao que poderia fazer crer a visão ingenuamente hegeliana da história intelectual, a reivindicação da autonomia que se acha inscrita na própria existência de um campo de produção cultural tem de contar com obstáculos e poderes incessantemente renovados, quer se trate dos poderes externos, como os da Igreja, do Estado ou das grandes empresas econômicas, quer dos poderes internos, e em particular os conferidos pelo controle dos instrumentos de produção e de difusão (imprensa, atividade editorial, rádio, televisão).⁶⁷

Esta percepção é fundamental, na medida em que demonstra a importância das condições políticas e mercadológicas para a definição da *autonomia* buscada pelos membros do campo intelectual. Neste sentido, é possível supor que a existência de um Estado repressor, e a conseqüente luta pela democratização e liberdade de opinião, bem como o desenvolvimento de um mercado de bens simbólicos no Brasil, estiveram entre os principais

⁶⁵ Esta perspectiva está relacionada à análise que Bourdieu faz da atuação de Émile Zola, dentro do processo de “invenção do intelectual”. Ver: BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*, pp. 155-158. Outra fonte de informações referente ao nascimento da noção de intelectual e a contribuição de Zola estão em WINOCK, Michel. *op. cit.*, pp. 22-90.

⁶⁶ BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p. 193.

⁶⁷ BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 383.

elementos motivadores tanto daquele processo de *autonomização* dos intelectuais brasileiros em meados dos anos 40, como de seu engajamento consciente no mesmo.

Partindo desses pressupostos teóricos e da série de elementos conjunturais citados anteriormente, este trabalho procurará demonstrar toda a complexidade característica do congresso promovido pela A.B.D.E., em 1945. Ao considerar as demandas existentes em parte da intelectualidade brasileira daquele momento – como a maior participação dos homens de pensamento em questões sociais, além da melhoria nas condições materiais e financeiras dos membros da *intelligentsia* do país – o leitor poderá compreender as razões que estavam por trás de todas as propostas levadas às comissões do conclave, bem como das expectativas geradas em torno daquela reunião, conforme se poderá observar na série de artigos publicados na imprensa paulista, relacionados à questão dos escritores, e que serão comentados no próximo capítulo.

3. AS EXPECTATIVAS EM TORNO DA ASSEMBLÉIA DA A.B.D.E.: OS ARTIGOS E ENTREVISTAS PUBLICADOS NA IMPRENSA PAULISTANA

Em fins de janeiro de 1945, eram grandes as expectativas em torno da reunião dos intelectuais brasileiros, em seu primeiro congresso, a ser promovido pela A.B.D.E. A imprensa, órgão dos mais interessados nos resultados do evento, exaltava a iniciativa dos escritores, em favor dos direitos básicos de uma sociedade dita democrática, a saber, a liberdade de opinião. Apesar da censura ainda atuar de forma um tanto quanto debilitada, até pelo enfraquecimento aparente do regime estado-novista, as críticas ao governo eram feitas de forma velada, implícitas em artigos dedicados a temas gerais, em grande parte relacionados ao processo de redemocratização da Europa, diante da eminente derrota das forças do Eixo.

De acordo com Fernando Jorge, em seu livro *Cala a Boca, Jornalista!*, as diretrizes do Departamento de Imprensa e Propaganda para aquele mês “ainda se mostravam muito rigorosas”, apesar do regime estar “caindo na agonia”⁶⁸. Citando alguns dos principais dispositivos do texto expedido pelo D.I.P., o escritor e jornalista deixa clara a preocupação do governo com as notícias e comentários que poderiam ser veiculados pela grande imprensa a respeito da reunião dos escritores em São Paulo, sendo que, pelo menos em artigos do texto, o congresso da A.B.D.E. era lembrado:

12 – [...] b) Comentários, tópicos, notícias, etc., referentes ao Congresso dos Escritores, em São Paulo, somente podem ter curso depois de visados por este Departamento.

19 – [...] b) Já pode ser publicada qualquer matéria referente ao Congresso dos Escritores, a ser realizado em São Paulo.

27 – a) Não pode ser publicado nenhum manifesto, moção ou manifestação coletiva de caráter político-social, inclusive a moção à imprensa, votada no Congresso dos Escritores.⁶⁹

Apesar das várias restrições, não foram poucas as declarações de apoio ao *Congresso dos Escritores* que preencheram as páginas de importantes jornais paulistanos. A cobertura dos preparativos do evento era complementada por artigos em que eram analisados os problemas atinentes ao trabalho intelectual, propondo temas a serem debatidos pelos congressistas. Entre os periódicos que maior atenção dedicaram a reunião dos intelectuais, podem-se destacar os seguintes: *Folha da Manhã*, *Folha da Noite*, *Diário de São Paulo*,

⁶⁸ JORGE, Fernando. *Cala a Boca, Jornalista!* O ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira. 3ª ed. revista e aumentada. São Paulo: Vozes, 1990, p. 88.

⁶⁹ *Idem*, pp. 89-90.

Correio Paulistano e o Estado de São Paulo. A Noite, diário afinado com o ideário político do Estado Novo, pouco espaço dedicou a divulgação do certame dos escritores.

3.1. Folha da Manhã

A *Folha da Manhã*, diário matutino dos mais conhecidos na capital paulista e de franca oposição ao governo, dedicou várias matérias ao evento, elegendo alguns de seus melhores articulistas para que escrevessem sobre as expectativas formadas em torno daquele importante conclave. A formação das delegações estaduais, bem como as reuniões da seção paulista da A.B.D.E. eram focos de reportagens quase diárias durante o mês de janeiro de 1945.

Ao contrário de outros jornais de grande circulação, a *Folha da Manhã* não deu grande publicidade às teses que seriam levadas às comissões do congresso. Como foi dito ainda há pouco, foram escalados alguns intelectuais para debaterem temas problemáticos ao seu ofício e a sua posição ante as questões de seu tempo, em uma espécie de aquecimento para o que estava por vir. Conforme ficará demonstrado mais adiante, havia uma clara preocupação em estabelecer um código de conduta dos escritores, pela defesa da liberdade dos povos e contra a tirania dos regimes totalitários. Em 7 de janeiro, um artigo intitulado *A Mobilização dos Escritores*, de Rubens do Amaral, daria o tom dessas reivindicações⁷⁰. Segundo suas palavras, muito próximas àquelas entoadas por Mário de Andrade – conforme assinalado no capítulo anterior – os escritores não poderiam mais se isolar na cultura e na arte, “como estudiosos e sonhadores”. Em uma *era das massas*, os homens de letras deveriam pensar, agir, sofrer e viver como “moléculas de um corpo, presos ao seu destino”. Para Amaral, a *torre de marfim* havia sido derrubada e não poderia ser reconstruída. Neste sentido, um congresso de escritores não poderia ater-se a “um torneio de jogos florais, com críticos a estudar escolas e autores, com cronistas a fixar momentos e pessoas, com romancistas a traçar rumos e métodos, com poetas a pintar paisagens e alma”. Era necessário que os escritores reconhecessem as funções sociais, políticas e econômicas da arte e da cultura, encarando a vida de uma forma global, “como homens, como cidadãos, como unidades ativas do povo, acudindo às necessidades materiais e defendendo os direitos espirituais”.

⁷⁰ AMARAL, Rubens do. “A Mobilização dos Escritores”. In: *Folha da Manhã*, 7 jan. 1945, p. 06. Não foram encontradas fontes eficazes acerca da vida de Rubens do Amaral (Estanislau Rubens do Amaral). Contudo, cumpre salientar que ele ocupava o cargo de redator-chefe da *Folha da Manhã*, em 1939, ano em que seria entrevistado por Silveira Peixoto para a revista *Vamos Ler!* (ver PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol.I. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1941, pp. 183-191).

Os perigos representados pelos totalitarismos e suas respectivas máquinas ao trabalho intelectual não escaparam à análise de Rubens do Amaral. Dessa forma, para além das questões que afetavam propriamente o trabalho dos escritores, sua remuneração, bem como os direitos autorais; seria preciso transcender a esfera profissional, tornando o congresso uma afirmação de princípios de liberdade de pensamento, em face da arte, da cultura, da moral, da religião, da política, e “de todos os problemas econômicos ou éticos da nação e do mundo”. De acordo com Amaral, sendo o escritor “um homem que pensa”, ele não poderia permitir que lhe aniquilassem o pensamento, com idéias “fabricadas em laboratório, como a quinina do Estado”. Era seu dever reagir a esta ameaça de aniquilamento, pelo bem de seu ofício, pela preservação de suas idéias acerca do mundo e, principalmente, pela humanidade.

Amaral lembrava ainda o momento singular em que o congresso de escritores era realizado, “quando o Brasil acorda ao ribombo dos canhões que libertam a Europa do flagelo dos nazi-fascistas”. Segundo ele, a hora era oportuna para a proclamação de direitos que, se renasciam no Velho Mundo, nunca haviam perecido no Novo Mundo. Interessante esta perspectiva de Rubens do Amaral, na medida em que ele considerava que os grandes salvadores da democracia e da liberdade no *continente colombiano* foram justamente os ingleses e os norte-americanos, por terem barrado a “conjura demoníaca dos ditadores” em solo europeu. Antecipando um pouco do que seria dito nos discursos de inauguração do conclave dos intelectuais, o artigo de Amaral seria finalizado com um apelo: “A época é dos fortes e organizados. Os fracos e tímidos condenam-se previamente a malogros, reveses e fracassos. Seja Força e Ousadia o Lema do Congresso de Escritores”.

Outra presença marcante nas páginas da *Folha da Manhã* era o escritor, editor e jornalista comunista Galeão Coutinho⁷¹. Suas considerações acerca do conclave dos intelectuais brasileiros não tinham um senso político tão acentuado quanto Rubens do Amaral, preocupando-se sobremaneira com as condições profissionais do escritor dentro do mercado literário nacional. Em 11 de janeiro, em um artigo intitulado *À Margem do Congresso*, Coutinho trazia uma importante reflexão sobre a “revalorização dos autores brasileiros através do livro”⁷². Segundo ele, no intuito de suprir a demanda por traduções de obras estrangeiras –

⁷¹ Ver ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valéria Garcia de. *Cultura Amordaçada: Intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS*. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2002, p. 111. Trata-se da reprodução do prontuário de Galeão Coutinho, que compõe parte do inventário do DEOPS, referente aos intelectuais comunistas. Nele, Coutinho é acusado de tomar parte em reuniões da Liga Lombarda e da União Sindical dos Profissionais do Volante Antiguerrero, além de produzir diversos livros de caráter suspeito em sua firma “Bades e Coutinho”. Outra fonte de informações a respeito de Galeão Coutinho é a sua entrevista a Silveira Peixoto, em PEIXOTO, Silveira. *op. cit.*, pp. 229-244.

⁷² COUTINHO, Galeão. “À Margem do Congresso”. In: *Folha da Manhã*, 11 jan. 1945, p. 07 e 09.

notadamente as norte-americanas, adaptadas ao cinema – os editores estariam abafando os livros especificamente brasileiros.

Galeão Coutinho considerava que, ao encarar o livro como *mercadoria*, no mesmo nível de outros produtos que se lançavam no mercado – “coisa vaga, indefinível, misteriosa” – o estrangeiro, de fato, colocava *fora da pista* o similar brasileiro. A culpa, portanto, por tal fracasso, não poderia ser integralmente atribuída ao editor do país, posto que este agia como *comerciante* e não como *filantropo*: “publica de preferência o livro estrangeiro, porque o público o aceita de olhos fechados, muitas e muitas vezes só pela circunstância de ser estrangeiro, torcendo o nariz aos autores nacionais”. Daí uma questão fundamental para Coutinho, a saber, “o leitor brasileiro, de modo geral, prefere o livro de autor estrangeiro porque este seja melhor, ou por puro esnobismo?”. Certamente pelos dois motivos, seria sua resposta.

Na sua opinião, apesar de melhores ficcionistas, os escritores traduzidos não possuíam a mesma capacidade de refletir sobre os problemas humanos que os autores nacionais. Contudo, essa diferença era suprida pelo fato daqueles disporem de amplos recursos culturais e financeiros – principalmente financeiros. Isso levava Coutinho à outra observação importante, referente à condição de trabalho do intelectual brasileiro. Segundo ele, enquanto os homens de letras do exterior podiam se dar ao luxo de dedicar-se exclusivamente ao ofício da literatura; no Brasil, o quadro era totalmente diverso, tendo o escritor que compartilhar o seu tempo entre a atividade do espírito e a ocupação de algum cargo público ou profissão liberal. Esse amadorismo, para Coutinho, dava certo *descrédito* à produção brasileira, refletindo diretamente na divulgação de suas obras e, conseqüentemente, no interesse do público leitor.

Este último, aliás, não escapou às críticas de Galeão Coutinho, particularmente no que se referia à questão do patriotismo. Nota-se um claro ressentimento do autor com relação aos leitores brasileiros interessados, na maior parte das vezes, em consumir a produção estrangeira, em detrimento da nacional: “o leitor brasileiro [que] está sempre disposto a pagar quarenta, cinquenta, ou mesmo sessenta cruzeiros por um romance estrangeiro; dificilmente pagará esse preço por um autor nacional, mesmo reconhecidamente bom”.

Diante das observações de Coutinho, ficava a questão de como solucionar esse quadro de aparente inferioridade das letras brasileiras no âmbito do mercado literário. Para o articulista, não se tratava de impor restrições à publicação de obras estrangeiras – segundo ele, “um atentado à universalização da cultura”, a “xenofobia mais funesta”; mas sim, de buscar no exemplo dos estrangeiros um “passo inicial para o aperfeiçoamento futuro”, rumo a

“desejável autonomia mental”. Neste sentido, suas considerações apontavam para uma posição nacionalista/universalista e, em seu caso mais específico, de esquerda.

A preocupação com os rumos que o Congresso poderia tomar não era uma exclusividade de Galeão Coutinho. Uma segunda tese “à margem” do evento seria apresentada no dia 14 de janeiro, por Luis Washington, intitulada “O Banco do Livro”⁷³. O autor, como não poderia deixar de ser, lembrava que o momento conturbado pelo qual passava o país e o mundo exigia uma atitude eficaz dos homens de letras, alertando, contudo, para os riscos que a intervenção política poderia acarretar na formulação de decisões sensatas e eficazes por parte dos participantes do conclave:

Só através de seus resultados se poderá julgar o 1º Congresso Brasileiro de Escritores, como é óbvio. Por ora, pode-se apenas prevêê-los. E tendo-se em vista o instante de comoções ideológicas, talvez único em nossa história – fácil é concluir-se de sua importância como acontecimento, independentemente das medidas que, por consequência, advirão. O essencial está, porém em dar-se uma direção “reta” às discussões, sem as curvas interesseiras, que já mesmo antes de sua realização – por escolha da delegação paulista – se insinuaram na cabala perniciosa e de má fé de algum pândego. O 1º Congresso Brasileiro de Escritores deve estar acima dos interesses pessoais e mesquinhos, e apresentá-lo sob técnica perrepista é matá-lo – não obstante seus *assassinos* pensarem que “venceram” o páreo.

Luis Washington considerava que não bastava aos congressistas discutirem a posição dos intelectuais em face dos acontecimentos da época e da cultura brasileira, “nos seus aspectos lingüísticos e literários”, mas também a própria condição do intelectual, enquanto membro de uma classe. Neste sentido, o articulista fazia uma proposta aos delegados ao congresso, a saber, a criação de um *Banco do Livro*, como forma de dar amparo e proteção aos escritores, privados de condições econômicas que lhes permitisse uma dedicação integral e segura a atividade literária. De acordo com ele, muitos dos homens ligados à produção cultural, por não contarem com um amplo poder aquisitivo, eram obrigados, pelas próprias vicissitudes do dia-a-dia, a abrirem mão de seus bens mais preciosos, os livros, como forma de arrecadarem um dinheiro que viesse a suprir as suas necessidades mais urgentes.

Contudo, Luis Washington alertava para o fato de que os compradores desse material não estavam pagando o justo preço pelo que adquiriam, o que ampliava o prejuízo do escritor, obrigado a vender seus livros por um valor muito abaixo do que realmente valiam:

⁷³ WASHINGTON, Luis. “Banco do Livro”. In: *Folha da Manhã*, 14 jan. 1945, p. 06. Não foram encontradas informações precisas a respeito do jornalista Luis Washington, sabendo-se, contudo, que, além de ter contribuído com a *Folha da Manhã*, ele também foi colaborador do *Estado de São Paulo* (ver NUNES, Mônica de Fátima Rodrigues. *Paulicéia Literária: páginas e suplementos literários em jornais paulistanos, 1920-1964*. São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo, 2007, Tese de Doutorado)

Para citar um exemplo concreto: um livro no valor de 300 cruzeiros é vendido por sua terça parte e o dono do “sebo”, logo em seguida, telefona para o freguez que havia solicitado tal livro, oferecendo-lhe com 100% de lucro, ou mais. Só nesse exemplo constatamos dois fatos, que sem embargo serem sancionados pela egrégia ciência do comércio, não deixam de ser “imorais”: 1) a compra pelo menor preço e 2) a venda pela maior. Com isso, dois estudiosos são prejudicados: o que vendeu pelo *mínimo* e o que comprou pelo *máximo* – para que um terceiro ficasse com os dinheiros dessa transação: o livreiro alfarrabista.

O *Banco do Livro* seria, portanto, uma solução possível para essas vítimas dos abusos praticados pelos donos de alfarrábios, na medida em que possibilitaria, segundo o artigo, que os escritores que, por algum motivo, tivessem que vender seus livros, o fizessem por um preço razoável, metade do valor da capa, podendo no futuro reaver seus antigos bens, com um pequeno acréscimo de cinco por cento sobre o que havia sido pago pelo banco no ato da aquisição. Dessa forma, a instituição, que poderia ser dirigida pelo Estado ou mesmo pela A.B.D.E., serviria como um meio de defesa do escritor, uma vez que não estaria afinada as leis do mercado de oferta e procura, dando preferência aos interesses da classe dos homens de letras, possibilitados de conseguir o dinheiro necessário ao suprimento de suas necessidades, sem perder a chance de readquirir seus tão caros instrumentos de trabalho e estudo.

As condições materiais do escritor estavam, sem dúvida alguma, no cerne dos debates acerca das metas as quais se deveria pretender o Congresso dos Escritores. No dia 18 de janeiro, em uma matéria sobre as resoluções da delegação paulista ao evento, eram trazidas algumas indicações de Abner Mourão⁷⁴ aos congressistas que, entre outras coisas, solicitava que fosse tornada obrigatória a rubrica do escritor em cada um dos exemplares tirados de seus livros, como meio de fiscalizar a atividade das editoras e proteger o autor de todo e qualquer tipo de exploração indevida de sua obra⁷⁵. Este tema seria central nos debates travados pela comissão de Direitos Autorais, como se poderá observar mais adiante.

Uma segundo ponto explorado por Abner Mourão dizia respeito às diferenças que existiam entre a Língua Portuguesa praticada no Brasil e em Portugal. Segundo ele, essas

⁷⁴ Abner Mourão era jornalista e, além de suas colaborações para a *Folha da Manhã*, também contribuiu para o *Correio Paulistano* sido designado pelo D.I.P., no período que se estende de 1940 a 1945, para o comando das atividades no OESP (ver http://www.assis.unesp.br/cedap/cat_periodicos/popup3/o_estado_de_sao_paulo.html – visitado em 28/01/2010). Assim como Rubens do Amaral e Galeão Coutinho, Abner Mourão também concederia uma entrevista à Silveira Peixoto, da qual se poderão extrair mais detalhes acerca de sua atuação como jornalista até 1941 (ver PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol.II. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1941, pp. 153-163).

⁷⁵ “Resoluções da Delegação Paulista ao Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Folha da Manhã*, 18 jan. 1945, p. 04.

disparidades deveriam ser superadas em favor de um idioma que seguisse padrões idênticos nos dois países. Esta unidade lingüística estaria motivada, no dizer do escritor, pelos valores da “paz universal” e da “fraternidade humana”. Mesmo esta solicitação permite uma interpretação voltada aos interesses materiais do autor, na medida em que uma unificação gramatical e ortográfica poderia servir como um facilitador da entrada de livros brasileiros no mercado português. Neste sentido, cumpre salientar o fato de que os congressistas não estariam alheios a esta questão, citada em algumas teses apresentadas ao plenário do congresso.

Em 21 de janeiro, às vésperas da sessão inaugural do certame, o jovem sociólogo Florestan Fernandes⁷⁶ traria para as páginas da *Folha da Manhã* um interessante artigo acerca do que ele chamava de *Mobilização da Inteligência*⁷⁷. Suas palavras, no entanto, não obedeciam à mesma lógica imposta pelos outros articulistas que o haviam precedido em edições anteriores. Longe de centralizar sua análise na proteção aos direitos profissionais e condições materiais do intelectual brasileiro, Fernandes exaltava a importância do congresso enquanto uma oportunidade que os escritores teriam para manifestarem suas opiniões acerca da situação social e política pela qual o Brasil estava passando, podendo inclusive formular programas que pudessem dar cabo a questões fundamentais, como o analfabetismo e a repressão política. Para tanto, o autor alertava para a necessidade de que fossem discutidas as relações estabelecidas entre os escritores e o público, no sentido de que os primeiros promovessem uma aproximação com os problemas do povo.

Uma das questões é o estudo das relações entre o público e escritor. Não apenas de modo formal, como o fizeram os sociólogos alemães da sociologia cultural, porém de maneira essencial: a participação e a comunhão dos problemas e interesses do povo pelo escritor. Isso significa a criação de uma ponte nova, estabelecendo a ligação entre o escritor e o público de outra maneira, sem as barreiras que entre nós limitam as possibilidades de contato e de compreensão entre ambos. Uma análise desta questão poderia contribuir bastante, além disso, na apreciação das relações formais entre o público e as “elites” criadoras do Brasil: se há uma separação entre o escritor e o público, a culpa é do intelectual que se afastou perigosamente do povo e da realidade, dando origem a uma arte refinada, mas pouco expressiva para grande parte da população. Compete ao escritor a tarefa de aproximação, em parte já esboçada na literatura brasileira contemporânea.

⁷⁶ Apesar de sua ausência no congresso dos escritores, Florestan Fernandes já circulava entre algumas das figuras eminentes da delegação paulista, ocupando, naquele momento, o cargo de assistente de Fernando de Azevedo na cadeira II de sociologia da Faculdade de Filosofia, ao lado de Antonio Candido (ver PONTES, Heloisa. *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998).

⁷⁷ FERNANDES, Florestan. “Mobilização da Inteligência”. In: *Folha da Manhã*, 21 jan. 1945, p. 05.

Florestan Fernandes afirmava que, somente mediante um maior interesse dos intelectuais pelas questões sociais⁷⁸, poder-se-ia realizar a tão almejada “democratização da cultura” que, como se verificará nas páginas seguintes, foi um dos problemas essenciais que preocuparam os delegados ao congresso da A.B.D.E. O autor considerava que esta demanda era motivada, em grande parte, por uma crise da cultura contemporânea, verificada como “tendência inevitável das sociedades ocidentais”, bem como pela necessidade de que se realizasse, dentro do Brasil, um processo de alfabetização das populações urbanas, interioranas e sertanejas. Todavia, estas realizações deveriam ser feitas de uma forma racionalizada, com a participação ativa dos homens de pensamento, contrariando, portanto, os meios violentos e artificiais utilizados pelos regimes nazi-fascistas.

O autor salientava, ainda, o fato de que a “democratização da cultura” deveria vir acompanhada de um amplo processo de melhoramento das condições econômicas da população, como elemento fundamental para que as massas tivessem acesso ao conhecimento e, por conseguinte, pudessem participar da vida política e administrativa do país. Dessa forma, Florestan Fernandes acreditava que pudesse ser criado um sistema educacional “amplo e plástico”, que não visasse somente os interesses das classes dominantes. Na opinião dele, os intelectuais estariam arcando com seus deveres, na medida em que se propusessem a pensar soluções para equalizar as disparidades existentes entre os grupos que compunham a sociedade brasileira, não se preocupando única e exclusivamente com questões técnicas, inerentes ao seu ofício.

Fernandes, ecoando um senso comum da época, partilhado pelas mais diversas correntes ideológicas – comunistas, liberais, socialistas e determinados extratos do catolicismo – afirmava que somente no momento em que os homens de letras assumissem seu papel de guia e liderança das causas do povo, é que se poderia atribuir ao congresso um aspecto político, como uma arma eficaz em prol da transformação política e democratização geral do país. Neste caso, os anseios da intelectualidade estariam afinados com os das massas, a saber, a busca pela liberdade e por melhores condições de vida, só possível com a derrota dos governos tirânicos. Somente desta maneira, o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores

⁷⁸ A respeito dos dilemas que envolviam o tema da aproximação entre os intelectuais e o povo, ver CANDIDO, Antonio. “A revolução de 30 e a cultura” e “Literatura e Subdesenvolvimento”. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2006; MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)*. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000 (notadamente o segundo e o terceiro capítulos); além de PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política do Brasil (entre o povo e a nação)*. São Paulo: Ática, 1990 (particularmente a primeira parte do livro, em seu primeiro capítulo, em que são salientadas as transformações no campo intelectual brasileiro no período entre as décadas de 20 e 40).

estaria cumprindo integralmente com seu dever: defender o que era patrimônio comum, ainda que sem descuido dos interesses próprios da classe.

O “dever” mantinha-se como um dos elementos principais nos discursos elaborados a respeito do certame dos homens de letras e, em entrevista publicada no dia 24 de janeiro, João Cruz Costa⁷⁹ procurava salientar a necessidade de que fossem eliminados os espaços que separavam os homens de pensamento dos dilemas da população. Somente por esta via, eles poderiam exercer plenamente a sua *função social*.⁸⁰

Até aqui, parece, a função da inteligência tinha alguma coisa de estanque. Bem sei que é velha a comparação, mas ela era justa: a torre de marfim abrigava a nossa inteligência. Parece agora que ela vai sair para a planície, que vai cumprir o seu dever. Uma inteligência que se satisfaz em planar nas alturas não dá cumprimento exato ao seu dever. Se eu tivesse gosto pela erudição – o que não tenho – diria que, na “República”, já Platão indicava qual o dever daquele que contemplou o Bem Supremo ao fim de um número determinado de anos, o intelectual deve voltar a caverna para dali libertar seus irmãos...

Na opinião de Cruz Costa, o congresso dos escritores ganharia importância, na medida em que levasse ao debate temas relevantes ao melhoramento das condições da população, notadamente no campo da educação, onde as debilidades do ensino primário e popular proporcionavam sérios riscos ao pleno desenvolvimento da “cultura nacional”. Uma vez que estas questões fossem colocadas em pauta pelos membros do congresso, levando-se em conta as transformações pelas quais passaria o mundo de uma forma geral, muitas coisas positivas se poderiam esperar do encontro dos intelectuais.

3.2. Folha da Noite

A *Folha da Noite*, jornal vespertino ligado ao mesmo grupo responsável pela publicação da *Folha da Manhã*, também traria uma grata contribuição para o clima de expectativa gerado em torno do Congresso dos Escritores. Diferentemente do diário matutino, muito das notícias publicadas acerca do evento se encarregariam da apresentação preliminar

⁷⁹ Em 1945, João Cruz Costa ainda não ocupava a cadeira de Filosofia que o consagraria na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP, uma vez que o titular da vaga era o francês Jean Maugué, que tinha Costa por assistente (ver COSTA, Hebe C. Boa-Viagem A. “Resgatando a memória dos pioneiros: João Cruz Costa (* 13/02/1904 - † 10/10/1978) Patrono da cadeira nº 32”. Bol. - Acad. Paul. Psicol. [online]. dez. 2008, vol.28, no.2 [citado 28 Janeiro 2010], p.149-157. Disponível na World Wide Web: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2008000200002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1415-711X.).

⁸⁰ “A Inteligência Brasileira foi chamada a cumprir seu dever para com o povo” (entrevista de João Cruz Costa à *Folha da Manhã*). In: *Folha da Manhã*, 24 jan. 1945, p. 05.

de algumas das teses enviadas à comissão organizadora do conclave. Contudo, o destaque desta cobertura ficaria a cargo das entrevistas realizadas com alguns escritores que estariam presentes nas sessões do congresso, como foi o caso do depoimento dado por Antonio Candido⁸¹, no dia 04 de janeiro.⁸²

Segundo o entrevistado, já reconhecido por sua grande aptidão pela crítica literária, o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores era uma novidade tão grande que mal se poderia prever o seu curso.

Só o desenvolvimento dos trabalhos do Congresso nos permitirá definir as suas tendências e avaliar o seu alcance. Virão escritores do Norte, do Sul, do Nordeste, do litoral e do sertão. Gentes que nunca se viram reunidas e que vão ter antes de mais nada que adaptar-se umas às outras. Até lá, fiquemos na hipótese.

Antonio Candido considerava que a principal tarefa do congresso deveria ser “aquela para a qual foi convocado: regular a profissão do escritor no Brasil”. Na sua opinião, tratava-se de uma tarefa extremamente difícil, para a qual não se deveriam ter ilusões. De acordo com ele, a regulação da atividade intelectual, em São Paulo ou Porto Alegre, não poderia ser feita da mesma forma no Amazonas ou no Rio Grande do Norte. Para tanto, segundo Candido, seria de se desejar que os debates se processassem dentro de um “espírito de relativismo”, sem a “mania de esquemas e padrões teóricos” que violentavam a realidade e caíam por si mesmos. Para ele, contudo, isso não significava que não devesse haver “a maior unidade possível entre os escritores”, desde que alguns cuidados fossem levados em conta pelos mesmos.

O que devemos temer são as famosas unidades e uniões em torno dos princípios ou grupos que não estão aptos para condicioná-las. União é termo perigoso e seria bom que neste Congresso se rejeitasse toda e qualquer união que não fosse abertamente centralizada pelos verdadeiros interesses de classe e pelos princípios genuinamente democráticos. As outras uniões peiam a liberdade da inteligência e encaminham-na para duvidosas servidões.

⁸¹ Formado em Ciências Sociais, juntamente com outros tantos nomes de destaque da chamada Nova Geração (Paulo Emílio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado, entre outros), saída dos meios universitários, Antonio Candido se notabilizaria pelo seu trabalho no campo da crítica literária, o que lhe proporcionou uma posição de destaque no cenário intelectual paulista e, posteriormente, nacional. A respeito da formação de Antonio Candido, bem como dos demais membros do chamado *Grupo Clima*, ver PONTES, Heloisa. *op. cit.*

⁸² “Sem esquemas e padrões teóricos” (entrevista de Antonio Candido à *Folha da Noite*). In: *Folha da Noite*, 4 jan. 1945, p. 04.

O depoimento era concluído com a declaração de que a oportunidade do congresso deveria ser “plenamente aproveitada”. Neste sentido, Candido considerava a necessidade de que se cumprissem algumas demandas urgentes, a saber: o reforço e a ampliação do trabalho da Associação Brasileira de Escritores; a resolução do problema da remuneração e assistência ao escritor; além do estabelecimento, entre os escritores, de “uma fraternidade maior e mais efetiva”, que lhes permitisse “uma eficiência também maior e mais efetiva na luta pela causa do espírito”, que era “a causa do povo e da liberdade”.

No dia 11 de janeiro, a *Folha da Noite* dava notícias do grande interesse que a reunião dos escritores estava despertando no público leitor do diário. Segundo a matéria, o conclave dava uma “demonstração pujante” do adiantamento cultural do país, destacando-se pelo debate em torno das questões econômicas e intelectuais, tão próprias à plena realização profissional dos “homens da pena”. E como forma de ampliar a curiosidade dos leitores pelo congresso da A.B.D.E., o jornal prosseguia com a sua série de entrevistas com alguns escritores paulistas, tal qual já havia feito com Antonio Candido. O escolhido desta vez seria Edgard Cavalheiro.⁸³

De acordo com o entrevistado, um dos maiores benefícios do congresso seria justamente a oportunidade que se ofereceria a todos os homens de letras, de norte a sul do país, para se conhecerem pessoalmente, trocando, “de viva voz, impressões sobre alguns problemas fundamentais para a existência do profissional da pena no Brasil”. Baseado nesse ponto de vista, Cavalheiro insistia no fato de que não se tratava de um “conclave acadêmico”, no qual as “discurseiras brilhantes, mas vazias”, iriam predominar. De acordo com ele, o congresso consistia em uma “reunião de profissionais conscientes” que iriam “procurar fixar alguns aspectos da existência dos escritores, garantindo-lhes maiores direitos, maior proteção ao trabalho intelectual”.

Questionado a respeito de sua participação, ou não, nas delegações que teriam direito a voto na apreciação das teses, durante as sessões plenárias, o depoente seria ainda mais enfático, garantindo que a escolha dos delegados não seguia qualquer tipo de critério que levasse em conta o valor literário deste ou daquele intelectual. Segundo ele, ninguém teria sido escolhido “por ter escrito um grande romance ou um grande poema”. Evocando o caráter

⁸³ “Não será um conclave acadêmico” (entrevista de Edgard Cavalheiro à *Folha da Noite*). In: *Folha da Noite*, 11 jan. 1945, p. 06. A respeito de Edgar Cavalheiro, vale a pena pontuar alguns elementos de sua biografia, a saber, o fato de ter sido ele o responsável pela organização do chamado *Testamento de uma Geração* (CAVALHEIRO, Edgar. *Testamento de uma Geração*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944), no qual uma série de intelectuais remanescentes do movimento modernista expuseram um balanço de suas realizações, bem como a sua amizade com Monteiro Lobato, figura chave na luta pelo desenvolvimento de um mercado editorial nacional (_____. *Monteiro Lobato: Vida e Obra*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1956, 2 vols.).

democrático do conclave, Edgard Cavalheiro esclarecia que a participação dos escritores no evento, na condição de representantes desta ou daquela seção estadual, não representava um empecilho para que estes pudessem ser ouvidos pelos congressistas, uma vez que eles poderiam apresentar suas idéias em teses a serem levadas à comissão organizadora do congresso e, posteriormente, apreciadas em plenário.

No dia 22 de janeiro, portanto horas antes da sessão inaugural do evento, a reportagem da *Folha da Noite* traria, além da programação do congresso, os depoimentos de alguns dos delegados de outros Estados que já estavam em São Paulo, aguardando o início dos trabalhos⁸⁴. Ao ser abordado pelos repórteres do jornal, o jovem e promissor historiador nacionalista José Honório Rodrigues⁸⁵, representante da delegação carioca ao conclave, afirmou que a reunião dos intelectuais contribuiria não apenas para a solução dos problemas do escritor brasileiro, mas que também poderia “resultar em reais benefícios para a cultura nacional”: “no primeiro caso, integrando o escritor na vida nacional, e no segundo, estabelecendo melhores relações entre a cultura e o povo”. Acerca da questão dos direitos autorais, o entrevistado afirmava que se tratava de um problema urgente e que necessitava ser estabelecido em termos mais justos. Além disso, na sua opinião, era imperativo que se demonstrasse às massas as “vantagens da cultura”.

A mesma matéria trazia ainda algumas declarações da delegada paraense Eneida Costa⁸⁶ e do representante pernambucano Osório Borba⁸⁷. De acordo com a primeira, a reunião dos escritores em São Paulo não seria um acontecimento inútil, independentemente de quais fossem os seus resultados. Segundo ela, a sua importância estava justamente no fato de dar oportunidade para os grandes e pequenos autores de se aproximarem, unindo-se em uma “numerosa família”. No mais, o congresso constituiria um espaço mais do que adequado para

⁸⁴ “Surgirá um clima novo para os intelectuais do Brasil” (entrevistas de José Honório Rodrigues, Eneida Costa, Osório Borba, Aníbal Machado, Sérgio Milliet, Irineu Estrenger e José Lazzarini Jr. à *Folha da Noite*). In: *Folha da Noite*, p. 01 e 10.

⁸⁵ A respeito da vida e da obra de José Honório Rodrigues, ver RODRIGUES, Leda Boechat; MELLO, José Otávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

⁸⁶ Eneida Costa de Moraes era escritora e jornalista, tendo atuado nos jornais *A Manhã* e *Diário de Notícias*. Durante o regime estado-novista, esteve presa ao lado de outros intelectuais, como Graciliano Ramos, o que permite supor uma aproximação de Eneida com o pensamento de esquerda, amplamente combatido pela máquina de repressão do governo. Posteriormente desenvolveria um amplo trabalho em torno do tema do Carnaval. (ver “Eneida Costa de Moraes”. In: *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira* [on line], http://www.dicionariompb.com.br/verbete.asp?nome=Eneida&tabela=T_FORM_B – acessado em 28/01/2010).

⁸⁷ Osório Borba tivera uma importante vida política antes de se dedicar a crítica literária, tendo sido deputado constituinte e federal pelo Estado de Pernambuco até 1937, momento em que o Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos. Desde então, combateria ferozmente o governo varguista, tomando parte não apenas nos trabalhos em torno do Congresso dos Escritores, mas também na organização da Esquerda Democrática, braço da UDN que serviria de base para a formação do Partido Socialista Brasileiro (ver “BORBA, Osório”. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930* [versão 1.00 em CD-ROM]).

que os homens de letras demonstrassem o seu interesse no “problema cultural e humano” do país, para além das questões meramente econômicas.

Já Osório Borba, que se notabilizaria pela autoria de uma das principais teses apresentadas ao congresso, “O Apoliticismo dos Intelectuais”, declarava o efeito magnífico da iniciativa tomada pela Associação Brasileira de Escritores, a saber, o de ter levado a “numerosa”, “dispersa” e “desunida classe dos escritores nacionais” a congregar-se “em forma permanente e orgânica, para a defesa de seus interesses como categoria profissional, sem esquecer, é claro, as suas tarefas a serviço da cultura”.

Os “líderes” do encontro, Aníbal Machado⁸⁸ e Sérgio Milliet⁸⁹, também trariam os seus depoimentos: o primeiro, declarando a sua expectativa de que o congresso resultasse em “conclusões úteis ao papel do escritor e à cultura brasileira”; e o segundo, afirmando a sua crença de que o certame daria margem para o surgimento de um “clima novo para os intelectuais do Brasil”. Milliet acreditava que, durante as reuniões, seria possível aos congressistas fortalecerem sua consciência de classe e chegarem, por conseguinte, a “uma união eficaz na defesa de inúmeras questões de grande alcance cultural e moral”.

Um último destaque da matéria do dia 22 de janeiro foi justamente à citação feita com relação à participação de alguns representantes da classe estudantil no congresso, notadamente dois alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, Irineu Estrenger e José Lazzarini Jr. Em sua entrevista, os dois universitários faziam uma breve apologia da tese que levariam à apreciação das comissões do evento, cujo tema estava expresso no próprio título do texto, “Necessidade do amparo social ao estudante pobre”. Em linhas gerais, eles afirmavam que a educação no Brasil deveria deixar de ser um “artigo de luxo”, para se tornar um “artigo popular, ao alcance de todos”, com vistas ao desaparecimento do que chamavam de “aristocracia do ensino”. Para tanto, eles defendiam que se criasse um curso de ginásio oficial, que funcionasse no período noturno, em todo o país; bem como que

⁸⁸ Em 1945, Aníbal Machado era o presidente da Associação Brasileira de Escritores, tendo sido ele, em conjunto com Sérgio Milliet (presidente da seção paulista), o responsável pelo conclave dos homens de letras do país, em janeiro daquele ano. Vale lembrar que sua posição era central entre os intelectuais que circulavam pelo Rio de Janeiro, fato explícito nas citações a respeito das reuniões realizadas em sua casa (DRUMMOND, Carlos. *O Observador no Escritório*: páginas de diário. Rio de Janeiro: Record, 1985).

⁸⁹ De acordo com Antonio Candido, Sérgio Milliet pode ser colocado na sua posição de “homem-ponte”, capaz de promover uma ligação entre duas gerações do pensamento brasileiro, o velho modernismo das décadas de 20 e 30 e os intelectuais acadêmicos dos anos 40, recém saídos da universidade: “sem nunca ter sido um *mestre* (o que seria contrário ao seu temperamento), foi com certeza um modelo que antecipava a atuação de grupos como aquele ao qual eu pertencia, o primeiro formado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”. No que diz respeito a sua ação política, Sérgio Milliet integraria o grupo da Esquerda Democrática e do Partido Socialista Brasileiro, sem, contudo, promover uma militância efetiva (ver CANDIDO, Antonio. “Sérgio Milliet, o crítico”. In: MILLIET, Sérgio. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*. vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Martins/Edusp, 1981).

se tornasse obrigatório aos cursos de ginásio particulares a reserva de 10 vagas gratuitas, destinadas a estudantes de baixa renda, que já tivessem concluído o curso primário. Com isso, os autores da proposta pretendiam promover um aumento no número de indivíduos na escola, bem como um maior acesso das classes menos favorecidas à cultura.

Na edição do dia 26 de janeiro, era noticiada a chegada de Manuel Bandeira⁹⁰ e Augusto Frederico Schmidt⁹¹ a São Paulo, para as sessões finais do evento. Abordados pela reportagem da *Folha*, ambos os poetas deram suas opiniões acerca do congresso, bem como a respeito da situação em que se encontrava a poesia brasileira.⁹²

Na opinião do primeiro, era preciso que do evento nascessem medidas práticas em favor da profissão de escritor, do homem de idéias, que vivia do cérebro e da inspiração, para a emoção e aperfeiçoamento mental dos leitores, do intelectual cuja vida e cuja felicidade estivessem na razão direta da leitura de seus trabalhos e dos benefícios deles resultantes. Manuel Bandeira lembrava a falta de coesão entre os escritores brasileiros, fato evidenciado pela inexistência de uma iniciativa coletiva. Neste sentido, contudo, o conclave promovido pela A.B.D.E. constituiria um momento pioneiro para esta unidade, donde se deveriam brotar boas idéias, desde que práticas, no intuito de criar uma “verdadeira profissão literária no Brasil”. Esta, aliás, já teria caminhado bastante, particularmente pelo fato de que o movimento editorial era tão grande, a ponto do público não conseguir ler tudo que era produzido.

No entanto, o entrevistado advertia para as dificuldades encontradas pelos escritores quando da tentativa de publicarem suas obras, questão agravada pela indiferença com que estariam sendo recebidos por alguns editores. Bandeira citava o grande interesse do público por produções não apenas literárias, mas também ligadas à sociologia e a história, o que ampliava o raio de ação dos homens de letras que, para tanto, necessitariam de um ambiente de maior respeito pela profissão que desempenhavam.

Augusto Frederico Schmidt, de acordo com a reportagem, dava inteira razão ao seu confrade, considerando, inclusive, que os poetas eram os grandes responsáveis pela situação

⁹⁰ Manuel Bandeira, em 1945, já era amplamente reconhecido pelo seu trabalho como poeta e crítico literário, constituindo uma das mais importantes figuras das letras brasileiras no período. Além disso, ele compôs o grupo responsável pela fundação da Associação Brasileira de Escritores, em novembro de 1942, conforme as memórias de Cassiano Ricardo em seu *Viagem no Tempo e no Espaço* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1970).

⁹¹ Augusto Frederico Schmidt constituía uma figura controversa, uma vez que já havia passado pelo Centro Dom Vidal, onde se relacionou com figuras importantes do pensamento católico como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima; aproximou-se do integralismo; montou uma editora voltada para os escritores nacionais, de diferentes vertentes de pensamento (a *Schmidt Editora*); tendo, em 1945, tomado parte na delegação carioca ao congresso dos escritores, em favor da democracia e da proteção dos direitos autorais (informações extraídas do verbete “SCHMIDT, Augusto Frederico”. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930* [versão 1.00 em CD-ROM]).

⁹² “Os poetas vão mal, mas a hora é da poesia...” (entrevista de Manuel Bandeira e Augusto Frederico Schmidt à *Folha da Noite*). In: *Folha da Noite*, 26 jan. 1945, p. 01 e 02.

descrita anteriormente. De acordo com ele, a poesia – entenda-se *a boa poesia* – era “pouco lida e menos compreendida”. Por essa mesma razão, os autores estariam perdendo espaço na sociedade, já não contavam com a mesma importância social de outrora. Os poetas estariam sofrendo com uma certa depreciação, com um certo deslocamento que estaria influenciando na própria relação destes com os editores. Apesar desta situação de total descrédito, Schmidt considerava que aquele era o momento da poesia, notadamente pela sua capacidade de apelar à sensibilidade humana, como meio de despertar a emoção e o sonho, a tanto ofuscados pelas incertezas de um mundo em conflito.

A sensibilidade dos poetas é chamada a mitigar a sede das criaturas com palavras de emoção, de sentimento e de sonho. A vida do povo anda muito pesada, muito cheia de responsabilidade e de afazeres, pelo que creio que chegou a hora da poesia. O sonho e o encantamento são chamados a alimentar a mente dos homens, que a tensão da época assoberbou. É isso a hora da poesia, uma coisa muito séria e de profunda significação na transição da época.

Alguns artigos também seriam publicados pela *Folha da Noite*, trazendo considerações acerca da situação profissional e moral dos escritores. Neste sentido, a edição do dia 19 de janeiro trazia um interessante texto de Ruy Bloem⁹³, referente ao mercado literário, intitulado “À Margem dos Livros: por que se lê e o que se lê”⁹⁴. Segundo ele, o momento era marcado por um aumento considerado nos índices de leitura do país, fato para o qual o autor parecia não possuir uma explicação satisfatória. Entretanto, Bloem expõe duas versões diferentes para o caso, uma das quais extremamente curiosa.

A explicação do fenômeno, deu-ma um amigo meu, grande editor, logo que ele se começou a observar. Para ele, o que estava determinando maior procura de livros por parte do público era a crise de combustível. E, como eu o olhasse surpreendido, esclareceu que o hábito da leitura se estava introduzindo em meios até então impermeáveis ao livro, em consequência da necessidade de se encontrar uma distração para as horas noturnas. A dificuldade de transportes, obrigando grande número

⁹³ Ruy Bloem era formado em Direito pela USP, e exercia o cargo de secretário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma universidade. Segundo as informações extraídas de sua entrevista à Silveira Peixoto, Ruy Bloem era o responsável pela descoberta do que seria, até aquele momento (1941), o documento mais antigo relacionado à literatura brasileira, a saber, um texto intitulado “Aventuras de Diófnanes”, de autoria de Tereza Margarida (ver PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol.II. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1941, pp. 49-66). Mônica de Fátima Rodrigues, por sua vez, lembra a atuação de Ruy Bloem como responsável pelo *Suplemento Literário* da *Folha da Manhã*, nos primeiros meses de 1945, logo de seu lançamento (ver NUNES, Mônica de Fátima Rodrigues. *Paulicéia Literária: páginas e suplementos literários em jornais paulistanos, 1920-1964*. São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo, 2007, Tese de Doutorado, p. 117).

⁹⁴ BLOEM, Ruy. “À Margem dos Livros: por que se lê e o que se lê”. In: *Folha da Noite*, 19 jan. 1945, p. 04.

de pessoas, que habitualmente à noite se dirigiam aos cinemas e diversões, a permanecer em casa, levava-as a buscar, nos livros, um meio de passar o tempo.

O articulista considerava que, apesar daquele acentuado aumento no número de livrarias e de edições, as afirmações de seu amigo editor – o qual ele não revela o nome – não pareciam muito plausíveis, ainda que tentassem, de alguma forma, dar luz a essa questão do acréscimo nos níveis de leitura. Para Ruy Bloem, seguindo o ponto de vista de seu colega Morel Marcondes Reis⁹⁵, o fenômeno poderia ser atribuído ao fato de que estaria se desenvolvendo, no Brasil, o hábito de se refletir, pelo estudo, sobre os problemas que deveriam interessar a um povo.

Contudo, Bloem observava que tal conclusão só teria validade, na medida em que fossem levados em conta alguns dados estatísticos e, para tanto, ele recorria a uma pesquisa feita por Áureo Ottoni, o “Anuário Brasileiro de Literatura”, acerca do mercado do livro e suas movimentações no período de 1939 a 1943. Neste sentido, o articulista lançava mão de alguns dados relevantes, que poderiam dar maior sentido às explicações dadas anteriormente, no que dizia respeito ao aumento no número de leitores e de obras lidas no país. As informações destacadas por Ruy Bloem demonstravam uma tendência crescente na edição de autores nacionais, assim como de traduções de obras estrangeiras. Além disso, seu artigo trazia números reveladores e, em certa medida, surpreendentes, das preferências manifestadas pelos leitores brasileiros: em primeiro lugar, os livros de Direito, com cerca de 167 publicações, em 1943; em segundo lugar, os livros de história e geografia, com 133 publicações; e, logo em seguida, os livros de filosofia e ensino de línguas, com 110 publicações. Os romances e livros infantis, somados, totalizavam 116 publicações.

Ruy Bloem, contudo, salientava o fato de que os romancistas brasileiros não tinham a mesma receptividade por parte do mercado editorial e do público do que aquela encontrada pelos autores estrangeiros. Neste quesito, diferentemente de outros gêneros, as traduções superavam as produções nacionais. Todas estas estatísticas, como prova de que havia no Brasil um movimento crescente nos índices de leituras, eram, na opinião do articulista, elementos fundamentais para que os escritores que se reuniram em congresso dias depois pudessem pensar a sua situação profissional.

⁹⁵ As referências encontradas a respeito de Morel Marcondes Filho não são numerosas, cumprindo salientar a sua passagem pelo grupo das *Folhas*, como colaborador de um caderno comemorativo (ver NUNES, Mônica de Fátima Rodrigues. *op. cit.*, p. 109) e como chefe da Divisão de Redação, em 1951 (ver http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_03ago1951.htm - acessado em 28/01/2010).

As questões profissionais, no entanto, seriam deixadas de lado por Osório Borba que, a exemplo do que já havia declarado em depoimento citado anteriormente, procuraria ampliar a discussão em torno do papel político dos escritores. No mesmo dia 22 de janeiro, data da publicação da referida entrevista, a *Folha da Noite* trazia um artigo do escritor pernambucano, intitulado “‘Inocentes’ de Belo Horizonte”.⁹⁶

O texto era iniciado com a descrição de uma briga ocorrida na capital do Estado mineiro, dias antes, em que dois poetas teriam se agredido por conta da “descoberta de uma ‘rima rara’”. Borba utilizava o fato como pretexto para sua argumentação de que muitos homens de letras abdicavam de um papel social ativo para se dedicar exclusivamente às questões estéticas e *puramente* literárias. Para tanto, o autor fazia uso de uma expressão lançada por Carlos Drummond de Andrade em seu poema “Inocentes do Leblon”⁹⁷, em que as personagens ignoravam os acontecimentos relevantes do dia-a-dia – o navio que trazia bailarinas, emigrantes e “uma grama de rádio” – preocupados que estavam em aproveitar a “areia quente” e passar um “óleo bom” nas costas.

Esse ótimo achado ficou sendo a definição pitoresca de individualismo egoístico e irresponsável dos artistas “puros”. Nele se enquadram todos os escritores-escritores, poetas, artistas que insistem em entender como uma fatalidade de sua vocação o desligar-se deliberadamente de todo o contato com o mundo exterior, com os problemas do contingente e do temporal, com as angústias dos outros homens e das coletividades.

Osório Borba afirmava que a guerra mundial, “de caráter indissimulavelmente ideológico”, teria posto “em mais antipático relevo o absenteísmo dos artistas ‘puros’”. A “Torre de Marfim” passaria, portanto, a constituir uma “evasão criminosa”, um verdadeiro ato de deserção de parte dos escritores e artistas, ante a “luta de toda a humanidade contra o obscurantismo totalitário”. Na opinião do autor, estes ditos “inocentes” agiam como verdadeiros oportunistas, asseverando que muitos intelectuais “apolíticos” abriam mão da luta política, sob a alegação de que tal debate não competia a seu campo de atuação, ao passo que seriam os primeiros a praticar atos e manifestações “de caráter perfeitamente políticos”, quando estes lhes propiciassem vantagens. Segundo as palavras articulista, seria esse “apoliticismo unilateral” o responsável pela sobrevivência dos fascismos e dos regimes de força, “apoiados, sobretudo, no conformismo vantajista, no ‘apoliticismo’ da maioria”.

⁹⁶ BORBA, Osório. “‘Inocentes’ de Belo Horizonte”. In: *Folha da Noite*, 22 jan. 1945, p. 02.

⁹⁷ O referido poema, publicado originalmente em 1940, encontrava em ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Borba lembrava ainda de um expediente “muito em moda” utilizada por elementos desta intelectualidade “pura”: “misturar manifestações engrossativas com poemas, romances e livros de crítica”. Ou seja, apesar da ausência total destes homens de letras nos embates em prol de uma sociedade mais justa e livre, era comum que se encontrassem em suas obras referências e menções de solidariedade à luta de seus confrades, mais envolvidos nas questões sociais, como meio de dar maior legitimidade e, obviamente, visibilidade às suas criações.

Estas preocupações demonstradas pelos colaboradores da *Folha da Noite* seriam resumidas em um artigo não assinado, do dia 23 de janeiro, e que provavelmente refletia a opinião do corpo editorial do jornal, acerca das expectativas guardadas pelo público e pela “inteligência” de uma forma geral quanto à reunião dos escritores⁹⁸. Como não poderia deixar de ser, as cobranças eram feitas sobre a tomada de posição dos homens de letras diante dos acontecimentos que marcavam aquele início de ano, notadamente o fim não declarado da guerra mundial, com o triunfo das tropas aliadas. Mais uma vez, aos intelectuais, por questões morais, caberia o papel de “guias” do povo na concretização de suas necessidades mais urgentes.

O acontecimento de maior significação, nos últimos dias, reside sem dúvida na reunião do Congresso Brasileiro de Escritores. A agitação que o precedeu, os próprios entraves que foi preciso vencer, para que o certame não malograsse, são provas de que a iniciativa prendeu a atenção geral, despertou grande interesse e é depositária das esperanças de uma grande parcela de nossa população. Se não a maior parte, pelo menos a pensante, a que é capaz de raciocinar e que possui razoável grau de cultura espera que do congresso dos escritores brasileiros resultem conseqüências favoráveis. Que beneficiem não apenas ao escritor, no sentido material, dando-lhe o mínimo de amparo que é indispensável a manutenção da vida e da atividade literária, mas que, sobretudo, representem para o público leitor, o que acompanha o movimento intelectual do país, algum proveito e indicações precisas, de que todos carecemos, homens de letras ou não, para a tomada de posições que devem ser feitas dentro em breve.

Com efeito, o mundo inteiro atravessa graves dias. A guerra parece aproximar-se do final inevitável. Não seria possível prolongá-la por muito tempo ainda. Alemanha a dentro entram as tropas aliadas, derruindo o sistema de fortificações da “fortaleza européia”. E logo virá a paz suscitando problemas novos, exigindo situações novas, impondo novas organizações. Qual será a nossa posição, nesses dias tão próximos?

O público tem o direito de endereçar essa pergunta ao Congresso Brasileiro de Escritores.

São graves, gravíssimas, as responsabilidades que pesam sobre os ombros dos escritores ora reunidos. O povo brasileiro tem suas vistas voltadas para os homens de letras do país, deles esperando palavras de alento, de conforto, de definição e decisão. Esperemos, todos, que o Congresso possa

⁹⁸ “O Congresso dos Escritores”. In: *Folha da Noite*, 23 jan. 1945, p. 02.

corresponder à confiança e ao interesse do público, encontrando soluções justas e que realmente sejam capazes de conduzir a opinião pública à concretização de seus anseios, à conquista de seus direitos, à paz de espíritos e de corações que deve seguir-se à guerra. Temos o direito de esperar tanto dos nossos escritores. E eles têm a obrigação moral de não faltar à confiança de seus leitores.

3.3. Correio Paulistano

O *Correio Paulistano*, jornal reconhecidamente ligado às antigas elites cafeeiras do Estado de São Paulo⁹⁹, também dedicou um espaço considerável de suas edições para o congresso dos escritores. Reportagens, artigos, crônicas e entrevistas preenchiam suas páginas com notícias e expectativas acerca do certame. Além disso, a exemplo dos outros jornais concorrentes, o *Correio* também publicava resumos de algumas das principais teses levadas à comissão organizadora do evento e que, mais tarde, seriam votadas em plenário.

Em sua edição do dia 6 de janeiro, o referido jornal trazia um breve depoimento dado pelo escritor baiano e militante comunista Jorge Amado¹⁰⁰ que, entre outras coisas, teceu comentários acerca do encontro dos homens de letras, das dificuldades encontradas até então para sua realização, bem como das finalidades às quais se propunham os promotores do conclave¹⁰¹. Na opinião do entrevistado, os escritores brasileiros tinham muito que fazer e não poderiam “permanecer mergulhados em mundos irreais”. Para tanto, ele lembrava que havia uma guerra em curso, na qual centenas de intelectuais estariam morrendo nas lutas em solo europeu e nas praias do Pacífico, nos campos de concentração e em prisões, onde sofriam toda sorte de torturas. Neste sentido, era preciso que os participantes do congresso assumissem uma posição de combate ao que ele chamava de “tirania totalitária”.

Jorge Amado, que assumiria a condição de chefe da delegação baiana ao conclave, assumindo uma perspectiva paradoxal e até mesmo contraditória, exclamava que o escritor que não fosse um antifascista não poderia ser chamado de *escritor* e que tampouco merecia viver. Segundo ele, era necessário que os homens de letras, mais do que nunca, estivessem reunidos – “sem distinções religiosas, estéticas, políticas, etc.” – a fim de que o fascismo fosse vencido no seu intento de “ganhar a paz”. O congresso da A.B.D.E., portanto, deveria trazer esclarecimentos e soluções a muitos dos problemas que interessavam diretamente aos

⁹⁹ “Correio Paulistano”. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930* [versão 1.00 em CD-ROM].

¹⁰⁰ Acerca dos aspectos referentes a militância política de Jorge Amado, ver AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

¹⁰¹ “Congresso de Escritores de São Paulo” (entrevista de Jorge Amado ao *Correio Paulistano*). In: *Correio Paulistano*, 6 jan. 1945, p. 03.

intelectuais, na medida em que tais medidas possibilitariam uma ação mais efetiva dos mesmos na luta contra os regimes de opressão.

O otimismo, contudo, não era marca de todas as colunas escritas ao jornal. Em crônica publicada no dia 21 de janeiro, intitulada “Escritores...”, Lellis Vieira¹⁰² demonstrava um claro descontentamento com a condição dos homens de letras em face de outras profissões, desdenhando, inclusive, do fato de que estes estivessem se reunindo em congresso, segundo ele, “de gente que escreve”¹⁰³. A questão fundamental para o cronista era, a saber, qual o valor da prática da escrita, quando tantos outros ofícios pareciam render maiores recompensas e uma vida mais confortável. Seu desalento, contudo, parecia estar ligado, fundamentalmente, a um ressentimento de que ele mesmo, alguém que já “há quase meio século” vinha “frigindo seus miolos numa fritura jornalística”, não ter sido chamado a comparecer no evento que, na sua opinião, só admitia a alcunha de escritor aos “parentes correligionários” e “amigos das turminhas”. Ironicamente, Vieira listava uma série de títulos já publicados em seu nome e outros a serem publicados, como forma de validar a sua condição de homem de pena e, por conseguinte, por em xeque os critérios utilizados na seleção das delegações, dentro das quais não lhe coube participação.

A insatisfação do cronista fica ainda mais clara em suas declarações acerca da receptividade que o público havia dado ao conjunto de suas obras. Na sua opinião, nada do que ele havia escrito era lido, e tampouco seria lido, justamente pelo fato de que pouca atenção era dirigida às “perfumarias” de prova, verso, estilo e cultura. Escrever constituiria, portanto, um ato de teimosia, posto que outras profissões renderiam mais dinheiro e uma condição de vida mais promissora: sapateiros, açougueiros, chacareiros, e até mesmo engraxates eram colocados em posição mais vantajosa em relação aos escritores que, por sua vez, preocupavam-se com um congresso.

A crônica que, neste momento, já assumia um aspecto de crítica aberta, mirava diretamente aos delegados do conclave. Lellis Vieira considerava que, apesar das dificuldades profissionais, os escritores participantes do congresso estariam preocupados com a aquisição de prestígio entre os seus pares, em tornarem-se “sumidades”. Diante deste quadro preocupante, tal qual o pintado pelo cronista, o que lhe restava era apenas continuar escrevendo, posto que nada mudaria nas condições do seu ofício. Sem citar nomes, o cronista

¹⁰² Segundo as informações fornecidas por Silveira Peixoto, Lellis Vieira era jornalista, conhecido como um dos criadores da figura do “Juca Pato”, juntamente com o cartunista Belmonte. Além disso, Vieira era membro do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (ver PEIXOTO, Silveira. *Falam os Escritores*. vol.II. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1941, pp. 343-356).

¹⁰³ VIEIRA, Lellis. “Escritores...”. In: *Correio Paulistano*, 21 jan. 1945, p. 05.

parecia sugerir o baixo nível da literatura praticada até ali e que teria servido de parâmetro para a escolha daqueles que participariam do conclave.

[...] olhe, disse o enfermo da bola: não faz mal que você escreva bobagem e tolice, porque os eruditos, os homens de cultura, ao lerem seus livros e artigos, verificam que são besteiras e não mais perdem tempo com você. Mas, a massa, que não se envolve nessa questão de sabedoria, fica estarecida com o seu talento, citando coisas, reproduzindo [ilegível] dos outros e aclama: Fulano? Um grande cérebro, notável, culto, gênio, assombro, maravilha. E você está feito na vida. Fica escritor, muito aquém do vendeiro, mas escritor! Depois... Congresso, figuração, imprensa e cartaz...

Em 23 de janeiro, o diário fazia uma breve apreciação do que se poderia esperar das sessões do evento e, a exemplo do que já estava sendo dito por articulistas e editores de outras publicações, a situação mundial, em particular pela guerra em curso, deveria estar à frente das principais discussões dos congressistas, uma vez que nenhum homem poderia escapar à sombra que o mundo lhe projetava, notadamente os intelectuais.¹⁰⁴

O referido artigo fazia alusão a um movimento de renovação cultural pelo qual o Brasil teria passado nos anos anteriores, em que um verdadeiro “surto social” teria empolgado os romancistas, interessados que estavam pelas questões do povo. O articulista considerava que havia um claro descompasso na relação do público com esta literatura em transformação. Segundo ele, os leitores teriam se habituado às obras de “requinte” e “exibição de talento”, oriundas de uma tradição da “arte pela arte”, desinteressadas dos problemas que afligiam a sociedade. O “leitor médio” não teria estabelecido um contato maior com as obras dos novos ensaístas, sociólogos e economistas, cada vez mais interessados na “vida mesma da gente brasileira”.

Escrever deixou, em verdade, de ser uma distração egoística, uma auto-propaganda, um jogo-de-salão, para se tornar algo de muito mais sério: refletir e sofrer as angústias e tormentos do desgraçado habitante desta hora conturbada, e discernir, por entre as trevas pesadas que encobrem os caminhos do futuro, um rumo ou um vislumbre de esperança.

O texto interrogava o leitor acerca da possibilidade de que algum homem, independentemente do lugar em que estivesse, pudesse abrir “cruzar os braços” frente os acontecimentos terríveis que assolavam o mundo. Ao articulista, afigurava-se absurda qualquer atitude de inércia diante do “incêndio” que devorava a civilização. Não seria

¹⁰⁴ “A Inteligência Brasileira e os problemas do mundo”. In: *Correio Paulistano*, 23 jan. 1945, p. 04.

admissível, na sua opinião, que o intelectual, justamente por sua “argúcia maior para penetrar as causas profundas dos conflitos e desajustes”, desse maior atenção aos seus “deleites particulares” ou “se pusesse a tanger a lira frente ao desfile universal dos desastres, à transformação radical das mentalidades, à revogação dos princípios que conduzem à guerra”. Por se tratar de um “orientador dos homens, seu confidente e seu intérprete”, o escritor deveria se compenetrar de vez ao seu papel social, aprendendo a ouvir o povo que, por sua vez, passaria a dar sua consideração ao homem de letras de forma definitiva.

3.4. Diário de São Paulo

Entre os jornais paulistanos que dedicaram algumas de suas páginas a divulgação e debate do congresso dos escritores, o *Diário de São Paulo* foi um dos mais destacados, com uma ampla cobertura dos preparativos do evento, além de artigos que discutiam a importância daquela reunião de intelectuais a ser realizada no fim de janeiro de 1945. Um bom exemplo disso foi a crônica bem humorada de Aggripino Grieco¹⁰⁵ acerca do conceito de “homem de letras”¹⁰⁶. O autor tentava projetar a forma como os habitantes de São Paulo iriam receber os congressistas, considerando a existência na cidade de “muita criatura irônica” que sabia “sorrir dos vaidosos”. Esse bom-humor característico dos paulistas teria levado “centenas de senhores” a desdenharem daquele encontro de “plumitivos”.

A questão fundamental para Grieco residia no fato de que muitos homens se investiam da alcunha de “escritores”, sem ao menos terem algum tipo de produção literária ou científica. Alguns, inclusive, estariam se auto proclamando intelectuais pelo simples fato de pagarem em dia suas mensalidades em agremiações de homens de pena. Sua crítica atingia até mesmo o presidente da A.B.D.E., Aníbal Machado, que, segundo o autor, não possuía nenhuma publicação, salvo por uma “brochura exígua”, recentemente lançada no mercado. Neste sentido, Aggripino Grieco parecia brincar com o conceito de *escritor*, afirmando que este se tratava de alguém que nada escrevia.

O articulista satirizava a má sorte de escritores como Coelho Neto que, por terem justamente “produzido demais”, teriam sido expulsos da história literária. Além disso, Grieco parecia se divertir com a possibilidade de que o livro de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes*

¹⁰⁵ Aliás, a veia satírica de Aggripino Grieco é destacada pelo próprio Laurence Hallewell em seu *O Livro no Brasil*. Ao relatar a participação do escritor e crítico fluminense na fundação da Editora Ariel (em sociedade com Gastão Cruls), o historiador norte-americano lembra o mal-estar criado por Grieco com a companhia rival, de Augusto Frederico Schmidt e Zélio Valverde, por conta do uso de sua “pena extremamente ácida” (ver HALLEWELL, Laurence. *op. cit.*, p. 345).

¹⁰⁶ GRIECO, Aggripino. “Homens de Letras”. In: *Diário de São Paulo*, 24 dez. 1944, p. 04.

do Brasil, fosse procurado em livrarias especializadas em botânica. Os apontamentos do autor, contudo, não paravam por aí: nem mesmo Carlos Drummond de Andrade seria poupado. De acordo com Aggripino Grieco, o escritor mineiro era melhor prosador do que poeta, o que se justificava pelo fato de que, ao fazer poesia, a única coisa que Drummond conseguia era atrapalhar as autoridades.

[...] como quando nos aconselha a sermos pornográficos, ele que trabalha numa repartição frequentadíssima por mestres e estudantes, ou quando se insurge contra a pedra no caminho, sugerindo que as estradas de Itabira ou do Rio são mal calçadas.

Não satisfeito, o autor ainda citaria alguns versos do poeta mineiro, nos quais se relatava o fato de que suas mãos estariam sujas e precisavam ser cortadas, uma vez que não adiantava lavá-las, posto que a água estava podre e o sabão era ruim. Segundo Grieco, este trecho comprometia a limpeza do ministério de Gustavo Capanema, justamente o responsável pelo fornecimento de água e por zelar da saúde. A conclusão, seguindo o bom humor do autor, não poderia ser outra: a água do ministério era podre e o sabão era ruim.

O clima de sátira, contudo, ficaria restrito a este texto, na medida em que os artigos seguintes tratariam da reunião dos escritores com maior seriedade, demonstrando preocupação com os rumos que o congresso tomaria. Em nota do dia 10 de janeiro, portanto, o tom das observações seria totalmente diverso.

O artigo, cujo autor não estava explicitado, partia do princípio de que “diante do cataclismo ideológico” que abalava as estruturas da sociedade e dos momentos tormentosos pelos quais o mundo estava passando, seria inconcebível que os escritores permanecessem na chamada “Torre de Marfim”, inertes em um “conformismo indiferente à jornada de sangue, suor e lágrimas” que a humanidade estava vivendo. Seguindo esse pressuposto, que já parecia lugar comum entre os comentaristas do encontro dos homens de letras, o autor do texto afirmava que a “idéia feliz e oportuna” do congresso teria nascido a partir desta conjuntura, estimulada, principalmente, pela urgência de uma lei dos direitos autorais, tão cara a causa dos escritores.¹⁰⁷

Acerca deste aspecto, inclusive, o artigo trazia algumas observações interessantes, baseando-se, fundamentalmente, no fato de que as dificuldades profissionais dos escritores seriam resultado de um “menosprezo do trabalho intelectual, já em consequência de nova evolução econômico-social, já em consequência da excessiva aura de tecnicismo ora a atingir

¹⁰⁷ “O Congresso dos Escritores”. In: *Diário de São Paulo*, 10 jan. 1945, p. 04.

as atividades do homem”. Somando-se a isso, estariam as dificuldades materiais pelas quais passava a maior parte dos escritores, desprovidos de um estatuto profissional, devendo apelar a outros empregos para sobreviver. Um terceiro aspecto ligava-se a própria qualidade das obras literárias, não apenas pela sua aparência física, que deveria atrair o leitor e, ao mesmo tempo, fazer jus ao valor do texto editado; mas também com relação aos temas abordados, com maior divulgação daqueles que não fossem “estranhos aos problemas gerais” daquele momento histórico.

Perante esse mundo em conflito, dizia o autor do texto, restava ao congresso “o dever irremediável de tomar partido”, o que significaria assumir uma posição em face dos “rumos ideológicos” daqueles “tempos escuros”. A palavra chave, antecipando o que muito seria dito entre os membros do conclave, era *liberdade*. Neste sentido, o texto lançava algumas interrogações ao leitor, justamente acerca da existência de escritores de destaque na Alemanha nazista: “quais são os poetas, ensaístas e sociólogos que puderam procurar alguma coisa de útil durante vinte e tantos anos de cativeiro fascista?”. Na opinião do autor, a defesa de um mundo livre não poderia escapar aos objetivos da reunião dos homens de letras brasileiros. Tratava-se, sobretudo, de um aspecto preliminar importantíssimo, que extravasava os limites europeus, palco da guerra, e que deveria ser pensado inclusive com relação a política praticada no Brasil – ditatorial e repressora.

O fascismo [ilegível] não é um fenômeno alemão ou italiano. É uma doença internacional que atacou o organismo de diversos países. Está claro que a virulência do mal foi mais violenta no Reich e na Itália de Mussolini. Contudo, os germes se espalham por todo o mundo, infeccionando aqui, ali e acolá. Os escritores brasileiros, fiéis a sua vocação [ilegível], devem formar um sólido cordão sanitário destinado a impedir a marcha patológica dos princípios fascistas ou neofascistas em nosso país.

Dois dias após a publicação deste quase *manifesto* do *Diário* em prol do conclave dos escritores, um novo texto, publicado na coluna *Crônica de Arte*, exaltava o que poderia se chamar de “Época de Congressos”. Seu autor, o escritor e crítico de arte Luis Martins¹⁰⁸, rendia “graças a Deus” pelo fato de que, apesar da falta de liberdade, tão de característica de regimes políticos pautado na opressão (referência clara a Alemanha, segundo o próprio cronista), algumas formas de manifestação popular tinham se mantidas intactas. O foco de Martins era justamente os meios pelos quais as pessoas conseguiam expressar, ainda que de

¹⁰⁸ A respeito da trajetória de Luis Martins como crítico de arte, ver MARTINS, Ana Luisa; SILVA, José Armando Pereira da. *Luis Martins: um cronista de arte em São Paulo nos anos 1940*. São Paulo: MAM-SP, 2009.

forma dissimulada, os seus sentimentos, a saber, utilizando-se de ditados populares. Para ele, a repressão impedia que a oposição fosse feita às claras, mas não restringia a vontade de falar, de expor as críticas àquela situação de perseguições e restrições.¹⁰⁹

Esse ímpeto, marcante em países de governo totalitário, e que se mascarava muitas vezes em bordões e ditos do povo, podia ser expresso, em outros casos, por meio de congressos. Martins lembrava que não apenas os escritores queriam falar, mas também os industriais, os médicos, os engenheiros e até mesmo os “herbateiros”. Na sua opinião, as reuniões ofereciam ambiente propício à “natural e instintiva eloquência nacional”, tão restrita, nos últimos anos, pela próprio despreparo de homens e mulheres, “destreinados” na articulação das palavras (o que sugeria, obviamente, uma crítica à censura praticada pelos órgãos do Estado Novo).

Naturalmente, nessas mesas redondas e de outros formatos, serão feitas reivindicações e apresentadas sugestões interessantes para o nosso ajustamento, político e econômico, à vida nova que esperamos para depois da guerra.

Voltando a questão dos ditados, Luis Martins asseverava que não seriam inúteis os esforços destes congressos, uma vez que, como o próprio povo costumava (e costuma) dizer: “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”.

No que dizia respeito à reunião dos escritores, o assunto já estava sendo exaustivamente debatido e não faltava quem fizesse novas observações acerca do evento. Em 21 de janeiro, o *Diário* publicava uma entrevista do representante da sessão goiana da A.B.D.E. ao congresso, o escritor Bernardo Elis¹¹⁰. Segundo o seu depoimento, a finalidade do conclave era o estudo das questões relacionadas com a defesa dos interesses dos homens de letras, constituindo ponto de especial relevância o que se referia ao rumo que deveria seguir a literatura nacional em face dos problemas pelos quais o mundo e Brasil passavam, de modo que os livros preenchessem um “objetivo verdadeiramente útil e cultural”.

Contudo, o aspecto singular das palavras de Bernardo Elis era a sua análise da situação da intelectualidade de seu Estado em face do restante do país. Para ele, o clima intelectual goiano era ainda “incipiente e desarticulado”, com um jornalismo “pobre e mirrado”, “constituindo quase que um diletantismo luxuoso, circunscrito à esfera local”. Os próprios afazeres do dia-a-dia estariam impedindo os escritores de dar maior importância ao encontro

¹⁰⁹ MARTINS, Luis. “Época de Congressos”. In: *Diário de São Paulo*, 12 jan. 1945, p. 02.

¹¹⁰ “O mundo intelectual brasileiro parece estar vedado ao goiano” (entrevista de Bernardo Elis ao *Diário de São Paulo*). In: *Diário de São Paulo*, 21 jan. 1945, p. 02.

de seus pares que se realizaria em São Paulo. Bernardo Elis considerava a urgência de que seus conterrâneos, companheiros de ofício, saíssem de seu regionalismo, levando a imagem de Goiás para o restante do Brasil¹¹¹. Aliás, ele citava – sem, contudo, ter dado maiores detalhes – a Revolução de 30 naquele Estado como um elemento fundamental para o movimento de combate a “mentalidade exclusivista” e ao “comodismo” de seu meio literário. Seria necessário, portanto, que uma nova onda bandeirante fosse realizada, no sentido de desvendar aquele pedaço esquecido da nação, com todas as suas possibilidades e riquezas.

À literatura, neste contexto, caberia a função de fixar a situação social das populações radicadas em Goiás, propiciando terreno para o “surto inovador” que se esboçava e tendente a melhorar os hábitos da população goiana. Tal “revolução” deveria também invadir o mundo cultural, livrando-o de seu processo de “reclusão”, como forma de integrar aquele Estado no pensamento nacional.

Sem apelar a questões de ordem regionalista, tal qual o seu confrade goiano, Genolino Amado, escritor que figuraria entre os representantes sergipanos ao congresso, também daria seu parecer acerca do conclave que se realizaria em São Paulo¹¹². Em crônica escrita do dia 21 de janeiro, porém publicada apenas dois dias depois, Amado demonstrava grande entusiasmo com a reunião dos intelectuais, considerando o prestígio que a iniciativa da A.B.D.E. havia adquirido tanto dentro, como fora do Brasil, pelo que teria recebido congratulações do próprio Albert Einstein¹¹³. Para o autor, independentemente dos resultados a que chegassem os congressistas, o valor daquele evento residia, fundamentalmente, “no sentido superior de promover a coesão dos homens de letras, levando-os a um maior entendimento, sobretudo a um entendimento mais fecundo e mais digno do que o dos corrilhos entretidos na exploração dos elogios mútuos”. Genolino Amado denunciava as dificuldades que haviam em promover uma unidade de classe dos escritores brasileiros,

¹¹¹ O próprio Bernardo Ellis, em 1942, teria se encaminhado ao Rio de Janeiro, no sentido de fazer publicar dois livros (um de contos e outro de poesias), tendo regressado a Goiás logo em seguida, por conta das dificuldades em realizar seu intento. Posteriormente, o autor conseguiria o reconhecimento almejado, chegando ao ponto de não apenas representar seu Estado no Congresso de Escritores da A.B.D.E. (cuja seção goiana ele fundaria logo em seguida), mas tornar-se um imortal da Academia Brasileira de Letras, em 1975 (ver www.academia.org.br – acessado em 28/01/2010).

¹¹² Jornalista, escritor, cronista, ensaísta e teatrólogo, Genolino Amado atuou em jornais de destaque no Rio de Janeiro (*O Jornal*) e de São Paulo (*Correio Paulistano* e *Diário de São Paulo*), além de suas colaborações para a Rádio Mayrink Veiga. Conviveu com importantes membros do movimento modernista, como Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo e Candido Motta Filho, além da amizade que desenvolveu com outros escritores, entre os quais Galeão Coutinho, Brito Broca e Orígenes Lessa. Em 1973, tornou-se imortal da Academia Brasileira de Letras (ver em www.academia.org.br – acessado em 28/01/2010). Além disso, Genolino Amado era irmão do também escritor e jornalista sergipano Gilberto Amado (ver “AMADO, Gilberto”. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930* [versão 1.00 em CD-ROM]).

¹¹³ AMADO, Genolino. “O Congresso dos Escritores”. In: *Diário de São Paulo*, 23 jan. 1945, p. 03.

justamente pelas rivalidades existentes no seio daquele grupo, cindido por diversos interesses estéticos, políticos, entre outros.

Até agora o escritor brasileiro tem sido condenado ou a fazer parte de um pequeno grupo de amigos em comandita, com as suas predileções, simpatias e inimizades bem acentuadas, núcleo de exacerbados orgulhos e arrivismos solidários, ou a insular-se para salvaguardar a própria independência, que por fim também se torna esterilizante, com esse egoísmo sombrio dos que se alheiam da vida e não sabem ver mais a humanidade, porém somente o indivíduo. Raras são as vezes em que se lhe apresenta o ensejo de examinar e debater os problemas da atividade intelectual entre companheiros, num plano de controvérsia e de compreensão, acima das intransigências ou das prevenções de camarilha.

Na opinião do cronista, o congresso estaria a oferecer aquele ensejo esperado, na medida em que ele se reunia num momento onde várias eram as questões que demandavam a atenção dos intelectuais – a saber, a expansão do mercado editorial e a formulação de uma lei específica dos direitos autorais – agravadas pela situação mundial, às vésperas do fim de uma guerra, e cujo futuro parecia muito incerto ao grande público. Neste sentido, apenas uma ação conjunta daria a possibilidade aos homens de letras para que se fizessem sentir enquanto grupo social de importância, em busca de melhores condições de trabalho, livre e bem remunerado.

Aberto as mais diversas correntes, sem animo partidário, político apenas sob o critério de que a sorte dos escritores se integra na sorte dos povos, de que a sua liberdade e o seu bem estar não são pleiteados como privilégio de uma casta, mas se incorporam aos motivos fundamentais da luta contemporânea contra os regimes opressores, o seu propósito é essencialmente o de congregar operários intelectuais para que se estabeleçam as garantias da profissão, a recompensa honesta do trabalho e também essas condições indispensáveis de vida que permitem ao espírito criador exprimir-se com plenitude, sem perigos e limitações capazes de lhe embarçar a obra.

O escritor sergipano explicava que o “extraordinário” desenvolvimento editorial do país nos últimos anos teria suscitado uma nova situação para o homem de letras, na medida em que o crescimento do público leitor possibilitaria aos autores reivindicarem maiores rendimentos sobre as suas produções. Genolino Amado considerava que o justo pagamento pelas obras literárias publicadas no Brasil dependeria em grande parte do esforço do congresso na construção de “bases mais sólidas e mais amplas” dos direitos do autor, do tradutor, bem como do colaborador para a imprensa. Definidos estes direitos, os intelectuais

da pena poderiam exercer seu ofício sem a sombra do Estado, tampouco das dificuldades materiais que se impunham a muitos deles até aquele momento.

O senso democrático da literatura, na opinião do cronista, era o resultado direto das transformações e conquistas que teriam ampliado o poder das massas, desejosas de instruir-se, abrindo uma brecha para que a cultura deixasse de ser um privilégio de classe, mas sim, “um instrumento de consolo para os oprimidos e explorados”. Esse processo de democratização literária, contudo, teria sido resultado da própria ação do povo, na medida em que o seu maior interesse pela leitura teria possibilitado ao escritor a liberdade de ofício – em termos materiais e ideológicos – tão cara a plena manifestação de sua arte, de suas idéias. Para Genolino Amado, bater-se pelos direitos autorais significava bater-se pela própria democracia. Daí o valor do congresso como elemento não apenas de ação – por parte dos homens de letras – mas, principalmente, como fator de “construção social”.

Estas expectativas criadas em torno da reunião dos escritores não eram manifestadas apenas em artigos e crônicas. Muitos dos intelectuais que, a exemplo de Genolino Amado, estariam no conclave, deram seus depoimentos ao *Diário de São Paulo*, declarando ao público as suas esperanças naquele momento singular da história da “inteligência brasileira”. Em busca destas opiniões é que a reportagem do jornal havia se dirigido a uma série de delegados ao evento, no sentido de colher as perspectivas de cada um acerca daquele acontecimento. Horas antes da instalação do congresso, alguns nomes importantes da literatura do país foram ouvidos:

DO SR. JOSÉ LINS DO REGO: “É o primeiro movimento de entendimento coletivo dos homens de letras do Brasil e, mesmo, do Continente”.

DO SR. ANÍBAL MACHADO: “A vibração e a linha alta verificada na assistência inaugural já antecipam o espírito construtivo desse conclave de homens de letras do Brasil”.

DO PROF. ROGER BASTIDE: “Estou muito satisfeito em observar a amizade reinante entre intelectuais brasileiros e os representantes da cultura de outros povos. Isso vem testemunhar o caráter ecumênico da cultura e o poder de manifestação da inteligência brasileira”.

DO SR. FERNANDO GÓES: “Deste Congresso deverá sair uma série de medidas que virão, em tempo oportuno, beneficiar os escritores. Mas não iremos cuidar somente de nós. E o povo que está olhando, interessado para esta assembléia de intelectuais, saberá disso logo”.

DO SR. VIEGAS NETO, delegado do Maranhão: “Acredito que desse Congresso de Escritores, surjam realmente as soluções que esperamos, e que dele não se aproveitem só os profissionais da literatura, mas principalmente, os problemas que dizem respeito a cultura popular”.

DO SR. PAULO ZINGG, delegado de São Paulo: “A missão do Congresso, nesta hora decisiva é defender a dignidade e a liberdade do escritor no quadro profissional e no quadro nacional. Espero que sejamos dignos do mandato que nos foi confiado”.

DO SR. LUIS MARTINS: “O Congresso de Escritores é uma realização de suma importância na história da cultura brasileira. Procuraremos afirmar, por seu intermédio, a faculdade de expandir livremente nossas idéias além de procurarmos dar ao escritor nacional um caráter permanente profissional”.

DO SR. ARAUJO NABUCO: “O Congresso é a primeira iniciativa prática e real em favor de uma classe esquecida e muitas vezes até desprezadas”.

DO SR. WILSON MARTINS, delegado pelo Paraná: “Quero apenas repetir o que já disse Aníbal Machado: ‘Com o Congresso, o escritor brasileiro começa a tomar consciência de si mesmo’”.

DO SR. NELSON PALMA TRAVASSOS: “Todos os que escrevem compreendem o alcance de uma aproximação no momento atual dos escritores”.

DO SR. LEÃO MACHADO: “Este Congresso é o princípio de uma nova etapa da nossa história, pois revela a existência de uma classe – a classe dos que vivem da literatura”.

DO SR. J. ETIENNE FILHO, delegado de Minas Gerais: “Aqui estamos, escritores de vários temperamentos de vários Estados e várias gerações, identificados pelo ideal de se fazer alguma coisa de positivo e de efetivo pela situação do escritor, pela defesa da dignidade do espírito e da pessoa humana”.¹¹⁴

Durante os dias em que se realizou o congresso, o *Diário* passou a reunir essas entrevistas em uma coluna intitulada “Um Grande ‘Meeting’ da Inteligência”. No dia 24 de janeiro, um primeiro conjunto de depoimentos era levado ao público, contando com as opiniões de homens como Guilherme de Figueiredo, Dionélio Machado, Mário de Andrade, entre outros. Como introdução à matéria, o jornal expunha um texto em que se citava o valor do congresso como uma oportunidade válida para que fossem colocadas de lado as diferenças existentes no seio da intelectualidade brasileira, e que tantas dificuldades impunham a constituição de um espírito de classe¹¹⁵. Questionados acerca do valor social do escritor, da posição do escritor e do dever do escritor para com o povo, os entrevistados assim se manifestaram:

¹¹⁴ “Primeiro movimento de entendimento coletivo dos homens de letras do Brasil” (conjunto de entrevistas colhidas pela reportagem do *Diário de São Paulo*, com os depoimentos de José Lins do Rego, Aníbal Machado, Roger Bastide, Fernando Góes, Viegas Neto, Paulo Zingg, Luis Martins, Araújo Nabuco, Wilson Martins, Nelson Palma Travassos, Leão Machado e J. Etienne Filho). In: *Diário de São Paulo*, 23 jan. 1945, p. 07.

¹¹⁵ “Só acompanhando o sentido da vida do povo e pondo-se em consonância com este poder o intelectual realizar a sua missão” (entrevistas de José Geraldo Vieira, Guilherme de Figueiredo, Odilo Costa Filho, Dionélio Machado, Laura Austregésilo, Barão de Itararé, Mário de Andrade, Nilo Ruschel, Martins de Almeida, Clóvis Ramallete e Wilson Louzada ao *Diário de São Paulo*). In: *Diário de São Paulo*, 24 jan. 1945, p. 07.

O escritor José Geraldo Vieira¹¹⁶ afirmava que o valor social do escritor decorria da dignidade de sua unidade pessoal, uma vez que a ética de sua obra, no tempo e no espaço, seria o reflexo dele mesmo em sua época. Vieira defendia que, além da função *sui generis* de poeta, romancista ou ensaísta, o homem de letras tinha o dever de adaptar a sua obra aos aspectos da liberdade e da justiça, bem como demonstrar quais os acertos e desacertos da sociedade. Ainda que, por temperamento, o escritor se afastasse do povo, ele deveria ter claro em sua mente que sua arte deveria ser do povo, para o povo e pelo povo.

No entender de Guilherme Figueiredo¹¹⁷, o escritor que não dedicasse sua arte, assim como a sua vida, à causa da justiça social, estaria condenado a desaparecer. Para ele, a conjuntura mundial exigia daqueles que se dedicavam à escrita uma atitude de combate, opinião esta que seria compartilhada por outros depoentes, como Dionélio Machado, Barão de Itararé, Mário de Andrade, Nilo Ruschel, Clóvis Ramallete e Wilson Louzada. Dessa forma, aquele que entregasse o seu tempo e a sua capacidade ao “divertimento de escrever” não mereceria a atenção dos leitores. Essa indiferença constituiria, portanto, um ato de traição, posto que a maior aspiração popular, a saber, a justiça democrática, estaria sendo negligenciada. De acordo com Figueiredo, tal atitude de desprezo pela causa do povo, cujos leitores faziam parte, era uma “forma de fascismo”.

O maranhense Odilo Costa Filho¹¹⁸ também daria o seu parecer acerca das questões que foram lançadas pelo *Diário*. Ele considerava que a função social do escritor, em face do mundo em guerra e do público, poderia ser resumida em apenas duas palavras: Justiça e Liberdade, desde que tomadas de forma efetiva e concreta, em favor do “respeito à pessoa humana”, da “dignidade de pensamento”, bem como daqueles indivíduos que não fugiam aos seus problemas por meio de mistificações burocraticamente organizadas.

¹¹⁶ Apesar das poucas informações biográficas de José Geraldo Vieira (nascido no Rio de Janeiro, mas que teve sua carreira intelectual desenvolvida em São Paulo), as fontes encontradas dão conta de um escritor voltado para o romance, mas que também militou na crítica de arte, com uma coluna na *Folha de São Paulo*. Em 1948, ocuparia a cadeira de Monteiro Lobato, na Academia Paulista de Letras (as informações, ainda que genéricas, estão contidas em site dedicado exclusivamente a memória do autor, <http://www.josegeraldovieira.com.br/>).

¹¹⁷ Escritor, crítico literário, dramaturgo e tradutor, Guilherme Figueiredo provinha de uma família de tradição política, sendo filho de Euclides de Oliveira Figueiredo, um dos líderes da Revolta Constitucionalista de 1932, e irmão daquele que seria o último presidente do período militar, João Batista de Oliveira Figueiredo. No campo da crítica, ocupou as páginas do *Diário de Notícias*, período em que se dedicou à oposição ao Estado Novo, pautado, segundo seu próprio depoimento, nas lições de Mário de Andrade (ver FIGUEIREDO, Guilherme. *Cobras & Lagartos: rodapés de crítica literária*, 1943 a 1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984).

¹¹⁸ Apesar de ter nascido no Maranhão, Odilo Costa Filho integraria a delegação piauiense ao congresso dos escritores brasileiros. Jornalista, escritor e crítico, ele ocupou o cargo de redator do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro entre os anos de 1931 e 1943, sendo que, durante o Estado Novo, sempre manteve uma postura de oposição ao regime. Com a reorganização partidária, em 1945, ele passaria a integrar os quadros da União Democrática Nacional (ver “COSTA FILHO, Odilo”. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930* [versão 1.00 em CD-ROM]).

Seguindo os mesmos pressupostos já citados por José Geraldo Vieira, a representante do Distrito Federal, Laura Austregésilo¹¹⁹, defendia que o escritor colocasse o povo a par dos acontecimentos, despertando o interesse do público nos eventos marcantes daquela época. Neste sentido, caberia ao homem de letras cuidar do presente, infestado de questões problemáticas, cujas soluções não podiam esperar. Para tanto, o escritor deveria colocar-se ao lado da população, comunicando-se com ela, tratando de suas dificuldades, ensinando a “levantar o ânimo, coragem e espírito de luta”, conforme assinalaria, posteriormente, Mário de Andrade.

Martins de Almeida¹²⁰, companheiro de delegação de Laura Austregésilo, reafirmava a necessidade de que os intelectuais se colocassem ao lado do povo, em favor de suas questões mais urgentes. O entrevistado, de acordo com o que já havia sido dito por Guilherme de Figueiredo, partia do pressuposto de que o não cumprimento deste dever constituiria um ato de traição, aplicável, inclusive, àqueles que se deixavam dirigir pelo “simples movimento da máquina estatal, a uma categoria das peças irracionais”. Ainda conforme as observações de Figueiredo, Martins de Almeida asseverava que o escritor não poderia ficar restrito ao seu próprio “eu”, mas que deveria buscar respostas para as interrogações daquele mundo em ebulição.

Apesar de serem muitos os entrevistados, as opiniões pareciam confluir para um mesmo ponto, a saber, a luta dos intelectuais contra o fascismo e todos os seus mecanismos de funcionamento, por meio de uma ação efetiva de orientação das massas por um mundo livre, pautado em valores de justiça e democracia. Esta idéia ficou muito clara para os jornalistas do *Diário de São Paulo*, que apontavam para a importância daquele ato de união dos escritores, em um momento tão oportuno, onde o mundo, às vésperas da paz, parecia desinformado acerca de qual rumo tomar. Na introdução da coluna de entrevistas do dia 25 de janeiro, alguns aspectos preliminares do conclave foram destacados, notadamente o fato de que o

¹¹⁹ As poucas informações dão conta de que Laura Austregésilo, além da atividade literária, trabalhou em alguns jornais, entre os quais o *Roteiro da Juventude*, ligado ao Centro Dom Vidal (ver ABREU, Alzira Alves; ROCHA, Dora (org.) *Elas ocuparam as redações*. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 23). Além disso, era filha de Austregésilo de Athayde, os dois mais destacados intelectuais brasileiros, com atuação marcante na direção de publicações ligadas a rede dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, entre os quais o *Diário da Noite* e *O Jornal* (ver “ATAIDE, Austregésilo”. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930* [versão 1.00 em CD-ROM]; MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: 1994; SANDRONI, Cícero; SANDRONI, Laura Constância Austregésilo de Athayde. *Austregésilo de Athayde: o século de um liberal*. Rio de Janeiro: Agir, 1998).

¹²⁰ Francisco Martins de Almeida era mineiro, tendo composto o grupo de intelectuais radicados em Belo Horizonte, durante os anos 20, o chamado *Grupo Estrela*, que contava, entre outros, com Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Pedro Nava, Abgar Renault, Milton Campos, Pedro Aleixo, Aníbal Machado, além de Gustavo Capanema Filho (ver SOUZA, Petrônio. “Modernistas por Belo Horizonte”. In: www.tanto.com.br/petroniodesouza-belo.htm - acessado em 28/01/2010).

congresso representava uma vitória da intelectualidade brasileira ante as forças que lhe impunham o silêncio, numa clara alusão aos organismos de censura da ditadura estado-novista.

Nos depoimentos de Rafael Correia de Oliveira, Eneida Costa, Luiz Jardim, Osório Borba, Argeu Ramos e Vinícius de Moraes, ficava clara a intenção de que se estabelecesse um código de conduta dos homens de letras, a fim de que estes pudessem assumir uma posição de guias do povo em sua busca de paz e liberdade. Dessa forma, algumas atitudes deveriam ser tomadas, particularmente no tocante a democratização da cultura, o estabelecimento dos direitos autorais dos escritores, bem como o desenvolvimento de uma consciência de classe, capaz de manter unida o grupo intelectual brasileiro.¹²¹

Genolino Amado, que já havia publicado interessante crônica acerca da reunião da “inteligência” brasileira, também figuraria entre os delegados entrevistados pela reportagem do *Diário*. Reafirmando alguns dos seus pontos de vista, expostos ao público na edição do dia 23 de janeiro, o escritor sergipano considerava que os homens e mulheres presentes ao evento representavam um grupo de pessoas interessadas na reflexão das questões políticas e sociais de seu tempo, não constituindo aquele conclave, uma simples manifestação pelo estabelecimento de medidas que lhes garantisse uma melhor remuneração por suas obras. Assim, o valor da assembléia estaria no fato de ser uma definição da intelectualidade do país, em face dos problemas do Brasil e do mundo. O propósito, obviamente, só poderia ser um: o estabelecimento de uma ordem democrática, em oposição ao perigo fascista.¹²²

O entrevistado, a exemplo de seus confrades, defendia uma maior aproximação do povo, instruindo e orientando o povo nos ideais pelos quais os escritores em congresso estavam lutando. Além disso, a melhoria nas condições profissionais daqueles que se entregavam à arte da escrita era fundamental, na medida em que livraria estes homens de letras do constrangimento de terem que prestar serviços a um Estado que lhe restringia a liberdade de criar, de se expressar. Somente por este caminho, “ganhando em união no palco das idéias democráticas e na defesa dos seus direitos”, eles conseguiriam ganhar força, enquanto classe, e maior influência social. Estes, na opinião de Genolino Amado, seriam os resultados elementares a que poderiam chegar os congressistas, e pelos quais ele guardava maiores expectativas.

¹²¹ “O Congresso de Escritores servirá para demonstrar, antes de tudo, os fundamentos democráticos da nossa cultura” (entrevistas de Rafael Correia de Oliveira, Eneida Costa, Luis Jardim, Osório Borba, Argeu Ramos e Vinícius de Moraes ao *Diário de São Paulo*). In: *Diário de São Paulo*, 25 jan. 1945, p. 09.

¹²² “Na definição da inteligência brasileira reside o principal valor do Congresso de Escritores” (entrevista de Genolino Amado ao *Diário de São Paulo*). In: *Diário de São Paulo*, 25 jan. 1945, p. 10.

Um último artigo, escrito pelo escritor e crítico literário Sylvio Rabello¹²³, foi publicado pelo *Diário*, sob o título de “Carta a um participante do congresso de escritores”¹²⁴. Utilizando-se de certa dose de ironia, o autor parecia se dirigir ao conjunto de congressistas presentes ao conclave, fazendo algumas observações acerca do modo como se dariam os trabalhos ao longo daquela última semana de janeiro, descrevendo, inclusive, as reações que seu destinatário teria durante as sessões plenárias. Rabello lembrava de todo o clima de espera que fora criado em torno do evento e do valor que ele adquiria na luta pelo desenvolvimento do senso democrático no país. Contudo, ele deixava clara sua desconfiança diante daquele emaranhado de correntes estéticas, políticas e ideológicas que caracterizaria as reuniões dos intelectuais.

Ao longo do seu texto, ele faz uma série de apontamentos ao seu destinatário a respeito das reações que o mesmo teria diante de tantos discursos opulentos, dos embates travados diante da leitura de alguma tese, bem como das críticas que receberia durante a exposição de suas próprias sugestões. Para acalmar seu interlocutor, Sylvio Rabello alertava para o fato de que todos sofreriam oposição acerca de suas idéias, o que caracterizava um ambiente parlamentar, tal como, segundo ele, se apresentava naquele congresso. Sarcasticamente, o autor antecipava os procedimentos da última sessão, considerando que dali sairiam “um punhado de conclusões”, síntese de toda a “canseira” imposta aos congressistas ao longo de uma semana de trabalhos. E, para evitar que mais tempo fosse ocupado sem que houvesse resultados realmente práticos, Rabello fazia uma solicitação no sentido de que fosse feita uma pesquisa entre todos os escritores presentes ao certame, colhendo informações dos mesmos quanto à quantia de dinheiro que recebiam por cada serviço prestado a jornais e revistas, por cada obra publicada. Somente por esse modo, na sua opinião, é que se chegaria a um diagnóstico eficaz e útil aos interesses da classe dos homens de letras, na medida em que deixaria claro o quanto este grupo estava sendo explorado, sem estar recebendo o devido valor pelo que produzia.

A leitura deste texto, ainda que, conforme se disse a pouco, carregado de ironia, sugere, uma vez mais, a idéia de que os objetivos do congresso não se restringiriam ao tema político. Neste sentido, as preocupações de Rabello não são menos sintomáticas, na medida em que demonstra a sua desconfiança quanto aos discursos de cunho ideológico, em vista dos

¹²³ Não são numerosas as informações encontradas a respeito de Sylvio Rabello. Contudo, as fontes consultadas dão conta de sua atividade como escritor, crítico e pesquisador, não apenas na área literária, mas também voltado à psicologia, principalmente a infantil (ver “Sylvio Rabello”. In: *Enciclopédia Nordeste* [on line] - acessado em 28/01/2010).

¹²⁴ RABELLO, Sylvio. “Carta a um participante do Congresso de Escritores”. In: *Diário de São Paulo*, 27 jan. 1945, p. 04.

problemas que afetavam diretamente o modo de vida dos escritores, particularmente as restrições financeiras impostas pela atividade literária. O que deve ser salientado, contudo, é que os dilemas que envolvem o artigo de Sylvio Rabello compõem apenas parte do todo, não devendo ser menosprezado o aspecto político do certame, fruto da própria conjuntura dos anos 40 e elemento fundamental para que as divergências existentes no seio da intelectualidade pudessem ser colocadas de lado.

3.5. O Estado de São Paulo

O *Estado de São Paulo*, seguindo a tendência dos demais jornais, procurou dar notícia de todos os acontecimentos do congresso dos escritores. Sua cobertura, contudo, foi tímida no que referia à publicação de artigos que comentassem o certame dos intelectuais brasileiros. Em uma única ocasião, contudo, em 23 de janeiro, o tradicional diário paulista deu o seu parecer do evento, comentando assuntos que diziam respeito à relação do homem de letras com o povo, com a situação do mundo naquele momento de incertezas, além da questão dos direitos autorais.¹²⁵

O texto apontava o conclave como um fato marcante na história da literatura brasileira, na medida em que criava uma situação favorável para que seus participantes definissem quais os reais deveres do escritor em face da sociedade e de seus problemas. O colunista do *Estado* afirmava que era dever do intelectual estar do lado do povo, guiando-o e orientando-o “na repulsa ao seu inimigo natural, o nazi-fascismo”, o que somente poderia ser feito em um ambiente de liberdade de pensamento (e o autor lembrava todas as dificuldades pelas quais teriam passado alguns nomes importantes da cultura mundial, notadamente franceses e alemães, afligidos pelo terror nazista).

A resolução das questões em torno da remuneração pelo trabalho intelectual também era um ponto importante na análise apresentada pelo jornal, uma vez que, livre das vicissitudes financeiras, o escritor poderia melhor desempenhar a sua missão. Como base de argumentação, relatou-se o caso de revistas que não respeitavam os direitos dos seus colaboradores, que estariam recebendo valores bem abaixo do que aqueles que lhes seriam devidos: em parte pela desvalorização pública do escritor nacional; em parte pela concorrência desleal de algumas publicações, que viviam à custa de seus patrocinadores,

¹²⁵ “Escritores Brasileiros em Congresso”. In: *O Estado de São Paulo*, 23 jan. 1945, p. 05.

conquistando o mercado com matérias recortadas de fontes estrangeiras, sem, contudo, gastar “um cruzeiro” com colaborações de autores nacionais.

Em favor de uma melhoria das condições materiais, por meio do estabelecimento de uma legislação pertinente à questão dos direitos autorais, é que se deveriam reunir os escritores, não apenas no congresso que ora se realizava, mas nos futuros. Todavia, a luta pela democracia deveria atravessar todos esses eventos, como forma de fortalecer a classe, dando-lhe um sentido social mais específico e eficaz.

A união das necessidades materiais e políticas estiveram, conforme se pôde observar ao longo dos vários artigos publicados na imprensa paulistana, no centro do debate a respeito dos objetivos a serem traçados pelos delegados ao congresso dos escritores. Da análise acima decorre que, longe de serem tratados como questões isoladas, estes dois elementos compunham parte de um *discurso estratégico*, que tinha como pano de fundo a ânsia pelo estabelecimento de um *campo intelectual autônomo*¹²⁶, na medida em que a liberdade de opinião, de criação e, por que não dizer, de ação, estava atrelada à regulamentação do ofício das letras – o que possibilitaria ao escritor viver da renda obtida pela venda de suas obras, sem recorrer a outros tipos de trabalho, em especial no serviço público – bem como ao estabelecimento de um regime democrático de governo – o que permitiria ao intelectual o pleno exercício da crítica e da arte, não mais sujeito às imposições dos órgãos de censura.

A “democratização da cultura”, ainda que estivesse ligada a uma necessidade de tornar mais conscientes os grupos menos favorecidos da população, com fins de impedir a ascensão e o sucesso de regimes de cunho autoritário, pautados na violência e na opressão; tinha um significado ainda maior para os homens de letras, uma vez que significaria a ampliação do público leitor, e a conseqüente expansão do mercado literário. As novas produções deveriam atender a demanda destes novos leitores, o que permite supor que o discurso em prol de uma adequação das obras à linguagem e à realidade do povo não estivesse sendo feito de maneira gratuita; mas sim, como forma de garantir que os novos livros alcançassem a receptividade almejada pelos escritores entre esse mais recente grupo de consumidores de *bens simbólicos*.

Portanto, não se poderá pensar a ocorrência do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* sem apelar a estes pontos fundamentais. Somente a partir da resolução destas

¹²⁶ Ver BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editorial Presença, 1996; _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli, Sílvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974; e MICELI, Sérgio. “Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)”. In: _____. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

questões é que seria possível ao intelectual vislumbrar a possibilidade de exercer o seu *papel social*, qual fosse, o de *guia do povo*¹²⁷, livre das amarras da repressão política e das necessidades financeiras. Assim, para se compreender o porquê do teor das teses apresentadas aos congressistas, bem como as razões por trás das conclusões formuladas pelas comissões que compunham o congresso, era imperativo que se conhecessem as principais demandas daquela parcela da intelectualidade brasileira responsável pelo planejamento, organização e realização do evento. Os artigos e entrevistas citados ao longo das últimas páginas revelam quais eram estas necessidades e, a partir da leitura do capítulo seguinte, será possível perceber como as expectativas dos vários articulistas e entrevistados anteviam muito do que seria debatido durante a reunião dos escritores.

¹²⁷ Ver PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política do Brasil (entre o povo e a nação)*. São Paulo: Ática, 1990, pp. 74-96. O autor demonstra as várias vertentes de pensamento a respeito do que ele classifica como “tipos de engajamento político”, divididos entre a visão do Estado Novo e as dos grupos de oposição.

4. O CONGRESSO DOS ESCRITORES DE 1945: DO SURGIMENTO DA A.B.D.E. À REALIZAÇÃO DE SEU PRIMEIRO CONCLAVE

Os acontecimentos referentes ao congresso dos escritores brasileiros, em janeiro de 1945, não podem ser tratados de modo arbitrário, tomando-se por base apenas os elementos fornecidos pelas memórias daqueles que estavam, ou não, presentes ao evento. Se assim fosse, o conclave poderia ser encarado pelo mero aspecto político e, portanto, se perderia muito da riqueza do tema proposto. Conforme as informações colhidas ao longo dos vários artigos e entrevistas, já citados anteriormente, é possível afirmar a diversidade de questões abordadas pela intelectualidade brasileira no momento em que se realizavam as reuniões dos escritores, de modo que as razões por trás da organização e realização do congresso extravasavam o elemento de combate à ditadura – fundamental, uma vez que possibilitou a comunhão de várias tendências ideológicas em prol de um mesmo objetivo – devendo-se, portanto, sublinhar as necessidades econômicas de grande parte daqueles que estavam presentes como delegados ao evento, as quais motivaram sobremaneira os debates em torno da definição de uma lei que protegesse seus direitos autorais e, dessa forma, garantisse uma justa remuneração àqueles que se dedicavam à escrita.

Estas questões, aliás, estavam, em maior ou menor grau, no centro das discussões que resultaram na criação de *associações de classe*, representantes dos interesses dos escritores, nos primeiros anos da década de 40. De acordo com os dados citados anteriormente e o já estabelecido pelas bibliografias consultadas, o momento do mercado era propício para a arte literária, bem como para outros tipos de produção escrita, justamente pela expansão do público leitor, o surgimento de novas editoras, além da necessidade de preencher o espaço deixado pelas obras importadas, que não mais chegavam ao Brasil por conta da guerra. Em meio a esses elementos é que surgiram a Sociedade Brasileira de Escritores e a Associação Brasileira de Escritores.

As informações a respeito da fundação destas duas entidades são diminutas e pouco esclarecedoras. Em sua maior parte, são fornecidas pelas memórias publicadas por antigos membros da intelectualidade brasileira do período em questão e, mesmo assim, ocupam um pequeno espaço em seus escritos. Portanto, a título de introdução do congresso de escritores de janeiro de 1945, valerá à pena demarcar, ainda que de forma superficial, o aparecimento destas associações de classe, bem como as intenções que deram sustentação a idealização e organização das mesmas.

Segundo o militante comunista e escritor Tito Batini, a Sociedade Brasileira de Escritores surgiu em São Paulo, em 1941, em meio a várias reuniões realizadas por alguns dos principais nomes das letras do país. Em *Memórias de um Socialista Congênito*, o autor afirma que, inicialmente, havia dezenove membros, entre os quais Sérgio Milliet, Mário de Andrade, Edgard Cavalheiro, Artur Neves, Fernando Góes, Luis Martins, Paulo Emílio Sales Gomes. De acordo com ele, a sociedade tinha por intuito formar uma “frente ampla antifascista” e, conseqüentemente, contra o regime ditatorial do Estado Novo. Como forma de justificar a importância política daquela organização, Batini cita as eleições para a segunda diretoria da entidade, no ano de 1942, em que estiveram envolvidos intelectuais a favor e contra o governo.

Pleiteia o cargo de presidente, nada menos que o diretor do DIP – Departamento de Informações e Propaganda, que não é mais do que um disfarce da censura a policial e procurar corromper os intelectuais de *esquerda*, Candido Motta Filho. Já a essa altura somávamos mais de 200 associados. E só podiam votar os que ao pé da urna exibissem o recibo do último mês. Comparecem funcionários do DIP compradores de votos. E mesmo assim, por pequena margem, embora, derrotamos a chapa governista, elegendo Affonso Schmidt e Abguar Bastos, respectivamente, presidente e vice. Isso em plena ditadura! De tal maneira os getulistas contavam com a vitória que não tiveram tempo de desmanchar a primeira página do jornal *A Manhã* do Rio de Janeiro, órgão semi-oficial do governo, o qual em número do dia seguinte anunciava a vitória da chapa do DIP, publicando em primeira página as fotos dos seus componentes... Fato que ironicamente Rubem Braga comentaria em uma de suas saborosas crônicas do *Correio da Manhã*.¹²⁸

Tais lembranças demonstram como era tensa a relação entre os membros da intelectualidade brasileira, cindida entre aqueles que defendiam os postulados estado-novistas e um segundo grupo, contrário às práticas de repressão, e interessados na queda do regime getulista. Contudo, não se poderá afirmar que todos tinham as mesmas opiniões a respeito das disputas existentes entre os intelectuais, exemplificadas no episódio narrado por Tito Batini. Enquanto na citação acima, percebe-se certo teor revanchista na fala do autor, outros observadores não definiram o evento como um embate entre governistas e opositores. Em carta a Nelson Werneck Sodré, o escritor, também partidário do comunismo, Artur Neves¹²⁹ considerava que o resultado da disputa para os cargos diretivos da S.B.E. evidenciava a ascensão da geração dos “mais moços”. Em seu depoimento, ele lembrava, inclusive, que o

¹²⁸ BATINI, Tito. *Memórias de um Socialista Congênito*. Campinas: Editora Unicamp, 1991, pp. 250-251. A respeito da militância comunista de Batini, ver também IUMATTI, Paulo Teixeira. *Diários Políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

¹²⁹ Acerca do engajamento de Artur Neves na causa comunista, ver IUMATTI, Paulo Teixeira. *op. cit.*

grupo derrotado compunha a chapa da situação, enquanto que os vencedores eram os opositores. A mesma perspectiva era adotada por Edgard Cavalheiro, em missiva também dirigida a Sodré:

Vencemos brilhantemente a eleição da Sociedade Brasileira de Escritores. Imagine que queriam botar o Menotti, Cândido Motta Filho e outros medalhões na diretoria. Reagimos e botamos uma mocidade barulhenta e irreverente. Foi uma eleição disputada, com muita brigas, como era natural.¹³⁰

Portanto, apesar da afirmação de Tito Batini a respeito de uma possível posição contrária da Sociedade Brasileira de Escritores com relação ao governo, pode-se notar, a partir das palavras de Artur Neves e Edgar Cavalheiro, que alguns intelectuais ligados ao regime compunham os quadros da entidade, inclusive como candidatos a cargos de direção. Não é possível, pelo próprio caráter das fontes consultadas, admitir a tentativa do governo de tomar para si o controle da S.B.E., o que não significa, obviamente, que tal fato não tenha ocorrido. A questão fundamental neste debate é o próprio caráter da sociedade, uma vez que alguns a tinham como um espaço de resistência, enquanto outros não deixavam tão explícita esta classificação.

Se, por um lado, a entidade representava o esforço de união dos escritores em prol de um objetivo comum, qual fosse, a oposição ao regime; não se poderá esquecer as dificuldades materiais pelas quais passavam a maioria daqueles que se dedicavam à literatura e à crítica. O próprio Nelson Werneck Sodré, também comunista, destacaria em suas *Memórias de um Escritor* a importância da entidade na defesa dos seus direitos econômicos. Tendo contribuído com alguns artigos para *O Estado de São Paulo*, Sodré foi instruído para que retirasse seu pagamento no escritório da S.B.E., pelas mãos de Mário Neme, uma vez que receber as importâncias no jornal constituía uma operação “quase sempre” difícil.

O escritório era nada menos que a sede da seção paulista da Sociedade Brasileira de Escritores, onde Mário Neme, abnegadamente, montara uma organização de recebimento de direitos autorais, para que os escritores não tivessem de ficar na dependência dos bofes dos proprietários de jornais. Tenho, como recordação, o pedaço de papel em que Mário Neme, com sua letra miúda, me prestava contas de que recebera para mim, em nome da SBE, de artigos publicados, em junho, no *Estado* e em três por cento da taxa de serviço, ficavam à minha disposição trezentos e oitenta e três (cinco cruzeiros, além

¹³⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um escritor - I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 266. Em 1988, a editora Bertrand Brasil republicaria o livro de Nelson Werneck Sodré, porém sob o título de *Em defesa da cultura*, mantendo contudo a paginação original (portanto, ambos os volumes servem de referência para esta citação).

dos doze da taxa, haviam sido gastos em selos). É fácil compreender a razão pela qual as empresas jornalísticas sempre combateram ferozmente qualquer organização dos escritores para a defesa dos seus direitos: vivem da exploração do trabalho deles (como, naturalmente, dos jornalistas e dos gráficos).¹³¹

O depoimento de Nelson Werneck Sodré é sintomático, na medida em que demonstra a importância da S.B.E. enquanto órgão representante dos interesses profissionais dos escritores. Este elemento, aliás, não pode ser desconsiderado no que tange ao próprio caráter da entidade, uma vez que a convivência de intelectuais tão distintos em um mesmo espaço só ocorreria por conta de interesses em comum e, neste caso, a defesa dos direitos autorais atingia todos aqueles que se dedicavam às letras, independentemente de sua atuação política. Não se poderá deixar de lado, contudo, o fato de que o ambiente de repressão e a guerra contra o nazi-fascismo serviu de estímulo para que comunistas, socialistas e liberais se unissem em torno da causa democrática, em prol da derrubada do Estado Novo e, neste sentido, procurassem direcionar as ações da entidade para fins políticos.

A Associação Brasileira de Escritores, criada no Rio de Janeiro, em novembro de 1942, também pode ser analisada a partir dos mesmos dilemas, uma vez que também se tratava de uma entidade de classe, sujeita às mesmas disputas da sua congênere paulista. Tal qual a S.B.E., a A.B.D.E. também foi tratada como um espaço de oposição ao regime de Getúlio Vargas e, portanto, avessa a presença daqueles que colocavam sua inteligência a serviço do governo. Este será, inclusive, um dos elementos recorrentes na maioria dos textos de memórias consultados durante esta pesquisa.

Um dos textos, no entanto, aponta para um início pouco afinado às questões de ordem política ou, ao menos, pouco combativo com relação ao Estado Novo. Isto fica evidenciado pelo depoimento de Cassiano Ricardo, reconhecido colaborador dos veículos de imprensa e propaganda do regime estado-novista¹³², ao afirmar que a fundação da A.B.D.E. se deu na sede do jornal *A Manhã* (ligado ao D.I.P.), com a presença de intelectuais pertencentes às mais variadas vertentes ideológicas: Aníbal Machado, Álvaro Lins, Manuel Bandeira, Peregrino Júnior, Levy Carneiro, Carlos Drummond de Andrade, o próprio Cassiano Ricardo,

¹³¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Idem*, pp. 317-318.

¹³² A respeito da colaboração de Cassiano Ricardo para com o regime estado-novista, ver RICARDO, Cassiano. *Viagem no Tempo e no Espaço*. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970; LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, Papirus/UNICAMP, 1986; LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, Papirus/UNICAMP, 1986; GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Afonso Arinos, Astrojildo Pereira, Múcio Leão, Vinícius de Moraes, Ribeiro Couto e Francisco de Assis Barbosa.¹³³

De fato, durante os dias em que se realizou o congresso dos escritores, era notória a posição da A.B.D.E. contra o governo varguista. Esta radicalização, no entanto, era fruto da situação pela qual passava o mundo e o próprio país. Por essa mesma razão, a participação de intelectuais afinados ideologicamente com o Estado no conclave não foi admitida. Porém, como se pôde observar há pouco, esse caráter de divisão nem sempre esteve presente no interior da entidade, e o ato de sua fundação serve como um bom parâmetro para tal conclusão.

Antonio Candido, em um breve ensaio a respeito do conclave de janeiro de 1945, faz algumas considerações acerca do surgimento e das características da entidade surgida em novembro de 1942. Ele admite que “havia no intuito dos fundadores a idéia de criar uma associação de classe, voltada em parte para o problema então muito mal atendido dos direitos autorais, e alguns membros da primeira e da segunda hora ficaram sempre mais ou menos limitados a isso”. Contudo, o autor afirma que “o grosso das preocupações” teria sido o de “estabelecer uma agremiação que organizasse os escritores e intelectuais em geral para a oposição à ditadura do Estado Novo”, fato que seria justificado pelo fato de que “da ABDE não faziam parte os mais ou menos chegados ao governo, seja porque o apoiavam ideologicamente, seja porque trabalhavam, com ou sem convicção política, em organismos oficiais de informação e propaganda, que então proliferavam, ou escreviam assiduamente em publicações orientadas neste sentido”.¹³⁴

A partir do depoimento de Antonio Candido, é difícil imaginar que dois escritores de renome e amplamente ligados ao D.I.P., como Cassiano Ricardo e Múcio Leão, tivessem tomado parte no processo de formação de uma entidade que se colocava em uma posição diretamente contrária àquelas ocupadas por eles. Ao que parece, o autor de *Formação da Literatura Brasileira* não levou em conta alguns fatos ligados ao processo de fundação da A.B.D.E., em particular pelas pessoas que participaram do evento, bem como do espaço em que este se deu – vale lembrar, uma vez mais, que *A Manhã* era um jornal oficial, ligado aos interesses do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Seu mérito, no entanto, foi o de pontuar qual era o intuito original da associação, a saber, a constituição de um órgão de classe que zelasse pelos direitos legais e econômicos dos

¹³³ RICARDO, Cassiano. *op. cit.*, p. 161.

¹³⁴ CANDIDO, Antonio. “O Congresso de Escritores” In: Cândido, Antônio. *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 108.

escritores. Por essa via, fica explicada, de forma menos contraditória, a presença de defensores do regime nos quadros iniciais da entidade. As mudanças, contudo, ocorreriam por conta da própria ação dos órgãos de repressão e a proximidade do fim da guerra, que impôs a necessidade de uma tomada de posição por parte dos intelectuais. O descontentamento com o aparato de censura e a decadência dos regimes totalitários na Europa levou uma parcela significativa da intelectualidade brasileira a bater-se pelo estabelecimento de um regime democrático, e pela liberdade de expressão. Na A.B.D.E., isso significou a intolerância para com aqueles que trabalhavam em favor do Estado Novo e a reunião de forças em torno da derrubada do governo ditatorial de Vargas.

Em uma primeira análise das duas agremiações citadas, o que se depreende é justamente o caráter de órgão de proteção aos direitos de uma classe, nestes casos específicos, dos escritores. Contudo, apesar da luta pelos direitos autorais constituir, à época, um elemento de interesse a todos aqueles que se dedicavam ao ofício das letras, o fator que teve maior impacto nos rumos tomados por aquelas entidades foi, sem dúvida alguma, o político, em consequência da própria conjuntura em que se deram os primeiros anos de funcionamentos das mesmas.

Tanto que, em fins de 1944, a situação se tornara insustentável e os intelectuais de oposição sentiam a necessidade de assumirem publicamente seu pensamento com relação à política estado-novista e a guerra. O tema da liberdade era corrente e serviu de elemento aglutinador das várias tendências existentes no interior da Associação Brasileira de Escritores, que parece ter tomado a frente na luta da intelectualidade brasileira contra o governo. Foi diante deste quadro de ebulição política, em que imperavam as incertezas quanto ao futuro político do Brasil e do mundo, que se iniciaram os trabalhos de organização do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores*.

4.1. A organização do Congresso

Ao longo dos últimos meses do ano de 1944, foi intensa a atividade entre os membros da Associação Brasileira de Escritores, em particular aqueles que compunham os diretórios do Rio de Janeiro e de São Paulo. A idéia de um conclave que reunisse alguns dos mais representativos nomes da literatura e do pensamento brasileiro era motivo de entusiasmo, refletido nas mensagens trocadas entre alguns intelectuais. Edgard Cavalheiro, por exemplo, em carta dirigida a Nelson Werneck Sodré no mês de outubro, demonstrava grande

expectativa em torno da realização do congresso, ainda que com algumas reservas e preocupações:

Os interesses, agora, estão concentrados em torno do próximo Congresso de Escritores, a se realizar em fins de janeiro, aqui mesmo [São Paulo]. Vamos reunir perto de duzentos escritores, de todos os Estados. A coisa está muito bem planejada. Esperamos levantar uns cento e tantos contos, para hospedar o pessoal e outras despesas. Isto em São Paulo é possível. No Rio, totalmente impossível. Ninguém leva nada a sério. Acho que você deve fazer uma tese. Breve receberás notícias mais detalhadas de como elas deverão ser feitas, dos assuntos a serem tratados, etc. Vai ser uma coisa muito interessante, embora não acredito que saia alguma coisa realmente útil e prática. V. sabe como são nossos “colegas”. E, além disso, há o aspecto político: deixarão realizar o Congresso?¹³⁵

De fato, o acontecimento era da maior importância para os meios intelectualizados do país e, conforme as notícias veiculadas pela imprensa paulista, as eleições das delegações estaduais já eram realizadas no mês de dezembro de 44, muitas das quais extremamente acaloradas, justamente pela ânsia de participação no evento, assim como pelas rivalidades existentes no interior das próprias seções dos Estados. Os casos de São Paulo e Rio de Janeiro foram, neste sentido, emblemáticos.

Em 22 de dezembro, foi o realizado o pleito para a escolha dos representantes paulistas ao congresso dos escritores. Reunidos em assembléia extraordinária na Associação Paulista de Imprensa, os membros presentes poderiam optar entre quatro chapas, entre as quais, a única citada pela reportagem foi aquela composta por Monteiro Lobato, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Menotti Del Picchia, Luís Martins, José Geraldo Vieira, Antonio Candido, Lourival Gomes Machado, Arnaldo Pedroso d’Horta, Paulo Zingg, Tito Batini, Edgard Cavalheiro, Cruz Costa, Fernando de Azevedo, Caio Prado Júnior, Afonso Schmidt, Francisco Pati, Amadeu de Queiroz, Alcântara Silveira e Paulo Mendes de Almeida, cujo nome era, não se pode afirmar se propositalmente ou não, “Seleção”.¹³⁶

De acordo com a notícia veiculada pelo *Diário de São Paulo*, em 23 de dezembro, “cerca de cem escritores estiveram presentes, consagrando, pelas urnas, o salutar princípio de

¹³⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *op.cit.*, p. 330.

¹³⁶ “Eleição para escolha dos representantes de S. Paulo no Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Diário de São Paulo*, 22 dez. 1944, p. 04. Não se poderá negar o fato de que os nomes que compunham a referida chapa descreviam de fato uma “seleção”. Contudo, o fato de que as demais composições tenham sido negligenciadas pela reportagem do jornal pode sugerir certa predileção do mesmo com relação à escolha dos delegados, ainda que tal relação não possa ser evidenciada pela simples leitura da matéria. Neste sentido, alguns aspectos podem ser questionados, a fim de esclarecer melhor a situação, a saber: o grau de representatividade destes escritores no cenário intelectual de São Paulo; os vínculos de amizade construídos no interior de redações de jornais, revistas ou mesmo na universidade; bem como as afinidades ideológicas, que emprestariam um aspecto político mais acentuado na escolha dos delegados.

eleger na livre concorrência dos candidatos, os seus representantes”. A matéria não citava nenhum contratempo durante o pleito, afirmando que tudo ocorrera “em ambiente de máxima liberdade e respeito”. Vale lembrar que, apesar da existência de chapas, os votos eram dados individualmente, podendo ocorrer a eleição de candidatos pertencentes a outros grupos, em detrimento de alguns pertencentes à chapa vencedora, mas sem o número de votos suficiente para serem eleitos. E foi justamente isso o que aconteceu, na medida em que alguns membros da “Seleção”, como Menotti Del Picchia, Francisco Pati, Afonso Schmidt e Amadeu Queiroz não conseguiram obter a vaga de delegados ao congresso, enquanto que outros candidatos, como Araújo Nabuco, Maurício Loureiro Gama, Sérgio Milliet, Mário de Andrade, Mário Neme, Fernando Góes e Maria José Dupré tiveram seus nomes eleitos pelos escritores votantes.¹³⁷

No Distrito Federal, as movimentações entre torno da formação de uma delegação ao congresso dos escritores são narradas por Carlos Drummond de Andrade. Segundo suas memórias, transcritas em diário e publicadas sob o título *O Observador no Escritório*, algumas reuniões já estavam sendo realizadas na casa de Aníbal Machado desde novembro de 1944, com vistas a firmar as diretrizes do conclave a se realizar em São Paulo, bem como discutir os possíveis nomes a serem indicados para a eleição dos delegados cariocas ao evento. A respeito da formação de uma chapa que representasse o Rio de Janeiro no congresso, e de todo o clima presente nas reuniões do diretório federal da A.B.D.E., dizia o escritor mineiro:

Dezembro, 15 – Nova reunião do grupo em casa de Aníbal Machado. Tema: a chapa dos escritores que representarão o Rio de Janeiro no Congresso de São Paulo. Entra e sai tanta gente, escritores e artistas, que fica difícil cuidar do assunto de maneira reservada. Escolher nomes e afastar outros: como evitar que a conversa transpire, ferindo suscetibilidades? De resto, não vamos eleger ninguém. Vamos nos empenhar por que haja uma boa representação carioca, intelectual e politicamente, no ponto de vista comum: volta à liberdade. Quarenta nomes? Difícil escolher. Quem sabe se 25, maioria saudável?... E 15 assim-assim, de meia confiança, ou menos brilho.

Com jeito, consegue-se que os *estranhos*, mais interessados em conversar fiado e traçar a batida de maracujá, deixem o escritório. E decide-se que serão elaboradas várias chapas com 25 nomes

¹³⁷ “Um Pleito Democrático”. In: *Diário de São Paulo*, 23 dez. 1944, p. 10. Nelson Palma Travassos, diretor da Gráfica Editora Revista dos Tribunais, apesar de não ter obtido número suficiente de votos para ocupar ao menos um cargo de suplência, seria listado como um dos delegados paulistas ao evento, conforme se poderá notar na leitura dos Anais do Congresso. A forma como o referido escritor, crítico e editor conseguiu angariar tal posição não está clara na bibliografia e nas fontes consultadas.

fixos e outros variando ao gosto de cada um. Não somos, como se vê, um grupo unificado. Seremos mesmo um grupo?¹³⁸

As propostas em torno da eleição dos delegados ao evento prossegue nos dias seguintes, o que parece expor ainda mais as divergências no interior do grupo. De acordo com Drummond, escritores como Marques Rebelo, Francisco Barbosa e Astrojildo Pereira estariam organizando chapas próprias, sob critérios essencialmente pessoais. Os debates, segundo ele, demonstravam a dificuldade em se “coordenar escritores, e intelectuais em geral, em torno de objetivos comuns”.¹³⁹

Finalmente, no dia 30 de dezembro, ocorreu o tão aguardado pleito para a definição da delegação carioca ao certame. Tendo como presidente da assembléia o escritor Homero Pires e contando com um grande número de associados presentes, a votação foi iniciada por João Mangabeira e teve como nome mais votado o de Rubens Borba de Moraes. Além dele, outros escritores foram eleitos por terem alcançado a maioria dos votos: Sérgio Buarque de Holanda, Moacir Werneck de Castro, Martins de Almeida, Vinícius de Moraes, Emil Farhat, Prudente de Moraes Neto, Aparício Torelli, Carlos Drummond de Andrade, José Honório Rodrigues, Lúcia Miguel Pereira, Josué Montelo, Dinah Silveira de Queiros, Miguel Osório de Almeida, Carlos Lacerda, Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Manuel Bandeira, Roquete Pinto, Malba Tahan, Laura Austregésilo, Rafael Correia de Oliveira, Álvaro Moreyra, Raimundo Sousa Dantas, Octávio Tarquínio de Souza, Marques Rebelo, Pedro Nava, Augusto Frederico Schmidt, Vivaldo Coaracy, Alceu Marinho Rego, Arnon de Melo, Austregésilo de Atayde, Cecília Meireles, Franklin de Oliveira, Abgar Renault, Costa Rego, Pedro Mota Lima, Viana Moog, Virgílio de Melo Franco, Alceu Amoroso Lima, Breno Accioly, além dos membros diretores da seção federal da A.B.D.E., Aníbal Machado, Afonso Arinos de Melo Franco, Francisco de Assis Barbosa, Lia Correia Dutra e Guilherme Figueiredo.¹⁴⁰

A respeito dos nomes eleitos para a delegação carioca, Carlos Drummond de Andrade, um dos escolhidos, definia o resultado como uma “vitória integral do nosso ‘lado’”, considerando, aliás, que o grupo havia se dissolvido e que, portanto, somente havia restado o “lado”¹⁴¹. Resta saber que “lado” era esse, não muito explícito nas palavras do escritor mineiro, mas que revela – seguindo as indicações feitas nas recordações citadas ainda há pouco – uma tentativa de monopolizar as vagas da delegação em favor de determinado grupo

¹³⁸ ANDRADE, Carlos Drummond de. *op. cit.*, p. 17.

¹³⁹ *Idem*, pp. 18-19.

¹⁴⁰ “Eleitos os representantes do Rio no Congresso Brasileiro de Escritores”. In: *Diário de São Paulo*, 31 dez. 1944, p. 11.

¹⁴¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. *op. cit.*, p. 18.

de escritores membros da seção carioca da A.B.D.E. que, obviamente, estivessem sintonizados quanto aos rumos que deveriam imprimir aos trabalhos do congresso.

Definidas todas as delegações, as listas seriam divulgadas ao grande público nos primeiros dias de 1945, conforme matéria publicada no dia 7 de janeiro pelo *Diário de São Paulo* que, entre todos os nomes dos delegados ao congresso, também anunciava a presença de convidados de honra, em grande parte estrangeiros, de representantes de outras associações, além da formação de uma comissão de juristas, que estaria encarregada de formular o texto do projeto de lei dos direitos autorais¹⁴². A lista a seguir, no entanto, foi extraída dos Anais do certame, por conter informações mais completas:

DELEGAÇÕES

ALAGOAS: Aurélio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, Humberto Bastos, Jorge de Lima, Valdemar Cavalcanti.

AMAZONAS: Araújo Lima, Benjamin Lima.

BAHIA: Afrânio Peixoto, Alberto Passos, Alina Paim, Almir Mattos, Artur Ramos, Aydano do Couto Ferraz, Clementino Fraga, Dias da Costa, Édison Carneiro, Eugênio Gomes, Fernando Tude, Hélio Simões, Hermes Lima, Homero Pires, Jacinta Passos, James Amado, João Mangabeira, Jorge Amado, Luiz Viana Filho, Nelson de Souza Sampaio, Nestor Duarte, Odorico Tavares, Pedro Calmon, Pirajá da Silva, Pompeu de Souza, Sosigenes Costa, Wanderley Pinho.

CEARÁ: Herman Lima, Lívio Xavier, Raquel de Queiroz, R. Magalhães Junior.

DISTRITO FEDERAL: Abgar Renault, Afonso Arinos de Melo Franco, Alceu Marinho Rego, Álvaro Moreyra, Aníbal Machado, Antonio Franca, Antonio Rangel Bandeira, Aparício Torely, Arnon de Melo, Augusto Frederico Schmidt, Austregésilo de Atayde, Breno Accioly, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Lacerda, Cecília Meireles, Costa Rego, Dinah Silveira de Queiroz, Emil Farhat, Francisco de Assis Barbosa, Franklin de Oliveira, Gilberto Freyre, Guilherme Figueiredo, José Honório Rodrigues, José Lins do Rego, Josué Montelo, Laura Austregésilo, Lia Correia Dutra, Lúcia Miguel Pereira, Malba Tahan, Manuel Bandeira, Marques Rebelo, Martins de Almeida, Miguel Osório de Almeida, Moacir Werneck de Castro, Octávio Tarquínio de Souza, Pedro Motta Lima, Pedro Nava, Prudente de Moraes Neto, Rafael Correia de Oliveira, Raimundo Souza Dantas, Roquete Pinto, Rubens Borba de Moraes, Sérgio Buarque de Holanda, Tristão de Atayde, Viana Moog, Virgílio de Melo Franco, Vivaldo Coaracy, Wilson Lousada, Wilson A. Figueiredo.

ESPÍRITO SANTO: Abner Mourão, Clóvis Ramallete, João Calazans, Newton Braga, Túlio Hostílio Montenegro.

ESTADO DO RIO: Agripino Grieco, Astrogildo Pereira, Jaime de Barros, Prado Kelly.

GOIAZ: Bernardo Ellis, Cristiano Cordeiro, João Acioli.

¹⁴² “O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores receberá expressivas delegações de todo o país”. In: *Diário de São Paulo*, 07 jan. 1945, p. 01.

MARANHÃO: Antônio Lopes, Argeu Ramos, Viegas Neto, Viriato Correia.

MATO GROSSO: José Ribeiro de Sá Carvalho, Heitor Ferreira Lima, Peri de Campos.

MINAS GERAIS: Alphonsus de Guimarães Junior, Aires da Mata Machado Filho, Bueno de Rivera, Carlos Castelo Branco, Clemente Luz, Edgard da Mata Machado, Fernando Sabino, Francisco Iglesias, Francisco Inácio Peixoto, Fritz Teixeira de Sales, Godofredo Rangel, Guimarães Menegale, Hélio Pelegrino, Ildeu Brandão, Jair Rebelo Horta, J. Etienne Filho, João Dornas Filho, Mário Matos, Milton Pedrosa, Murilo Rubião, Paulo Mendes Campos, Oto Lara Rezende, Orlando de Carvalho, Osvaldo Alves, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Vicente Guimarães, José Renato Santos Pereira, José Geraldo Santos Pereira.

PARÁ: Clóvis Gusmão, Dalcídio Jurandir, Dante Costa, Eneida Costa de Moraes, Nélio Reis.

PARAÍBA: Ademar Vidal, Ascendino Leite, José Américo de Almeida, Nicanor Ortiz, Olívio Montenegro.

PARANÁ: Algacir Maeder, Andrade Muricy, Arion Niepce Silva, Ciro Silva, Hipérides Zanelo, Ildefonso Serro Azul, Odilon Negrão, Raul Gomes, Tasso da Silveira, Wilson Martins, Heitor Stockler.

PERNAMBUCO: Álvaro Lins, Luiz Jardim, Osório Borba, Otávio Freitas Jr.

PIAUÍ: Odilo Costa Filho, Renato Castelo Branco.

RIO GRANDE DO NORTE: Antônio Bento, José Augusto, Luiz da Câmara Cascudo, Peregrino Junior.

RIO GRANDE DO SUL: Adail Moraes, Antônio Barata, Atos Damaceno Ferreira, Beatriz Bandeira, Carlos Dante de Moraes, Carlos Reverbel, Casimiro Fernandes, Darcy Azambuja, Dionélio Machado, Gilda Marinho, Guilhermino Cesar, Hamílcar de Garcia, Homero de Castro Jobim, Josué Guimarães, Justino Martins, Juvenal Jacinto, Lila Ripoll, Marcos Iolovitch, Moisés Velhinho, Nilo Ruschell, Oto Alcides Ohweillerg, Pedro Wayne, Raul Riff, Reinaldo Moura, Saí Marques, Telmo Vergara, Nogueira Leiria.

SANTA CATARINA: Brasil Gerson, Edmundo Luiz Pinto, Ivo d'Aquino.

SÃO PAULO: Alcântara Silveira, Antônio Cândido, Araújo Nabuco, Arnaldo Pedroso D'Horta, Caio Prado Júnior, Cruz Costa, Edgard Cavalheiro, Fernando de Azevedo, Fernando Góes, Guilherme de Almeida, José Geraldo Vieira, Lourival Gomes Machado, Luiz Martins, Maria José Dupré, Mário da Silva Brito, Mário de Andrade, Mário Neme, Maurício Loureiro Gama, Monteiro Lobato, Nelson Palma Travassos, Oswald de Andrade, Paulo Emílio Salles Gomes, Paulo Mendes de Almeida, Paulo Zing, Sérgio Milliet, Tito Batini.

SERGIPE: Amando Fontes, Barreto Filho, Genolino Amado, José Calazans Brandão.

ESCRITORES ESTRANGEIROS

FRANÇA: Raymond Warnier, Roger Bastide, Fédor Ganz, Alfred Paul Bonzon, Ferdinand Strowsky, Paul Arbousse-Bastide, Pierre Monbeig, Michel Simon, George Bernanos, Dominique Braga, Antoine Bon, Anne Marie Bon.

SUIÇA: Henry Vallotton.

INGLATERRA: Francis Teye, B. Blackstone, R. G. Sttone.

RÚSSIA: Conde Emanuel de Bennigsen.

ÁUSTRIA: Frederico Heller.

ITÁLIA: Antônio Picarollo.

ESPANHA: Luiz Amador Sanchez.

PORTUGAL: Lúcio Pinheiro dos Santos, Jaime Cortezão, Agostinho a Silva, Martinho Nobre de Melo.

ALEMANHA: Ernesto Feder.

GRÉCIA: Thomas Leonardos.

ESTADOS UNIDOS: William Rex Crawford, Charles E. Eaton, Daniel Spelman Wogan, Morton Zabel, George William Merhab, Roy Nash, Carleton Sprague Smith, Jane Gray Braga.

CANADÁ: Jean Désy.

REPÚBLICA DOMINICANA: Max Henríquez Urena.

PARAGUAI: Juan Francisco Recalde, Justo Pastor Benitez.

PANAMÁ: Roque Javier Laurenza.

MÉXICO: José Maria d'Avila.

INSTITUIÇÕES CULTURAIS E PROFISSIONAIS

SOCIEDADE BRASILEIRA DE AUTORES TEATRAIS: Jorací Camargo, Paulo de Magalhães, Daniel Rocha, Valdemar de Oliveira.

SOCIEDADE AMIGOS DE ALBERTO TÔRRES: Aureliano Leite.

CONSELHO BIBLIOTECÁRIO DE SÃO PAULO: André Dreyfus.

ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS: Sílvio Julio.

ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS: Oliveira Ribeiro Neto.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS: Plínio Gomes de Melo.

UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES: Augusto Freire Belém.

P.E.N. CLUBE DO BRASIL: Mário Sampaio Ferraz.

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS: Marques da Cruz.

SOCIEDADE DOS HOMENS DE LETRAS DO BRASIL: Bueno de Azevedo Filho.

COMISSÃO JURÍDICA

Armando Vidal, Carlos Sussekind de Mendonça, Filadelfo Azevedo, Levy Carneiro, Otacílio Alecrim, Pontes de Miranda.¹⁴³

Ao todo, entre delegados e membros convidados, somavam-se 282 pessoas, dentre as quais, uma grande parcela conseguiu se fazer presente ao evento. Uma análise preliminar das delegações permitirá avaliar a predominância de algumas seções estaduais no congresso, como eram os casos do Distrito Federal, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Por essa mesma razão, as decisões tomadas durante o certame estiveram, na maior parte dos casos, nas mãos dos representantes destes Estados. Cumpre salientar uma segunda questão, referente à

¹⁴³ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 5-7.

própria composição das delegações, notadamente as do Distrito Federal e de São Paulo, onde uma grande parcela de seus membros era natural de outros estados, na maior parte dos casos nordestinos que emprestavam o seu talento e a sua inteligência a imprensa destes locais.

Outro aspecto importante a ser destacado é o fato de que São Paulo e Rio de Janeiro eram os principais pólos da produção editorial do país, uma vez que as grandes editoras se encontravam nestas cidades, como a Livraria José Olympio Editora, a Schmidt Editora, a Editora Ariel, além da Companhia Editora Nacional, a Livraria Martins Editora e a Empresa Gráfica “Revista dos Tribunais”. Neste caso, contudo, deve-se excetuar o caso da Editora Globo, de Porto Alegre, que, apesar de não se localizar nos dois grandes pólos econômicos do país, era uma companhia reconhecida entre os intelectuais, em particular por sua ênfase na edição de obras estrangeiras.¹⁴⁴

Outro dado importante a ser destacado com relação à composição das delegações é justamente a diversidade ideológica entre os seus vários membros, conforme as observações de Jorge Amado, que localiza pelo menos duas grandes tendências presentes ao conclave: “a democrática e a comunista”.

Da primeira, constituída por liberais, democratas-cristãos e sociais-democratas, pode-se dizer ter sido o germe da UDN, partido político de atuação posterior bastante dúbia, e da Esquerda Democrática (depois Partido Socialista). Apoiada por comunistas não alinhados (Caio Prado Júnior, Mário Schemberg que, aliás, não tardaram a se alinhar), obedecia a batuta de Carlos Lacerda. Carlos rompera com o pecê em 1942, iniciava percurso político que o levaria, em tempo relativamente curto, ao Governo do Estado da Guanabara e à chefia civil do golpe militar de 1964. A segunda reunia os comunistas ortodoxos, menos numerosos, porém ativos, atuantes. Entre eles Dionélio Machado, Dalcídio Jurandir, Moacir Werneck de Castro, Barão de Itararé (Aparício Torely), Raul Riff, Alina Paim.¹⁴⁵

O esquema apresentado pelo escritor e militante comunista Jorge Amado tem seu valor, na medida em que demonstra toda a dificuldade existente no processo de organização e realização do congresso dos escritores, uma vez que havia muitas diferenças a serem

¹⁴⁴ Acerca das principais editoras brasileiras entre as décadas de 1930 e 1940, ver HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985; AMORIM, Sônia Maria de. *Em Busca de um Tempo Perdido*: Edição de literatura traduzida pela Editora Globo (1930-1950). São Paulo: Edusp/Com-Arte; Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1999; KOSHYIAMA, Alice Mitika *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2006; AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Márcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato, furacão na Botocúndia*: edição compacta. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000; SILVA JUNIOR, Gonçalo. *A Guerra dos Gibis*. A formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; entre outros.

¹⁴⁵ AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, pp. 19-20.

conciliadas, muitos antagonismos a serem deixados de lado, em prol de um objetivo comum, qual fosse, o de derrubar a ditadura estado-novista. Conforme se poderá observar mais a frente – ainda que sem a precisão de uma testemunha ocular ou de memórias que transmitam o clima das discussões no interior das reuniões plenárias – estabeleceu-se um espírito de conciliação que dentro do possível, procurou privilegiar os objetivos próprios do conclave e que, até aquele momento, interessavam a todos os presentes: o estabelecimento de um regime democrático e a definição de uma legislação apropriada de direitos autorais.

No entanto, esses aspectos centrais para a realização do evento não podem ser analisados apenas sob o aspecto “positivo” da conciliação, justamente porque as tensões não deixaram de existir e, dessa forma, era inevitável que certos debates fossem realizados de uma dose maior de exaltação. Por maiores que fossem os interesses da A.B.D.E. na realização do certame, e que os mesmos respondessem às demandas da maior parte dos escritores ali presentes, não é possível afirmar que isso significou um clima “agradável”, tal qual o referido por John W. F. Dulles, em sua obra sobre Carlos Lacerda¹⁴⁶. O próprio historiador norte-americano lembra que, em determinados momentos, essas diferenças se tornavam mais evidentes e, ainda que sua observação não reflita o espírito que dominou os trabalhos do congresso, ela ao menos demonstra que as tensões estão presentes e que não foram anuladas totalmente.

Se qualquer atrito vinha à tona, partia de Guilherme Figueiredo, que criticava José Lins do Rego e Álvaro Lins por não terem atacado o Estado Novo, e que criticava também escritores comunistas como Jorge Amado e Oswald de Andrade pelo seu “estranho passeio, durante a aliança entre a Alemanha e a União Soviética, “pelas páginas do *Meio-Dia*, jornal favorável a Hitler”. *Meio-Dia*, pertencente em 1940 ao empresário Joaquim Inojosa, havia sido subsidiado pela agência alemã Transocean e publicara um suplemento literário dirigido por Jorge Amado.¹⁴⁷

Uma segunda questão deve ser lançada como elemento a ser considerado durante a leitura das próximas páginas, notadamente aquela que aparece tanto na fala de Jorge Amado, como na obra de Dulles, a saber, a centralidade de Carlos Lacerda entre liberais, católicos e sociais-democratas. Conforme se poderá observar mais adiante, o ex-militante do Partido Comunista, voltado cada vez mais para o pensamento liberal, teve uma participação efetiva no conclave, não apenas na defesa de posições nacionalistas – conforme a questão da penetração

¹⁴⁶ DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Vol. 1: 1914-1960. Trad. Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

¹⁴⁷ DULLES, John W. F. *op. cit.*, p. 79.

de publicações infantis norte-americanas no país, pela qual ele demonstrava a sua contrariedade – como também em favor de um regime do estabelecimento de um regime democrático no Brasil, durante o seu trabalho na Comissão de Assuntos Políticos, responsável pela formulação da Declaração de Princípios do congresso dos escritores.¹⁴⁸

Por uma série de eventualidades, muitos intelectuais não puderam estar presentes às sessões plenárias, optando pelo envio de moções de solidariedade e congratulações à A.B.D.E. pela iniciativa do congresso, como foram os casos de João Mangabeira, Alceu Amoroso Lima, Afonso Arinos de Melo Franco, Álvaro Lins, Otávio Freitas Jr., Pedro Calmon, Carlos Drummond de Andrade e Georges Bernanos. Outras tantas mensagens foram enviadas ao conclave, parabenizando os escritores brasileiros pela organização de um evento que colocava os homens de cultura na linha de frente da luta em prol da liberdade, contra a escuridão dos regimes totalitários. Como se poderá ver a seguir, elas vinham dos mais variados lugares do Brasil e do mundo, remetidas por personalidades das mais representativas, como o físico Albert Einstein, bem como pelos jornalistas brasileiros que realizavam a cobertura da atuação das tropas do país em solo europeu.

“Cordial greetings brothers writers artists delegates first writers congress of Brazil your meeting mobilizing spiritual material powers in war against fascism is in true democratic tradition of Brazil and one more victorious step in noble struggle of brazilian people for genuine democracy and progress great brazilian nation on solidarity with you in struggle against common fascist enemy for free democratic world” – ALBERT EINSTEIN, Honorary President Sholem Asch President Ben Zion Goldberg Chairman.

“Aos companheiros do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores – Somos testemunhas do valor com que os homens do povo do Brasil – e entre eles milhares de filhos dessa terra de S. Paulo – estão lutando nas montanhas cobertas de neve da Itália.

Sabemos que todos os escritores dignos do Brasil são também – cada um em seu setor, com suas próprias armas – lutadores anti-fascistas.

Que o escritor brasileiro se inspire no pracinha. Que se mire na sua coragem; no ânimo duro com que aceita um revés; na paciência com que espera; na presteza com que ajuda um companheiro; na decisão com que ataca; na obstinação com que resiste.

Homens como esses pracinhas são filhos de um povo que bem merece viver uma vida digna. Não há vida realmente digna onde não há liberdade e justiça social. Temos a certeza de que o escritor brasileiro conhece e aceita a sua responsabilidade na conquista e na defesa das condições que permitem isso.

¹⁴⁸ DULLES, John W. F. *Idem*.

Saudamos o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores fazendo votos para que ele seja realmente útil na defesa dos direitos dos escritores e, mais ainda, na defesa dos direitos comuns a todos os homens” – Itália, janeiro de 1945 – Egídio Squeff, Joel Silveira, Raul de Castro Brandão, Rubem Braga (Correspondentes de guerra junto à FEB).¹⁴⁹

Estas duas mensagens exemplificam eficazmente o modo como estava sendo tratado o congresso dos escritores, a saber, um libelo contra as formas totalitárias de governo. A luta pela liberdade tornava-se um elemento comum nos discursos dirigidos aos congressistas, comparados inclusive com os pracinhas brasileiros que lutavam na Itália contra as forças nazi-fascistas.

Apesar do adiantamento dos trabalhos em torno da realização do certame, as incertezas ainda eram grandes. Mesmo após a formação das delegações e a chegada das várias correspondências congratulatórias dirigidas aos congressistas, o clima era de insegurança quanto às ações que o governo repressor de Getúlio Vargas poderia adotar contra a reunião dos escritores. Carlos Drummond de Andrade lembra que a diretoria da A.B.D.E., diante da ameaça de não comparecimento dos elementos ditos liberais ao evento, telegrafou ao Presidente da República, solicitando a suspensão da censura prévia.¹⁵⁰

Tais temores, contudo, não se efetivaram e, às dezesseis horas do dia 22 de janeiro, segunda-feira, o Teatro Municipal de São Paulo era palco da sessão inaugural do evento, com a presença marcante de alguns dos maiores nomes das letras brasileiras – exceção feita àqueles afinados com o regime.

4.2. O Congresso

4.2.1. Os objetivos do congresso em seus discursos iniciais

Presidida por uma mesa composta pelos escritores Sérgio Milliet, Aníbal Machado, Cristiano Cordeiro, Murilo Rubião, Otto Lara Rezende, Roque Javier Laurenza, Dionélio Machado, Francisco de Assis Barbosa, Carlos da Silveira, Haddock Lobo, Jorge Amado, Mário Neme e Ernesto Feder¹⁵¹, a solenidade de inauguração do congresso foi marcada por discursos de forte apelo classista, defendendo a união dos intelectuais por uma ação mais eficaz no interior da sociedade, frente às questões mais urgentes do momento, a saber, a luta contra o fascismo e o processo de redemocratização brasileira.

¹⁴⁹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, pp. 15-16.

¹⁵⁰ ANDRADE, Carlos Drummond de. *op. cit.*, p. 19.

¹⁵¹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 23.

Sérgio Milliet, então presidente da seção paulista da A.B.D.E. – responsável direta pela organização do evento – lamentou-se pelo fato de que apenas uma pequena parcela da intelectualidade brasileira estivesse presente ao congresso. Segundo Milliet, o descaso das elites financeiras foi o grande responsável pelas restrições a um maior número de delegados:

tivemos que escolher por eleição apenas vinte representantes para cada Estado. Daí o fato de muitos nomes ilustres não aparecerem em nossa lista [...] A não ser os papeleiros, os editores e os livreiros profissionais ligados a nossa atividade e dela vivendo, quase ninguém mais se incomodou com o congresso. Não houve mecenas e nos regozijamos com a liberdade de não precisar agradecê-los.¹⁵²

No entanto, as críticas de Milliet dirigem-se com maior ímpeto aos “inúmeros companheiros [escritores], entregues muitos a um ceticismo cômodo, preocupados outros com a politicagem literária”¹⁵³. A displicência desses confrades, tal como ele classificou, prejudicava grandemente a união da classe intelectual, posto que o momento histórico exigia uma ação conjunta em favor de questões, sobretudo, *éticas*. Para tanto, era necessário que se estabelecesse um *código de moral*, ao qual se prendessem as atividades do grupo em suas relações internas e externas:

No nosso caso as atitudes que devemos assumir para com os nossos próprios companheiros, para com os editores, para com a administração e para com a sociedade em seu todo, complexo. Se pudermos fixar em suas linhas gerais essa ética dos escritores, teremos alcançado o objetivo do Congresso.¹⁵⁴

O apelo de Sérgio Milliet seria acompanhado pelas palavras de Aníbal Machado, presidente da Associação Brasileira de Escritores¹⁵⁵. A defesa de uma “comunhão mais viva” entre os intelectuais estava no cerne de seu discurso, considerando que as diversas tendências presentes ao congresso representavam apenas *formas variadas de ser*. De acordo com ele, somente desta forma, a intelectualidade teria força suficiente para cumprir seu papel de liderança social ante os problemas de seu tempo:

Reunidos pela primeira vez nesta Assembléia, tratemos de desmanchar o que nos diferencia e nos torna tão desconhecidos uns dos outros para melhor chegarmos ao que nos aproxima. Só essa comunhão nos

¹⁵² Discurso de Sérgio Milliet na sessão de abertura do congresso dos escritores. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 23.

¹⁵³ Idem, p. 23.

¹⁵⁴ Idem, p. 24.

¹⁵⁵ “O presidente foi o contista Aníbal Machado, escritor respeitado e bem visto, considerado equidistante das duas correntes maiores que debateram no plenário e nos bastidores, a democrática e a comunista” (ver AMADO, Jorge. *op. cit.*, p. 19).

importa. Comunhão necessária de pensamento, de consciência, de ação. Múltiplos são os problemas que devemos afrontar com a vontade unificada e um espírito vigilante. Se o escritor e o artista são intérpretes da vida, se eles se arrogam essa missão e a ela tem direito, que também saibam conduzir-se a altura de suas responsabilidades, definindo os próprios deveres e obrigações segundo a influência de seu papel como guias num mundo obscuro e atormentado.¹⁵⁶

Segundo Aníbal Machado, os escritores encontravam-se ante uma crise iniciada pelo menos trinta anos antes – alusão sintomática, posto que coincide com o início da Primeira Grande Guerra, em 1914 – em que a literatura perdia gradativamente o seu papel de mero entretenimento e atividade diletante, para assumir uma posição engajada em favor da liberdade dos povos¹⁵⁷. As contradições sociais e econômicas, agravadas pela posterior ascensão dos regimes autoritários, haviam tirado o escritor de seu marasmo e dos “deleites da libertinagem estético-individualista”. Diante dos novos conflitos, iniciados em 1939, frutos destas mesmas contradições, Aníbal Machado impunha um dilema decisivo ao homem de letras:

nesse chão sem firmeza e por essa cena mal iluminada atravessa o fantasma do intelectual vagamente hamletizado. – Que vens fazer aqui? perguntará o público-multidão. Resolver os teus problemas ou os nossos? Exibir o teu desespero, agravar as tuas dívidas? Ou ajudar-nos a encontrar o que nos falta, exprimir o que sofremos, formular o que queremos? É para nos libertar, ou para nos explorar que escreves?.¹⁵⁸

Para Machado, o escritor que não encontrasse as respostas justas para tais interrogações, sofreria a pena do isolamento; estaria alheio às realidades de seu tempo. E

¹⁵⁶ Discurso de Aníbal Machado na sessão de abertura do congresso dos escritores. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 25. A citação de Aníbal Machado é sintomática, uma vez que revela certa proximidade dos discursos proferidos não apenas pelos intelectuais presentes ao congresso dos escritores, mas também aqueles que atuavam como ideólogos do governo estado-novista. Em ambos os casos, a intelectualidade é colocada na posição de “intérprete da vida social”, capaz de compreender os aspectos característicos do povo. Contudo, enquanto os intelectuais ligados ao Estado Novo tinham por fim disciplinar a população sob a tutela do regime, aqueles presentes ao conclave da A.B.D.E. visavam justamente formar uma consciência nas massas que, por sua vez, lhes permitisse reagir contra a repressão praticada pela ditadura de Vargas. A respeito da relação entre os intelectuais e a política cultural do Estado Novo, ver VELLOSO, Mônica Pimenta. “Os intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 145-179

¹⁵⁷ A respeito dos impactos causados pela Primeira Grande Guerra entre os pensadores brasileiros, notadamente a partir da segunda metade da década de 30, ver OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Sinais da modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *op. cit.*, pp. 323-349. A autora afirma que “a Primeira Guerra teve, entre outras consequências, a derrocada da crença no progresso e na paz como valores assegurados no mundo ocidental. O conflito produziu uma distinção entre a Europa, representante da velha civilização decadente, e a América, espaço da nova civilização e do futuro. Se a Europa estava decadente, o futuro deveria estar na América, no novo continente” (pp. 326-327).

¹⁵⁸ Idem, p. 26.

sentencia: “e ninguém lhe negará o direito de sorrir com desprezo coroando-se a si próprio com as flores de seu jardim secreto. Hamleto acabará Narciso”.¹⁵⁹

Contudo, para que os escritores e artistas cumprissem plenamente sua *missão histórica*, era necessário que os delegados ao congresso refletissem sobre algumas questões de suma importância, fosse no que dissesse respeito a sua relação com o público, fosse no que referisse a sua própria atividade profissional.

A distância entre os escritores e o público deveria ser cada vez menor e, para tanto, era necessário que se discutissem meios de operar essa aproximação, fosse pelo teatro, pelo poema, pelo romance, pelo rádio, pelo cinema, pela grande reportagem, pela alfabetização das massas ou pelo intercâmbio cultural. O fato de que os intelectuais deveriam cumprir um papel de guia exigia um estreitamento nas suas relações com a sociedade como um todo, e a Aníbal Machado este fato não passou despercebido¹⁶⁰. Neste sentido, seria fundamental que o escritor solucionasse as questões urgentes de sua atividade, a saber, a criação de uma lei de proteção ao trabalho intelectual, a valorização da produção artística por uma justa remuneração, além da defesa dos direitos autorais. De acordo com Machado, à resolução destes problemas prendia-se a questão da emancipação moral do escritor, “primeiro passo antes de pô-lo em condições de dignificar a sua obra e a sua vida”. Dessa forma, “longe das dificuldades imediatas de ordem material”, ele estaria em condições de poder honrar o seu ofício “sem fazer concessões nem transigências”.¹⁶¹

Aníbal Machado ainda prevenia seus confrades para outra face do drama individual vivido pelo escritor, “o drama invisível da vida de seu espírito”:

a nossa formação intelectual, na América Latina, se processa por um esforço de autodidatismo, sem apoio em formas de cultura, entre influências que se unem ou se repelem, influências que nos vêm de longe: do Ocidente europeu; ou de perto: do solo americano; ou de mais próximo ainda: no cheiro da terra brasileira. Lança-se o intelectual à procura de coordenadas no mundo exterior e dentro de seu pensamento. E sem buscar a solução das contradições que o exasperam, sem ligar dialeticamente esses dois mundos, atordoado pela cisão entre o pensamento e a vida, desencorajado na luta pela transformação da vida, – soçobra no pessimismo, ou se perde em evasões entorpecentes.¹⁶²

¹⁵⁹ Idem, p. 26.

¹⁶⁰ Ver OLIVEIRA, Lucia Lippi. op. cit., pp. 329-330. A autora lembra que os intelectuais envolvidos com o regime estado-novista já haviam atribuído ao Estado a missão de salvar o povo do analfabetismo, da imaturidade e da inconsciência, a partir do cinema, do teatro, do rádio e da literatura.

¹⁶¹ Idem, p. 26.

¹⁶² Idem, p. 27.

Neste sentido, a emancipação completa do trabalho intelectual – com o pleno desenvolvimento cultural latino-americano e, mais especificamente, brasileiro – estaria vinculada a uma utilização harmoniosa destas três influências, aproveitando o que de melhor cada uma poderia oferecer. Assim, diante do ritmo frenético das transformações próprias do mundo moderno, da persistência de certas correntes anacrônicas e mitos no Novo Mundo, e da imagem caótica de uma natureza que desmancha toda e qualquer ação humana em solo americano, o escritor deveria buscar espelhar-se nas experiências bem sucedidas de outras nações. Ou seja, em um mundo entregue às *forças irracionais*, caberia ao escritor buscar instrumentos teóricos que lhe possibilitasse educar o povo dentro de um ideal democrático, por uma pátria livre, tal qual as experiências européia e norte-americana.¹⁶³

Segundo Aníbal Machado, “só por um alargamento cada vez maior da consciência; por um humanismo em profundidade apoiado na realidade social; pela união fraternal com outros povos; o conhecimento de outras culturas e o levantamento crítico-sociológico no nosso passado”, é que se poderia escapar ao domínio do irracional. Para ele, a entrega passiva às *forças irracionais* era um dos pretextos utilizados por alguns aventureiros ou grupos de aventureiros, interessados em subjugar multidões social e mentalmente atrasadas. Dessa forma, a emancipação dos povos e a liberdade do homem somente seria possível na medida em que estes saíssem de seu obscurantismo: “do enriquecimento do espírito nasce uma nova dignidade”.¹⁶⁴

Nota-se, a partir destas observações, uma clara preocupação com as questões referentes à condição social das populações e, neste sentido, com as conseqüências que isso poderia acarretar na relação entre as nações mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas. Se a troca de experiências entre os povos era ponto fundamental para a difusão dos ideais democráticos e a criação de um “homem novo” – livre e cordial, sábio e espontâneo dentro de um regime de justiça social – era essencial que se estabelecesse uma maior proximidade entre os países, distanciados não por medidas geográficas, conforme apontava o orador, mas por suas respectivas estruturas econômicas, étnicas e político-sociais. Nas palavras de Machado:

é para desmanchar essas distâncias convertidas depressa em hostilidades aduaneiras, militares, raciais e religiosas – que o escritor deve lutar. E lutar também pela aproximação dos povos na base da compreensão e do respeito recíprocos; lutar dentro de seu país contra toda espécie de mistificação intelectual, cortina de fumaça com que os aventureiros e exploradores procuram velar ao povo a imagem na verdade; lutar para que não mais se reproduza sobre a terra a sinistra aventura nazi-fascista.

¹⁶³ Idem, p. 27.

¹⁶⁴ Idem, p. 27-28.

E luta ainda contra a anarquia com a compreensão dos deveres indicados no próprio conceito social da liberdade humana; lutar enfim pela dignificação do homem livre em sua pátria livre.¹⁶⁵

De forma geral, o que fica demonstrado, a partir dos discursos de Sérgio Milliet e de Aníbal Machado, é uma clara preocupação quanto à posição que os intelectuais ocupariam em meio ao turbilhão político em que estava mergulhado o Brasil e, por que não dizer, o mundo de uma forma geral. O estabelecimento de um *código de conduta* que demarcasse deveres de ordem *ética* aos escritores, neste caso em defesa de valores como *liberdade e democracia*, não passou despercebido a nenhum dos dois oradores que, com palavras que variaram entre o ressentimento e a ironia, defenderam uma união ampla da intelectualidade, em favor do fortalecimento de sua classe e, conseqüentemente, de uma atuação mais destacada frente os problemas de seu tempo.

Essa importância também seria anotada pelo comentarista da *Folha da Manhã*, Florestan Fernandes, que, na inauguração de sua coluna diária a respeito do conclave, “À Margem do I Primeiro Congresso de Escritores”, procurou salientar a representatividade do evento, enquanto uma oportunidade para que os intelectuais do país assumissem uma posição ante a sociedade. Neste sentido, as falas de Milliet e Machado constituiriam os momentos altos da sessão de inauguração, conforme as observações de Florestan.¹⁶⁶

Segundo ele, o valor das palavras do primeiro estaria na defesa que este havia feito às “quatro liberdades fundamentais”, como forma de justificar a legalidade do congresso e, neste sentido, colocar por terra as especulações em torno de um possível caráter subversivo do encontro dos escritores. Além disso, as críticas do escritor paulista à falta de apoio dos chamados “mecenass” não foi esquecida pelo articulista, que lembrou o fato de que muitos dos delegados foram acomodados em meio à platéia, por conta da falta de cadeiras suficientes para todos os participantes.

As conseqüências disso, entretanto, foram lamentáveis. Os doutorandos de nossas escolas superiores instalaram-se muito melhor em suas festas de formatura que os escritores brasileiros em sua primeira grande reunião histórica. Quase todos os congressistas precisaram sentar-se na platéia, com o público, ou em algumas frisas reservadas.

Quanto ao discurso do presidente da A.B.D.E., Fernandes procurou dar ênfase ao aspecto da aproximação dos homens de letras com os problemas do povo. O próprio Florestan

¹⁶⁵ Idem, p. 28.

¹⁶⁶ FERNANDES, Florestan. “Os Escritores definem sua posição”. In: *Folha da Manhã*, 24 jan. 1945, p. 05.

já havia se manifestado com relação ao assunto quando de seu primeiro artigo neste mesmo jornal, três dias antes (21 de janeiro). Em linhas gerais, ele reconhecia a importância de uma ação mais participativa dos intelectuais na resolução dos dilemas da população brasileira, considerando que os mesmos deveriam servir de guias espirituais das massas. Somente dessa forma, na opinião do articulista, é que se poderia evitar “situações propícias ao caudilhismo”. Por essa razão, dizia ele, é que os escritores deveriam bater-se pela liberdade, para que o povo não sofresse com mistificações de toda ordem e para que não se reproduzisse no Brasil experiências lamentáveis como a do nazi-fascismo.

Roger Bastide, então professor da Universidade de São Paulo e representante da delegação francesa ao certame dos escritores brasileiros, pronunciou ainda algumas palavras (em francês), nas quais destacou justamente o esforço de unificação daquela intelectualidade brasileira, ante a diversidade regional própria de um país com as dimensões do Brasil. Esse discurso, assim como algumas teses que seriam debatidas em plenário, abordava a questão regionalista, um sintoma da eminência de dissolução de um regime centralizado e unificado.

on a beaucoup parlé du régionalisme littéraire brésilien et la plupart d'entre vous, vous avez chanté en effet, avec amour, votre province; mais en chantant votre province, vous n'avez prétendu qu'à tresser la couronne de louanges à votre terre; de l'Amazonie au Rio Grande do Sul, les voix se répondent et s'harmonisent pour ne faire qu'un seul et même chant qui est le chant de la patrie. Ce congrès, en vous réunissant les uns et les autres, dans l'amitié, est le symbole de l'unité de la culture brésilienne. Car il n'est pas vrai que l'attachement passionné à un morceau de territoire soit préjudiciable à la communauté totale; elle en est au contraire le fondement et la base.¹⁶⁷

Nas palavras de Bastide, o amor aos valores pátrios era essencial para que os intelectuais compreendessem e admirassem a cultura de outros países. Neste sentido, agradeceu o tom de ecumenismo cultural dado ao congresso de escritores, ao convidar representantes de outras nacionalidades para que participassem das reuniões. De acordo com ele, o contato entre as culturas proporcionava o enriquecimento do Espírito, em favor da *originalidade criativa*. Para tanto, era essencial que se respeitasse as leis da *Verdade* e da *Beleza*, eliminando as fronteiras que separavam a *Inteligência* do contato com os povos livres, barreiras estas que impediam a plena realização da atividade intelectual.¹⁶⁸

¹⁶⁷ Discurso de Roger Bastide na sessão de abertura do congresso dos escritores. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 29.

¹⁶⁸ Idem, p. 29-30.

A união entre as várias tendências ideológicas em prol de um objetivo comum também foi citada pelo orador francês. Ancorado no exemplo da *Resistência Francesa*, que reunia em suas fileiras escritores católicos, como François Mauriac, e escritores de esquerda, como André Mauraux, Bastide afirmou que a ânsia pela liberdade era uma causa única entre operários, camponeses e intelectuais daquele país, tomado pelas hordas nazistas até 1944, ano da *Libération*, como ficou conhecida¹⁶⁹. Bastide considerava que a grandeza daquela resistência da inteligência francesa estava no fato de que ela representaria o símbolo de uma resistência maior, *plus vaste*, marcada pela comunhão de várias nações – francesa, belga, holandesa, polonesa, russa, e outras também – que partilharam dos mesmos sofrimentos e dores provocadas pelo terror nazi-fascista.¹⁷⁰

A saudação final de Bastide retomou o tema da missão do escritor, já vislumbrada pelos discursos de Milliet e Machado, chamando os congressistas à luta por uma humanidade livre: “Congrès, proclame sa volonté de travailler, avec les autres littératures, à la construction d’une Humanité plus belle et plus heureuse, que dis-je: sa volonté? Elle a depuis longtemps travaillé déjà à porter ses pierres sculptées à la cathédrale de l’art Universel”.¹⁷¹

O apelo constante à união dos intelectuais foi marcante nos discursos de inauguração dos trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, como ficou evidenciado anteriormente. Ao fim da sessão solene, correspondências de congratulação aos intelectuais brasileiros eram lidas, todas frisando a importância da iniciativa da A.B.D.E., numa clara demonstração de solidariedade aos esforços de derrubada das *forças irracionais* (para usar o termo de Aníbal Machado), pela redemocratização do Brasil e pela vitória das forças aliadas contra os totalitarismos europeus.

Essas disposições estavam, como fica evidente, no centro dos debates acerca do conclave dos escritores, e isso se refletiu diretamente no caráter das teses apresentadas ao congresso. Os responsáveis pela apreciação destas propostas foram divididos em comissões, cada qual encarregada por um campo específico dos problemas relativos ao ofício do escritor e de sua atuação pública. Os próprios temas recomendados pelo regulamento do congresso, no artigo 9º, davam conta das diferentes modalidades: “direitos autorais”, “o livro didático”, “democratização da cultura”, “o teatro popular”, “regionalismo e universalismo literário”, “intercâmbio cultural”, “o escritor e a luta contra o fascismo”, “o escritor e a grande

¹⁶⁹ A respeito do engajamento dos intelectuais franceses no interior da *Resistência*, ver WINOCK, Michel. *op. cit.*, pp. 443-534; WILKINSON, James D. *op. cit.*, pp. 37-118.

¹⁷⁰ Idem, p. 30.

¹⁷¹ Idem, p. 31.

reportagem”, “a criação literária e a liberdade”, “liberdade de rádio e cinema”, e “o problema da linguagem”.¹⁷²

A princípio, o congresso se dividiria em quantas comissões fossem necessárias, ficando determinadas preliminarmente pelo regimento interno do evento apenas cinco, conforme disposto no artigo 2º: “Comissão ‘A’ – de Direitos Autorais; Comissão ‘B’ – de Cultura e Assuntos Gerais; Comissão ‘C’ – de Assuntos de Teatro, Imprensa e Rádio; Comissão ‘D’ – de Assuntos Políticos; Comissão ‘E’ – de Redação e Coordenação”¹⁷³. Esta divisão, aliás, não seria modificada, prevalecendo aquela estabelecida anteriormente.

Estes grupos seriam compostos de treze membros, inicialmente, sendo que cada uma das seções estaduais da A.B.D.E. deveria indicar quais de seus delegados iriam compor os quadros das comissões. Neste caso, as maiores delegações teriam direito a um número maior de vagas: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul teriam dois representantes cada, enquanto que o restante das delegações elegeria um total de três representantes.¹⁷⁴ Após a entrega dos nomes escolhidos, as comissões ficaram assim constituídas:

COMISSÃO “A” – de Direitos Autorais: Alina Paim, Osvaldo Alves, Clóvis Ramallete, Humberto Passos, Newton Braga, José Lins do Rego, Malba Tahan, Dinah Silveira de Queiroz, Marques Rebelo, Paulo Mendes de Almeida, Edgard Cavalheiro, Marcos Iolovitch, Casimiro Fernandes e Francisco Inácio Paixoto.

COMISSÃO “B” – de Cultura e Assuntos Gerais: Lourival Gomes Machado, Cruz Costa, Reinaldo Moura, Gilda Marinho, Homero Pires, Jacinta Passos, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Orlando Carvalho, Dalcídio Jurandir, Lívio Xavier, Sérgio Buarque de Hollanda, José Honório Rodrigues, Pompeu de Souza e Alceu Marinho Rego.

COMISSÃO “C” – de Assuntos de Teatro, Imprensa, Rádio e Cinema: Paulo Zingg, Osvaldo de Andrade, Justino Martins, Nogueira Leiria, Odorico Tavares, Dias da Costa, Hélio Peregrino, Bueno de Rivera, Cristiano Cordeiro, Luiz Jardim, Viegas Neto, Aparício Torelly, Álvaro Moreyra, Vinícius de Moraes e Joracy Camargo.

COMISSÃO “D” – de Assuntos Políticos: Alberto Passos Guimarães, Jorge Amado, Astrojildo Pereira, Osório Borba, Prado Kelly, Jair Rebelo Horta, Carlos Drummond de Andrade, Moacir Werneck de Castro, Carlos Lacerda, Caio Prado Júnior, Paulo Emílio Sales Gomes, Dionélio Machado, Arnon de Melo, Fritz Teixeira de Sales e Raul Ryff.

¹⁷² Regulamento do 1º Congresso Brasileiro de Escritores. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 10.

¹⁷³ Regimento Interno do 1º Congresso Brasileiro de Escritores. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 11.

¹⁷⁴ Idem, p. 11-12.

COMISSÃO “E” – de Redação e Coordenação: Fernando de Azevedo, Antônio Cândido, Hamílcar de Garcia, Juvenal Jacinto, Afrânio Peixoto, Édison Carneiro, Aires da Mata Machado Filho, Francisco Iglesias, Aurélio Buarque de Hollanda, Eneida Costa de Moraes, José Augusto, Rafael Correa de Oliveira, Martins de Almeida, Pedro Mota Lima e Odilo Costa Filho.¹⁷⁵

Um olhar preliminar por sobre a lista de comissões permite inferir que havia, no interior das mesmas, uma grande diversidade de posicionamentos, decorrência do próprio caráter do congresso, dotado de certo *ecumenismo* ideológico, em prol de objetivos comuns a todos os escritores. Contudo, nota-se uma presença marcante de comunistas na Comissão de Assuntos Políticos, estratégica por assim dizer, posto que dela sairiam as resoluções e a Declaração de Princípios do evento. Por se tratar de um evento que, além das questões profissionais, incumbia-se do papel de movimento de oposição ao Estado Novo, o congresso dos homens de letras brasileiros significava uma excelente oportunidade para os partidários do comunismo pudessem agir, apesar da sua condição de ilegalidade. Segundo depoimento de Jorge Amado, comunista e participante da comissão política do conclave, sua ida para São Paulo era acompanhada da tarefa, atribuída pelo “pecê”, de colaborar na organização do evento, tentando-lhe impor a linha política do partido. Neste sentido, ele lembra a presença de Pedro Pomar, membro do Bureau Político, que se deslocara para a capital paulista com o fim de orientar e impedir vacilações e desvios. O escritor baiano lembra ainda que os encontros com Pomar eram diários – sempre clandestinamente – nos quais ele recebia ordens, diretrizes, além de fornecer informações.¹⁷⁶

De acordo com o regimento interno do congresso, uma vez formadas as comissões, deveriam ser eleitos presidentes e secretários para cada uma delas, com o propósito de organizar e dirigir os trabalhos. As teses seriam distribuídas entre grupos de três membros, um relator e dois revisores, encarregados de analisarem as propostas encaminhadas ao evento. Suas reuniões seriam públicas, dando a possibilidade aos autores das teses de defenderem seus pontos de vista. Após algumas mudanças no teor do regimento do congresso, particularmente em seu artigo 9º¹⁷⁷, ficou estabelecido que as comissões deveriam submeter suas conclusões ao plenário do congresso, para que fosse estabelecido o debate em torno das teses e das impressões colhidas por seus examinadores.

¹⁷⁵ Idem, p. 32-33.

¹⁷⁶ AMADO, Jorge. *op. cit.*, p. 20.

¹⁷⁷ “Art. 9.º) – As decisões das Comissões, proferidas na forma do artigo anterior [do funcionamento das mesmas], constituem decisões soberanas do Congresso, sempre que resultantes de votação de uma maioria de três quartos dos membros presentes às mesmas Comissões, excluídos os Presidentes. Parágrafo único – Será remetida ao Plenário e a ele submetida toda a matéria que, para aprovação ou rejeição, não obtiver a votação mínima a que alude o presente artigo (Idem, p. 12).

Por conta dos objetivos propostos por este trabalho, qual seja, de analisar quais foram os principais temas debatidos no conclave, o que, em certa medida, demonstrará o real caráter do mesmo, os trabalhos das comissões e os debates em torno de suas conclusões serão colocados segundo o grau de importância atribuído, conscientemente ou não, pelos próprios congressistas. O que significa dizer que, para efeito de estudo, a ordem das comissões não será cronológica, mas de acordo com o número de teses apresentadas.

Contudo, uma exceção deverá ser feita a essa ordem de apresentação, uma vez que, tal qual o cronograma estabelecido no congresso, a Comissão de Assuntos Políticos será abordada apenas no fim deste capítulo, justamente porque significou o coroamento dos trabalhos, o desfecho ideal de um evento que se propunha “de oposição” a todo e qualquer tipo de prática totalitária de governo, tal qual o estabelecido no Brasil, desde 1937. O entusiasmo gerado em torno das conclusões da referida comissão prosseguiu com a leitura das moções finais do congresso e com a exposição da Declaração de Princípios que, conforme se poderá observar mais adiante, constituiu verdadeiro libelo a favor da causa democrática.

Dessa forma, a primeira das comissões apresentadas será aquela dedicada aos Assuntos Culturais, seguida da de Direitos Autorais, a de Imprensa, Rádio, Cinema e Teatro e, por fim, a de Assuntos Políticos. As teses serão expostas segundo a mesma ordem em que se encontram nos Anais, o que poderá revelar não apenas a dinâmica dos trabalhos, mas também as contradições que caracterizaram a aprovação e a reprovação das teses, muitas das quais com teor semelhante, mas que tiveram destinos diferentes. As razões possíveis para essas discrepâncias serão sugeridas durante a leitura das próximas páginas.

4.2.2. A Comissão de Cultura

A Comissão de Cultura foi a mais solicitada por aqueles que enviaram teses ao congresso, demonstrando a importância do fator cultural nos círculos intelectuais do período. No entanto, no que tange aos aspectos gerais das teses, alguns elementos podem ser destacados pela sua recorrência: em primeiro lugar, evidenciou-se um discurso em prol da alfabetização, com propostas de obrigatoriedade no ensino básico, como forma de levar a cultura às classes menos abastadas; em segundo lugar, nota-se um discurso voltado para questões de cunho nacionalista e, em alguns casos, anti-americanas, conforme a tese sobre literatura infantil, de Lúcia Miguel Pereira; em terceiro lugar, pode-se citar uma referência ao regionalismo, tão combatido pela ideologia centralizadora do governo, e que poderá ser interpretada como um ato de desafio ao nacionalismo do Estado Novo; em quarto lugar, a

retomada de algumas idéias surgidas no interior do Departamento de Cultura de São Paulo, então dirigido por Mário de Andrade, a respeito da criação de bibliotecas ambulantes, como forma de levar os livros até o povo; e, por último, a própria questão das universidades, tratada de forma crítica por Otto Maria Carpeaux, posto que denunciou a falta de uma tradição universitária no país, razão pela qual foi duramente combatido pelos congressistas.

À guisa de introdução, é imperativo que se reafirme os pressupostos deste trabalho e as bases sobre as quais eles foram definidos, o que permite avaliar os debates em torno na questão cultural como decorrências de um projeto maior dos escritores, qual seja, o de formar um *campo intelectual autônomo* no país, a partir de iniciativas que lhe garantam os meios de vida como resultado do próprio exercício do pensamento. Para isso, ampliar o número de leitores, capacitando-os para o consumo das obras literárias, será um dos elementos fundamentais.

O primeiro a expor suas conclusões foi Sérgio Buarque de Holanda, acerca da tese sem título de Ernesto A. S. Carvalho da Silva. Segundo o relatório, tratava-se de uma tese “cheia de boas intenções e também de algumas contradições”, mas que não propunha nada de concreto ou de objetivo. Apesar de chamar os escritores a se unirem contra a ameaça fascista – aliás, algo recorrente na maior parte dos textos encaminhados ao congresso – Sérgio Buarque sugeriu que a tese não fosse tomada em conhecimento pelos escritores, no que foi atendido.¹⁷⁸

A tese seguinte, “Método econômico aplicado à democratização da cultura”, de Mietta Santiago, seria alvo de risos dos congressistas. A autora, segundo o parecer, defendia a idéia de se fundar, com sede no Rio de Janeiro, uma Cooperativa Editora de Escritores, com o nome *Confederação Nacional Co-Editora de Autores*. No entanto, a organização de seu texto não parece ter sido das melhores, haja vista o trecho destacado pelo relator, Sérgio Buarque novamente, em que Santiago afirmava ser a democratização da cultura “um processo de assimilação extensiva ao universo inteiro, retido na linguagem escrita pela repetição cíclica das ruas nacionais do mundo internacional”. Como era de se esperar, até mesmo pela reação do plenário, a tese foi rejeitada “in limine”.¹⁷⁹

“Democratização da Cultura”, de Hélio Magno, era o título da próxima tese¹⁸⁰. Segundo o parecer de Lourival Gomes Machado, seu relator, o texto apresentava um plano de modificações que permitiriam dar maior alcance e eficácia ao ensino no território brasileiro,

¹⁷⁸ Idem, p. 61.

¹⁷⁹ Idem, p. 61.

¹⁸⁰ MAGNO, Hélio. “Democratização da Cultura”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 169-172.

em resposta à deficiência verificada no sistema educacional do país. Em poucas palavras, tratava-se de uma defesa pela expansão dos três níveis de ensino, atingindo as camadas mais pobres da população, eliminando o exclusivismo cultural no Brasil. Entre as suas propostas, podem ser citadas: a gratuidade do ensino secundário e terciário aos alunos carentes, a partir da criação de *Universidades Populares*; a instalação de um programa de alfabetização dos operários, bem como dos camponeses; a valorização da educação profissionalizante; além do incentivo às escolas ligadas às Forças Armadas. Por sua defesa a um princípio básico do congresso de escritores, inscrita em seu próprio título, a tese recebeu um parecer favorável de seu relator, sendo aprovada pelo plenário.¹⁸¹

O trabalho seguinte não constituía propriamente uma tese, segundo seu relator, Lourival Gomes Machado. De fato, “Literatura Infantil”, de autoria de Lúcia Miguel Pereira¹⁸², apresentava uma análise da “pobre” produção brasileira neste gênero literário, concluindo que os escritores não poderiam ser indiferentes ao tema, uma vez que, no dizer da autora: “esta [a literatura infantil] tem o dever de ser sadia, de auxiliar a preparar para a vida as novas gerações, contribuindo para o seu equilíbrio, para o desenvolvimento de todas as suas faculdades, para torná-las dignas de um mundo onde os super-homens não possam usurpar o lugar dos homens de verdade”¹⁸³. Este trecho, aliás, deixa claro o descontentamento da autora com a penetração das produções estrangeiras no Brasil, particularmente por sua alusão aos heróis sobre-humanos dos quadrinhos norte-americanos.

Tal preocupação, aliás, não constituía um fato isolado, sendo que um bom número de intelectuais do período afirmava o caráter nocivo que as publicações vindas dos Estados Unidos poderiam ter na mente das crianças, facilmente “manipuláveis”. A questão, contudo, não pode ser tomada pelo simples aspecto da influência que estas revistas traziam para a mocidade do país. Havia um segundo ponto, e talvez mais importante, que estava diretamente ao próprio caráter do congresso, a saber, a defesa do escritor nacional. Em seu livro, *A Guerra dos Gibis*, o jornalista Gonçalo Junior lembra que a quase totalidade das produções do gênero *quadrinhos* publicadas no Brasil eram traduções daquelas publicadas no exterior, sendo que, nestes casos, os principais editores responsáveis (Adolfo Aizen, Roberto Marinho, Assis Chateaubriand e Alfredo Machado) adquiriam os direitos de utilização das *estórias* em

¹⁸¹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 62-63.

¹⁸² PEREIRA, Lúcia Miguel. “Literatura Infantil”. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 322-326.

¹⁸³ Idem, p. 326.

sindicatos de desenhistas e produtores de revistas em quadrinhos norte-americanos – os chamados *syndicates*.¹⁸⁴

Portanto, o tema não pode ser tomado como uma simples defesa da formação moral das crianças, pela deturpação de valores que a leitura das publicações estrangeiras poderiam lhes proporcionar. Mas, sobretudo, pelo pouco espaço do mercado dos quadrinhos reservava para as produções nacionais, uma vez que a preferência dos editores e do público residia nas aventuras dos heróis consagrados nos Estados Unidos.

Por não indicar um princípio, dentro do que se esperava das teses levadas ao congresso, o texto de Lúcia Miguel Pereira não poderia ser aprovada. No entanto, de acordo com o relator, os intuítos da autora eram louváveis, podendo servir como sugestões aos escritores do gênero infantil. Portanto, recomendou-se a publicação da tese nos Anais do Congresso, o que seria aprovado pelo plenário.¹⁸⁵

Após a apresentação e discussão dos pareceres de Lourival Gomes Machado, foi chamado à Mesa o professor João Cruz Costa, responsável pela apreciação da tese “A saúde e a educação como armas de democratização da cultura”. O autor, Dante Costa, defendia a necessidade de que cada município e Estado brasileiro investissem não menos que 50% de seu orçamento em saúde e educação, uma vez que estes seriam elementos essenciais para que houvesse um amplo processo de democratização cultural¹⁸⁶. O relator foi favorável a estas idéias, recomendando a sua publicação nos Anais, no que foi atendido pelos congressistas.¹⁸⁷

Uma segunda tese denominada “Democratização da Cultura” foi levada ao plenário. De autoria de Lia Correia Dutra, este texto foi analisado por Orlando de Carvalho, que se mostrou favorável às idéias da autora. De acordo com o relator, tratava-se de um estudo da estrutura do sistema de ensino nacional – especialmente do ciclo secundário (ginasial, colegial e industrial) – concluindo, de forma geral, que a formação das elites do país necessitava de um aparelhamento mais adequado à situação social e econômica, e que uma concepção democrática da escola se realizaria melhor na “escola igual para todos” do que na “escola de especializações, quer de vocações, quer de sexos”. Com o objetivo de promover a “educação para uma sociedade sem classes”, Lia Correia Dutra sugeria a “difusão de ginásios e colégios gratuitos”, além do estabelecimento de “uma base igualitária nos diversos cursos, levando em

¹⁸⁴ SILVA JUNIOR, Gonçalo. *A Guerra dos Gibis*. A formação dos mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Até o ano de 1945, foco deste trabalho, deve-se analisar os quatro primeiros capítulos, justamente aqueles que demonstram como foi a entrada dos quadrinho no país, sua divulgação e os primeiros movimentos contra a sua publicação (pp. 15-126).

¹⁸⁵ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 63.

¹⁸⁶ COSTA, Dante. “A saúde e a educação como armas de democratização da cultura”. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 319-321.

¹⁸⁷ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 64.

conta a vocação e não a condição econômica do educando”. Considerando que estas conclusões serviriam como uma “contribuição cultural” ao congresso, o parecer de Orlando de Carvalho sugeriu a inclusão da tese nos Anais do evento, o que seria posto em discussão pelo presidente da Mesa.¹⁸⁸

Wilson Martins, delegado paranaense ao congresso dos escritores, foi o primeiro a pedir a palavra. Segundo ele, as teses que até aquele momento haviam sido apresentadas ao plenário, incorriam em um mal entendido com relação ao problema da educação. Martins considerava que essa questão não dependia fundamentalmente da solução de “pontos de superfície” como, por exemplo, o ensino gratuito. Para ele, “mesmo depois de atendido esse problema, não se teria posto um paradeiro ao descalabro do ensino no Brasil”. Neste sentido, Martins solicitava que as conclusões a que chegasse o congresso, especificamente aquelas expedidas pela Comissão de Cultura, fossem encaminhadas às autoridades competentes como subsídios para uma proposta essencial: a remodelação completa do sistema educacional brasileiro.¹⁸⁹

Outros dois aditivos foram propostos à tese de Lia Correia Dutra, respectivamente, por Guilherme Figueiredo e Vinícius de Moraes. O primeiro sugeria que o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores exprimisse seu desejo de que se garantisse “a real e efetiva liberdade de cátedra, como condição primordial da democratização da cultura”. A proposta seguinte era no sentido de que fossem eliminadas as barreiras existentes em alguns colégios, que impediam a convivência entre meninos e meninas.¹⁹⁰

A existência destes três aditivos fez com que o Presidente da Mesa sugerisse o encaminhamento da tese à Comissão de Redação, para o reexame da matéria. Porém, as discussões prosseguiram, desta vez, em torno dos aspectos técnicos que alguns textos traziam sobre educação. Malba Tahan propôs que Fernando de Azevedo fosse uma espécie de consultor do congresso nestas questões, uma vez que se tratava de “um dos maiores técnicos do país” sobre o assunto. Azevedo, no entanto, logo se desincumbiu do encargo sugerido pelo confrade, alegando dois motivos substanciais: primeiramente, o fato de que já existia um grupo encarregado de analisar e dar parecer sobre teses relativas à educação e cultura; em segundo lugar, ele não teria sido escolhido como delegado paulista ao congresso na condição de educador, mas como escritor. Para ele, as discussões técnicas sobre educação escapavam

¹⁸⁸ Idem, p. 64-65.

¹⁸⁹ Idem, p. 65.

¹⁹⁰ Idem, p. 65-66.

aos objetivos da reunião dos escritores, posto que, afinal de contas, não se tratava de um Congresso de Educação.¹⁹¹

Genolino Amado, no entanto, expôs uma posição contrária a de Fernando de Azevedo. Segundo suas palavras, todos os congressistas eram, fundamentalmente, educadores: “embora não tenhamos essa função específica, somos, contudo, daqueles que mais do que ninguém devem concorrer para a formação de uma mentalidade nos moços, ensinando-lhes o caminho mais certo”.¹⁹²

Considerando que o assunto já estava perfeitamente esclarecido, e devido à extensão dos debates, a Mesa optou por efetivar o envio da tese de Lia Correia Dutra à Comissão de Redação, dando termo à discussão em plenário. A ordem do dia foi restabelecida, com a convocação do próximo relator, Marinho Rego, para a apresentação de uma nova tese: “Democratização da Cultura”, de Herculano Pires.

O parecerista opinava pela rejeição da tese, por considerar que se tratava de um texto “pobre de linguagem e de conceitos”. Segundo Marinho Rego, as sugestões estavam *vasadas* em “termos genéricos e confusos”, atestando “insuficiente conhecimento da matéria por parte do autor”. Eram elas: a “criação de um organismo nacional de comissões municipais de cultura em todo país”; a “democratização do trabalho intelectual e incentivo constante de nosso desenvolvimento cultural”; a “democratização e simplificação dos métodos de ensino”; além da “contribuição financeira especial e obrigação do homem político, através do lucro de suas organizações econômicas, para levantamento cultural da Nação, protegendo e incentivando as atividades do homem-intelectual”. A carência de “objetividade e precisão” de Herculano Pires, tanto no desenvolvimento de seu texto, como em suas conclusões, foram as razões alegadas por Marinho Rego para a sua solicitação de que o Congresso não desse conhecimento para a tese. Posto em discussão, o parecer foi aprovado.¹⁹³

O próximo relator, pela ordem dos trabalhos, seria José Honório Rodrigues. Todavia, o eminente historiador não estava presente, dando lugar a Dalcídio Jurandir, que apresentou suas conclusões sobre a tese de Nair Miranda Pirajá e Carmen Moreno, intitulada “A democratização da cultura por meio de bibliotecas populares”¹⁹⁴. A tese relatava as experiências de bibliotecas ambulantes em outros países, como Escócia, Estados Unidos, Alemanha, França, Letônia, México, Holanda e Japão. O destaque das autoras ficava por

¹⁹¹ Idem, p. 66.

¹⁹² Idem, p. 66.

¹⁹³ Idem, p. 67.

¹⁹⁴ MORENO, Carmen; PIRAJÁ, Nair Miranda. “A democratização da cultura por meio de bibliotecas populares”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945*, p. 314-318.

conta da “Bibliothèque Pour Tous”, criada na Suíça, que teria servido de padrão para a organização da “Biblioteca Ambulante do Soldado”, em 1943, no Brasil.¹⁹⁵

Segundo Nair Pirajá e Carmen Moreno, a grande aceitação da “Biblioteca Ambulante do Soldado” demonstrava a necessidade da criação, em todo o país, e para o uso de civis, de uma “Biblioteca Ambulante Popular”. Seus objetivos seriam os seguintes:

fornecer, nas capitais brasileiras e no interior dos Estados, por períodos variáveis de 2 a 6 meses, caixas-estantes, guarneçadas de 50 a 100 livros, abrangendo vários assuntos, a grupos de mais de 20 leitores que as requeiram, e a entidades de todos os tipos: associações cívicas e religiosas, bibliotecas municipais, cadeias, clubes esportivos, colégios, empresas, escolas municipais e rurais, fábricas, ginásios, hospitais, hotéis, núcleos de imigrantes, navios de cabotagem e fluviais.¹⁹⁶

Interessantes, contudo, foram as justificativas alegadas pelas autoras para a organização da “Biblioteca Ambulante Popular”. Para Nair Pirajá e Carmen Moreno, a biblioteca seria utilíssima entre os imigrantes que não tardariam a procurar o Brasil depois de terminada a guerra, servindo de propaganda para a língua e os hábitos locais, além de facilitar a rápida *assimilação* do estrangeiro na sociedade brasileira. Dessa forma, ver-se-ia afastado “o perigo das *minorias raciais*”, que tantos problemas estavam causando naquele momento, em especial nos Estados do sul do país.¹⁹⁷

Dentro deste espírito nacionalista, vale destacar o sentido que as autoras deram a essa biblioteca dentro das escolas e dos ginásios, onde serviriam aos fins de “orientação sadia e *patriótica*” a mocidade, bem como das fábricas, onde o operário seria guiado no “sentido real dos seus direitos para consigo, para com seus semelhantes e para com a *pátria*”¹⁹⁸. Estes motivos, aliás, foram considerados justos pelo relator, que opinou pela publicação da tese nos Anais do Congresso, “como uma contribuição para o estudo e recomendação de um plano de democratização cultural do país”, tendência esta que seria confirmada pela votação em plenário.¹⁹⁹

O relator seguinte era Pompeu de Souza, encarregado da apresentação das teses “Pela unidade da língua”, de Abner Mourão, “A linguagem, a liberdade e a evolução”, de Álvaro Faria, e “Em defesa da boa linguagem”, de Antônio Silva. A primeira delas sugeria que a obra escrita deveria estabelecer a unificação e não a diferenciação na língua falada no Brasil e em

¹⁹⁵ Idem, p. 314-315.

¹⁹⁶ Idem, p. 317.

¹⁹⁷ Idem, p. 317.

¹⁹⁸ Idem, p. 317.

¹⁹⁹ Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945, p. 67-68.

Portugal. Tal proposta, no entanto, não foi bem aceita pelos congressistas, que receberam o parecer de Pompeu de Souza com prolongados aplausos. Segundo ele, a proposta deveria ser rejeitada “por se tratar de medida inócua e sobretudo limitadora da criação literária”.²⁰⁰

A tese seguinte, “A linguagem, a liberdade e a evolução”²⁰¹, de Álvaro Faria, fazia uma interessante abordagem da questão da Linguagem, de um ponto de vista dialético: ou seja, ao mesmo tempo em que ela libertava o homem da irracionalidade, da herança meramente genética, reservada aos seus instintos; ela também o prendia e oprimia, como arma eficaz para mascarar egoísmos, por meio de mentiras, falsidades e hipocrisias. O autor considerava que a Linguagem, como instrumento de liberdade, possibilitava ao homem *evoluir*, em particular por sua contribuição decisiva ao desenvolvimento da cultura. No entanto, Faria alertava para o uso que o fascismo fazia dela, na medida em que ele restringia a sua manutenção ao Estado, a um partido, ou a uma pessoa.

Álvaro Faria afirmava que o fascismo, ao tornar a cultura um instrumento exclusivo do Estado, não permitindo seu pleno desenvolvimento, visava *irracionalizar* o homem, para melhor manipulá-lo. Com a restrição da *Práxis Criadora*, o homem estaria incapacitado de lutar contra a opressão. Por essa razão, o autor elevava a Linguagem como meio de emancipação, educação e evolução, considerando prioritária a luta pela livre expressão das idéias, donde o escritor teria papel dos mais destacados.

O parecer de Pompeu de Souza apontava para a falta de conclusões de ordem prática, opinando, no entanto, pela inclusão da tese nos Anais do congresso, por se tratar de uma denúncia contra o uso da linguagem pelas autoridades governamentais, ciosas da criação de um pensamento único. Levada a plenário pela Mesa diretora da sessão, a indicação do relator sofreu duras críticas de alguns escritores – com destaque para as intervenções de Aurélio Buarque de Holanda – dando início a uma discussão que envolveria insinuações de parte a parte:

MALBA TAHAN – Se o autor do parecer declara que a tese é vaga, sem objetivo prático, eu voto contra a sua inclusão nos Anais.

WILSON MARTINS – Senhor Presidente – Tendo o nosso Congresso se reunido para a defesa dos interesses fundamentais dos escritores e incluindo-se entre esses direitos a liberdade de linguagem, assunto sobre o qual se refere a presente tese, em estudo apreciável, eu não vejo inconveniente algum em que esse trabalho, como colaboração, como esforço do seu autor, como obra de merecimento científico, naturalmente dentro da relatividade que ela possa ter, seja incluído nos Anais do Congresso.

²⁰⁰ Idem, p. 69.

²⁰¹ FARIA, Álvaro.. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 304-313.

AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA – Eu vejo na publicação dessa tese, desse trabalho doutrinário, como queiram, um precedente perigoso. Muitas vezes, a comissão é levada, por se tratar de um amigo, conhecido ou, enfim, por ordem sentimental, a pedir a inclusão de tais trabalhos nos Anais, para não se magoar autores de teses. A mim me parece que a tese não tem nenhuma especialidade como obra técnica, não traz coisa nova, é pura divulgação de coisas já sobejamente conhecidas e que não precisam ser ditas ao Congresso. As supostas conclusões a que ela chega são apenas lugares comuns, palavras ocas, inteiramente inconseqüentes e parece inútil encher os Anais com tais publicações. Por isso sou contrário à sua aprovação. Ou a tese tem alguma utilidade, traz subsídios aos trabalhos do Congresso, ou nada contém de novo e então deve ser rejeitada. Se esta tese fosse aceita, todas as outras também deveriam ser. Devemos, por isto, evitar abrir esse mau precedente.

PAULO ZINGG – Sr. Presidente. Peço a palavra.

PRESIDENTE – Antes de dar a palavra ao sr. Paulo Zingg, dou-a ao relator para esclarecer um ponto.

POMPEU DE SOUZA – Quero dizer que não há nenhuma razão de ordem sentimental que me tivesse levado a concluir pela inclusão desta tese nos Anais, porque, nem sequer conheço o autor. Aliás, quando comecei a ler esta tese, tive a mesma impressão da de inúmeros congressistas. Julguei a tese vazia de expressão, mais destinada a causar impressão...

APARTE – Pois então rejeitemo-la.

POMPEU DE SOUZA – ... mas isso apenas quando eu comecei a ler . Achei a tese com um tom um tanto professoral. Entretanto, prossegui na leitura e creio que isso não sucedeu ao sr. Aurélio Buarque de Holanda...

AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA – Não senhor, eu li a tese.

POMPEU DE SOUZA – ... e verifiquei que a tese representava um ato de estudo, um ato de preocupação, o estudo de um assunto sério, porque na verdade o que o autor fez foi um estudo da linguagem como um elemento fundamental na evolução do homem, um estudo da linguagem no seu aspecto psicológico, demonstrando ao mesmo tempo que tem sido usada como fator de eliminação da liberdade.

PAULO ZINGG – Acho que nós devemos ser implacáveis nesta questão. Há um motivo central para justificar a eliminação dessa tese: o trabalho que nos deu na sessão realizada hoje à tarde (risos).

ARGEU RAMOS – Pelo que acabo de ouvir do sr. Pompeu de Souza, tenho a impressão de que a tese não é absolutamente inócua, pois contém princípios. Ora, se a tese encerra princípios, eles devem ser aprovados. Voto, portanto, pela inclusão nos Anais.

PRESIDENTE – Comunico aos senhores congressistas que não estamos fazendo declaração de votos. Peço aos senhores congressistas que não solicitem a palavra inutilmente, mas somente quando tiverem alguma coisa nova a esclarecer ao plenário.

LUIZ MARTINS – Peço para a Mesa ler as conclusões do parecer para esclarecer o plenário.

VINÍCIUS DE MORAIS – Senhor Presidente, qual o critério para inclusão da tese nos Anais?

PRESIDENTE – A inclusão das teses nos Anais do Congresso não implica na aprovação delas, mas na consideração que elas merecem dos congressistas. Uma tese interessante de cultura, que não apresente conclusão, pode ser incluída nos Anais do Congresso, como sugestão ou mesmo contribuição para estudos. A Comissão apresentou proposta de inclusão nos Anais desta tese, como contribuição ao

estudo futuro da questão. É esta a proposta que está em discussão. Se ninguém pede mais a palavra para discutir a proposta da Comissão vou proceder a votação. Como se trata de assunto que despertou interesse e tem grande importância, peço aos senhores congressistas que se mantenham em seus lugares para verificação de voto.

LUIZ MARTINS – Peço para me retirar em virtude de não conhecer o assunto. Pedi para serem lidas as conclusões e não fui atendido.

PRESIDENTE - A Mesa faz um apelo ao sr. Luiz Martins para que permaneça no recinto. As teses foram distribuídas a todos os Congressistas. Somente aqueles que não quiseram é que não tomaram conhecimento delas. Está em votação o parecer da comissão. É necessário uma verificação de voto. Está aprovada a inclusão da tese nos Anais por maioria de votos.²⁰²

É a primeira vez em que os Anais registram uma aprovação por “maioria de votos”. Este fato, contudo, não sugere, necessariamente, algum tipo de embate ideológico. Aparentemente, os desacordos entre os escritores, até aquele momento, diziam respeito muito mais à interpretação que cada um dava ao regimento do congresso, ou seja, as regras para aprovação, publicação, ou rejeição das teses. Isto fica evidente pela dúvida levantada por Vinícius de Moraes, ao questionar a Mesa quanto aos critérios utilizados para a inclusão dos textos nos Anais. De qualquer forma, o que fica demonstrado é o ambiente de tensão entre os presentes ao evento, com uma certa rispidez nas palavras, verificada durante algumas discussões.

Apesar da celeuma causada pelo debate em torno do texto de Álvaro Faria, o parecer de Pompeu de Souza à tese seguinte, “Em defesa da boa linguagem”, de Antônio Silva, não provocou nenhum tipo de reação por parte de plenário. A sua indicação pela rejeição da tese “in limine” foi prontamente aceita pelos congressistas. Segundo ele, tratava-se de “um amontoado de observações sem nexos sobre a linguagem de jornais e revistas, além de considerações de ordem inteiramente estranhas à natureza do Congresso”.²⁰³

Com esta última indicação, Pompeu de Souza terminava a sua apresentação, dando lugar à escritora Jacinta Passos, representante da delegação baiana ao congresso e responsável pela análise da tese de A. Hoffman, intitulada “O nível cultural da Nação – Sugestão de um meio que pode contribuir para elevá-la”. De acordo com a relatora, o autor do texto defendia a necessidade, cada vez maior, dos conhecimentos científicos, artísticos e técnicos, lamentando o fato de que apenas uma parcela pequena de indivíduos, pertencentes a classes sociais privilegiadas, gozasse de oportunidades para uma “instrução intensiva e extensiva”.

²⁰² Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 69-71.

²⁰³ Idem, p. 71.

Como uma possível solução para a questão, Hoffman propunha “a criação de uma revista informativa, de ampla divulgação que, através de questionários e outras seções interessantes, [difundisse] conhecimentos ao povo”. O autor sugeria, ainda, que tal iniciativa poderia partir de particulares, ou do próprio governo, a partir de seus órgãos de propaganda (D.I.P.) ou de difusão cultural (Departamentos de Cultura). Este aspecto prático da proposta de Hoffman, contudo, não empolgou a relatora da tese, que considerou a já existência de uma publicação oficial, orientada e apoiada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda²⁰⁴. A indicação de Jacinta Passos não poderia ser outra, portanto, senão a rejeição da tese, no que seria acompanhada pelo restante dos congressistas, durante a votação.²⁰⁵

A lógica evidente na decisão da relatora ligava-se, sobretudo, a questão dos princípios explícitos na organização e realização do congresso dos escritores brasileiros. Deve-se levar em conta o fato de que os homens e mulheres presentes ao evento estavam unidos em prol de um objetivo comum, a saber, a derrubada do regime ditatorial no país, bem como de todo o seu aparelho de repressão, do qual também fazia parte o referido Departamento de Imprensa e Propaganda.

A unidade almejada pelos organizadores da assembléia da A.B.D.E. não impossibilitava a apresentação de sugestões que seguissem tendências ideológicas específicas, como foi o caso da tese seguinte levada ao congresso pelo comunista Aguinaldo Costa, que tinha por título “A reforma agrária permitiria o estabelecimento de uma das bases materiais mais sólidas para a democratização da cultura no Brasil”.

Em linhas gerais, o texto denunciava o fato de que pelo menos 70% da população vivia nos campos, em sua maioria desprovida de quaisquer elementos que permitissem o seu desenvolvimento material e, por conseguinte, cultural. A partir de uma breve análise da questão da terra no Brasil, o autor listava algumas propostas para uma política de reforma agrária, vista por ele como meio necessário para a elevação do nível econômico dos brasileiros. Somente desta forma, portanto, seria possível a quebra do monopólio social, político e intelectual de uma minoria, estabelecendo-se de fato um ambiente de democracia no país.²⁰⁶

O relator da tese, e representante da delegação mato-grossense ao congresso, Heitor Ferreira Lima, considerou que a questão *econômica* da reforma agrária escapava às

²⁰⁴ A respeito das publicações oficiais controladas pelos D.I.P., ver o estudo de Ângela Castro Gomes, *História e Historiadores* (Rio de Janeiro: FGV, 1999).

²⁰⁵ Idem, p. 71-72.

²⁰⁶ COSTA, Aguinaldo. “A reforma agrária permitiria o estabelecimento de uma das bases materiais mais sólidas para a democratização da cultura no Brasil”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 292-303.

competências da sua comissão. No entanto, pelo fato do texto defender a distribuição de terras como fundamento para a democratização da cultura, o parecer foi favorável a sua inclusão nos Anais²⁰⁷. Vale destacar que, apesar de se tratar de um tema controverso, não houve um debate intenso em torno das proposições de Aguinaldo Costa, nem mesmo contra o explícito teor marxista de suas propostas.

Dentre os congressistas que pediram a palavra para comentar a indicação de Ferreira Lima, o único que se mostrou avesso à publicação da tese nos Anais do congresso foi Arnaldo Pedroso D’Horta, que justificava seu posicionamento pelo fato de que, segundo ele, o texto não apresentava os resultados que uma política de reforma agrária poderia obter no terreno cultural. Contudo, outros escritores, como Antonio Candido, Paulo Zingg, Argeu Ramos, Odilo Costa Filho e Carlos Lacerda, consideraram o valor da tese como recomendação para estudos posteriores, defendendo, portanto, a aprovação do parecer de Heitor Ferreira Lima, que seria confirmada, após a votação do plenário.²⁰⁸

Uma segunda tese de A. Hoffman foi levada à assembléia, intitulada “De que o povo precisa: cursos rápidos; livros instrutivos baratos; pequenas bibliotecas ambulantes”. De acordo com o autor, estes três elementos enunciados no título do texto estavam na base de um projeto maior, a saber, o da democratização da cultura. Sua análise centralizava-se na figura do operário brasileiro, que, segundo Hoffman, não deveria atrofiar-se nos *conhecimentos técnicos*, mas voltar-se aos *conhecimentos gerais*. Dessa forma, ele teria subsídios para pensar-se como homem e como cidadão²⁰⁹. Em seu parecer, o representante da delegação gaúcha, Reinaldo Moura, destacou a “necessidade incontestável de proporcionar cultura fácil ao povo”, fazendo indicação favorável à publicação da tese nos Anais do congresso²¹⁰. Tendo sua conclusão aprovada pelos congressistas, o relator passou ao texto seguinte.

“Fundação do livro infantil”, de autoria de J. O. Orlandi, não teve a mesma acolhida que a tese anterior. De acordo como o Reinaldo Moura, a proposta de criação de uma instituição que incrementasse e protegesse o livro infantil não estava na alçada do congresso, o que provocou a sua rejeição pelo plenário.²¹¹

As duas últimas teses seguintes foram apresentadas pela escritora Gilda Marinho, também membro da delegação do Rio Grande do Sul ao congresso. A primeira delas, “Um movimento de educação popular”, defendia a elevação do nível da cultura popular brasileira,

²⁰⁷ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 72.

²⁰⁸ Idem, p. 73.

²⁰⁹ HOFFMAN, A. “De que o povo precisa: cursos rápidos; livros instrutivos baratos; pequenas bibliotecas ambulantes”. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 289-291.

²¹⁰ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 74.

²¹¹ Idem, p. 74.

como meio de melhor desenvolver as idéias democráticas. Seu autor, o professor João Cruz Costa, afirmava que o fato de que a educação tivesse como fim o preenchimento de vagas profissionais, bem como a existência de uma crescente evasão no ensino primário, contribuíam para que o povo tivesse um total desconhecimento dos problemas nacionais, caindo refém de mistificações de “aventureiros e chantagistas”.²¹²

Entre suas propostas de solução para este problema, Cruz Costa solicitava que a A.B.D.E. realizasse um trabalho conjunto com as organizações trabalhistas e agremiações, no sentido de lançar um movimento tendente a elevar o nível de educação popular. Entre as iniciativas previstas pela tese, estava a criação de uma Universidade Popular, tal qual a sugestão feita anteriormente pelo trabalho de Hélio Magno, “Democratização da Cultura”. A exemplo desta, o texto de Cruz Costa foi aprovado pelos congressistas.

A segunda tese analisada por Gilda Marinho, “Limitação dos acentos gráficos”, apresentava uma proposta de acordo ortográfico luso-brasileiro, pela qual a relatora se mostrou desfavorável. Tratava-se de mais um texto em torno de possíveis mudanças na língua portuguesa falada e escrita no Brasil e em Portugal. Assim como “Pela unidade da língua”, de Abner Mourão, esta tese foi rejeitada²¹³.

O relator seguinte foi Alceu Marinho Rego, responsável pela apresentação da tese “O problema da alfabetização”, de autoria de Humberto Bastos²¹⁴. Tratava-se, segundo o parecer, de uma proposta de criação do “Instituto Nacional de Educação”, que seria o encarregado de coordenar todas as iniciativas dispersas no país, em prol da alfabetização. O projeto era justificado como uma forma de solidificar as tradições democráticas no Brasil, com base no povo alfabetizado. Para Marinho Rego, o texto poderia ser aproveitado como uma contribuição às outras sugestões referentes à matéria, e que já haviam sido aprovadas²¹⁵. Por

²¹² COSTA, João Cruz. “Um movimento de educação popular”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 173-174.

²¹³ *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 74-75.

²¹⁴ As teses a seguir foram expostas a partir da quarta sessão plenária, realizada a 26 de janeiro, também no Centro do Professorado Paulista. Ela foi iniciada com a leitura de uma declaração feita pelo embaixador norte-americano, Adolfo Berle, à imprensa carioca. Segundo a entrevista, lida pelo Secretário da Mesa, Berle teria afirmado que os Estados Unidos estavam começando a conhecer melhor o Brasil e suas “possibilidades culturais”. Além disso, o representante diplomático teria expressado “grande interesse em torno dos resultados do Congresso dos Escritores”, com esperanças de que o país viesse a ser “uma inspiração para a literatura e as artes do hemisfério”. Terminada a leitura, Nelson Palma Travassos anunciou a doação de cinco mil cruzeiros ao congresso pelo Sindicato das Empresas Gráficas de São Paulo. A Livraria José Olympio também contribuiria com a iniciativa dos escritores brasileiros, doando uma quantia equivalente àquela oferecida pelo Sindicato das Empresas Gráficas de São Paulo (ver matéria publicada no *Diário de São Paulo*, em 06 de dezembro de 1944, p. 01). A respeito de José Olympio e da importância de sua editora para a história cultural brasileira, notadamente por constituir um amplo *espaço de sociabilidade* dos intelectuais brasileiros, ver o já citado livro de Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil* (pp. 333-398), além da biografia do célebre editor, escrita por Antônio Carlos Villaça, *José Olympio, o descobridor de escritores* (Rio de Janeiro: Thex Editora, 2001).

²¹⁵ Idem, p. 78.

essa razão, ele fez uma indicação pela publicação da tese nos Anais do congresso, pelo que seria duramente criticado por Carlos Lacerda e Fernando de Azevedo, durante a discussão do parecer.

Ambos consideravam que o problema da democratização da cultura não poderia ser reduzido a simples questão da alfabetização. Para eles, *alfabetizar* era o mesmo que ensinar a ler e a escrever, pura e simplesmente, e que, portanto, o congresso não poderia aceitar os argumentos apresentados por Humberto Bastos em sua tese, tampouco o parecer expedido pelo relator. Carlos Lacerda afirmava que a simples alfabetização poderia ser feita em um país fascista, em benefício do fascismo. Fernando de Azevedo, por sua vez, lembrava o fato de que já existia um órgão com funções de superintendência nos negócios da instrução e educação pública, o Ministério da Educação, o que inviabilizava a proposta de criação de uma segunda instituição “para cuidar da defesa e divulgação de uma campanha de alfabetização”. Os aplausos dirigidos a este, quando do término de sua intervenção, davam mostras de qual era o posicionamento da assembléia que, durante a votação, confirmou as expectativas em torno da rejeição da tese²¹⁶. Todavia, as discussões em torno do tema não estariam terminadas, como se verá mais adiante.

O parecer de Marinho Rego a tese seguinte, “A criação literária e a liberdade”, de Paulino Jacques, foi derrubado pelos membros da Comissão de Cultura e, portanto, não foi submetido à votação. Em seu lugar, foi apresentado outro relatório, assinado por Sérgio Buarque de Holanda, que defendia a rejeição do texto, exceto do seu primeiro princípio proposto, que afirmava “a liberdade como condição *sine qua non* da criação literária”.²¹⁷

A questão da alfabetização voltaria à tona com a apresentação da tese “Liquidação do analfabetismo”, de Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira²¹⁸. Para os autores, era imperativo que os intelectuais – notadamente os escritores – fizessem uma revisão de seus deveres “perante a pátria, perante o povo”. Destacavam como missão principal dos homens de letras a defesa do ideal de democracia, em particular no âmbito cultural. Para tanto, eles viam como fundamental a liquidação do analfabetismo, o que, segundo eles, abriria as portas de acesso à cultura para o povo. Tratava-se, portanto, de um “primeiro passo”, antes de alterações mais profundas. Contudo, Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira ressaltavam que a democracia cultural só seria possível em um ambiente de democracia política e econômica, como fica evidente no trecho abaixo:

²¹⁶ Idem, p. 78-80.

²¹⁷ Idem, p. 80.

²¹⁸ JURANDIR, Dalcídio; PEREIRA, Astrojildo. “Liquidação do Analfabetismo”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 280-283.

No Brasil, o escritor tem que considerar a condição essencial da democracia política a fim de levar a efeito um plano de libertação cultural do povo ligado ao plano da industrialização e da reforma agrária. Ainda que não lhe seja dado trabalhar em plena liberdade política e em plena execução de um planejamento econômico tão indispensável e urgente no nosso país, o escritor pode atacar, por exemplo, o problema do analfabetismo, fugindo do critério de automatismo ou da eterna expectativa, pelo menos lançando a questão em debate, em termos de uma análise justa e para maior contato com o povo.²¹⁹

As propostas contidas nesta tese interessaram sobremaneira o relator, José Honório Rodrigues, que sugeriu a inserção do texto nos Anais do congresso²²⁰. Porém, alguns congressistas consideraram que, caso a indicação do parecer fosse aprovada, o plenário estaria caindo em contradição. De acordo com Paulo Mendes de Almeida, uma decisão favorável ao que ora se encontrava em discussão colocaria a assembléia em conflito com o que havia resolvido antes, acerca das propostas de Humberto Bastos. Alceu Marinho Rego, por sua vez, apresentava duas alternativas para a resolução do impasse: “ou nós decidimos que temos que alfabetizar o povo para desenvolver a cultura do país ou então não aceitamos esta tese e acabaremos com a incoerência”.²²¹

Para Fernando de Azevedo, no entanto, o congresso não cairia em contradição ao aprovar a segunda proposta, apesar da rejeição à primeira. Segundo ele, enquanto que a tese de Humberto Bastos reduzia a educação popular a um simples processo de alfabetização; o trabalho de Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira indicava o combate ao analfabetismo como um “ponto de partida para a instrução do povo brasileiro”. Essa explicação, todavia, não convenceu o representante da delegação carioca, Martins de Almeida, que classificou as ponderações do confrade como um “rodear” da questão. Segundo ele, não havia diferença entre os textos, posto que ambos tratavam a alfabetização como *medida inicial* e, portanto, a fala de Azevedo era uma mera tentativa de mascarar a sua incoerência²²². A resposta a esta insinuação foi imediata, agitando ainda mais a discussão:

FERNANDO DE AZEVEDO – Sr. Presidente. Não fosse eu acusado pelo ilustre colega, de estar rodeando a questão, de estar procurando uma evasiva para poder votar esta proposta, sem ser incoerente, não tendo votado a anterior – eu não pediria a palavra para prender a atenção dos colegas. A verdade é que estou habituado a atacar as questões frontalmente, e sinto necessidade, portanto, de mais umas palavras, para justificar meu ponto de vista. Quando foi lido o parecer da primeira tese [de

²¹⁹ Idem, p. 281.

²²⁰ Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945, p. 80-81.

²²¹ Idem, p. 81.

²²² Idem, p. 81-82.

Humberto Bastos], tive a impressão, não sei se errada, de que o autor reduziu as suas aspirações de educação popular a simples e pura alfabetização do povo.

MARTINS DE ALMEIDA – Mas não foi isso o que o relator disse.

FERNANDO DE AZEVEDO – Se assim era eu tinha que votar como votei. Agora, se nós considerarmos o combate ao analfabetismo como um ponto de partida, como base fundamental da educação popular, meu voto é outro, porque isto é básico, é condição essencial, são os instrumentos que nós pomos nas mãos das crianças para poderem acompanhar o curso da educação popular, isto é, a leitura e a escrita.

PRESIDENTE – Lamento ter que advertir o orador de que está esgotado o tempo.

FERNANDO DE AZEVEDO – Mais um minuto. Em segundo lugar há um outro ponto na proposta, ao qual não podemos dar, de forma alguma, a nossa aprovação, a saber, a criação de um órgão de alfabetização no Rio de Janeiro, quando sabemos que existe, no Ministério da Educação, toda uma divisão de ensino primário que trata da educação popular e da sua solução. Portanto, podemos votar a favor da última proposta, tendo votado contra a primeira, sem que haja incoerência.

MARINHO REGO – Não aceitando como convincentes as últimas palavras do Prof. Fernando de Azevedo, permaneço com a opinião do senhor Martins de Almeida, de que Sua Excia. Fez um recuo. Na verdade, as duas teses tratam de assuntos idênticos. O problema da cultura no Brasil tem de se iniciar com a alfabetização. Apenas, seguem as duas teses caminhos diferentes, entendendo uma que este problema pode ser atacado pelos esforços isolados ou combinados dos intelectuais do país, e entendendo a segunda que se pode dar uma forma mais concreta à sua realização, criando-se um Instituto Nacional de Educação. Não é exato, como diz o sr. Fernando de Azevedo, que a tese do sr. Humberto Bastos limita o problema da educação no país à simples alfabetização. Assim sendo, portanto, ou admitimos realmente que o analfabetismo é um problema a ser atacado, e que a sua solução representa um passo adiante na solução do problema da cultura, ou então partimos da premissa oposta e não resolvemos coisa alguma. Será incoerência do Plenário a aprovação deste parecer, depois de rejeitado o primeiro.²²³

Diante dessas declarações, o relator, José Honório Rodrigues, reafirmou a finalidade da tese de Astrojildo Pereira e Dalcídio Jurandir, como sendo a de “democratizar a instrução e a cultura”, processo em que a alfabetização seria apenas um dos meios²²⁴. Em seguida, o escritor Homero de Castro Jobim esboçou um esclarecimento, na tentativa de anular as alegações de incoerência nas decisões do plenário:

[...] Eu acho que o objetivo prático da primeira proposta foi a criação de um instituto, e foi justamente em relação a esse aspecto que a Casa se manifestou contrariamente. Quanto a questão de princípio, a casa unanimemente aprova, segundo me parece, a necessidade da alfabetização, como primeiro passo para a democratização da cultura, de modo que me pareceu que as discussões estavam tomando aspecto

²²³ Idem, p. 82-83.

²²⁴ Idem, p. 83.

acadêmico. Por isso achei que, havendo unanimidade em princípio, sobre a primeira proposta, rejeitada pelo seu aspecto técnico, a questão é colocada neste pé: pode se aprovar o segundo parecer, porque em princípio corresponde a vontade unânime do Congresso. A primeira foi reprovada pelo aspecto técnico, e a segunda pode ser aprovada pelo que acabo de expor.²²⁵

O impasse, contudo, estava longe de terminar. Fernando de Azevedo propôs que apenas o segundo item da tese de Humberto Bastos (referente à criação do Instituto Nacional de Educação) fosse rejeitado, prevalecendo o princípio da alfabetização como um *primeiro passo* para a democratização da cultura. Porém, a Mesa advertiu que o texto já havia sido votado, não podendo ser reavaliado pelo plenário. Marinho Rego, então, apresentou uma segunda proposta, solicitando “que se fundissem em termos concretos as indicações de princípios estabelecidas pelas duas teses”, com uma só redação para ambas.²²⁶

Após uma breve suspensão das discussões, o parecer de José Honório Rodrigues foi levado à votação, sendo aprovado pelo plenário. Já o aditivo sugerido por Marinho Rego dividiu as opiniões dos congressistas, que votaram, por maioria, pela sua rejeição.²²⁷

Durante o período de pausa nos debates em torno da tese de Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira e dos problemas referentes à alfabetização, foi apresentado um segundo parecer de Honório Rodrigues, sobre o texto de Otto Maria Carpeaux, intitulado “Vida literária e vida universitária”²²⁸. Polêmicas, as declarações do autor causaram certa indignação em alguns dos congressistas, particularmente por suas declarações acerca das universidades brasileiras.

Em poucas páginas, Carpeaux fazia uma breve análise das condições do escritor brasileiro, denunciando a quase inexistência de veículos de divulgação das produções dos autores nacionais, desprestigiados em seu próprio país. De acordo com ele, era imperativa a criação de revistas literárias, seguindo o exemplo das publicações estrangeiras que, na visão do autor, tinham papel destacado no desenvolvimento da literatura em países como França, Inglaterra e Estados Unidos. Carpeaux lembrava que a grande parte dos colaboradores destas publicações do exterior eram oriundos das universidades, verdadeiros “núcleos intelectuais” dos quais irradiava o movimento literário, o que contribuía, e muito, para afirmar perante a opinião pública o prestígio dos escritores, como membros de uma classe importante.²²⁹

²²⁵ Idem, p. 83-84.

²²⁶ Idem, p. 84.

²²⁷ Idem, p. 86-88.

²²⁸ CARPEAUX, Otto Maria. “Vida literária e vida universitária”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 284-288.

²²⁹ Idem, p. 285-286.

Portanto, as dificuldades enfrentadas pelo homem de letras no Brasil estavam vinculadas, sobremaneira, à falta de uma tradição universitária no país e, conseqüentemente, de revistas que divulgassem seus trabalhos e promovessem as críticas do que estava sendo produzido. Para Otto Maria Carpeaux, era necessário que a *vida literária* se aproximasse da *vida universitária*, não somente em favor do desenvolvimento da literatura nacional, mas também por melhorias nas condições do trabalho intelectual, tornando o escritor apto a exercer livremente sua função pública de “aprender e ensinar”.²³⁰

Estas propostas, se levadas a efeito pelos congressistas, poderiam, na opinião de Carpeaux, dar maior suporte as tarefas de importância imediata para o Congresso Brasileiro de Escritores, a saber: as “reivindicações de ordem material, tal como a de direitos autorais”; e as “reivindicações de liberdade completa de pensamento”. Para ele, estas demandas fundamentais do conclave só seriam plenamente atendidas mediante transformações mais profundas, entre as quais o aumento do prestígio público da classe dos intelectuais. A respeito destas sugestões, o parecer de José Honório Rodrigues foi bastante receptivo, fazendo indicação pela publicação da tese nos Anais.²³¹

Por outro lado, o escritor e professor Sílvio Júlio, representante da Academia Carioca de Letras, demonstrou contrariedade com as colocações de Carpeaux, referentes ao problema da universidade no Brasil. Segundo ele, o texto apresentado era uma “ofensa ao magistério”, pois não levava em conta o esforço de alguns poucos catedráticos em elevar o nível cultural do país. Sílvio Júlio lembrava das dificuldades materiais enfrentadas pelas instituições de ensino superior, que pouco recebiam, em vista do dinheiro que se perdia em cassinos, jogos e praias. Além disso, lembrava o orador dos empecilhos existentes no caminho daqueles que queriam ingressar nas faculdades, particularmente por não poderem arcar com as despesas dos cursos. Por estas razões, desprezadas por Carpeaux, é que Sílvio Júlio solicitava ao plenário que desconsiderasse a tese, tomando-a por “inócua” e “indigna de votação”.²³²

Menos radicais foram as intervenções de Jorge Amado e Wilson Martins, que solicitavam a inclusão nos Anais apenas da parte final da tese, que versava justamente sobre a criação de revistas literárias, uma vez que não estavam de acordo, tal como o relator, com a alegação de Carpeaux de que o congresso não deveria se ater a reivindicações do tipo “direitos autorais” e “liberdade de pensamento”. Crítico do espírito acadêmico que marcava algumas das declarações feitas até ali, Martins defendia as proposições da tese, na medida em

²³⁰ Idem, p. 286-288.

²³¹ Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945, p. 85.

²³² Idem, p. 85.

que elas cobravam o aperfeiçoamento do meio cultural brasileiro. Para ele, não havia motivo para os ataques feitos as propostas de Carpeaux.²³³

Esta proposta de publicação de apenas parte da tese, no entanto, não obteve êxito diante da aprovação pelo plenário da indicação feita por José Honório Rodrigues em seu parecer. A votação foi marcada por alguns tumultos, com a necessidade inclusive da realização de uma contra-prova para que fosse confirmada a decisão da assembléia. Logo após, conforme foi dito anteriormente, foram finalizados os procedimentos em torno do texto “Liquidação do Analfabetismo”, de Astrojildo Pereira e Dalcídio Jurandir.

O relator seguinte seria Lívio Xavier. Contudo, ele não estava presente, assim como seu primeiro revisor, Orlando Carvalho. Dessa forma, o encarregado da apresentação das três próximas teses foi Sérgio Buarque de Holanda, o segundo revisor. E o primeiro dos textos expostos foi “O estudante pobre em face da cultura”, dos autores José Lazarini e Irineu Stronger.

Segundo o parecer, a tese deveria ser rejeitada pelo congresso, por tratar a questão do acesso das classes inferiores à instrução secundária de uma forma “demasiado ingênua, para não dizer inocente”. Esta caracterização, no entanto, não foi bem aceita pelos outros membros da comissão, que reformaram a análise de Lívio Xavier, optando por destacar a falta de elementos novos de ordem prática no texto em questão. As propostas apresentadas pelos autores solicitavam, em linhas gerais, a “criação de ginásios oficiais gratuitos, com a redução das mensalidades nos estabelecimentos de curso ginásial, com as bolsas de estudo, com as de vagas gratuitas e com as bibliotecas nas fábricas”.²³⁴

Esta questão da gratuidade do ensino, aliás, foi destacada por alguns dos congressistas durante a discussão do parecer. Segundo Paulo Emílio Salles Gomes, um aspecto da tese estava sendo esquecido, particularmente a sua sugestão aos ginásios para que concedessem dez vagas gratuitas aos estudantes pobres. Sílvio Júlio, por outro lado, considerava que não deveria haver um número fixo para essas vagas, podendo existir um número maior delas, de acordo com as possibilidades de cada instituição de ensino. Postos em votação, tanto o parecer da comissão, como também a proposta de Sílvio Júlio – transformada em aditivo – foram aprovados.²³⁵

Sérgio Buarque de Holanda prosseguiu com a sua apresentação, levando ao plenário o segundo parecer de Lívio Xavier, referente à tese de Argeu Ramos e Mauro Alencar,

²³³ Idem, p. 85-86.

²³⁴ Idem, p. 88-89.

²³⁵ Idem, p. 89.

intitulada “Difusão de bibliotecas, elemento essencial da democratização da cultura”. De acordo com o relator, eram válidas as sugestões dos autores, em favor de que os congressistas apoiassem e propagassem, pelos mais variados meios, a idéia da disseminação do número de bibliotecas, uma vez que se tratava de uma iniciativa imprescindível a mais rápida democratização da cultura.²³⁶

O próprio autor, Argeu Ramos, que estava presente ao congresso na condição de membro da delegação maranhense, esclareceu que seu texto não era precisamente uma tese, mas “o resultado de uma observação apurada em torno do problema”. Dessa forma, o autor considerava que ainda eram necessários novos estudos sobre o assunto, concordando com o parecer de Lívio Xavier, que não pedia sua aprovação, tampouco sua publicação, mas apenas a recomendação das sugestões aos congressistas.²³⁷

O terceiro e último parecer apresentado por Sérgio Buarque fazia uma análise da tese de Édison Carneiro, “Estudos regionais”²³⁸. De acordo com o relator, a texto deveria ser publicado nos Anais do congresso, “por tratar-se de assunto de interesse geral qual a seja publicação mais sistemática e divulgação mais ampla das monografias de caráter regional que estudem do ponto de vista da sua formação particularista a história e a economia do Brasil”.²³⁹

De fato, a tese denunciava o descaso existente no país com relação aos estudos regionais, considerando que importantes trabalhos ficavam restritos às publicações científicas de tiragem inexpressiva ou às coleções particulares. Portanto, era imperativo, segundo Édison Carneiro, que fossem estimuladas as pesquisas nestas regiões, até então pouco conhecidas, como forma de melhor compreender as peculiaridades do Brasil, num processo de redescobrimto, que partia do “particular para o geral”. Nas palavras do autor, “com o estímulo aos trabalhos regionais, prestaríamos um excelente serviço às nossas letras, às nossas ciências e ao nosso conhecimento de nós mesmos”.

Apesar das ressalvas feitas pelo relator quanto à formulação do texto, as propostas de Édison Carneiro tiveram sua publicação aprovada pelo plenário, conforme indicação do parecer. Em seguida, foi realizada a apresentação da última tese apresentada a Comissão de Cultura: “Bibliotecas públicas”, de Carmen de Almeida.²⁴⁰

Conforme o parecer de Pompeu de Souza, o responsável pela apreciação do texto, a autora denunciava o abandono “criminoso” de uma biblioteca particular doada à cidade

²³⁶ Idem, p. 89-90.

²³⁷ Idem, p. 90.

²³⁸ CARNEIRO, Édison. “Estudos Regionais”. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 175-176.

²³⁹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 90.

²⁴⁰ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 90-91.

mineira de Lamin. Segundo Carmen de Almeida, apesar do número de cautelas e de zeladores, o patrimônio literário encontrava-se inteiramente desprotegido, acabando-se aos poucos, uma vez que, dos vinte mil volumes iniciais, apenas cinco mil restavam. Por não se tratar de uma tese, propriamente, o relator solicitou que o Congresso enviasse um protesto ao referido município, para que alguma providência fosse tomada a favor da preservação dos livros doados. Esta indicação, apesar da resistência de João Dornas Filho, que saiu em defesa da municipalidade, acabou por ser aprovada pelos congressistas.

Terminada as apresentações das teses encaminhadas a Comissão de Cultura, a Mesa chamou Lourival Gomes Machado, que procedeu a leitura das conclusões finais, para que estas fossem apreciadas pelo plenário:

- 1) O nível cultural do país é deficiente. Os meios atualmente empregados em sua melhoria são em geral inócuos e, por vezes, prejudiciais.
- 2) O problema da cultura depende diretamente, em sua solução, da organização social, econômica e política do país.
- 3) A elevação cultural pode ser alcançada por vários processos, dos quais o principal é o sistema de educação organizado pelo Estado. Recomendando-se, portanto, uma imediata reforma que o capacite a difundir um ensino livre das barreiras de sexo, raça, religião, posses econômicas ou credos políticos.
- 4) No combate ao baixo nível cultural do país devem ser utilizadas todas as forças disponíveis. Os escritores brasileiros arregimentam-se, desde já, para tal fim.
- 5) O 1º Congresso Brasileiro de Escritores recomenda a ABDE iniciar imediatamente trabalhos – dirigidos em cada seção por uma comissão permanente – no sentido de influir na modificação da organização atual, aproveitando as sugestões contidas nas teses aprovadas.²⁴¹

Estas conclusões foram aprovadas por aclamação, conforme a solicitação feita pelo congressista Paulo de Magalhães. Contudo, o professor Fernando de Azevedo solicitou um espaço para que fizesse algumas ponderações quanto aos trabalhos da comissão. Segundo ele, a questão da democratização da cultura não estava sendo encarada em conjunto, nem nos seus aspectos fundamentais. Para Azevedo, nenhum dos membros do congresso havia apresentado propostas específicas sobre este problema, “de importância capital” e “extremamente complexo”.

De acordo com ele, a democratização da cultura implicava “uma política democrática em geral e, em conseqüência, uma política democrática de educação e cultura”. Fernando de Azevedo lembrava aos congressistas a necessidade de que estes estivessem engajados na

²⁴¹ Idem, p. 91-92.

defesa de uma vida social “espontânea, borbulhante, diversificada”, no sentido de proporcionar ao país um maior número de pessoas diferentes. Para tanto, seria necessário a adoção de um Estado que tivesse a preocupação de fazer uma larga sondagem nas massas e atrair para as escolas todos os indivíduos, divididos entre instituições especiais de ensino, segundo as aptidões de cada um. Na visão de Azevedo, somente desta forma, ter-se-ia uma política democrática da educação.²⁴²

Sua crítica dirigia-se, fundamentalmente, à “vida social do tipo fascista”, que privilegiava a homogeneidade entre os indivíduos, dentro dos fins políticos do Estado. Assim, nas palavras de Fernando de Azevedo:

se em vez de um Estado organizado em bases democráticas, nós tivermos um Estado que tenha por objetivo uniformizar o indivíduo, como se fosse uma grande usina, à semelhança dessas salsicharias gigantescas, em que o porco entra numa extremidade, saindo noutra em forma de presunto, nós teremos uma política autoritária e aristocrática.²⁴³

Além disso, Azevedo destacava o fato de que o processo de democratização da cultura reclamava uma série de medidas econômicas, sociais e políticas – negligenciadas pelas teses apresentadas até aquele momento. Outro fator importante seria a “própria missão social do escritor” e o conceito que este fazia da cultura: “ou uma literatura de luxo, feita para divertir os ociosos, ou uma literatura em sentido social, que permita uma comunhão mais íntima entre os autores e o público, entre os criadores e as massas”.²⁴⁴

Em vista destas observações, onde ficavam claras as intenções de Fernando de Azevedo quanto à instituição de um Estado democrático e de uma participação mais ativa de seus confrades no processo de democratização da cultura, foi proposto ao plenário uma espécie de texto alternativo às conclusões apresentadas ainda há pouco. Este texto, que seria publicado dias depois, em 10 de fevereiro, no jornal *Folha da Manhã*, era assinado por Cruz Costa, Carlos Lacerda, Antonio Candido, Antônio Franca, Luis Martins “e outros” (não citados), além do próprio Fernando de Azevedo.

O PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES

²⁴² Idem, p. 92-93.

²⁴³ Idem, p. 93.

²⁴⁴ Idem, p. 93.

Considerando que à cultura incumbe o dever de se entregar inteiramente ao estudo, debate e solução dos grandes problemas do país e à defesa e ao amparo das classes que até hoje viveram privadas de seus benefícios;

Considerando que os métodos de produção se transformam não somente devido a causas econômicas, mas também a causas intelectuais, como as descobertas e invenções que nem sempre se originam quando as exige a situação econômica;

Considerando que o problema da democratização da cultura está intimamente ligado ao da criação de uma ordem social, mais justa e mais humana, em que haja igualdade de oportunidade para todos;

Considerando ainda que não é possível, nos trabalhos de um Congresso, fazer um juízo claro e exato sobre problemas tão numerosos e de complexidade crescente como esses que envolve a idéia de democratização da cultura;

sugere à Associação Brasileira de Escritores, como instituição de classe e a todos os escritores que a constituem, nas diversas unidades da Federação,

- 1) que todos cooperem na defesa do conceito da liberdade que julga cada homem como o meio do fim de si mesmo e, de forma alguma, como o meio do fim de outro homem e, em consequência, na defesa da liberdade de pensamento, de crítica e de cátedra indispensável a toda obra de cultura e de criação;
- 2) que sempre em todas as oportunidades se manifestem em defesa dos direitos e da dignidade da pessoa humana e dos valores da vida interior contra as tendências de domínio e absorção do indivíduo, capazes de reduzi-lo a um simples instrumento do poder político;
- 3) que, dentro do mais alto espírito de unidade nacional, reconheçam e defendam, como a mais favorável à vida intelectual em todas as suas manifestações, uma vida social democrática de tal modo organizada que permita e favoreça as diferenças individuais, de acordo com as aptidões de cada um, e uma multiplicidade de expressões culturais diversas;
- 4) que contribuam, por todos os meios de que possam dispor, e, portanto, com suas críticas, propostas e sugestões, para a reestruturação do sistema nacional de educação e de suas instituições escolares, em todos os graus de ensino, com espírito e em bases democráticas;
- 5) que, em particular, procurem promover e prestigiar quaisquer medidas, fragmentárias ou constituídas em sistema, e destinadas a facilitar seus diversos graus e a participação maior das massas na cultura, como entre outras, a gratuidade do ensino, em todos os graus, a expansão quantitativa das escolas, desenvolvimento do ensino rural, as missões culturais e técnicas, a multiplicação das bibliotecas públicas, fixas ou circulantes, as bolsas de estudos, e os cursos de férias, de conferências ou de extensão universitárias;
- 6) que se disponham sempre a apoiar e a estimular todas as iniciativas, particulares ou públicas, de viagens de estudos, de excursões culturais, ou de explorações científicas realizadas com o propósito de investigações regionais dos múltiplos e complexos aspectos da vida do sertão, do campo e da cidade, para estudar os problemas de nossas populações indígenas, sertanejas rurais e urbanas, e proporcionar à direção política do país as soluções que a ciência aconselha para esses problemas;
- 7) que, tendo na devida consideração, o papel importantíssimo que exercem ou são chamados a exercer a revista, o jornal, o livro, o teatro, o cinema e, sobretudo, o rádio, procurem animar por todos os meios possíveis e nas oportunidades que se oferecem, todos os esforços tendentes a aumentar a

eficiência e a dilatar a esfera de ação desses poderosos instrumentos de informação, de influência educativa e artística e de irradiação da cultura, nas mais diversas modalidades;

8) que, embora não se deva confundir agitação, propaganda e literatura como obra de arte e não seja possível atingir o escritor o máximo e sua força, na língua e no estilo, senão entregando-se, na plenitude da liberdade, à sua própria inspiração, tenham presente os escritores a idéia de que somente a literatura e a arte desempenham um papel social, servem à coletividade de seu tempo, e se alimentam e se renovam em contato com todas as camadas sociais, podem realizar uma comunhão fecunda entre o povo e os criadores culturais;

9) que considerem, pois, os escritores a função que lhes cabe ou que podem exercer no processo de democratização da cultura, o qual não se realiza somente, como se supõe, de fora para dentro, sob pressão de causas internas, (reformas e medidas de caráter econômico, social, político, escolar, etc.), mas pela força interna de criação e de renovação, de uma cultura de mandato social, enraizada na vida do povo, e alimentada nas suas tradições e lembranças, nas suas necessidades e nos seus problemas, nos seus sofrimentos e nas suas aspirações;

10) que apoiem e estimulem toda a literatura inspirada em nossa melhor tradição liberal como ainda a literatura moderna que se vem desenvolvendo há mais de vinte anos, no país, e com a qual, por mais achegado às fontes populares, na sua linguagem, no seu sentido social e pela compreensão da vida coletiva, nos seus aspectos fundamentais, se tem reduzido, entre nós, o divórcio entre o público e os escritores, entre o povo e os criadores da cultura.²⁴⁵

As propostas de Fernando de Azevedo foram bem recepcionadas por alguns congressistas, que não deixaram, contudo, de expor algumas opiniões acerca do que havia sido exposto. Lourival Gomes Machado, por exemplo, fez um breve esclarecimento sobre as conclusões da Comissão de Cultura, alegando que a falta de alguns temas fundamentais ao debate sobre a democratização cultural devia-se, antes de tudo, ao próprio caráter das teses apresentadas. Em seguida, Pedro Mota Lima – um dos signatários do texto – fez uma ressalva quanto a sua discordância com a forma liberal de organização do sistema cultural, afirmando a sua opção por modelos totalitários. Sua justificativa, contudo, para o apoio dado à proposta de Azevedo, estava no fato de que ele, sendo um socialista, firmaria qualquer documento contra os regimes nazi-fascistas. Enquanto isso, Astrojildo Pereira declarava que, apesar das suas restrições de ordem filosófica, ele estava perfeitamente de acordo com o conjunto das sugestões.²⁴⁶

Os dilemas em torno da democratização da cultura, bem como dos meios pelos quais esta seria concretizada compuseram, conforme se pôde observar, o grosso das preocupações demonstradas nas teses levadas à apreciação da comissão e do plenário. A importância de um

²⁴⁵ Idem, p. 93-95.

²⁴⁶ Idem, p. 95-96.

amplo trabalho de alfabetização, bem como de uma maior divulgação das produções artísticas, notadamente literárias, do país, foi alvo de intensos debates que, salvo em alguns casos, não caminharam para um discurso unitário, demonstrando mais explicitamente as discordâncias existentes no interior daquele grupo de intelectuais presentes ao congresso. Em torno destas questões, o *Correio Paulistano* publicaria, em 28 de janeiro, um interessante artigo no qual se fazia um balanço acerca dos debates realizados pelo plenário do congresso dos escritores, particularmente em torno do problema da “democratização da cultura”²⁴⁷.

O responsável pelo artigo considerava que a epígrafe ideal para o tema seria “a difusão da cultura”, uma vez que, aceitando-se a idéia de que a cultura poderia ser democratizada, admitia-se também um movimento inverso, qual fosse, a de “aristocratização da cultura”. O termo, portanto, deveria ser reformulado, a fim de que não houvesse maiores confusões quanto às intenções do congresso e que estas ficassem bem claras ao grande público, interessado que estava nos resultados práticos daquele conclave. E o articulista assim justificava a sua perspectiva:

Difundir a cultura, sim. Colocar a cultura ao alcance do maior número de cidadãos, sim. Fazer da cultura um bem comum, sim. São expressões que têm sentido. Difundir a cultura é, por exemplo, levar a todas as camadas sociais as vantagens e os benefícios do saber assimilado. É dar a todos os membros de uma sociedade, indistintamente, os meios de prover os espírito com idéias claras, frutos da observação pessoal ou da experiência alheia. “Só se sabe por condensação dos fatos em idéias – ensina o professor Fidelino Figueiredo. Os progressos da abstração, muito mais que os da técnica e os do anedotário, é que documentam o avanço da inteligência”.

Estas questões não estavam muito distantes daquelas defendidas pelos congressistas durante as suas reuniões. A premissa básica, em ambos os casos, estava em que se intensificasse o “fenômeno educacional” – por meio da alfabetização, por exemplo – como forma de promover ainda mais o “fenômeno literário”. Caso tal processo não fosse colocado em prática, o país continuaria assistindo a um movimento crescente de formação do que o articulista chamava de “aristocracia das letras”. O problema, portanto, dizia respeito a como realizar tal “democratização” ou “difusão” cultural, em um país sem um “aparelho educacional proporcional à população em idade escolar”. Neste sentido, dizia o articulista, era preciso que os escritores se batessem por um amplo trabalho de disseminação das escolas, como forma de diminuir a margem de analfabetos no Brasil, que já teria alcançado índices

²⁴⁷ “A democratização da cultura”. In: *Correio Paulistano*, 28 jan. 1945, p. 04.

próximos a sessenta por cento. Segundo ele, somente pela generalização da instrução é que se conduziria “à formação de uma cultura nacional indispensável”.

No que diz respeito à perspectiva de análise adotada por este trabalho, é importante que se destaque um elemento fundamental deste artigo que, apesar de ter sido colocado de modo sutil, reflete uma importante questão, que estaria por trás de grande parte dos discursos em prol da questão da alfabetização e da difusão da leitura, a saber: a promoção da literatura nacional, a partir da ampliação do público leitor. Deve-se atentar para o fato de que o conclave dos escritores visava, além das mudanças políticas – próprias do discurso elaborado em prol da união das várias dissidências existentes no seio da intelectualidade brasileira – uma melhoria nas condições econômicas daqueles que se dedicavam ao ofício das letras e, portanto, não se poderá pensar um discurso em prol da alfabetização descolado deste objetivo maior que era, sem dúvida alguma, aumentar o número de consumidores de *bens simbólicos*, especificamente os livros.

A própria defesa da liberdade e da democracia compunha parte deste discurso, uma vez que os intelectuais, por meio de suas obras escritas, poderiam exercer o seu papel de *guias* do povo, munindo-o de um arsenal de informações capaz de torná-lo resistente ao totalitarismo e à repressão. Dessa forma, a leitura das conclusões da Comissão de Cultura sugere a impossibilidade de se analisar, separadamente, as questões de democratização cultural, alfabetização, ampliação do público leitor, melhoria das condições materiais do escritor, democratização e o *papel social do intelectual*.²⁴⁸

4.2.3. A Comissão de Direitos Autorais

Os debates em torno das teses de Direitos Autorais eram aguardados com expectativa, conforme se pôde observar no capítulo anterior, dada a importância do tema para os fins almejados pela A.B.D.E., particularmente uma melhoria nas condições profissionais e, conseqüentemente, materiais dos escritores. Por essa mesma razão, o debate foi intenso em torno dos textos apresentados, com sugestões e questionamentos de parte a parte.

Deve-se atentar para o fato de que uma parcela significativa dos textos versava por questões de ordem legal, tratando de leis especificamente, referentes ao valor a ser pago pelas

²⁴⁸ Com o fim dos trabalhos da referida comissão, após serem feitas as devidas observações sobre a proposta de Fernando de Azevedo, a Mesa deu prosseguimento aos trabalhos da sessão plenária, anunciando o oferecimento de um *cock-tail* aos congressistas, pela Academia Paulista de Letras. Todavia, a “escassez de tempo” para o debate das teses das outras comissões impedia que todos os delegados pudessem estar presentes ao evento. Desta forma, foram nomeados alguns escritores para representarem o congresso: entre eles, estavam Homero Pires, João Dornas Filho, Antônio Rangel Bandeira, Paulo de Magalhães, Josué Guimarães e Sílvio Júlio.

editoras ao escritor e as formas de pagamento; as obrigações do editor para com o escritor, bem como do escritor para com o editor; sem esquecer a questão da queda da obra no *domínio público*. Além disso, houve teses que procuraram *moralizar* o exercício da crítica, no sentido de que se protegesse os autores de ataques meramente pessoais, sem que se tivesse feito a real análise de suas produções. Por fim, cumpre salientar a importância da tradução como elemento a ser considerado pelos congressistas, uma vez que alguns textos farão sugestões quanto a regulamentação da atividade do tradutor.

“Considerações sobre os direitos autorais”²⁴⁹, a primeira das teses analisadas, apresentava uma retrospectiva das mudanças ocorridas na legislação brasileira no que tangia às questões de propriedade intelectual e artística, desde o período imperial, até os dispositivos constitucionais do Estado Novo. O autor, Paulo Mendes de Almeida, considerava que a primeira manifestação de prestígio à autoria literária e científica, consubstanciada em lei expressa, tinha se dado em agosto de 1827, quando da criação dos cursos de ciências jurídicas e sociais em Olinda e São Paulo, em que os professores faziam a escolha dos compêndios das suas cadeiras, tendo direito exclusivo sobre os mesmos por durante dez anos.²⁵⁰

Em seguida, ele fazia uma série de referências às inovações do Código Criminal e também do Código Civil, demonstrando como a questão dos Direitos Autorais foi ganhando, gradativamente, espaço nos textos legais. Em relação ao primeiro, Paulo Mendes de Almeida dava especial atenção ao artigo 261, de 1930, no Título III da Parte Terceira, que tratava dos “Crimes contra a propriedade”, no capítulo relacionado ao “Furto”: este estabelecia o caráter exclusivo do direito de usufruto da obra por parte de seu criador, desde que brasileiro, por toda a sua vida, e aos herdeiros por mais dez anos após sua morte. Quanto ao segundo, o autor destacava a lei 3071, de janeiro de 1916, onde, pela primeira vez, a matéria teria sido codificada, por meio do Capítulo IV, do Título II (“Da Propriedade”), do Livro II (“Do direito das cousas”).²⁵¹

Além disso, Paulo Mendes de Almeida citava todas as referências feitas à questão da propriedade intelectual, científica e artística nas constituições brasileiras, desde aquela outorgada por D. Pedro I em 1824, passando pelas Cartas republicanas de 1891, 1934 e 1937. O autor afirmava que, ao contrário de suas antecessoras, o texto constitucional do Estado Novo havia proscrito os direitos autorais dentre os princípios institucionais do país.²⁵²

²⁴⁹ ALMEIDA, Paulo Mendes de. “Considerações sobre os direitos autorais”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 215-221.

²⁵⁰ Idem, p. 215.

²⁵¹ Idem, p. 215-216.

²⁵² Idem, p. 216.

Por último, o autor destacava os debates travados no campo do Direito Internacional, por meio de algumas convenções diplomáticas das quais o Brasil havia tomado parte. Entre as principais, Paulo Mendes de Almeida dava destaque às de Berna em 1886, de Paris em 1896, de Berlim em 1908, e de Roma em 1928. Além destas últimas, de caráter universal, havia outras duas, de importância limitada aos interesses interamericanos, como as do Rio de Janeiro, em 1906, e de Buenos Aires, em 1915.²⁵³

Feita essa breve apreciação das principais fontes legais do tema dos Direitos Autorais, o autor passava à sua tese propriamente dita. Segundo ele, era premente a necessidade de consolidação de uma lei única para o tema da propriedade intelectual e dos direitos do artista sobre sua obra. Esta urgência se explicaria pelas próprias mudanças no seio da sociedade, uma vez que, de acordo com o autor, haveria “um movimento incessante, de quase simbiose, entre o Direito e os fatos sociais”. Neste sentido, a evolução e o progresso teriam trazido “novas formas de comunicação do pensamento e de expressão artística”, multiplicando, inclusive, as potencialidades humanas “na sua função criadora de obras de arte ou ciência”. O florescimento das artes gráficas, impulsionadoras do mercado editorial, seria um dos exemplos destacados destas transformações que, por sua vez, demandavam uma legislação mais específica e menos fragmentada.²⁵⁴

Para tanto, o Congresso dos Escritores assumiria um papel essencial, justamente por reunir pessoas interessadas diretamente na questão. Segundo a orientação de Paulo Mendes de Almeida, os congressistas deveriam nomear uma comissão, em que figurassem conhecedores do Direito, e que ficasse encarregada de organizar um projeto de lei que reunisse as indicações vitoriosas nas votações plenárias. Em seguida, dar-se-ia conhecimento da proposta ao Governo, especificamente ao Ministro da Justiça, para que fosse submetida a estudo e decretada.²⁵⁵

O autor, pela sua posição de escritor e pessoa ligada à atividade jurídica, não poderia deixar de dar algumas sugestões ao projeto de lei que ele propunha. Entre elas, destacavam-se: a) “que falecido o autor de obra literária, artística ou científica, sem deixar herdeiros necessários, cônjuge não desquitado, ou sucessor por força de contrato, caia a obra imediatamente no domínio público”; b) “que em havendo tais herdeiros ou sucessores, se reduza o prazo atual de 60 anos para 30, quando a obra cairá no domínio público”; c) “que imponha, para edição das obras que caírem no domínio público, a obrigatoriedade de

²⁵³ Idem, p. 216-217.

²⁵⁴ Idem, p. 217.

²⁵⁵ Idem, p. 218.

pagamento de uma taxa proporcional a ABDE”; d) “que se entenda como registrada a propriedade literária de quaisquer artigos, quando publicados em jornais, revistas, etc, legalmente registradas”; e) “que independentemente desse ante-projeto e sua possível conversão em lei, desde logo o Congresso recomende aos tradutores só aceitem a tarefa de traduzir, mediante contrato escrito, em que se fixe a remuneração por tiragem da obra, sem que jamais seja feita a sessão definitiva dos direitos do tradutor sobre a tradução”.²⁵⁶

Todas estas propostas de Paulo Mendes de Almeida foram levadas ao conhecimento dos congressistas pelo parecer de James Amado, o relator da tese. Contudo, cada uma destas sugestões foi debatida individualmente, com intervenções específicas sobre cada uma das questões levantadas pelo autor do texto. Ao todo, Paulo Mendes de Almeida fazia seis indicações, sendo que a primeira não dava conta da elaboração de qualquer tipo de dispositivo legal, mas apenas solicitava que fosse criada uma comissão para o desenvolvimento do projeto de lei, tal qual foi dito ainda há pouco. Esta sugestão, aliás, estava prejudicada no entender de James Amado, uma vez que já havia sido constituído um grupo responsável pelas questões jurídicas do congresso.

Com relação às demais, vale destacar algumas intervenções interessantes, feitas durante os debates em torno da tese, e que tinham por intuito não apenas questionar as conclusões a que havia chegado o autor do texto, mas também complementá-las com outras idéias. Pela ordem das indicações levadas ao plenário, a primeira a ser alvo de alguns comentários foi justamente aquela que versava sobre a queda da obra no domínio público. De acordo com Carlos Lacerda, o primeiro dos congressistas a se pronunciar sobre o assunto, era fundamental que se pensasse no destino do produto gerado pelas edições destas obras, posto que a renda obtida pela comercialização das mesmas era revertida quase que inteiramente em favor das editoras. Segundo ele, o mais correto seria que uma parte desse dinheiro fosse utilizada em benefício de alguém ou de alguma coisa, como uma espécie de obra assistencial.²⁵⁷

O próprio Paulo Mendes de Almeida já vislumbrava uma destinação diferenciada destes dividendos, ao defender que houvesse um pagamento à A.B.D.E. pela edição das obras em domínio público. Obviamente, essa taxa não teria nenhum tipo de caráter assistencialista, com vistas a uma espécie de melhoramento social, salvo pelo fato de que estaria dando maior suporte financeiro a uma associação que tratava diretamente dos interesses dos escritores. Martins de Almeida, seguindo a mesma linha de pensamento do

²⁵⁶ *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 107-108.

²⁵⁷ *Idem*, p. 106.

colega, imaginava que pudesse ser criada uma Caixa de Assistência, onde seriam depositados estes pagamentos. No entanto, por considerar que ambas as propostas versavam sobre o mesmo assunto, o congressista deu preferência à sugestão da tese em discussão.²⁵⁸

Uma terceira intervenção seria feita em relação à queda de obras literárias no domínio público, particularmente pelo modo como elas eram utilizadas pelas editoras. Segundo Wilson Martins, muitos dos livros não tinham seus textos publicados na íntegra, uma vez que estavam sujeitos aos abusos de “editores inescrupulosos”, responsáveis por alterações de todo o tipo. Como solução para este problema, Martins sugeria, em forma de aditivo, que fosse instituída uma penalidade aos culpados por essa prática.²⁵⁹

Um aspecto a ser destacado, contudo, é o fato de que os anais do congresso não apresentam nenhum tipo de manifestação por parte dos escritores presentes ao evento, quanto ao registro da propriedade de artigos publicados em jornais e revistas. É importante lembrar que quase a totalidade dos delegados tinha algum tipo de participação nestes veículos de comunicação, fossem como jornalistas, colaboradores, colunistas, ou até mesmo chefes de redação. É possível que os membros do plenário estivessem satisfeitos com a indicação de Paulo Mendes de Almeida. Contudo, causa estranheza que um assunto de tamanha importância para os fins profissionais do congresso não tenha despertado qualquer comentário.

O item seguinte, porém, proporcionou um interessante debate em torno dos direitos autorais dos tradutores de obras estrangeiras. A recomendação de que os mesmos só aceitassem a tarefa de traduzir mediante contrato escrito, com remuneração fixa por tiragem da obra, causou indignação em alguns dos congressistas. Segundo Nelson Palma Travassos, “no jogo entre o escritor e o editor”, este último era forte demais para sujeitar-se à vontade daquele. Neste sentido, a sugestão apresentada pela tese de Paulo Mendes de Almeida revelar-se-ia inócua.²⁶⁰

O pessimismo demonstrado por Travassos em suas declarações demonstrava, claramente, o caráter delicado da questão em debate. O predomínio dos editores sobre os interesses dos escritores e tradutores constituía um problema da maior magnitude. Uma proposta paralela, de autoria do delegado gaúcho ao congresso, Raul Riff, dava mostras dessa preocupação. Para ele, era necessário que se aplicasse ao trabalho do tradutor a legislação dos direitos autorais, “com o pagamento imediato ao tradutor dos direitos autorais de tradução da

²⁵⁸ Idem, p. 108.

²⁵⁹ Idem, p. 109.

²⁶⁰ Idem, p. 108-109.

primeira edição da obra traduzida, mediante a apresentação do trabalho completo”. Em caso de não aproveitamento do livro ou da edição não ser integralmente vendida, o tradutor ficaria desobrigado de ressarcir a editora.²⁶¹

O escritor mineiro Ayres da Matta Machado Filho expressava sua preocupação quanto à forma como eram pagos os direitos autorais, afirmando que os editores faziam uma tiragem das obras muito maior do que a prevista, proporcionando prejuízos a escritores e tradutores, alheios a quantidade real do que foi publicado e, portanto, sem a noção exata do que tinham a receber. Por essa mesma razão, e para evitar maiores desmandos na relação com as editoras, Paulo Mendes de Almeida reafirmava a intenção de que todos os escritores, incluindo-se os tradutores, exigissem o cumprimento de um contrato por escrito, para que tudo ficasse “o preto no branco”.²⁶²

Finalizados os debates em torno da tese e de seu parecer, o Presidente da sessão solicitou que o plenário desse sua palavra final acerca do assunto, optando pela aprovação ou não das propostas discutidas até aquele momento. O resultado da votação foi favorável ao teor da tese, bem como ao aditivo feito por Wilson Marins, acerca de possíveis penalidades aos editores que promovessem alterações em obras caídas no domínio público. A respeito desta última sugestão, Carlos Lacerda acrescentava uma ressalva, lembrando que, em alguns casos, particularmente a preparação de textos clássicos para a leitura infantil, os congressistas não poderiam considerar como adulteração desonesta da obra, mas uma simples adaptação à linguagem das crianças.²⁶³

As propostas levadas a plenário logo a seguir, não diferiam, em essência, daquilo que estava sendo debatido até o momento. “O trabalho do tradutor na produção literária e na produção mercantil”, de Aristides Lobo, não apresentava grandes inovações, em vista do que já havia sido sugerido por Paulo Mendes de Almeida. De acordo com o parecer de Dinah Silveira de Queiroz – apresentado por James Amado – o texto poderia ser resumido em quatro pontos específicos, sendo que os três primeiros estariam prejudicados, por não constituírem nenhuma novidade no debate sobre os direitos autorais.²⁶⁴

As indicações eram as seguintes: 1) que os tradutores, independentemente da legislação em vigor, só aceitassem a incumbência da tradução mediante a assinatura de um contrato, onde estivesse estipulado o “pagamento de 10% sobre o preço de capa de cada volume”, além de “todos os detalhes concernentes à edição, tais como a respectiva tiragem, a

²⁶¹ Idem, p. 109-110.

²⁶² Idem, p. 110.

²⁶³ Idem, p. 111.

²⁶⁴ Idem, p. 112.

revisão das provas tipográficas, o prazo dentro do qual a edição permanecerá no mercado, etc.”; 2) que fosse feita uma sugestão ao Governo da República para que se criasse uma lei especial sobre os direitos do tradutor; 3) que fosse sugerida ao governo a publicação em volume, por meio do Instituto Nacional do Livro, “de todos os atos internacionais vigentes no Brasil sobre a propriedade literária e artística, assim como das leis e decretos respectivos”; 4) que uma terceira sugestão fosse feita ao governo, para que o Instituto Nacional do Livro recebesse a incumbência de “fiscalizar, com poderes para aplicação de multas, a fiel observância da legislação sobre os direitos do autor e do tradutor”.²⁶⁵

O Presidente da Mesa, seguindo as conclusões expostas no parecer da tese, encerrou os debates acerca dos três primeiros pontos do texto, por considerá-lo “matéria vencida”. Contudo, no que dizia respeito à última proposta, havia dúvidas sobre qual instituição deveria ficar responsável pelo referido trabalho de fiscalização: o Instituto Nacional do Livro ou a A.B.D.E. Martins de Almeida, o primeiro a se pronunciar, questionava o fato de que se atribísse atos do poder público a uma entidade civil, como a Associação Brasileira de Escritores. Para ele, o caso não estava relacionado à ação de uma autarquia, como a SBAT (Sociedade Brasileira dos Autores Teatrais), mas de um grupo que poderia ser dissolvido a qualquer momento, e que não estava sujeito a nenhum tipo de legislação especial. Por essa razão, a função de fiscalizar não poderia ser atribuída a A.B.D.E., por contrariar princípios de ordem legal.²⁶⁶

James Amado, no entanto, esclareceu que a questão já estava sendo debatida pelos membros da Comissão de Direitos Autorais, no sentido de que fossem concedidas prerrogativas especiais à associação dos escritores, tal qual a dos autores teatrais. Para o relator, os congressistas deveriam lembrar que as teses apresentavam apenas sugestões, sem nenhum efeito legal até aquele momento²⁶⁷. De fato, o que se estava debatendo em plenário eram alguns pontos que deveriam ser lembrados na confecção de um anteprojeto de lei, a ser formulado após o congresso. Esclarecida a questão, os congressistas passaram a votação daquele último item do texto de Aristides Lobo, tendo optado pela aprovação do mesmo.

“Os direitos autorais do jornalista”, de Ernesto Feder²⁶⁸, era a próxima tese pela ordem dos trabalhos. Em poucas páginas, o autor fazia a defesa do trabalho jornalístico, considerando que os profissionais do jornalismo deveriam gozar das mesmas prerrogativas

²⁶⁵ Idem, p. 112-113.

²⁶⁶ Idem, p. 113.

²⁶⁷ Idem, p. 113.

²⁶⁸ FEDER, Ernesto. “Os direitos autorais do jornalista”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 276-279.

legais de escritores e tradutores. Para tanto, ele apresentava um breve panorama das legislações vigentes em diferentes países do mundo, particularmente na Europa e nos Estados Unidos, todos mais ou menos influenciados pelas determinações da Conferência de Berna.

Neste sentido, o autor estabeleceu três grupos: o primeiro deles seria composto por Suíça, Países Baixos e Alemanha, que admitiam, em princípio, “a livre reprodução de publicações jornalísticas, a não ser que o artigo expressamente declarasse a reserva de direitos”; em segundo lugar estariam duas nações escandinavas, Suécia e Finlândia, que, na opinião de Ernesto Feder, apresentavam um progresso acentuado em suas leis de direitos autorais dos jornalistas, ao proibirem a reprodução de trabalhos jornalísticos, salvo nos casos de artigos econômicos, políticos e religiosos de atualidade, que não estivessem acompanhados de uma marca de reserva de direitos; e por fim, o terceiro conjunto seria formado por países como Estados Unidos, França, Itália e Bulgária, onde os direitos autorais dos jornalistas eram encarados em par de igualdade com os direitos autorais de escritores e tradutores, sem excluir da proteção qualquer espécie de publicação e sem depender da expressa reserva de direitos.²⁶⁹

As considerações seguintes do autor mostraram claramente a sua inclinação a favor deste último grupo, em particular por sua defesa à tese da absoluta igualdade dos direitos autorais jornalísticos e dos direitos autorais gerais. Ernesto Feder afirmava que a proteção deveria ser irrestrita, não podendo haver exceções à regra, nem mesmo em casos de artigos econômicos e políticos de atualidade, como no caso sueco e finlandês. Segundo ele, as idéias explícitas nestes textos poderiam ser divulgadas sem qualquer espécie de empecilho, desde que não houvesse uma simples reprodução dos artigos. Em outras palavras, quem pretendesse adotar um pensamento encontrado em outro jornal, não poderia apossar-se, “sem esforços e despesas”, do bem literário de outra pessoa²⁷⁰. Como forma de solucionar este impasse, o autor fazia a seguinte sugestão:

Artigos sobre questões políticas e econômicas de atualidade podem, a não ser que o artigo expressamente declare a reserva de direitos, ser reproduzidos à condição do pagamento usual. Quem pretende admitir a reprodução incondicional dos seus artigos, pode fazer reconhecê-lo pelo nota: “Reprodução permitida”.²⁷¹

Marques Rebelo, o relator da tese, fez uma indicação favorável à reivindicação de Ernesto Feder, considerando, contudo, que em caso de desinteresse do jornalista pela

²⁶⁹ Idem, p. 276-277.

²⁷⁰ Idem, p. 277-278.

²⁷¹ Idem, p. 279.

remuneração, esta fosse paga à A.B.D.E. Finalmente, o parecer propunha a inclusão do texto nos Anais do congresso, aprovada prontamente pelos membros do plenário que, mais uma vez, não se pronunciaram acerca do tema.²⁷²

A tese seguinte era assinada pelo professor Manoel Rodrigues Ferreira e dava conta das dificuldades enfrentadas pelos estudantes de engenharia no Brasil, particularmente quanto à obtenção de livros técnicos em língua portuguesa. Segundo o autor, havia um claro inconveniente no fato de que a formação cultural dos engenheiros brasileiros estivesse pautada em fontes de origem estrangeira, devendo-se, portanto, adotar uma política de tradução destas obras, tal qual teria ocorrido na Espanha. Para tanto, seria necessária a fundação de novas escolas de engenharia no país, como meio de incentivar a produção e o comércio destas obras, uma vez que o público consumidor sofreria uma expansão.²⁷³

No entanto, o apelo feito por Manoel Rodrigues Ferreira não sensibilizou o responsável pela análise do texto, o delegado mineiro Francisco Inácio Peixoto, que considerou “Livros técnicos para o estudante de engenharia no Brasil” uma tese “mal formulada, sem conclusões práticas, não só estranha à competência da Comissão de Direitos Autorais, como às próprias finalidades do Congresso”. Por essas razões, optou-se pela rejeição unânime da proposta.²⁷⁴

“Direitos Autorais”, de Omer Mont’Alegre²⁷⁵, foi o próximo texto a ser apresentado. Tratava-se, como fica demonstrado em suas poucas páginas, de algumas sugestões ao melhoramento das condições profissionais do escritor. O autor parte do princípio de que escrever, “fazendo ficção, divulgação ou técnica”, assumia entre os homens de letras as reais características de uma profissão. Neste sentido, teria sido quebrada aquela imagem de um indivíduo diletante, a partir da compreensão da importância econômica e social do homem que escrevia para ser lido²⁷⁶. Como contribuição ao debate referente aos direitos legais dos escritores, Mont’Alegre fez algumas sugestões ao congresso, abordando temas como a relação entre os autores de livros e seus consumidores, a inalienabilidade da propriedade literária, a extinção do domínio público, e a questão dos tradutores.

De acordo com o texto, o desenvolvimento do público leitor não acompanhava a evolução da literatura brasileira, diagnosticada na qualidade e na quantidade de suas produções. Essa discrepância, contudo, deveria ser solucionada por uma ação do próprio

²⁷² Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 113-114.

²⁷³ Idem, p. 114.

²⁷⁴ Idem, p. 114.

²⁷⁵ MONT’ALEGRE, Omer. “Direitos Autorais”. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 269-275.

²⁷⁶ Idem, p. 269.

escritor, por meio de um estudo que permitisse aos autores produzirem obras adequadas a diferentes tipos de consumidor. Nas palavras de Omer Mont'Alegre,

ao editor, que no caso é o industrial e com muito mais razão o produtor, cumpre selecionar, dividir o público pelas suas tendências de cultura e recursos econômicos, e atender a cada um dos grupos com os produtos ao seu alcance. O produtor impõe a mercadoria e esta se impõe pela sua qualidade. O conceito de qualidade, porém, está sujeito ao consumidor.²⁷⁷

A conquista do público era fundamental para o escritor, uma vez que sua economia dependia diretamente da divulgação e da venda de suas obras. Assim, não se poderia pensar nas questões de ordem legal da profissão, sem que antes o homem de letras tivesse garantido o consumo daquilo que produzia. Uma vez solucionada essa questão, restava-lhe garantir os direitos sobre suas criações.

Mont'Alegre considerava alguns pontos problemáticos, mas que já haviam sido abordados em teses anteriores. Em primeiro lugar, o autor considerava que a propriedade literária deveria ser inalienável. Assim, em hipótese alguma o escritor deveria ceder todos os direitos de uma determinada obra a um editor ou qualquer outra entidade. Citando um projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados da França, no primeiro semestre de 1939, Mont'Alegre afirmava que “a obra é o próprio autor que a concebeu, suas idéias, seus sentimentos” e que, portanto, ela está “ligada ao autor de tal maneira que não é possível dissociar-se uma coisa da outra”.²⁷⁸

A venda integral destes direitos poderia privar o autor e sua família de rendas futuras que a obra pudesse gerar. Mont'Alegre fazia tal afirmação, baseando-se em exemplos históricos, tais como os de Flaubert e Stendhal, que teriam vendido os direitos absolutos e exclusivos de livros como “Madame Bovary” e “O Vermelho e o Negro”, por muito menos do que eles valeriam anos mais tarde²⁷⁹. Com vistas a evitar que essa prática se perpetuasse, privando escritores e familiares dos lucros obtidos com o comércio das obras, o autor da tese fazia algumas sugestões aos congressistas, entre as quais: que se defendesse a paternidade e o ineditismo da obra; que a obra não pudesse, em hipótese alguma, ser penhorada; e que, em caso de morte do escritor, os direitos da obra fossem transmitidos “a executores individuais ou coletivos, designados especialmente”, “aos herdeiros legítimos ou testamentários”, “ao

²⁷⁷ Idem, p. 270.

²⁷⁸ Idem, p. 271.

²⁷⁹ Idem, p. 271.

Estado, que o exercitará pelo órgão do Ministério Público”, “às instituições literárias ou artísticas”, ou “a qualquer que vele pela intangibilidade da obra e pela reputação do autor”.²⁸⁰

Acerca deste último aspecto, Mont’Alegre levantava uma segunda questão problemática, a saber, a queda da obra no domínio público. No seu entender, essa prática deveria ser extinta, tal qual era executada até então. Apelando novamente às propostas de reforma apresentadas aos deputados franceses em 1939, o autor lembrava o fato de que o maior rendimento da obra literária vinha após a morte do escritor. Dessa forma, o melhor modelo a ser adotado seria o de um “domínio público pagante”, ou seja, passados os 60 anos em que a obra ficaria nas mãos dos herdeiros do autor, “a propriedade literária reverteria ao patrimônio nacional que cobraria pelos respectivos direitos uma taxa de ‘fundo de cultura’”.²⁸¹

O assunto poderia ficar em mãos do Instituto Nacional do Livro, que delegaria poderes à Associação Brasileira de Escritores para administrar. A taxa de cessão deveria ser fixada em 50 % da cobrada para os livros sob o controle dos autores ou seus sucessores, o que viria representar 5% sobre o preço da capa; as cessões poderiam ser feitas simultaneamente a diversos editores que, por seu turno, se obrigariam a fazer 80% das tiragens em edições populares da obra integral.²⁸²

A A.B.D.E. teria direito a uma porcentagem do dinheiro recolhido com a edição e venda das obras, sendo que o restante do dinheiro deveria ser investido na fundação de bibliotecas e escolas, obedecendo aos princípios de democratização da cultura. O autor da tese lembrava, ainda, que a exploração destas obras nada custava aos editores que, muitas vezes, utilizavam-se do mesmo expediente com relação aos textos estrangeiros, aproveitando-se de traduções realizadas por outras pessoas, sem atentarem que os direitos do tradutor eram os mesmos dos escritores.²⁸³

Na opinião de Omer Mont’Alegre, eram raros os tradutores que tinham a noção exata dos seus direitos. Ao ceder o resultado do seu trabalho ao editor, o responsável pela tradução não tinha nenhum tipo de participação nos lucros obtidos pelo comércio da obra, o que se tornava mais grave na medida em que muitas delas alcançavam amplo sucesso de público, com a venda de milhares de exemplares. Como forma de solucionar estas dificuldades pelas quais passavam os profissionais da tradução, Mont’Alegre defendia que, tal qual o escritor, o

²⁸⁰ Idem, p. 272-273.

²⁸¹ Idem, p. 273-274.

²⁸² Idem, p. 274.

²⁸³ Idem, p. 274.

tradutor poderia e deveria reservar os direitos sobre suas traduções, incorporando-as ao seu patrimônio e fazendo cessões limitadas.²⁸⁴

Estas preocupações do autor, contudo, não parecem ter despertado grande simpatia por parte dos membros da Comissão de Direitos Autorais. Segundo o parecer de Francisco Inácio Peixoto, a maior parte das sugestões do autor estava prejudicada, ora por se tratarem de questões já citadas anteriormente, ora por já serem previstas na legislação vigente. Convenientemente, as duas únicas conclusões do texto apresentado que foram aprovadas pelo parecerista eram aquelas que delegavam poderes de fiscalização e cobrança de taxas à A.B.D.E., com uma pequena modificação, no sentido de que o dinheiro arrecadado com a venda das obras caídas em domínio público, fosse revertido em assistência social ao escritor, e não em favor de bibliotecas e escolas, tal qual a proposta original. Dessa forma, ao invés da aprovação da tese, o relator fez uma indicação pela publicação da mesma nos Anais do congresso, prontamente confirmada pelos congressistas.²⁸⁵

A apresentação seguinte foi feita por um segundo representante mineiro ao congresso, o escritor Oswaldo Alves, que expôs um breve parecer acerca do texto “Da remuneração compulsória e do Direito Autoral extensivos a artigos técnicos em revistas especializadas”, de Tarcizo Leonce Pinheiro Cintra. Em linhas gerais, o autor fazia um apelo aos colaboradores de determinados tipos de publicações – assuntos médicos, odontológicos, jurídicos, etc. – para que estes cobrassem uma justa remuneração por seus serviços.

Em seu relatório, Oswaldo Alves esclarecia, inclusive, que não poderia haver diferença no tratamento oferecido às colaborações literárias e às colaborações técnicas e científicas. Assim, a veiculação de artigos em revistas especializadas só poderia ser feita mediante o pagamento aos seus autores. Esta sugestão, aliás, foi levada ao plenário que, por sua vez, deu-lhe a aprovação. Vale lembrar que um grande número de escritores presentes ao evento tinham formação em áreas consideradas “técnicas e científicas”. Por essa mesma razão, não é de se estranhar o fato de que os congressistas fossem simpáticos à proposta submetida à votação.²⁸⁶

Antes, porém, que fosse dado prosseguimento ao trabalho com as teses, foram lidas duas indicações, apresentadas à Mesa de última hora. A primeira delas, de autoria do escritor Aristides Lobo, versava sobre “O conteúdo mistificador do conceito de domínio público”. Utilizando-se de argumentos simples e extremamente interessantes aos objetivos do

²⁸⁴ Idem, p. 275.

²⁸⁵ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 114-115.

²⁸⁶ Idem, p. 115-116.

congresso, o autor defendia que a idéia de um *domínio público* respondia única e exclusivamente aos anseios da classe dominante, neste caso, representada pelos donos de editoras. Na sua visão, este dispositivo legal dava amparo a um processo de exploração, onerando aqueles que realmente tinham direito aos lucros gerados pela edição e venda de obras literárias. Por se tratar de um texto sucinto, vale a pena reproduzi-lo na íntegra:

É natural que toda classe dominante apresente os seus próprios interesses como sendo os da totalidade do povo. Não basta a força das armas para manter a posse dos meios de produção e de troca. A conquista das consciências, através da concepção de um “direito” e de uma “justiça” que existiriam acima das classes, é talvez o fator mais importante para que os explorados não se rebelem contra os exploradores. Vemos, em nossa época, de que maneira a chamada “opinião pública” representa, na realidade a opinião da burguesia, com todas as contradições iminentes ao modo de produção capitalista. A partir de meados do século passado, uma vasta literatura científica tem sido publicada sobre o assunto, e não é este o lugar para uma recapitulação teórica. Mas, é fácil compreender, pelo simples exame dos exemplos já fornecidos pela experiência, como certas expressões de uso corrente refletem às maravilhas, na dinâmica social, os interesses da classe detentora do poder. Encontra-se nesse caso o conceito de “domínio público”, não menos mistificador que o de “opinião pública”. Introduziu-se na sociedade, sobretudo na “alta” sociedade, o hábito de dizer-se que determinada produção literária ou artística *entrará em domínio público* no instante em que, esgotado um certo prazo legalmente estabelecido, puder ser reproduzida e vendida livremente, por qualquer particular, sem pagamento de direitos autorais que antes lhe correspondiam. Ora, isso significa, nada mais e nada menos, que apenas um reduzido grupo de cidadãos, isto é, os editores, terão a faculdade de reproduzir e vender: o “domínio público” se converte, na realidade, em *domínio dos editores*. A propriedade privada da obra não faz senão mudar de mãos, com prejuízo da família do autor. A igualdade perante a lei é completamente inútil sem uma outra igualdade de fato que é a igualdade econômica. Como esta não existe, aquela só é efetivada para um pequeno grupo. Por que não aplicar o direito de herança à propriedade literária e artística, se tal direito tem aplicação em qualquer outra espécie de propriedade? O ideal seria, naturalmente, que todo escritor tivesse a sua subsistência assegurada por uma atividade que não fosse propriamente a literária, a fim de que esta não corresse o risco de se mercantilizar, de se tornar objeto de venda e, conseqüentemente, de estimular uma espécie de prostituição espiritual. Trata-se, porém, de um ideal ainda muito longínquo. Por enquanto, devem os escritores tomar conhecimento da realidade ambiente e defender os interesses de acordo com as leis do mercado. Em lugar de se pleitear este ou aquele prazo para que a obra caia em domínio público, o que se deve fazer, no interesse geral dos escritores, é exigir que tal jamais aconteça sob o regime da propriedade privada. A família do escritor tem tanto direito de ver assegurados os seus interesses quanto as demais famílias de grandes ou pequenos proprietários de fábricas ou de terras. Se o escritor não deixa descendentes, parece justo que seja uma associação de escritores a sua herdeira. Eis porquê se me afigura razoável pedir que o I Congresso Brasileiro de Escritores não se converta por uma compreensão inadequada de problema em órgão dos editores, isto é, exatamente dos que já possuem o privilégio de acumular a mais-valia

resultante da exploração do trabalho literário e artístico. Enquanto vivemos sob o império do modo de produção capitalista, devemos reclamar a perpetuidade dos direitos autorais e a sua transferência, exclusivamente, aos herdeiros do autor, os quais serão os seus descendentes diretos ou, na falta destes, os escritores organizados em associação. Afora essa alternativa, só é admissível que o editor seja proprietário definitivo da obra literária quando esta lhe tenha sido transferida mediante venda regularmente feita pelo autor. Não esqueçamos que somos ainda escravos da oferta e da procura. Somos forçados a agir em conformidade com essa lei todo poderosa. Saibamos aplicá-la em nosso próprio benefício. Torna-se, pois, a A.B.D.E., como entidade que representa interesses comuns, o único órgão editor de todas as obras que já caíram em domínio público. É o mínimo que se pode pleitear desde logo. Eis aí mais um caso em que se patenteia a justiça da opinião de Sérgio Milliet sobre as finalidades do Congresso: resolver questões de ética em primeiro lugar... de ética ainda em segundo, terceiro, quarto e último lugares.²⁸⁷

O claro teor marxista das observações de Aristides Lobo é apenas um dos elementos destacáveis do texto. A questão sintomática desta indicação é o fato de que, pela segunda vez, era feito um questionamento explícito à manutenção do domínio público. No entanto, ao contrário da solução proposta por Omer Mont'Alegre, que solicitava a criação de um *domínio público pagante*, com benefícios ao processo de democratização da cultura (criação e manutenção de escolas e bibliotecas), o autor do texto acima defendia que os direitos sobre a obra literária ficassem nas mãos dos familiares e descendentes ou, no caso da não existência destes, sob a responsabilidade de uma associação de escritores, tal qual a A.B.D.E. Esta proposta, seguindo determinação da Mesa, foi encaminhada à comissão responsável pela elaboração do anteprojeto de lei dos Direitos Autorais.

A indicação seguinte foi exposta por Marques Rebelo, e dizia respeito a uma carta de Levy Carneiro, endereçada ao Presidente da Associação Brasileira de Escritores, Aníbal Machado, e cujo relator havia sido Clóvis Ramallete, ausente à sessão. Em poucas linhas, o remetente agradecia um ofício recebido dois meses antes, em que lhe era solicitado um trabalho sobre direitos autorais para o Congresso dos Escritores, desculpando-se, contudo, pelo fato de não ter apresentado os resultados a tempo. Porém, para que o pedido de perdão lhe fosse facilitado, o autor da carta apresentou uma breve sugestão, afirmando que esta poderia ser mais útil do que um “estudo doutrinário sobre os complexos problemas dos direitos autorais”: segundo ele, o congresso deveria recomendar a A.B.D.E. “que fizesse organizar por uma comissão idônea, uma fórmula-padrão para os contratos de edição, que seria comunicada a todas as seções da associação”.

²⁸⁷ Idem, p. 116-117.

No entender de Levy Carneiro, a proposta se justificava, na medida em que muitos escritores se deixavam “enleiar ou espoliar irremediavelmente” nos termos contratuais firmados com as editoras. De acordo com o parecer lido em plenário, tratava-se de um tema de relevante importância no que se referia à “regularização das praxes comerciais da vida profissional do escritor”, tendo o autor sugerido “medidas de fácil aplicação e de proveitos fecundos”. Por estas razões, o relator era favorável a sua aprovação pelo plenário, que o atendeu prontamente.²⁸⁸

O próximo relator a apresentar suas conclusões foi o delegado gaúcho ao congresso, Marcos Iolovitch, responsável pela análise do texto de Tito Lívio Ferreira, intitulado “O escritor em face das exigências econômicas da vida”. Segundo o parecer lido aos congressistas, o autor da tese versava sobre a necessidade de que fossem defendidos os interesses do trabalhador intelectual, sem, contudo, indicar os meios pelos quais isso poderia ser feito. Por essa mesma razão, o parecerista concluiu pela rejeição da proposta.²⁸⁹

Casemiro Fernandes, outro representante do Rio Grande do Sul ao evento, foi o relator do texto seguinte, “O uso dos *flans* importados nas publicações nacionais”, de Vicente Guimarães. Segundo o parecer, a tese propunha “a regulamentação dos *flans* importados nas publicações nacionais, tendo em vista a defesa dos interesses dos escritores e desenhistas brasileiros”, muitas vezes prejudicados pelo uso abusivo que as revistas infantis publicadas no país faziam daquele material vindo de fora. Apesar de concordar com as indicações do autor do texto, Casemiro Fernandes considerava que o tema não era adequado ao debate sobre direitos autorais, mas às questões de ordem cultural, e que, portanto, competia à Comissão de Cultura debater o assunto. Todavia, pelo fato de que os trabalhos da referida comissão já haviam sido finalizados, optou a Mesa por encaminhar a tese à Comissão de Redação. Antes, porém, deveria haver o consentimento do plenário que, por sua vez, foi palco de uma intensa discussão acerca de nacionalismo e a influência dos heróis infantis norte-americanos nas mentes das crianças brasileiras.²⁹⁰

O primeiro a se pronunciar foi Milton Pedrosa, que fez severas críticas às propostas de Vicente Guimarães. Na sua opinião, por ser proprietário de uma publicação infantil, o autor da tese era movido por interesses meramente comerciais, ao sugerir que fossem feitas restrições à entrada de *flans* importados no Brasil. Segundo Pedrosa, uma das prerrogativas principais do congresso era justamente a livre circulação de idéias, ou seja, o intercâmbio cultural que, por

²⁸⁸ Idem, p. 117-118.

²⁸⁹ Idem, p. 118.

²⁹⁰ Idem, p. 118-119.

sua vez, não poderia sofrer nenhum tipo de intervenção. Para ele, tratava-se de uma sugestão extremamente nacionalista, pautada em um “mau nacionalismo”.²⁹¹

Um aparte sugeria que, diante do parecer apresentado e do que havia sido exposto por Pedrosa, a tese fosse rejeitada “in limine”. Contudo, o assunto renderia novos debates. Carlos Lacerda, por exemplo, afirmava haver questões mais importantes, para além dos fatores meramente nacionalistas e/ou comerciais. De acordo com ele, não poderia haver qualquer tipo de pensamento contrário à importação de qualquer tipo de material gráfico. No entanto, Lacerda concordava com a idéia de que a divulgação de histórias como as do “Fantasma” e do “Super-Homem”, contribuía sobremaneira para a “deformação sistemática da mentalidade infantil” e, neste sentido, a utilização de *flans* vindos do exterior tinha algo de nefasto. E concluía: “A verdade é que estamos importando veneno para nossas crianças”.²⁹² Esta perspectiva, aliás, retomava as observações de Lúcia Miguel Pereira em sua tese “Literatura Infantil”²⁹³, acerca dos perigos advindos da leitura de histórias em quadrinhos norte-americanas pela juventude do país.

Ayres da Matta Machado, o orador seguinte, mostrou-se indignado com as insinuações de que seu colega pela delegação de Minas Gerais tivesse escrito o texto por interesses mesquinhos, meramente comerciais. Mesmo considerando a proposta nacionalista (em menor grau do que consideravam os confrades que o precederam), ele não vislumbrava o nacionalismo como uma coisa “nefanda”. Segundo Machado, o que estava em jogo era justamente o melhoramento do “teor moral e educativo das revistas” e, por essa mesma razão, não se poderia desconsiderar as observações de Vicente Guimarães. Para ele, a tese não sugeria a simples restrição à importação de materiais estrangeiros, mas que fosse colocada em questão a própria formação da mocidade brasileira.²⁹⁴

A discussão estava longe do fim, e os ânimos começaram a aflorar. Nelson Palmas Travassos fez uma intervenção incisiva, com um certo ar de ressentimento. Dizia ele que já havia discutido o tema pela imprensa, tendo formado opinião acerca do assunto. No seu entender, a introdução intelectual dos Estados Unidos no Brasil representava um grande perigo. Justificava-se, dizendo que tal prática era feita de maneira criminosa, uma vez que os norte-americanos não permitiam, em hipótese alguma, que se exportassem livros de autores

²⁹¹ Idem, p. 119-120.

²⁹² Idem, p. 120. As observações de Lacerda no Congresso dos Escritores também seriam destacadas por Gonçalves Junior em seu livro sobre a entrada dos quadrinhos no Brasil (ver SILVA JUNIOR, Gonçalves. *op. cit.*, pp. 120-121).

²⁹³ Ver PEREIRA, Lúcia Miguel. “Literatura Infantil”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores*, pp. 322-326.

²⁹⁴ Idem, p. 120.

brasileiros, em inglês, para o seu país. Em contrapartida, os brasileiros deveriam importar as obras produzidas por aqueles, que alegavam não haver meios de transporte para as máquinas utilizadas na impressão das publicações. Com relação à importação de *flans*, sua declaração causou alvoroço: afirmava que, neste caso, era mais adequado que se comprassem as máquinas no exterior, haja visto que, se os brasileiros eram incapazes de uma cultura própria, que abdicassem da sua qualidade de homens livres²⁹⁵. A reação foi imediata, conforme os registros contidos nos Anais do congresso:

APARTE – Nós temos no Brasil um grupo intelectual que na minha opinião é superior aos americanos do Norte.

APARTE – Não nos deixemos dominar por nenhum estrangeiro.

CARLOS LACERDA – Os Estados Unidos têm máquinas. Compete aos industriais brasileiros importá-las. (*Tumulto.*)²⁹⁶

Dionélio Machado, procurando dar bases às primeiras observações feitas por Carlos Lacerda, e apoiando-se na sua formação como médico psiquiatra, lembrou o caso do suicídio de um menor, em Porto Alegre, possivelmente sugerido por uma gravura na revista do “Vingador”. Já Etienne Filho declarava o seu apoio à proposta de Vicente Guimarães, considerando que, acima de tudo, dever-se-ia levar em conta os interesses de desenhistas e escritores brasileiros, os maiores prejudicados com a importação dos *flans*. Orlando Carvalho, contudo, reafirmava os valores da liberdade de imprensa, considerando que não poderia convir com as idéias restritivas propostas na tese em debate.²⁹⁷

Finalmente, os trabalhos voltaram à normalidade e a passou-se ao processo de votação do parecer. Uma vez que a conclusão do relator estava prejudicada, por já estarem finalizados os trabalhos da Comissão de Cultura, duas outras indicações foram levadas ao plenário. A primeira solicitava a rejeição “in limine” do texto, o que foi negada pelos congressistas; a segunda, por sugestão da própria Mesa, propunha o encaminhamento da tese à Comissão de Redação, com a qual concordou quase todos os membros votantes, exceção feita ao voto contrário de Milton Pedrosa.²⁹⁸

As duas apresentações seguintes também ficaram a cargo de Casemiro Fernandes. “Cobrança do Direito Autoral”, de Paulo de Magalhães, apresentava algumas sugestões sobre o tabelamento dos direitos autorais. Por se tratar de uma proposta de ordem legal, o relator fez

²⁹⁵ Idem, p. 121.

²⁹⁶ Idem, p. 121.

²⁹⁷ Idem, p. 121.

²⁹⁸ Idem, p. 122.

uma indicação no sentido de que o texto fosse enviado ao grupo responsável pelo anteprojeto. Antes da votação, porém, o autor da tese fez uma breve intervenção, relatando os fatos marcantes do cock-tail oferecido pela Academia Paulista de Letras aos membros da A.B.D.E., ao qual ele estava presente, enquanto representante dos congressistas. Além disso, Paulo de Magalhães considerou a necessidade de que a Associação dos Escritores assumisse o papel de delegada dos interesses dos homens de letras, tal qual a SBAT em relação aos autores teatrais.²⁹⁹

Tendo sido aprovado o seu primeiro parecer, Casemiro Fernandes passou a tese seguinte, “Livro, economia e cultura”, de Renato Castelo Branco. Segundo o relator, o texto sugeria “uma série de providências, a serem tomadas para a defesa dos escritores, barateamento e divulgação do livro”. Por não se tratar de assunto pertinente aos fins da Comissão de Direitos Autorais, Fernandes propôs que a tese fosse levada à Mesa, para que lhe fosse dado o correto encaminhamento.³⁰⁰

A delegada baiana Alina Paim foi a relatora responsável pela apresentação do texto de Haydée Nicolussi, intitulado “Literatura Profissional”³⁰¹. Em síntese, a autora fazia um retrato breve das condições de trabalho do escritor, considerando algumas possibilidades para o melhoramento do meio literário brasileiro. Sua crítica atingia diretamente as disputas, muitas vezes desleais, que atravancavam o processo de profissionalização dos homens de letras do país e, logicamente, colocavam em xeque a suposta consciência de classe demonstrada no congresso da A.B.D.E. Neste sentido, a definição dos interesses profissionais do grupo dos escritores passava diretamente por uma resolução das rivalidades entre os mesmos. Em certa medida, o que Nicolussi solicitava era a moralização das relações entre os intelectuais, notadamente por parte daqueles que realizavam o trabalho crítico das obras. Na opinião da autora, a crítica estava sendo realizada de maneira a atravancar a carreira de muitos escritores, uma vez que os posicionamentos políticos e as relações pessoais eram colocados à frente dos valores artísticos.³⁰²

Além destas questões, Nicolussi enumerava dois outros problemas a serem levados em consideração pelos congressistas. Tratava-se das dificuldades existentes na relação entre autores e editores, além da necessidade da criação de uma “carteira profissional do

²⁹⁹ Idem, p. 122-123.

³⁰⁰ Idem, p. 123.

³⁰¹ NICOLUSSI, Haydée. “Literatura Profissional”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945*, p. 259-268.

³⁰² Idem, p. 259-260.

escritor”³⁰³. Cada um destes setores foi tratado separadamente pela autora, que lhes dirigiu sugestões específicas.

Acerca do “intercâmbio” entre escritores e os proprietários de editoras, Haydée Nicolussi fazia três proposições. A primeira delas dizia respeito à obrigatoriedade de um contrato escrito, como garantia dos interesses de ambas as partes no ato da edição de uma obra. Além disso, a autora sugeria que se regulamentasse “a questão do usufruto da herança literária”, bem como a instituição de multas e penalidades àqueles que realizassem impressões clandestinas.³⁰⁴

O segundo ponto destacado por Haydée Nicolussi, conforme as observações feitas ainda há pouco, referiam-se às práticas adotadas por alguns de seus confrades, que se utilizavam do espaço da crítica como um meio de denegrir a imagem de outros escritores, transformando-o em uma arena para confrontos pessoais de toda ordem. Ora, como poderiam se estabelecer os verdadeiros interesses de classe, uma consciência de grupo, se não existia, aparentemente, uma relação de respeito entre os membros da intelectualidade brasileira? Para a autora, as questões de ordem cultural deveriam estar à frente do trabalho crítico, independentemente dos posicionamentos políticos assumidos pelos autores das obras comentadas. Neste sentido, todo comentário deveria estar muito bem documentado, com citações que comprovassem a leitura e a análise do livro por parte do crítico.³⁰⁵

De acordo com Nicolussi, ao enviar seu trabalho para os críticos, o autor esperava interpretações convincentes acerca do que ele havia produzido. Contudo, os profissionais da crítica, agindo de forma mesquinha, estariam abdicando do seu verdadeiro papel no campo cultural, descumprindo com suas obrigações, pelas quais, inclusive, eram pagos. O boicote a determinadas obras constituía-se, assim, em outro problema da maior gravidade, uma vez que, na opinião de Nicolussi, não era dado ao crítico o direito do silêncio, devendo ele realizar integralmente e eticamente o seu ofício, de modo a honrar o dinheiro que recebia por seu trabalho. Citando Sérgio Milliet, a autora considerava tal atitude como uma “dívida covarde” do crítico para com a literatura, tal qual o editor que lançava obras medíocres e sem personalidade no mercado, para atender a interesses outros, que não serviriam, de forma alguma, ao desenvolvimento cultural.³⁰⁶

Nicolussi lembrava, ainda, dos abusos praticados por determinados veículos de imprensa, responsáveis pela análise e divulgação das novidades literárias, ao cobrar dos

³⁰³ Idem, p. 261.

³⁰⁴ Idem, p. 261.

³⁰⁵ Idem, p. 262-263.

³⁰⁶ Idem, p. 263-264.

escritores que enviassem às redações uma determinada quantidade de exemplares de suas obras. Segundo ela, tal prática tinha como único objetivo “engordar” as estantes de algumas pessoas, as custas da necessidade que os autores tinham de dar publicidade às suas obras. No entender de Nicolussi, a decisão do envio, ou não, dos exemplares às redações, deveria ficar a cargo do editor ou do escritor, caso estes julgassem necessário, por motivos de propaganda.³⁰⁷

Resolvidas as questões referentes às relações entre os escritores, era necessário que fossem estabelecidos os limites da classe dos intelectuais: ou seja, quem poderia receber tal distinção? Segundo a autora, a saída mais adequada seria justamente a criação de uma “carteira profissional”, que vedaria, de uma vez por todas, o ingresso de amadores em áreas de atuação estrita dos homens de pensamento. A diferença entre os dois grupos estaria, em essência, no fato de que a atividade intelectual exigiria uma certa vocação, ausente no caso do amadorismo.³⁰⁸

A cátedra de ensino, a oficina de traduções e a imprensa, considerados pela autora como ambientes propícios à formação do intelectual, deveriam ser vedados ao ingresso dos escritores das “horas vagas”, os quais não tinham nenhum tipo de comprometimento com a cultura, produzindo suas obras por mera ação diletante. Assim, resolver-se-ia a questão da falta de recursos dos escritores, por exemplo, que eram obrigados, por suas próprias necessidades de sobrevivência, a atuar em serviços alheios a sua verdadeira vocação.³⁰⁹

Em seu parecer, Alina Paim deu especial atenção para as sugestões da autora quanto à relação entre os escritores e editores. Apesar de considerá-las interessantes, a indicação da relatora foi pela simples publicação da tese nos Anais do Congresso, aprovada posteriormente pelo plenário, uma vez que as idéias de Haydée Nicolussi já estariam prejudicadas por constituírem matéria já debatida anteriormente.³¹⁰

A tese seguinte teve como relator o escritor Marques Rebelo, e era intitulada “A situação moral e material do escritor de ficção”. Segundo o parecer, os autores do texto, Patrícia Galvão e Geraldo Ferraz, sugeriam algumas medidas que já estavam em vigor no próprio estatuto da A.B.D.E., o que tornava inviável a sua aprovação. Optou-se, portanto, pela rejeição da tese.³¹¹

³⁰⁷ Idem, p. 264.

³⁰⁸ Idem, p. 265.

³⁰⁹ Idem, p. 266-268.

³¹⁰ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 123-124.

³¹¹ Idem, p. 124.

O próximo relator foi Clóvis Ramallete, responsável pela análise do texto de Guimarães Menegale, “Projeto de Lei”³¹². Pelo fato de que o parecerista estava ausente, o trabalho de apresentação ficou a cargo de Guilherme Figueiredo. Conforme fica evidenciado pelo próprio título, tratava-se de um esboço do que poderia vir a ser uma lei dos direitos autorais, uma vez que, na visão do autor, a legislação em vigor até aquele momento estaria recheada de “improvisações”, além de ser “incompleta” e, em certos aspectos, “inoperante”. Para tanto, dizia ele, era necessário que se organizasse em corpo de dispositivos legais, onde não faltassem as características de “inteireza, harmonia e exeqüibilidade”³¹³. Entre os temas abordados pelo autor e que davam organização aos artigos e parágrafos, destacavam-se os seguintes: “Do Direito do Autor”; “Conteúdo do Direito do Autor”; “O Direito Póstumo do Autor”; “Domínio Público Retribuído”; “Exploração do Direito Pecuniário”; “Fiscalização dos Direitos do Autor”; “Tutela dos Direitos do Autor”; e “Sociedade dos Autores”.

Algumas das sugestões feitas por Menegale em seu projeto de lei já haviam sido debatidas pelos congressistas anteriormente, quando da exposição de outras teses e, portanto, estavam prejudicadas de antemão. Contudo, como é possível supor a partir dos títulos que dividiam o texto, algumas indicações tocavam em questões problemáticas, particularmente no que dizia respeito à relação entre escritores e editores, a queda da obra em domínio público, a possibilidade do poder público desapropriar uma obra literária, além da atuação das associações classistas na defesa dos interesses dos seus membros.

Guimarães Menegale considerava, assim como em outras teses, que os direitos do autor sobre suas obras eram inalienáveis, não havendo possibilidade de penhora desses direitos, bem como da livre edição de livros sem o devido conhecimento do escritor. Seguindo algumas prerrogativas já previstas pela legislação existente, Menegale preservou o tempo de 60 anos, como sendo o prazo adequado para o gozo dos direitos autorais pelos familiares e herdeiros, após a morte do autor (Art. 16).³¹⁴

Contudo, uma das modificações propostas previa que, se no espaço de dez anos, o autor ou seus os sucessores não dessem nova edição à obra, esta poderia ser lançada no domínio comum por ação dos órgãos competentes (Art. 17). A partir daí, uma parte da renda gerada pela venda destas obras deveria ser revertida ao próprio escritor ou aos seus herdeiros, por um prazo de 60 anos, assim como às sociedades dos autores que, por sua vez, destinaria

³¹² MENEGALE, Guimarães. “Projeto de Lei”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945*, p. 245-258.

³¹³ Idem, p. 245.

³¹⁴ Idem, p. 248.

essa verba, por força do Governo Federal, aos “fundos de animação e proteção das artes, letras e ciências” (Art. 18 ao 20).³¹⁵

Em seu parecer, Clóvis Ramalhete deu especial destaque para os aspectos inovadores do texto de Guimarães Menegale. Acerca das novas regras de queda da obra em domínio público, o relator considerou que o Estado, por meio do Poder Executivo, só poderia desapropriar livros de sua conveniência política ou os inócuos. Além disso, a edição compulsória de uma obra que estivesse abandonada há mais de 10 anos somente seria feita mediante decisão da A.B.D.E., em assembléia extraordinária, na qual seria julgado o interesse público excepcional. A partir daí, o caso seria levado a justiça, que se encarregaria da decisão de reeditar, ou não, a referida obra.³¹⁶

Uma segunda proposta de Menegale que foi alvo das observações de Clóvis Ramalhete, dizia respeito às obrigações do editor em relação ao escritor. De acordo com o autor do projeto de lei, se o contrato de edição da obra não apresentasse um prazo definido para a publicação e exposição à venda, a editora estaria obrigada a fazê-la em no máximo 120 dias, sob pena de rescisão contratual³¹⁷. O relator, contudo, considerava que todo artista ou intelectual que se sentisse lesado em seus direitos poderia rescindir o contrato por notificação.³¹⁸

O último ponto destacado por Ramalhete estava ligado à questão do título da obra literária. Segundo ele, não se poderia impedir que os escritores utilizassem em seus livros nomes já empregados em outras obras, tal como estava previsto no projeto de Menegale. No opinião do relator, os próprios autores não gostavam de ver suas obras confundidas com os trabalhos de outras pessoas, o que tornava a proposta da tese irrelevante.³¹⁹

Terminada a leitura do parecer, o presidente da Mesa procedeu ao debate das idéias apresentadas e dos substitutivos propostos. Wilson Martins, o primeiro dos congressistas a se manifestar, considerou a tese pouco proveitosa, uma vez que a comissão formada para tratar das questões dos direitos autorais teria maior competência para formular um projeto de lei, mais adequado às necessidades dos escritores. Para ele, era inadmissível que se estipulasse um prazo para que o autor editasse sua obra, uma vez que o escritor tinha ampla liberdade para

³¹⁵ Idem, p. 248-249.

³¹⁶ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 125.

³¹⁷ MENEGALE, op. cit., p. 250.

³¹⁸ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 126.

³¹⁹ Idem, p. 125.

determinar o que poderia e o que não poderia ser publicado. Neste sentido, a sua opinião era pela rejeição “in limine” do texto.³²⁰

Milton Pedrosa, no entanto, considerou que o fato da tese não tratar de todas as questões de interesse da classe dos escritores, bem como a existência de um grupo encarregado de formular um projeto de lei definitivo, não eram justificativas adequadas para que se desconsiderasse por completo o texto de Guimarães Menegale. Segundo Pedrosa, apesar das falhas, as sugestões apresentadas poderiam servir de contribuição para o que viria a ser formulado ao fim dos trabalhos do congresso.³²¹

Paulo Mendes de Almeida, autor da primeira tese levada ao plenário pela Comissão de Direitos Autorais, seguiu na mesma direção de Wilson Martins, inclusive discordando com os substitutivos propostos por Clóvis Ramallete. No seu entender, não se poderia confundir “edição compulsória de uma obra” com “desapropriação”. Esta última, na opinião de Paulo Mendes de Almeida, só poderia ser feita na medida em que estivesse evidenciada, pelos meios legais, a utilidade pública da obra. Porém, era inadmissível que se concordasse com a publicação de um livro, contra a vontade do seu autor. Por essa razão, Almeida fazia indicação contrária às propostas do projeto de lei, bem como às mudanças sugeridas pelo parecer.³²²

A contrariedade com os substitutivos de Clóvis Ramallete parecia ser geral, e Odilo Costa Filho tratou de fazer uma terceira sugestão à Mesa, no sentido de que se enviasse a tese a Comissão Jurídica, junto com o parecer apresentado, todavia com uma ressalva contrária às alterações propostas pelo relator. Esta última indicação foi levada a plenário, que decidiu pela sua aprovação.³²³

O trabalho seguinte, sem título, era de autoria do francês Max Fischer e, tal qual a tese anterior, tinha por relator o escritor Clóvis Ramallete que, no entanto, acabou substituído por Marques Rebelo. Infelizmente, os Anais não trazem maiores informações acerca deste texto. Contudo, algumas palavras acerca das sugestões de Fischer foram levadas a público pelo escritor Costa Rego, em coluna publicada na edição do dia 23 de janeiro do *Correio Paulistano*.³²⁴

O artigo em questão rememorava o fato de que Max Fischer já havia trabalhado como dirigente da Casa Flamarion, em Paris, durante vinte e oito anos. Neste período, ele teria

³²⁰ Idem, p. 126.

³²¹ Idem, p. 126.

³²² Idem, p. 126-127.

³²³ Idem, p. 127.

³²⁴ REGO, Costa. “As Obras Literárias em Domínio Público”. In: *Correio Paulistano*, 23 jan. 1945, p. 04.

formulado uma proposta ao governo de Leon Blum, em 1935, pela qual os editores franceses estariam obrigados a pagar a uma caixa da Sociedade dos Homens de Letras o equivalente a cinco por cento de direitos autorais sobre a reimpressão de obras caídas no domínio público. Segundo o relato de Costa Rego, a importância obtida por esse meio pertenceria à sociedade, na proporção máxima do um quinto, “a título de auxílio para a sua manutenção e desenvolvimento”; enquanto que o restante seria aplicado em benefício dos escritores novos e aos “valetudinários”, ou seus descendentes, quando herdeiros. No caso específico da França, as obras de Lafontaine, Molière, Chateaubriand e Balzac, ainda muito procuradas naqueles tempos, não apenas acumulariam fortunas aos editores, mas “socorreriam as próprias letras francesas, pelo amparo aos escritores pobres e inválidos”.

A sugestão de Fischer, contudo, não teria sido levada a cabo pelo governo de Blum, figurando, entretanto, como um dos elementos da legislação social de Charles De Gaulle. Uma vez no Brasil, o ex-dirigente da Casa Flamarion teria instalado uma nova editora, e endereçado ao congresso dos escritores uma tese pautada nos mesmos princípios de suas propostas de 1935, sintetizada por Costa Rego nos seguintes termos:

Grandes autores brasileiros, cujas obras já se encontram no domínio público, sendo frequentemente reimpressas, e que, diga-se de passagem, nunca delas obtiveram fortunas, contribuirão para animar os escritores jovens ou deitar um pouco de manteiga, mesmo racionada, no pão da velhice de muitos de nós outros, tão certo é que este ofício de escrever, para o qual se vem de criar salário mínimo nas empresas jornalísticas, “ne nourrit pas son homme”.

Finalizado o parecer, que afirmava estar a tese *prejudicada*, por conter matéria já deliberada, tais como o “domínio público remunerado” e o “código de ética das relações entre autores e editores”³²⁵, Marcos Iolovitch deu início à apresentação da última texto, “O Direito Autoral e as novelas de rádio”, de Dinah Silveira de Queiroz.

Em linhas gerais, a tese fazia uma análise das relações entre o escritor e o rádio, debatendo algumas medidas que poderiam ser tomadas no sentido de proteger os direitos autorais dos autores, quando da apresentação indevida de obras literárias na programação radiofônica. Iolovitch alertava para o fato de que o texto já havia sido levado à Comissão de Cultura, onde teria sofrido algumas modificações, a saber: que somente poderiam ser irradiadas adaptações de novelas autorizadas pelos respectivos autores, por meio de declaração expressa, ainda que se tratasse de simples capítulos; que as indenizações judiciais

³²⁵ Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945, p. 127.

fossem calculadas sobre o “valor-hora” da estação infratora, ou seja, o “produto da divisão da renda bruta da emissora no último ano pelo número de horas irradiadas”.³²⁶

A respeito deste último aspecto, Marcos Iolovitch acreditava que o “valor-hora” deveria ser substituído pelo “valor proporcional sobre o raio de ação da emissora em causa”. Além disso, o relator considerava que um terceiro item poderia ser acrescentado, no sentido de que a A.B.D.E. pleiteasse, perante os poderes públicos, “a inclusão de um seu representante na Comissão do Código de Rádio, já existente, criada pelo Governo”.³²⁷

Guilherme Figueiredo deu início ao debate da tese, esclarecendo que, embora o texto de Dinah Silveira de Queiroz focalizasse um “ponto importantíssimo das manobras usadas pelo rádio brasileiro para violar os direitos dos escritores”, o problema estava colocado apenas sob o aspecto da fraude. Na opinião de Figueiredo, o ideal era que se protegesse também o direito autoral daquele que de fato escrevia para o rádio. Além disso, segundo o delegado carioca, o ideal era que as indenizações fossem calculadas pelo preço de venda do programa, e não pelo “valor-hora” ou pelo “valor proporcional sobre o raio de ação”.³²⁸

Contudo, a autora do texto manifestou-se favoravelmente à indicação de Iolovitch, considerando que a questão do campo de irradiação era a mais apropriada para o cálculo dos valores a serem pagos pelas rádios como indenização pelo uso indevido de obras literárias em seus programas. Segundo Dinah Silveira de Queiroz, os aparelhos que estivessem no raio de ação das emissoras deveriam ser registrados, como se fossem exemplares de livros, o que facilitaria a definição dos valores a serem restituídos aos autores das obras.³²⁹

Paulo Guimarães fez uma intervenção, no sentido de esclarecer que o uso de músicas e peças teatrais, mesmo que pelas Prefeituras, era pago. Utilizando o exemplo do Hino Nacional Brasileiro, Guimarães informava que a sua constante execução em festas e solenidades fez com que o Governo adquirisse os direitos autorais dos herdeiros do seu autor.³³⁰

Novamente, Guilherme Figueiredo se manifestou, reafirmando que a adoção do “valor do raio de ação” não resolvia o impasse, por se tratar de uma solução muito simplificada. Na sua opinião, o valor a ser cobrado deveria ser correspondente à hora em que o programa estava sendo irradiado. Dessa forma, as indenizações seriam equivalentes ao montante cobrado pelas rádios aos seus anunciantes naquela mesma faixa de horário³³¹. Contudo, a autora da tese demonstrava contrariedade com a presente sugestão, o que estendia ainda mais

³²⁶ Idem, p. 127-128.

³²⁷ Idem, p. 128.

³²⁸ Idem, p. 128-129.

³²⁹ Idem, p. 129.

³³⁰ Idem, p. 129.

³³¹ Idem, p. 129.

o impasse. Por essa razão, o presidente da Mesa decretou o fim dos debates, informando que o texto seria enviado à comissão especial encarregada da feitura do projeto de lei dos direitos autorais.³³²

A defesa do pagamento de direitos autorais aos escritores que tivessem suas obras transmitidas em produções radiofônicas inseria-se num quadro maior de exigências, no sentido de proporcionar aos homens de letras uma melhora nas suas condições econômicas e materiais. Conforme citado em capítulo anterior, grande parte da intelectualidade brasileira dedicada a prática da escrita era obrigada a dividir-se entre a atividade intelectual e um segundo ofício, em grande parte dos casos no serviço público. As reivindicações, portanto, davam especificidade à uma série de necessidades próprias da atividade literária e que, em última análise, garantiriam aos escritores viver daquilo que produziam.

A ampliação do mercado editorial será, possivelmente, o principal motivador das resoluções do congresso no que tangia ao debate sobre os direitos autorais, na medida em que o crescimento do público leitor e do número de editoras proporcionaria – em tese – aos escritores um maior espaço para as suas produções e, neste sentido, um aperfeiçoamento das suas condições profissionais. Não por acaso, a questão das traduções e dos quadrinhos eram tão debatidas, posto que um grande número de obras estrangeiras adentravam o país, com sucesso de vendas, ao passo que as obras brasileiras pouca aceitação tinham entre os leitores e, conseqüentemente, entre os editores.

Dessa forma, é possível traçar um paralelo entre as várias teses levadas à apreciação do plenário do congresso, uma vez que todas elas parecem convergir para um mesmo ponto: dar especificidade ao campo literário, a partir de uma regulamentação que não apenas garantisse aos escritores seus direitos sobre o que produziram, garantindo-lhes a sobrevivência a partir dos dividendos obtidos pela venda de seus livros; mas, sobretudo, definisse o que, exatamente, constituía a profissão do escritor, protegendo-o da ação dos chamados *diletantes* que, descompromissados com questões estéticas e morais, reivindicavam arbitrariamente, para si, o estatuto de homens de letras.

4.2.4. A Comissão de Rádio, Teatro, Cinema e Imprensa

³³² Idem, p. 130. Os nomeados para compor a comissão responsável pelo anteprojeto de direitos autorais foram: Philadelpho de Azevedo, Levy Carneiro, Pontes de Miranda, Armando Vidal, Carlos Sussekind de Mendonça, Prado Kelly e Otacílio Alecrim.

Para que a comissão pudesse dar maior agilidade aos seus trabalhos as teses foram divididas entre subcomissões, cada qual tratando de uma área específica, de modo que ficassem facilitadas as leituras e análises dos textos. Deve-se, contudo, levar em conta alguns aspectos interessantes referentes a esta comissão, na medida em que todos meios de comunicação estavam sujeitos à censura do Estado, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda. Portanto, todas as produções teatrais, radiofônicas ou cinematográficas não poderiam apresentar aspectos que estivessem em desacordo com as normas previstas pelo governo, segundo a ideologia estado-novista. A própria imprensa não poderia exercer a liberdade de opinião, uma vez que as notícias não poderiam atentar contra a ordem vigente.

Apesar disso, esta comissão não recebeu um grande número de teses, apesar da sua relevância no que dizia respeito ao papel exercido pelo Estado, restringindo a atividade cultural e jornalística. Há uma tese que defende a liberdade de expressão, porém esteve solitária entre as demais propostas, que privilegiaram a idéia de uma maior aproximação entre o teatro e o povo, ou mesmo uma maior participação dos escritores nas rádios. O cinema, meio de propaganda dos mais utilizados pelo governo, não recebeu nenhuma tese e, por uma não coincidência, teve suas conclusões formuladas por um ex-censor do D.I.P.

O primeiro a apresentar suas conclusões foi Paulo Zingg, da subcomissão de Imprensa, que discorreu acerca do texto de Alcântara Silveira, intitulado “Revistas Literárias”³³³. O relator advertiu os congressistas de que não se tratava propriamente de uma tese, mas sim de “um trabalho detalhado e bem documentado” acerca das publicações nacionais e estrangeiras³³⁴. Dentro de uma perspectiva muito próxima daquela apresentada por Otto Maria Carpeaux em “Vida literária e vida universitária”, o autor do presente texto realizava uma defesa do debate ideológico entre os homens de pensamento, como meio de retirar o Brasil do estado de inércia literária em que se encontrava. Silveira considerava que não era o número de publicações, produções e prêmios, que qualificavam o movimento literário; mas sim, a capacidade que os literatos teriam de confrontar suas idéias – o que, até aquele momento, inexistia no Brasil.

Essa “sonolência”, tal qual o termo utilizado pelo autor, poderia ser solucionada mediante a criação de um espaço para a discussão, a saber, uma revista literária. Contudo, o próprio Alcântara Silveira apontava como um dos principais entraves a realização de seu projeto, as medidas restritivas impostas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Neste

³³³ SILVEIRA, Alcântara. “Revistas Literárias”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945*, p. 177-182.

³³⁴ *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945*, p. 97.

sentido, o autor sugeria ao Congresso dos Escritores que este enviasse uma solicitação ao D.I.P., para que fosse facilitado o registro destas publicações pelo governo³³⁵. Por se tratar de assunto de amplo interesse entre os congressistas, particularmente por defender uma maior divulgação de suas idéias, a proposta do texto foi bem aceita pelo plenário, que seguiu a indicação de aprovação feita pelo relator.

Ao fim da votação, Paulo Zingg procedeu à apresentação das conclusões da sub-comissão de Imprensa:

O 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES resolve:

- 1) condenar toda e qualquer espécie de censura, por incompatível com a livre manifestação do pensamento através do jornal, do rádio, do teatro, do cinema e do livro;
- 2) solicitar do Governo Federal a suspensão das medidas restritivas adotadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, tanto quanto ao registro das revistas literárias como ao das demais revistas, periódicos e jornais, limitando-se o registro das publicações às informações estatísticas;
- 3) recomendar seja feita pela ABDE a fiscalização e a cobrança das colaborações assinadas em jornais e revistas, ficando, assim, ampliadas a todo território nacional os serviços já existentes em São Paulo;
- 4) recomendar que seja impedida a reprodução não remunerada de tais colaborações e se faça a aplicação dos convênios internacionais que proíbem o aproveitamento gratuito, por parte das empresas jornalísticas, de trabalhos de autores estrangeiros;
- 5) recomendar que o pagamento das colaborações jornalísticas seja feito em proporção ao nível atual dos salários, de acordo com uma tabela especial que a ABDE organizará.³³⁶

As questões acerca do Cinema eram as próximas pela ordem dos trabalhos da sessão plenária. Seu relator era o jovem escritor Vinícius de Moraes³³⁷ que, pelo fato de que nenhuma tese referente ao assunto havia sido apresentada para apreciação do congresso, passou diretamente à leitura das conclusões:

O 1º Congresso Brasileiro de Escritores resolve solicitar:

- a) uma representação oficial da ABDE junto aos jornais de todo o país, no sentido de neles ser mantida, a par da matéria de publicidade das empresas cinematográficas, uma seção de crítica

³³⁵ SILVEIRA, op.cit., p. 182.

³³⁶ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 97-98.

³³⁷ Cumpre salientar, a exemplo da observação feita por Maria Helena Rolim Capelato, que Vinicius de Moraes havia atuado junto aos órgãos de censura do governo, particularmente na Divisão de Cinema e Teatro, em substituição ao seu tio Prudente de Moraes Neto (ver CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Estado Novo: Novas Histórias”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 207).

autônoma, livre das injunções comerciais que a existência da referida publicidade implica para o crítico, isto é: a pressão exercida pelos anunciantes e eventualmente pela gerência dos aludidos jornais para que os filmes anunciados não sejam passíveis de crítica livre;

b) que a ABDE aja por qualquer forma, junto aos poderes competentes, no sentido de ser aberta uma verba para a criação de uma Filмотeca Pública de Arte – que poderia ficar centralizada num dos organismos de natureza cultural atualmente existentes, como o Instituto Nacional de Cinema Educativo, o Serviço de Divulgação da Prefeitura ou o Museu de Belas Artes, e se valer amplamente do espírito de colaboração dos dirigentes do Museu de Arte Moderna norte-americano, onde existe a maior filмотeca no gênero, como passo inicial para a criação em todas as capitais brasileiras, ou onde quer que seja no país, de clubes de cinema aos quais a dita filмотeca poderia servir, por intermédio do referido órgão, pelo processo chamado circulante;

c) uma representação da ABDE junto aos poderes competentes pela obrigatoriedade da exibição de bons filmes educativos, nacionais ou estrangeiros, cujo critério de seleção ficaria a cargo do Instituto Nacional de Cinema Educativo, junto ao qual poderia funcionar um representante da ABDE, para que assim seja levado ao povo, um legítimo veículo de cultura, através de um verdadeiro processo de propaganda cultural;

d) que seja feito pela ABDE o controle permanente das traduções dos letreiros de filmes estrangeiros de modo a evitar os atentados usuais à linguagem, a transposição errada ou gritantemente falsificada da outra língua – o que constitui um desserviço no que se relaciona com o problema da educação do povo, e que para tal nomeada, oportunamente, pela ABDE, uma comissão que, nesse sentido, funcione permanentemente, e por sistema de rodízio, junto às distribuidoras para aceitar a proposta em termos cordiais, que o Congresso aprove a apresentação, feita por intermédio da ABDE, de um projeto de lei que torne a medida obrigatória;

e) que seja apresentado, por uma comissão composta de escritores e técnicos de cinema, e feita por intermédio da ABDE, um projeto para a criação de uma escola ou faculdade de cinematografia; ou então, se dos primeiros entendimentos processados se fizer patente a dificuldade ou impossibilidade de sua criação imediata, que seja apresentado novo projeto no sentido de ser aberto um curso de cinematografia, de pelo menos um ano, e nunca mais de dois, que poderia funcionar na Capital da República, como extensa universitária, em uma das Faculdades atualmente existentes, onde possa caber o ensino do assunto;

f) que a ABDE recomende aos poderes competentes a criação de clubes de cinema no país, e os prestigie como o único meio existente no Brasil, juntamente com uma crítica livre, de levar ao povo, através da sua educação cinematográfica, o verdadeiro conhecimento e sentido da arte, de modo a o ir precavendo, pela depuração do seu senso crítico contra a exploração sistemática que contra ele exercem os grande magnatas da indústria cinematográfica; e que para esse efeito dê a ABDE publicamente o exemplo, oferecendo sempre que se fizer necessário, e em todos os lugares onde possuir uma sede, a dita sede para local de funcionamento dos referidos clubes;

g) que a ABDE obtenha das companhias distribuidoras, a exibição gratuita nos cinemas, semanalmente, a título educacional e para melhor difusão do livro, de uma papeleta contendo a lista do

momento, nacionais e estrangeiros, acompanhada sempre que se fizer necessário de curtos dados explicativos, livre de qualquer forma de propaganda editorial.³³⁸

A sub-comissão seguinte tratava especificamente da questão do teatro, cujos trabalhos ficaram restritos a três teses apenas. A primeira delas, “O Teatro do Povo”, de autoria de Joracy Camargo³³⁹, teve como relator o representante da delegação do Distrito Federal, Álvaro Moreyra.

Em linhas gerais, o texto considerava a necessidade de modificações na linguagem teatral, tornando-a mais popular, mais próxima das questões que inquietavam o grosso da população. Para tanto, seria imperativa a atuação dos escritores, no sentido de serem eles o promotores desta aproximação entre o teatro e o povo. Longe de ser uma arte destinada a elucubrações de ordem filosófica, desinteressadas quanto aos problemas que se apresentavam no mundo a sua volta, a atividade teatral deveria cumprir um papel de veículo de informação e reflexão da realidade – “político”, portanto.

De acordo com Joracy Camargo, um congresso de escritores – “engenheiros do espírito humano” – não deveria considerar a questão do teatro “apenas do ponto de vista artístico ou cultural, mas, sobretudo, no seu aspecto político e pedagógico”. Segundo ele, o verdadeiro teatro político e social era “aquele que não se destinava exclusivamente a uma classe”, e não mantinha “uma atitude passiva e inerte, portanto conservadora, em face das necessidades e dos sofrimentos da massa”, cujas reivindicações, antes dos movimentos revolucionários quantitativos, competiriam, “por uma questão de solidariedade humana, aos escritores e artistas, únicos intérpretes das ansiedades, dos conflitos e dos dramas do povo”³⁴⁰. Em outras palavras:

O teatro político ou revolucionário é o resultado de um estado de opinião que os escritores recolhem e valorizam, levando-o da razão e da convicção à imaginação e à sensibilidade do povo. Como todas as artes, apenas interpreta as realidades conhecidas, mostrando-as aos que delas se apercebem. Um teatro impregnado dessas realidades suscitaria a mesma paixão, a mesma emoção dos jogos de futebol, que, no Brasil, apaixonam ao mesmo tempo escritores e analfabetos. E se os outros gêneros da literatura não podem, impunemente, fugir à conexão que existe entre a emoção literária e a sua transcendência social e política, o teatro, por seu turno, deixaria até de existir se não se submetesse a essa impossibilidade [...] O teatro político, portanto, é o teatro da vida atual, da vida em marcha, impregnado da chamada verdade dramática e dramaturgica, ativo, dinâmico, exaltando e estimulando a realidade da vida, sem parar,

³³⁸ Idem, p. 99-100.

³³⁹ CAMARGO, Joracy. “Teatro do Povo”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 183-191.

³⁴⁰ Idem, p. 189.

recolhendo suas melhores vibrações e projetando-as no futuro. Se o teatro é uma arte para as multidões, como o foi em seus tempos áureos, não há de ser agora, numa das épocas mais dramáticas da humanidade, que pretenda afastar-se das características de sua origem. Ao contrário, deve dirigir-se, com maior intensidade, à consciência da maioria, enfrentando os problemas e as inquietudes coletivas. Teatro político é o teatro que educa a massa, não no sentido artístico, literário ou cultural, pois é sabido que a cultura literária antes de formar, deforma o gosto do público teatral, mas no próprio sentido político e social, dando à imaginação do povo uma válvula de segurança, o caminho do infinito, que só a verdadeira arte pode indicar. Não devemos esquecer que o povo, pela imaginação, só assume duas atitudes: a do protesto e a do aplauso, movido em ambos os casos por uma realidade política.³⁴¹

Diante deste argumentos, o autor chama os escritores à construção de um “Teatro do Povo”, que ensinasse o povo a viver ou que, ao menos, lhe fornecesse “os elementos para uma compreensão mais nítida da vida, não só das suas responsabilidades, como dos seus direitos”. Na visão de Joracy Camargo, era preciso que os indivíduos se tornassem úteis a si mesmos e à coletividade, habilitados a reivindicar coletivamente a satisfação de suas necessidades. Daí a posição fundamental dos homens de letras que, como “líderes naturais de todas as correntes populares”, deveriam dar a essas massas os subsídios para sua livre manifestação, desvinculada dos interesses das classes dominantes. O momento era extremamente oportuno, dada a proximidade de novas eleições, e a possível volta a um regime democrático. Dessa forma, o autor de “Teatro do Povo” solicitava aos congressistas que definissem a posição e a função dos escritores, fixando-lhes as responsabilidades na “formação da nacionalidade brasileira”.³⁴²

Este apelo, como fica demonstrado, reafirmava as expectativas iniciais do congresso, fortalecendo a idéia de que ao escritor caberia o papel de guia do povo na luta pelos ideais de liberdade e democracia. Neste sentido, o parecer de Álvaro Moreyra foi favorável à aprovação do texto, assim como o resultado da votação em plenário.³⁴³

O mesmo relator seria o responsável pela apresentação da tese seguinte, “Os escritores e o teatro”, de Miroel Silveira. Contudo, a proposta encaminhada à comissão era composta por quatro perguntas, que deveriam ser feitas ao plenário. Consultados pela Mesa quanto à realização desta “entrevista”, os congressistas responderam negativamente.

³⁴¹ Idem, p. 190.

³⁴² Idem, p. 190-191.

³⁴³ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 101.

Dias da Costa, um dos delegados baianos ao evento, era o encarregado de apresentar o último texto, “Pela criação de um teatro nacional”, de autoria de Pompeu de Souza³⁴⁴. Apesar de algumas ressalvas às conclusões do autor, o relator fez indicação pela aprovação da tese. De acordo com o autor, um dos males maiores da atividade teatral brasileira era o seu “divórcio” da “inteligência” e, naquele momento, esta separação configurava-se como uma espécie de luta, onde cada um ocuparia uma posição antagônica em relação ao outro. Este conflito de classes, aliás, dar-se-ia num duplo sentido, no econômico e no intelectual.³⁴⁵

Segundo Pompeu de Souza, havia uma diferença econômica colossal que separava profissionalmente o autor teatral do escritor de qualquer outro gênero literário. Além disso, no seu entender, era de conhecimento geral a distância intelectual que, “via de regra”, existia entre um e outro. Assim, o problema do teatro brasileiro tomava um duplo aspecto: econômico e artístico.

De um lado, a defesa de privilégios materiais que se querem preservar a todo custo contra a concorrência estranha e mais capaz; do outro, a perpetuação de formas inferiores de criação artística, únicas de que é capaz a quase totalidade dos atuais detentores da profissão de teatrólogo no Brasil, em proveito de sua própria sobrevivência e com grave risco para a sobrevivência do nosso teatro e as possibilidades de sua reabilitação.³⁴⁶

Para o autor, estas questões estavam na base de todas as dificuldades pelas quais a atividade teatral estava passando no país. Na opinião de Pompeu de Souza, os “donos da profissão” haviam instalado nela sua “propriedade e latifúndio”, tratando-a de cercá-la por todos os lados, ante o avanço da “inteligência” (aqui entendida como a classe dos escritores). A inércia dos vários elementos que compunham o universo do teatro, aliás, dava uma complexidade muito maior ao processo de renovação proposto pelo autor. Segundo ele, as modificações deveriam atingir não apenas os autores, mas também os empresários, os artistas, os críticos e, finalmente, o público. Quanto a este estado de coisas e o papel que o congresso teria na realização das mudanças propostas, dizia Pompeu de Souza:

Acontece que a inércia criou convenções, preconceitos, automatismos, maus reflexos condicionados, um cipoal entrelaçado de maus hábitos mentais onde qualquer pensamento, qualquer inteligência parece impossível. É essencial que se remova tudo isso para o bem do teatro e da inteligência. Pelo menos que

³⁴⁴ SOUZA, Pompeu de. “Pela criação de um teatro nacional”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 192-198.

³⁴⁵ Idem, p. 192.

³⁴⁶ Idem, p. 192.

se abra uma clareira e se forneçam possibilidades à inteligência e ao verdadeiro teatro de entrarem, num pé de igualdade, em concorrência com isto que temos com este nome. Esta me parece ser uma das tarefas mais importantes e urgentes deste Congresso.³⁴⁷

Para que esta iniciativa fosse levada a cabo, o autor fazia algumas sugestões em seu texto, entre os quais: dar estímulo aos escritores, para que estes transferissem seu interesse de ordem crítica e especulativa em torno do teatro para o plano da criação artística; fazer com que as peças fossem representadas “por gente tanto quanto possível nova e sem vícios, com caráter profissional e de continuidade”; conseguir do Estado o custeio e a subvenção necessária à realização desta renovação, priorizando, é claro, o valor artístico do teatro; regular a distribuição das verbas destinadas ao teatro, por meio de uma comissão eleita pela A.B.D.E., para ter função consultiva junto ao Ministério da Educação; exercer, por meio das companhias subvencionadas, uma função re-educadora sobre o público, os críticos, os artistas, os empresários e os autores, para que houvesse condições profissionais à instalação do bom teatro, em bases comerciais autônomas e permanentes; e eliminar, por todos os meios, as limitações de qualquer ordem à plena liberdade de criação, tradução e representação de originais.³⁴⁸

A aprovação da tese, conforme já foi dito, não escapou a algumas ressalvas importantes, particularmente no que dizia respeito a sua base argumentativa, a saber, a idéia de que existia um claro antagonismo entre a atividade teatral e a “inteligência”. Contudo, o parecerista julgou corretas as conclusões do autor, no que seria acompanhado pelo restante do plenário.³⁴⁹

Os dois textos seguintes davam conta da relação entre os escritores e o rádio. O primeiro deles foi analisado e apresentado pelo congressista gaúcho Nogueira Leiria, responsável pelo parecer da tese “O rádio e o escritor”, cujo autor era Nilo Ruschel³⁵⁰. Segundo ele, a expansão vigorosa do rádio, naqueles últimos decênios, e a sua conseqüente popularização, viriam, “forçosamente”, constituir um dos apoios mais decisivos ao contato da cultura com a grande massa da população brasileira. Sua “transcendental grandeza”, enquanto veículo do pensamento humano, estaria no “simples fato da sua prodigiosa penetração em todos os rumos, transpondo as mais dilatadas distâncias”.³⁵¹

³⁴⁷ Idem, p. 193.

³⁴⁸ Idem, p. 197-198.

³⁴⁹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 101-102.

³⁵⁰ RUSCHEL, Nilo. “O rádio e o escritor”. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 199-207.

³⁵¹ Idem, p. 199.

Para dar fundamentos a sua proposta inicial, explícita no próprio título da tese, e que dizia respeito a uma maior aproximação dos escritores com a atividade radiofônica, o autor dividiu sua análise em quatro partes: “o rádio e o jornal”; “o rádio e o público”; “a voz, os seus intérpretes, e os patrocinadores”; e, finalmente, “o escritor e o rádio”.

O primeiro momento do texto trazia uma leitura comparativa entre os dois principais veículos de comunicação naquele momento. Neste sentido, o rádio era tratado como “esse irmão mais novo do jornal, inquieto, dinâmico, apressado”, que teria vindo “completar a inadiável necessidade do homem de estender a palavra e o conhecimento às mais remotas paragens”. Esse caráter complementar, aliás, ficava evidente nas formas como cada um foi caracterizado pelo autor: enquanto que no jornal, as idéias e os conceitos deveriam passar por um processo de “reflexões lentas e meditadas”, mascarados, impassivelmente, pelas letras de forma; ao rádio caberia a “vibração dos acontecimentos, a linguagem trepidante da hora, os surtos instantâneos e imprevistos nas grandes correntezas humanas, para a sua imediata constatação”. Em outras palavras, o rádio registraria o “sintoma do instante”, enquanto o jornal o analisaria “com a segurança amadurecida do tempo”; o rádio forneceria “as premissas”, enquanto o jornal daria a “conclusão”; o rádio lançaria a “centelha”, enquanto o jornal recolheria o “efeito”.³⁵²

Nada impediria, contudo, que estes meios de comunicação se interpenetrassem em suas funções: tanto ao jornal era lícita a divulgação das notícias, quanto ao rádio era permitida a exposição de idéias. Apesar disso, Nilo Ruschel fazia algumas ressalvas quanto ao poder que um microfone poderia dar a um orador apaixonado que, por meio de uma fala sedutora, pudesse perturbar uma análise serena dos conceitos. Neste sentido, o grande alcance das transmissões radiofônicas representaria um risco, que só poderia ser amenizado ante uma atuação efetiva dos jornais, cumpridores de sua missão como tribunas do pensamento.³⁵³

A relação entre o rádio e o público era a segunda das preocupações do autor. De acordo com ele, havia uma falta de compromisso entre os ouvintes e as emissoras. Por não contar com nenhum tipo de auxílio financeiro por parte do povo que, por sua vez, obtém as transmissões de forma gratuita, o rádio ficava entregue aos interesses dos anunciantes, os únicos que lhe financiavam as atividades. Dessa forma, estabelecia-se um claro descompasso entre o que era transmitido e o gosto popular. Por não dar qualquer tipo de contribuição, o público tornava-se refém de programações recheadas de propagandas, sem o direito de

³⁵² Idem, p. 199.

³⁵³ Idem, p. 200.

reclamar³⁵⁴. Esta dificuldade, no entanto, era acompanhada por outros problemas que diziam respeito aos próprios profissionais que atuavam no meio radiofônico.

Para Ruschel, a falta de uma escola que tivesse por intuito preparar os homens e mulheres que atuavam ao microfone, era a causa maior de alguns defeitos nas transmissões, como a falta de naturalidade dos radialistas ou mesmo o exagero dos “erres” nas falas. No entender do autor, na simplicidade residia o “segredo exitoso do rádio”.

Este deve ser um prolongamento da vida real, transportada apenas para dentro de um estúdio. O próprio característico da instantaneidade do rádio está indicando que ele não deve sofrer transformação, uma vez colocado entre a realidade e a sua reprodução. Nem sequer deve haver tempo para a deformação. A vida está aqui. Deve ser reproduzida ali, no estúdio, num passo rápido, real, autentico, indeformável.³⁵⁵

Como forma de corroborar o que estava sendo dito até aquele momento, Nilo Ruschel recorre a uma terceira linha de debate, na qual ele analisava a questão da voz, dos intérpretes e dos patrocinadores. Segundo ele, o trabalho ao microfone exigia uma série de requisitos da voz: “deve ser clara, expressiva, convincente, natural”. Em sua opinião, a voz deveria possuir uma “plasticidade dócil, amoldando-se a escala de todas as situações”. Uma vez que, na relação entre o rádio e o público, tudo se limitava ao sentido auditivo, o som deveria suprir no ouvinte, pela imaginação, as dimensões ausentes. Nas palavras do autor,

a plástica da voz, no sentido imaginativo, assume uma importância evidente e decisiva. O sentido auditivo deve vir carregado de sugestões, para facilitar o trabalho de acabamento da imaginação, porque as construções radiofônicas repousam no mundo interior de cada um, já que a vista está ausente.³⁵⁶

De acordo com Nilo Ruschel, os responsáveis diretos pela defasagem qualitativa dos programas de rádio, no que dizia respeito ao aspecto “voz”, eram os próprios intérpretes. Tomando o exemplo das novelas, o autor se pergunta onde os atores foram buscar “tão grande soma de artificialismo”. Ruschel afirma que, “divorciados por completo da realidade”, eles traziam para o público, uma perspectiva irreal da vida. Com um toque de bom humor, o autor assim caracterizava o trabalho desses profissionais:

Os galãs são assustadiços, a voz sobrecarregada de constante aflição, pontilhada de cacoetes interjetivos, como se estivessem com um bruto medo da vida, ou andassem com a polícia no seu encalço

³⁵⁴ Idem, p. 200-201.

³⁵⁵ Idem, p. 202.

³⁵⁶ Idem, p. 203.

– o que, desafortunadamente, não acontece. Os “homens maus”, ressuscitados do túmulo carunchoso dos folhetins, continuam vigilantes e infatigáveis, dentro de vozes amedrontadoras, com os inefáveis risinhos ameaçadores... A heroína, a amiga da heroína, os pais e parentes da heroína, todos eles enfim, parecem constituir um inacabável desafio de declamação.³⁵⁷

A esse caráter “dramalhão” das produções radiofônicas somava-se o próprio aspecto comercial das mesmas, recheadas de anúncios. Conforme a análise do autor do texto, as grandes organizações de publicidade, financiadoras das programações, aceitavam passivamente a péssima qualidade dos programas, o que contribuía sobremaneira para a crença de que tudo estava certo. Dessa forma, as novelas não passariam de “canaletes por onde se [derramariam] os anúncios de laboratórios, em milhares de cabeças”. A aceitação do público seria verificada, portanto, nas estatísticas de venda dos produtos das empresas patrocinadoras.³⁵⁸

Assim, o quadro apresentado por Ruschel mostrava um veículo de comunicação dos mais eficazes, com grande alcance popular, mas que estava entregue aos interesses de agências publicitárias que, por sua vez, pouca importância davam à qualidade das programações, desde que estas lhes rendessem maiores lucros. Salvo poucas exceções, existentes graças à atuação de “espíritos evoluídos, servidos pela inteligência lúcida e instinto criador”, o autor considerava o rádio dominado por uma mentalidade “fosca” que o estava sufocando. Por essa razão, tornava-se imperativa a atuação do escritor.³⁵⁹

A intervenção do homem de letras, contudo, necessitava de um terreno apropriado. Neste sentido, o autor recordava o fato de que o rádio não comportava programas de seriação longa, sendo constante a criação de novas atrações, em substituição a outras, já defasadas: “terminado o período de aceitação natural, cumpre buscar novas idéias, criar novas realizações, buscar novas formas de expressão, temas inéditos”. Por seu caráter criativo, o escritor teria seu espaço ampliado no meio radiofônico, um “ambiente convidativo ao ficcionismo”. Sua penetração neste mundo novo lhe permitiria um diálogo fecundo com outras formas de manifestações artísticas, tais como a música, potencializando o aspecto cultural do rádio. A divulgação da literatura, bem como das realizações musicais, surgiria como um elemento fundamental a um país que necessitava conhecer-se, devido ainda a sua mocidade. Por fim, conclui o autor, “tudo isto terá como resultado um grande sentido de

³⁵⁷ Idem, p. 204.

³⁵⁸ Idem, p. 204-205.

³⁵⁹ Idem, p. 205.

unidade espiritual, eliminando o divórcio das populações distantes, só irmanadas pelo idioma comum”.³⁶⁰

Como sugestões ao Congresso dos Escritores, Nilo Ruschel solicitava que o rádio se adaptasse “a um melhor nível estético, desobstruindo-o da propaganda excessiva e clamorosa”; que se criasse uma escola de interpretação, onde fosse possível preparar um bom material “para um trabalho seguro e desembaraçado”; e, finalmente, que se estabelecesse um contato mais íntimo entre os escritores e as direções das emissoras de rádio. Estas indicações foram bem aceitas pelo parecer de Nogueira Leiria, que se declarou favorável à aprovação da tese e sua inclusão nos Anais. Sem que nenhum dos congressistas fizesse objeção, o plenário deu sua confirmação às observações do relator.³⁶¹

O representante da delegação maranhense, Viegas Netto, encarregou-se da apresentação da tese de Milton Pedrosa, intitulada “O Escritor e a Literatura no Rádio”³⁶². A exemplo do texto anterior, pode-se dizer que se tratava de uma denúncia contra a má qualidade das produções radiofônicas, que dedicavam pouco ou nenhum espaço às realizações literárias – entendidas por Pedrosa como “criação artística, de valor cultural e educativo, destinada a contribuir de qualquer forma para a elevação do nível intelectual dos ouvintes, aumentando o seu conhecimento ou despertando neles o interesse pelas coisas do espírito”.³⁶³

Neste sentido, o autor procurava enumerar uma série de fatores que estariam contribuindo para a não participação dos escritores na “literatura de rádio”, entre os quais: 1) a base comercial em que estava assentado o rádio nacional, o que dificultava a divulgação de programas literários, pouco interessantes economicamente; 2) a dependência dos escritores quanto às exigências dos anunciantes, ao idealismo das empresas radiofônicas, ao baixo nível intelectual da grande massa de ouvintes, à baixa qualidade dos atores, bem como aos mandos e desmandos dos chamados “espíquers”; 3) a falta de liberdade de palavra, condicionada pela proibição de determinados assuntos, pelas diretrizes impostas a certos temas, e pela negação da faculdade de tratar das questões por vieses diferentes daqueles estipulado por “interesses passageiros”; 4) a má remuneração reservada às contribuições literárias; 5) as transformações, sem nenhum critério e com total desconhecimento dos autores, de romances e peças teatrais

³⁶⁰ Idem, p. 205-206.

³⁶¹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 102-103.

³⁶² PEDROSA, Milton. “O Escritor e a Literatura no Rádio”. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 177-182.

³⁶³ Idem, p. 208-209.

em peças radiofônicas; 6) além da falta de especialização dos próprios escritores no que dizia respeito à linguagem do rádio.³⁶⁴

A adaptação de obras literárias e teatrais para o rádio constituía um campo novo, conforme afirmação de Pedrosa. Contudo, o baixo nível dos seus praticantes e a pequena remuneração oferecida trazia um certo desprestígio a esse tipo de atividade que, até aquele momento, não contava com uma ampla participação dos escritores. O autor, no entanto, considerava a intervenção dos homens de letras “imprescindível e urgente”³⁶⁵. Na sua opinião,

através do rádio, com sua influência direta, tem o escritor o dever e a oportunidade de concorrer para uma maior difusão de conhecimentos e o soerguimento da inteligência das massas populares a nível de cultura mais consentâneo com a dignidade humana, cumprindo, assim, elevado papel na sociedade de que é parte.³⁶⁶

Para que essa aproximação ocorresse, segundo Milton Pedrosa, eram necessárias algumas condições, a saber: a “fixação de uma remuneração mínima para os programas ou outras colaborações literárias”; “o pagamento de direitos ao autor do original de trabalho adaptado ao rádio mediante consulta prévia ao interessado e sua aprovação”; o “pagamento pelo direito de transmissão de trechos ou de obra inteira, lidos ao microfone das emissoras”; a “ampliação do tempo destinado aos programas literários em todas as emissoras”; a “liberdade de criação nos programas literários, evitando-se a interferência do anunciante nos referidos programas”; e a “fiscalização pela A.B.D.E. das irradiações de originais, visando o recebimento dos direitos autorais de seus associados”.³⁶⁷

Em todas estas reivindicações, o papel da Associação Brasileira de Escritores seria fundamental, justamente por se tratar, naquele momento, da responsável pela proteção dos direitos sobre as obras produzidas por autores nacionais. Neste sentido, a comissão encarregada de dar parecer aos assuntos relacionados ao meio radiofônico fez alguns acréscimos às conclusões de Milton Pedrosa, entre os quais: que se estabelecesse, por ação da A.B.D.E., um corpo efetivo de redatores junto às emissoras de rádio, como medida capaz de diminuir a um mínimo possível a interferência de locutores e anunciantes na elaboração dos programas; e que o Congresso dos Escritores recomenda-se aos jornais de todo o país a criação de seções especializadas de crítica radiofônica – “único meio livre de censura capaz

³⁶⁴ Idem, p. 209-211.

³⁶⁵ Idem, p. 212-213.

³⁶⁶ Idem, p. 213.

³⁶⁷ Idem, p. 213.

de resolver a situação de pauperismo cultural em que se [achava] mergulhada a radiofonia brasileira”. Feitas as devidas observações, o relator concluiu favoravelmente pela aprovação da tese, o que seria confirmado após a votação do plenário.³⁶⁸

Os meios de comunicação abordados por essas subcomissões foram alvo de uma breve análise elaborada por Maria Helena Rolim Capelato em artigo publicado em *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Neste texto, a autora faz um breve balanço das produções que envolveram o tema do Estado Novo, dedicando algumas páginas à relação do Departamento de Imprensa e Propaganda com a imprensa, com o cinema e com o rádio. O teatro, apesar de sua importância enquanto forma de expressão artística, não foi abordado.³⁶⁹

Capelato lembra as formas pelas quais o D.I.P. procurou dirigir os veículos de informação e as atividades culturais, de modo que todas elas atendessem à ideologia pregada pelo governo estado-novista. Neste sentido é que foram feitas intervenções na imprensa, com a ocupação de jornais contrários ao regime³⁷⁰; foi criada uma Divisão de Cinema, voltada a prática da censura dos filmes que promovessem a incitação contra a ordem vigente, e à produção de documentários que fizessem a propaganda das realizações do governo³⁷¹; bem como uma Divisão de Rádio, organizada no sentido controlar a programação radiofônica, a fim de divulgar as mensagens e atos oficiais, decantar as belezas naturais do país, descrever as características pitorescas das regiões e cidades, irradiar a cultura, incentivar relações comerciais, entre outros.³⁷²

Por conta da atuação do Estado sobre esses meios de comunicação, em particular por todas as restrições que tal iniciativa resultava para a prática do jornalismo, é que se poderão compreender as solicitações explícitas pelos congressistas nas conclusões da subcomissão de imprensa, notadamente em favor da liberdade de expressão. Quanto às produções cinematográficas, as sugestões finais não faziam referência à censura oficial, limitando-se a defesa de uma maior divulgação do cinema, não apenas entre as classes populares, mas também nos meios acadêmicos, com a criação de um curso de cinematografia. As observações a respeito do Rádio, por sua vez, dedicaram grande parte dos seus esforços a uma maior

³⁶⁸ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 103-104.

³⁶⁹ Ver CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Estado Novo: Novas Histórias”. In: _____. FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 183-213.

³⁷⁰ A respeito da imprensa brasileira, notadamente a paulista, durante o Estado Novo, ver CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Arautos do Liberalismo*. imprensa paulista (1920-1945). São Paulo: Brasiliense, 1989; GOMES, Ângela de Castro Gomes. *Historia e Historiadores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

³⁷¹ Acerca da atividade cinematográfica durante o regime estado-novista, ver ALMEIDA, Cláudio Aguiar. *O cinema como “agitador das almas”*. Argila, uma cena do Estado Novo. São Paulo: Annablume, 1999.

³⁷² A respeito do rádio do período do Estado Novo, ver GURGUEIRA, Fernando Limongeli. *A integração nacional pelas ondas. O rádio no Estado Novo*. São Paulo, 1995, Tese de Mestrado, HISTÓRIA/USP.

abertura das companhias radiofônicas à atuação do escritor, assim como à diminuição da interferência dos grupos publicitários nos conteúdos veiculados na programação.

As observações a respeito do Teatro deram conta da importância que tal atividade teria para a conscientização das massas a respeito dos valores defendidos pelos escritores em congresso, a saber, de liberdade e democracia. Contudo, isso só seria possível, uma vez que o povo se interessasse em maior grau pelas peças teatrais. Os dramaturgos e atores deveriam estar afinados com as demandas fundamentais da população, com a sua realidade e com a sua linguagem. Caso contrário, o Teatro não poderia executar sua função, a exemplo dos escritores que não se interessassem pelas questões sociais.

O elemento comum a ser destacado, contudo, é que em todas as propostas levadas às subcomissões citadas acima e, posteriormente, à apreciação dos congressistas em assembléia, ficou clara a intenção de uma maior participação dos homens de letras nesses meios de comunicação e atividades artísticas, fosse diretamente, fosse através de sua entidade representativa – neste caso, a A.B.D.E. Isso, sem dúvida, demonstra a busca dos escritores por um espaço mais destacado no processo de produção e divulgação de *bens simbólicos*. Neste sentido, a crítica à censura praticada pelo D.I.P. cumpriria a demanda pela liberdade de expressão e criação, que teria reflexos não apenas para a imprensa, mas para os meios artísticos em geral, livres das imposições do governo.³⁷³

4.2.5. A Comissão de Assuntos Políticos

A quinta e última sessão plenária foi inteiramente dedicada às teses da Comissão de Assuntos Políticos. As expectativas em torno desse momento eram grandes, em particular por toda a atmosfera que cobria o evento, desde a sua idealização e ao longo dos meses que precederam a sua realização³⁷⁴. Deve-se lembrar, uma vez mais, que o processo de *autonomização* do campo intelectual brasileiro, ainda que o congresso fosse de escritores, passava necessariamente por um processo de abertura política, o que colocaria termo às práticas de censura do Estado Novo. Portanto, a oposição ao regime ou, mais especificamente,

³⁷³ Uma indicação foi feita aos congressistas, para que fossem incluídas nos Anais algumas palavras de José Bonifácio, como prêmio às teses da Comissão de Rádio, Imprensa, Teatro e Cinema. Os referidos apontamentos eram parte do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e traziam os seguintes dizeres: “A liberdade de impressão é, para as ciências, as artes e as letras, como o oxigênio para a vida animal”. Por incorporar o espírito do congresso dos escritores, esta proposta foi aprovada por aclamação, sob as palmas dos delegados presentes (ver Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 130).

³⁷⁴ Os artigos publicados na imprensa paulistana, bem como os discursos proferidos na sessão de inauguração do conclave exemplificam bem o clima de expectativa em torno das teses e conclusões da comissão de assuntos políticos.

a luta pela democratização política, constituía um elemento essencial para o homem de pensamento, na medida em que poderia manifestar livremente as suas opiniões.

Neste sentido, cumpre salientar que a grande parte das teses não se dirigiam diretamente ao governo, utilizando-se, na maior parte dos casos, de um discurso sugestivo, por assim dizer, que estivesse promovendo a crítica ao Estado, ainda que não houvesse nenhuma referência explícita a ele. Dessa forma, poderão ser encontrados textos a favor do regionalismo, pelo fim das perseguições às populações estrangeiras (notadamente aquelas oriundas dos países participantes do Eixo) e por uma atitude mais politizada dos intelectuais na luta contra o totalitarismo. Além disso, outras teses promoveram um debate intenso em torno do conceito de liberdade, em vista da existência de uma ditadura no país.

O primeiro relator a apresentar suas conclusões foi o delegado carioca Carlos Lacerda³⁷⁵, responsável pela tese de Bernardo Heinke, intitulada “O Brasil, uma só Nação Unida”³⁷⁶. O texto tratava da questão da imigração, partindo do princípio de que alguns equívocos eram cometidos em relação às pessoas vindas de países que, naquela ocasião, faziam parte do Eixo, como Alemanha e Japão. Para o autor, as políticas de restrição aos imigrantes oriundos de nações inimigas contrariavam o ideal de paz, almejado pelas Nações Unidas. Na opinião de Heinke, um mundo regido por “antipatias ou até mesmo ódios” não seria capaz de pôr termo aos conflitos da Segunda Guerra, uma vez que apenas um esforço conjunto, de colaboração entre os povos, poderia trazer a solução para os males que afligiam o planeta naquele momento.

Não se pode edificar um futuro melhor num mundo repartido entre povos superiores e inferiores, qualquer que seja o ponto de vista. Esta tarefa é realizável apenas em base econômica, com exclusão de simpatias, antipatias ou egoísmos, igualmente isento de mentalidades para ocultar alvos particulares em nocivos. A grande tarefa construtora, tão pouco, levar-se-á a cabo, sem que as diversas partes se empenhem seriamente no seu próprio melhoramento, visto que a evolução geral depende do esforço parcial, da evolução de cada parcela e, finalmente, de cada um dos povos desejosos em melhorar a vida.³⁷⁷

Neste sentido, o autor considerava que as imposições políticas do governo brasileiro apenas afastavam o que ele chamava de “contribuição voluntária” dos imigrantes que

³⁷⁵ Acerca da participação de Carlos Lacerda no congresso dos escritores brasileiros, ver DULLES, John W. F. *op. cit.*, pp. 78-80.

³⁷⁶ HEINKE, Bernardo. “O Brasil, uma só Nação Unida”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945*, p. 358-365. Não foram encontradas informações a respeito de Bernardo Heinke.

³⁷⁷ Idem, p. 358.

adotavam o Brasil como nova pátria. Por essa razão, Heinke classificava como desumana e anticristã qualquer iniciativa que se relacionasse com o conflito mundial, secularizando rivalidades, “sem exercer a mínima influência benéfica no encurtamento das lutas mortíferas entre nações em pé de guerra, provocadas sempre pelas medidas irreverentes da economia desviada”.³⁷⁸

Bernardo Heinke embasava suas observações no estudo de um “famoso zoólogo” – cujo nome não cita – que teria encontrado, em um banco de ostras, cerca de 94 espécies da fauna e da flora, sendo que cada uma delas dependia das outras 93, uma vez que “cada qual colaborava com o seu quinhão na formação do meio, garantindo assim a existência completa, ainda que uma ou outra parte parecesse prejudicial”. Partindo deste princípio, o autor realizava uma analogia com os casos em que alguns governantes, os quais ele classifica ironicamente como super seres, tentavam eliminar aqueles que não lhes eram simpáticos: segundo ele, tal qual o caso das ostras, onde a eliminação de algumas espécies resultaria em “morte infalível do conjunto restante”, os governos que optassem por desprezar a contribuição de alguns grupos colocariam em risco o próprio desenvolvimento de seus países.³⁷⁹

O autor afirmava que os meios empregados na supressão de certos “quistos estrangeiros” eram falhos, senão contraproducentes. Assim, o ideal seria que, ao invés de uma política persecutória, fossem instauradas medidas que promovessem a assimilação destes imigrantes, aproveitando o que de melhor eles pudessem oferecer ao país, bem como os adequando ao modo de vida dos brasileiros. Heinke lembrava o fato de que a própria população era, em parte, responsável pelo afastamento ou isolamento de certos grupos, particularmente por não aceitar que as pessoas vindas de fora pudessem opinar acerca de questões problemáticas do Brasil. Contudo, dizia o autor, o exercício da crítica era a “expressão de um vivo interesse em melhorar as condições existentes” e, portanto, não seria lícito que se tirasse do imigrante o direito de criticar e de propor novos caminhos.³⁸⁰

Outros inconvenientes à presença estrangeira no país eram citados por Bernardo Heinke. O fechamento de escolas fundadas em comunidades de imigrantes era uma das questões problemáticas, na opinião do autor, que também considerava as barreiras impostas ao trabalho intelectual do estrangeiro uma dificuldade a mais para o processo de assimilação destas populações. A supressão de publicações em outras línguas que não a portuguesa, bem como a ausência de pensadores estrangeiros nos veículos de imprensa, inviabilizariam o

³⁷⁸ Ibid., p. 359.

³⁷⁹ Ibid., p. 359-360.

³⁸⁰ Ibid., p. 360-361.

contato do brasileiro com os modos de pensar do imigrante³⁸¹. Como consequência direta destas indisposições do governo brasileiro com a vinda e a permanência de determinados grupos étnicos, o Brasil estaria perdendo a oportunidade de crescer e se desenvolver, visto que muitos daqueles homens e mulheres deixariam de dar valiosa contribuição para alguns setores fundamentais, como a indústria.³⁸²

Apesar de que alguns imigrantes estivessem interessados em divulgar doutrinas totalitárias, como o nazismo e o fascismo, no território brasileiro³⁸³, Bernardo Heinke considerava que a maior parte deles vinha ao país em busca de uma nova pátria, onde poderiam “viver sossegadamente”³⁸⁴. Familiarizá-los e transformá-los em bons brasileiros seria, portanto, o principal a ser feito pelo governo que, por sua vez, não poderia utilizar-se de uma política de “nacionalização a pau”, sob pena de afugentar os grupos que se dirigiam para o Brasil.³⁸⁵

Por fim, o autor concluía que impor dificuldades à vida do estrangeiro significava levantar mais entraves à própria vida da nação e que, portanto, era necessário que fossem estabelecidos novos métodos, por parte das autoridades competentes e da própria população, com relação a esta questão. Segundo suas palavras, somente com o auxílio àqueles que desejavam colaborar, poder-se-ia conseguir “uma união mais forte”, entre todos os que habitavam o Brasil³⁸⁶:

Um Brasil melhor e moderno, no qual se aproveitem todas as classe de “Homo sapiens”, quais as 94 categorias de seres num banco de ostras, onde muitas dessas espécies, aparentemente inúteis ou até nocivas, colaboram, constantemente e eficazmente, na produção de valiosas pérolas.³⁸⁷

A questão da imigração era um assunto que, até aquele momento, vinha atraindo a atenção de muitos intelectuais, principalmente pelo fato de que existia no país um número considerável de comunidades estrangeiras, muitas das quais formadas por alemães e japoneses, cujas nações estavam em posições opostas a do Brasil na guerra em curso. A

³⁸¹ A respeito das ações do Estado Novo, em particular as políticas restritivas quanto a educação em língua estrangeira, ver SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; Costa, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984, pp. 141-170.

³⁸² Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 361-363.

³⁸³ Ver DIETRICH, Ana Maria. *Caça às Suásticas: O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política*. São Paulo: Humanistas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FAPESP, 2007.

³⁸⁴ Ver CARNEIRO, Maria Luíza, Tucci. *Brasil, um refúgio nos trópicos: a trajetória dos refugiados do nazi-fascismo*. Edição bilíngüe alemão/português. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

³⁸⁵ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 363.

³⁸⁶ Idem, p. 363-365.

³⁸⁷ Ibid., p. 365.

perseguição imposta a estes agrupamentos encontrava justificação no nacionalismo praticado pelo governo que, para isto, ganhava respaldo do povo, por conta das rivalidades criadas por conta do conflito mundial. Neste sentido, qualquer juízo mal formulado acerca do tema poderia ganhar ares de preconceito étnico, o que contrariaria toda e qualquer tentativa de dar ao congresso dos escritores um verdadeiro caráter democrático. Assim, nota-se uma certa polidez no trato da questão por parte do relator da tese, que incluiu em seu parecer algumas conclusões acerca do que Bernardo Heinke havia escrito. Vale dizer que, no que dizia respeito às restrições impostas aos estrangeiros e à sua assimilação em território brasileiro, Carlos Lacerda seguiu a mesma tendência do autor do texto, condenando toda iniciativa que prejudicasse a vinda e a permanência de povos estrangeiros no Brasil, como ficou demonstrado em suas indicações:

- 1) O Congresso constata o valor da contribuição dos homens de pensamento nascidos em outros países, que para aqui vieram ou por aqui passaram na formação da cultura nacional.
- 2) O Congresso é contrário às manifestações de xenofobia e considera do interesse nacional aceitar a contribuição cultural dos filhos de outros países.
- 3) O Congresso lamenta que um critério imigratório meramente burocrático, quando não apenas financeiro, tenha privado o Brasil de receber, com afluxo de refugiados europeus, altos valores da inteligência mundial, capazes de acrescentar à experiência e até à técnica dos escritores brasileiros. Por outro lado, o Congresso reconhece que esse critério contribuiu para entrarem no país, como intelectuais refugiados, entre elementos de real valor, escribas aventureiros que se abalçaram a comedimentos para os quais não tinham autoridade nem compostura moral e intelectual escrevendo livros por “conta de terceiros” e que falseiam a verdade da própria história do Brasil.
- 4) O Congresso recomenda a adoção imediata, para que tenha efeito logo ao terminar da guerra, de uma política imigratória de critério liberal no próprio interesse do progresso nacional, ressaltadas as providências necessárias à preservação da integridade do país em todas as suas formas.
- 5) O Congresso pleiteia que seja atribuído em lei, às autoridades imigratórias, enquanto persistirem restrições à imigração, o dever de ouvir a ABDE em todos os casos em que a entrada de escritores estrangeiros, com caráter de permanência, dependa da decisão das referidas autoridades.³⁸⁸

Entretanto, a questão não se resumia apenas aos problemas de ordem burocrática e cultural que se interpunham no caminho dos imigrantes que se dirigiam para o país. O tema da assimilação não foi deixado de lado pelo relator, que dedicou outras três conclusões a este respeito:

³⁸⁸ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 132-133.

- 1) O Congresso reprovava o critério meramente policial como único método de assimilação dos núcleos de imigração.
- 2) O Congresso reconhece que nos núcleos de imigração a culpa da deficiência da assimilação recai menos nas próprias populações do que na ação dos representantes de uma política de infiltração e domínio, durante largo tempo tolerada e propiciada por muitos brasileiros.
- 3) O Congresso propõe que se estude imediatamente com a colaboração da ABDE um plano de verdadeira integração cultural do imigrante, tendo em vista especialmente a futura imigração. Essa colaboração da ABDE num tal plano será prestada por intermédio de uma comissão que a ABDE elegeeria no momento oportuno.³⁸⁹

Carlos Lacerda solicitava que a tese fosse publicada, juntamente com o parecer, por considerar que este fazia ressalvas importantes no conteúdo do texto apresentado. Uma vez iniciado o debate, o escritor Paulo Zingg, delegado pelo Estado do Rio, declarou a sua discordância com relação ao que havia sido exposto pelo relator. De acordo com ele, a questão da imigração não deveria ser deixada de lado pelos congressistas, justamente pelo estado de guerra em que se encontrava a nação, o que, por sua vez, demandaria uma revisão completa da política imigratória brasileira. Partindo deste princípio, Paulo Zingg defendia que fosse “definitivamente proibida para o Brasil a imigração japonesa e alemã” por terem constituído, segundo ele, “o maior quisto racial” no país. Entre vozes discordantes de “não apoiado”, o orador ainda fez uma segunda proposta, pela concessão de direitos cívicos aos imigrantes que já estavam no país, à semelhança do que se passaria nos Estados Unidos.³⁹⁰

A polêmica da primeira declaração de Paulo Zingg não passou incólume pelo plenário, que assistiu a reação indignada de alguns escritores, como Antonio Candido. O jovem crítico foi aplaudido ao declarar sua contrariedade com a sugestão de seu amigo, afirmando, inclusive, que aquele ponto de vista não tinha “nenhuma razão de ser”. Cândido considerava que os imigrantes alemães e japoneses não eram os culpados pela formação dos quistos raciais. Segundo ele, alguns vícios da imigração, como o pan-germanismo, foram tolerados e muitas vezes incentivados por pessoas ligadas ao governo, muitas das quais ligadas ao movimento integralista, como Filinto Muller, quando este era chefe de polícia. Portanto, nenhuma culpa caberia aos imigrantes, constituindo um crime a votação de um aditivo que lhes restringisse a entrada no país.³⁹¹

Por não concordarem com as observações de Paulo Zingg, os congressistas aprovaram o relatório de Carlos Lacerda, que cedeu lugar ao próximo relator, Paulo Emílio Sales

³⁸⁹ Idem, p. 133.

³⁹⁰ Ibid., p. 134.

³⁹¹ Ibid., p. 134.

Gomes³⁹², responsável pela tese de Hélio Pelegrino³⁹³, “O escritor e a luta contra o fascismo”³⁹⁴.

De acordo com o relator, a tese estava calcada na idéia de que as raízes do fascismo estariam “nas bases da ordem contemporânea” e que, portanto, era necessária uma posição, por parte dos escritores, “violentamente não conformista diante das concepções ideológicas e estrutura político-social de tipo capitalista”. O antifascismo deveria partir de uma perspectiva em que prevaleceria a “igualdade essencial entre os homens” e o “direito da pessoa humana à liberdade”. Para atingir tais objetivos, o autor propunha: em primeiro lugar, que o escritor adquirisse mais consciência de classe profissional; em segundo lugar, que o escritor se ligasse ao povo, para ajudá-lo a conquistar uma consciência política; e em terceiro lugar, que os escritores se organizassem numa frente intelectual anti-fascista.³⁹⁵

Destas três indicações feitas por Hélio Pelegrino, as duas primeiras foram aprovadas pela comissão, de desconsiderou a última delas, com a justificativa de que não era função do congresso lançar os fundamentos de organismos políticos. Contudo, o parecer lido por Carlos Lacerda não propunha a publicação daquilo que havia sido aprovado (as duas primeiras indicações), por considerar que tal iniciativa esbarrava em certos inconvenientes políticos, para os quais ele não deu maiores explicações. Apesar das tentativas de Odilo Costa Filho e Martins de Almeida em fazer publicar o texto, a posição da comissão prevaleceu, com o apoio inclusive do autor da tese, que considerou que a publicação de apenas duas conclusões tornaria a tese inútil e vaga. Por fim, a votação do plenário optou, por meio da maioria, pela rejeição pura e simples das propostas de Hélio Pelegrino.³⁹⁶

Olívio Montenegro³⁹⁷ era o autor da tese seguinte, “O Estado Totalitário e a Vida Intelectual”³⁹⁸, cujo trabalho de apresentação coube ao delegado do Distrito Federal, Arnon de

³⁹² Paulo Emílio Sales Gomes compunha, juntamente com Antonio Candido, Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado, entre outros, o grupo da revista *Clima*. Tal qual seus companheiros, ele era parte da chamada Nova Geração, tendo se formado em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (ver PONTES, Heloisa. *op. cit.*).

³⁹³ Hélio Pelegrino fez parte da geração de novos escritores mineiros, posterior ao grupo de Carlos Drummond de Andrade, entre os quais militavam alguns nomes conhecidos, como Fernando Sabino e Francisco Iglesias. Apesar da formação em medicina, Pelegrino se voltou para a literatura. Politicamente, guardou aproximação com o pensamento de esquerda, mais voltado ao socialismo (ver http://www.releituras.com/helpelleagri_bio.asp - acessado em 28/01/2010).

³⁹⁴ Antes, porém, da leitura do parecer seguinte, os congressistas foram comunicados da ilustre presença de Monteiro Lobato, que foi recebido com prolongados aplausos, colocando-se todo o plenário em pé (p. 135).

³⁹⁵ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 135.

³⁹⁶ Idem, p. 136-137.

³⁹⁷ Apesar das poucas informações a seu respeito, sabe-se que ele compunha um grupo composto por nomes importantes, como os de José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Gilberto Freyre, Valdemar Cavalcanti e o próprio Arnon de Melo, seu relator (ver “A Correspondência Passiva de José Lins do Rego”. In: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4255&sid=530> – acessado em 28/01/2010).

Melo³⁹⁹. O texto abordava uma questão fundamental aos interesses dos escritores brasileiros, particularmente porque colocava em pauta as contradições existentes entre uma política baseada no totalitarismo e a livre manifestação cultural. Para isso, Montenegro fazia uma breve apreciação dos usos e desusos do termo *liberdade*, bem como as adaptações pelas quais ele passa, na medida das necessidades do regime político em curso. No caso específico dos governos antidemocráticos, o autor afirmava que ocorria uma absorção do conceito de liberdade no da autoridade, “pondo-se [a liberdade] dessa maneira menos em função dos indivíduos do que em função do poder”.⁴⁰⁰

Conforme o conceito lançado pelo escritor, economista e teórico político inglês Harold Laski⁴⁰¹, citado pelo autor em sua tese, o essencial da liberdade estaria na ausência de restrições que modificassem as condições necessárias ao “pleno de felicidade” a que aspirava todo o homem. Dessa forma, a liberdade deveria ser considerada como uma prerrogativa inerente ao “verdadeiro e completo crescimento da vida social como o movimento, o poder de jogar com os braços, com as pernas, de marchar, saltar, correr e dar função a todos os órgãos”⁴⁰². No entanto, segundo as observações de Montenegro, era o Estado Totalitário o principal empecilho ao pleno desenvolvimento deste *ser social ideal*:

o Estado que deixa de ser uma unidade orgânica, e tanto mais rico de iniciativa e de vontade quanto mais diferenciado nos valores que o representam, para ficar uma entidade abstrata – encarnação de uma idéia, de um princípio ou de uma mística. Apenas essa Verdade maiúscula, ao contrário das verdades menores, não se baseia nas provas racionais, que são suscetíveis de contestação: baseia-se na força. A força é que vem a ser o seu argumento todo-poderoso, a sua razão suprema, e aparentemente de um poder mais unificador do que a razão indutiva do Estado da concepção de Hegel, ou da concepção de Rousseau. Somente essa unificação não se opera, como no sentido hegeliano, pelo encontro necessário de todas as vontades atrás de uma consciência maior de si mesmas; mas pelo encontro de todos os medos. Ou seja, pela negação justamente de todas as vontades.⁴⁰³

³⁹⁸ MONTENEGRO, Olívio. “O Estado Totalitário e a Vida Intelectual”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 233-237.

³⁹⁹ Arnon de Melo era advogado e jornalista, tendo compartilhado da amizade de ilustres pensadores nordestinos, entre os quais Jorge de Lima, Aurélio Buarque de Holanda, José Lins do Rego, Valdemar Cavalcanti e Gilberto Freyre. Após o congresso dos escritores, envolveu-se nos trabalhos em torno da Esquerda Democrática. Ex-governador e ex-senador pelo Estado de Alagoas, Arnon de Melo era genro do ex-Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Lindolfo Collor, e pai do ex-presidente Fernando Collor de Melo (ver “MELO, Arnon”. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930* [versão 1.00, em CD-ROM]).

⁴⁰⁰ *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 233.

⁴⁰¹ A respeito de quem foi Harold Laski, há uma breve biografia em <http://social.jrank.org/pages/2303/Harold-Laski.html> (em inglês) - acessado em 28/01/2010.

⁴⁰² *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 234.

⁴⁰³ Idem, p. 234.

A partir desta definição, o autor encontrava a base de sua argumentação, considerando que um Estado que se construísse por sobre os pressupostos enunciados há pouco, não poderia convir com a exaltação da vontade, da iniciativa pessoal, do senso de escolha, bem como do espírito de análise e crítica. Em outras palavras, conforme expressão do próprio Montenegro, tudo o que reforçasse “o homem no homem” tomaria o ar de “agressão contra a segurança do Estado”. Portanto, concluía o autor, a classe intelectual seria a mais “comprimida” de todas, na medida em que as atividades criadoras estariam entre “as mais policiadas e as mais suspeitas”, isto graças ao seu “poder de inovação” e “espírito criador”, que as tornaria “irredutíveis a uma disciplina e a uma regra invariáveis”.⁴⁰⁴

Contudo, restava uma dúvida acerca da forma pela qual os regimes totalitários conseguiam manter o seu poder, ditatorial e repressor, sem que a população tivesse qualquer tipo de reação contrária. O autor considerava que as classes responsáveis pelo que ele chamava de “atividades mecânicas” eram mais fáceis de “domesticar”. Isso não se daria, entretanto, pela simples “deficiência de cultura ou de imaginação” destes grupos sociais, mas fundamentalmente por uma ação deliberada do Estado, que procurava incutir nas classes operárias uma forma de pensar característica da burguesia: o conforto e o bem-estar teriam, portanto, o efeito do “ópio” sobre os trabalhadores. Além disso, prosseguia Montenegro, o trabalho em massa serviria como uma distração aos operários, que não vislumbrariam os problemas do governo.⁴⁰⁵

Toda esta estrutura, que incluiria também um forte aparato policial, deveria servir aos interesses do Estado. Neste sentido, o autor afirmava que também as ciências, artes e letras não poderiam se exprimir senão em função da defesa das questões nacionais, notadamente suas causas máximas – a política e a econômica – que se juntariam “como gomos de um mesmo bago”. O intelectual, responsável direto pela produção cultural e científica, passaria a ter o seu trabalho dirigido por questões alheias às suas reais ambições, tornando-se uma “máquina de pensar, de sentir e de escrever”. Abriria-se mão do espírito crítico, em favor do espírito patriótico – este governado pela razão do Estado, muito mais do que pela sensibilidade, pela imaginação e pelo gosto individual.⁴⁰⁶

Este quadro, condizente com a situação vivida em alguns países europeus, bem como no próprio Brasil, era interpretado pelo autor como uma consequência do nacionalismo exagerado, que eliminava a livre iniciativa e a vontade criadora do povo. O trabalho artístico,

⁴⁰⁴ Ibid., p. 234-235.

⁴⁰⁵ Ibid., p. 235.

⁴⁰⁶ Ibid., p. 235-236.

dessa forma, teria o seu desenvolvimento prejudicado. Daí a afirmação do autor de que era impossível a coexistência de uma grande literatura e uma grande arte com uma política totalitária, voltada para si mesmo. Aquelas duas seriam possíveis somente em um ambiente livre de preconceitos, onde houvesse plena disponibilidade para “ver, comparar e julgar”⁴⁰⁷. Por fim, Montenegro dizia que:

Se para o comum dos homens a liberdade é uma condição de dignidade, de um maior aproveitamento possível das suas energias pessoais, para o artista é uma condição de vida. A ausência de liberdade nega-o duplamente – como artista e como cidadão. Acaba reduzindo-o à situação de exilado na própria terra, tanto ao artista é difícil ver sem comparar, sentir ou pensar independente da sua forma individual de expressão. E tanto ainda pela imaginação, pela idéia, por misteriosas heranças da sua sensibilidade, ele é levado a fazer do meio em que vive menos o ponto final do que o ponto inicial das ricas e universais experiências do homem e das coisas, que antecipa na sua arte.⁴⁰⁸

Esta crítica ao governo totalitário, em particular pela sua interferência na atividade intelectual, não poderia ter melhor aceitação por parte dos escritores presentes ao congresso da A.B.D.E., que não hesitaram em lhe dar aprovação, seguindo a indicação do parecer apresentado em plenário, que trazia ainda algumas observações. Considerando que a liberdade era um direito universal, cuja ausência reduziria o homem “aos limites puramente biológicos”⁴⁰⁹, o relator defendeu enfaticamente a atuação dos intelectuais na luta contra os regimes que restringiam a livre manifestação dos indivíduos. Baseado nesse pressuposto, e seguindo as enfáticas colocações de Sérgio Milliet – feitas na sessão de inauguração do evento – Arnon de Melo fazia a seguinte avaliação:

Fechar-se o intelectual às realidades, furtar-se ao combate, é coisa que já não se concebe; do ponto de vista moral, a omissão, abstenção ou silêncio é mais condenável que a própria ação mal orientada. Esta, ainda assim, é afirmação, enquanto omissão é deserção. É imperdoável que o intelectual se esquive a uma luta na qual é dos mais interessados e deixe aos outros a tarefa de conquistar os direitos e garantias indispensáveis ao cumprimento da sua missão.⁴¹⁰

O parecer apresentava, ainda, mais três aditivos à tese de Olívio Montenegro, também aprovados pelo plenário do congresso. Em linhas gerais, eles reafirmavam a impossibilidade de coexistirem o Estado totalitário e a vida intelectual, bem como a necessidade de uma

⁴⁰⁷ Idem, p. 236.

⁴⁰⁸ Idem, p. 236-237.

⁴⁰⁹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 138.

⁴¹⁰ Idem, p. 142.

participação mais ativa dos escritores na luta em favor da liberdade. Além disso, o relator sugeria que fossem respeitadas as chamadas “quatro liberdades de Roosevelt”, a saber, a liberdade de pensamento, a liberdade de culto, a liberdade de não ter medo da violência e a liberdade de não ter medo da miséria.⁴¹¹

O texto seguinte, de autoria do escritor trotskista Aristides Lobo, foi apresentado pelo comunista Moacir Werneck de Castro que, a exemplo de Arnon de Melo, seu antecessor, também era representante do Distrito Federal. “Da incompatibilidade entre regimes fascistas e a inteligência” baseava-se na afirmação de que o uso da inteligência, como forma do homem dominar a natureza e organizar a vida social, tinha íntima relação com questões externas ao indivíduo, como o regime político ao qual ele está sujeito. A partir daí, o autor da tese procurava refletir sobre o impacto de governos como os da Alemanha e da Itália sobre a atividade intelectual, e concluía que eles tinham promovido uma “atrofia mental generalizada” nestes países.⁴¹²

Uma vez que o fascismo figurava como o inimigo da inteligência e da cultura, caberia uma atitude aos próprios homens de pensamento, como forma, inclusive, de defenderem o seu ofício. Tal qual em outros momentos do congresso, a questão do dever moral do escritor era colocada em pauta, desta vez na conclusão de Aristides Lobo, citada no parecer de Werneck de Castro:

Lutar contra o fascismo constitui pois um dever para cada cidadão inteligente, pois efetivamente se trata de salvar a condição inteligente do homem em seus mais elementares fundamentos fisiológicos. Nenhum intelectual honesto, se é exatamente honesto e quer merecer o nome de intelectual, pode deixar de experimentar para com os regimes fascistas a mais firme repulsa. Porque uma inteligência que consente em sofrer limitações funcionais está forçosamente dentro desta alternativa: ou não é uma inteligência bastante desenvolvida ou funciona na ausência de quaisquer considerações de ordem moral.⁴¹³

Apesar deste apelo feito pelo autor da tese, coerente com o espírito de outras propostas apresentadas anteriormente, o relator optou pela aprovação apenas desta parte final do texto, como uma “enunciação do dever do escritor na luta contra o fascismo” – o parecer considerava que as apreciações de ordem antropológica e biológica escapavam à alçada do evento e que, portanto, o texto deveria ser rejeitado.

⁴¹¹ Ibid., p. 142.

⁴¹² Ibid., p. 143.

⁴¹³ Ibid., p. 143.

O delegado pernambucano Osório Borba foi o responsável pela análise do texto de Lúcio Pinheiro dos Santos⁴¹⁴, “Filosofia do momento atual”⁴¹⁵. O autor da tese, um ex-parlamentar português exilado no Brasil, realizava uma breve reflexão acerca do autoritarismo, considerando os riscos que ele acarretava à liberdade de pensamento e ação. Neste sentido, é interessante notar os argumentos utilizados na composição de seu texto, segundo os quais o olhar para o passado, se feito por um viés equivocado, poderia reavivar práticas relacionadas ao poder absoluto, até mesmo o velho sonho imperialista de algumas nações, particularmente as européias. A crítica, conforme as observações do próprio Lúcio Pinheiro dos Santos, era dirigida diretamente ao regime salazarista em Portugal, bem como a tentativa da Espanha de reconstruir o seu antigo império, reunindo suas ex-colônias americanas em torno da “hispanidad”.⁴¹⁶

Nas lutas de combate aos governos de exceção, o autor exaltava um “ascetismo entusiasta” característico dos movimentos de resistência de todos os povos ocupados pelo fascismo. Na sua opinião, os homens deveriam buscar incessantemente os “motivos generosos da vida”, não aceitando passivamente a tirania e os sentimentos falsificados, responsáveis diretos pela obstrução à liberdade de consciência. Dessa forma, as razões do Estado deveriam ser separadas das questões atinentes ao pensamento, não influenciando, inclusive, em áreas como a religião, posto que essa relação poderia dar uma falsa santidade a chefes totalitários, revestidos de um caráter miraculoso, como uma espécie de *salvadores da nação*.⁴¹⁷

Segundo Lúcio Pinheiro dos Santos, era preciso que essa confusão de imagens fosse desfeita, a fim de que não houvesse mais nenhum tipo de mistificação na mente das pessoas. O autor lembrava que, por conta dessas falsificações de consciência, o mundo havia assistido a célebre Questão Dreyfus, em que os partidários do exército e da Igreja francesa teriam traído a verdade em benefício de abstrações pomposas⁴¹⁸. Este tipo de “impostura cultural”, por sua vez, estaria no mesmo nível do fascismo e do “colaboracionismo” de que, naquele momento, os intelectuais tanto se envergonhavam. A atuação dos homens de cultura, portanto,

⁴¹⁴ Segundo a historiadora portuguesa Heloisa Paulo, não há um grande número de fontes a respeito de Lúcio Pinheiro dos Santos. Contudo, ela afirma que se tratava de um antigo professor da Universidade do Porto, sendo opositor do governo salazarista, razão pelo qual ele estava exilado no Brasil (ver PAULO, Heloisa. “O exílio português no Brasil: os ‘Budás’ e a posição antisalazarista”. In: *Portuguese Studies Review*, nº 14, 2006/7, pp. 125-142 [on line], em <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr/1420675.pdf> - acessado em 28/01/2010).

⁴¹⁵ SANTOS, Lúcio Pinheiro dos. “Filosofia do momento atual”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 327-331.

⁴¹⁶ Ver PEREZ MONFORT, R. *Hispanismo y Falange: los sueños imperiales de la derecha española*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992; MAEZTU, Ramiro. *Defensa de la Hispanidad*. 2ª ed. Madrid: Ediciones RIALP S.A., 2001.

⁴¹⁷ *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 328-329.

⁴¹⁸ Ver WINOCK, Michel. *op. cit.*, pp. 22-34.

deveria se efetuar no sentido da liberdade de pensamento, como forma de reabilitar os países degenerados pela ação dos regimes totalitários que, nas palavras do autor, já estavam em “seus últimos dias”.⁴¹⁹

Os meses que se seguiram à leitura e análise da tese trataram de corroborar as projeções de Pinheiro dos Santos. Todavia, refletindo o ambiente daquele momento, o autor antevia algo que não se confirmaria, ou seja, um clima amistoso entre as duas principais nações vencedoras do conflito, a saber, os Estados Unidos e a União Soviética:

O princípio que triunfa é o do entendimento e da interdependência entre os povos, com base no livre desenvolvimento das culturas nacionais, interdependentes. Na entrada do Ano Novo [1945], todos os homens livres verão com alegria e felicidade que o incontestável prestígio da URSS se equilibra, no mundo, com o prestígio do espírito livre da América. A entrada da América na política é honrosa para toda a América. Porque deixa aos outros a liberdade, e porque a honra de uma nação lhe vem do prestígio que ela alcança entre os povos da Terra. Todos os que foram homens livres, de Moscou e Lisboa, de Atenas e Viadivostok, de Pretoria ao Cairo e à Suécia, darão com satisfação, na entrada do ano, o seu viva à América. Viva a América!⁴²⁰

A idéia de que a América representava plenamente os ideais de liberdade parecia estar na mente de um número significativo de intelectuais presentes ao evento. Aníbal Machado, em seu discurso de abertura, já havia feito referência a este fato. Contudo, a exposição do presidente da A.B.D.E. fazia uma clara especificação, tratando de colocar os Estados Unidos como o modelo a ser seguido por aqueles que desejavam a instalação de um regime democrático no país e, por que não dizer, nas nações do mundo.⁴²¹

Por não se tratar de uma tese propriamente dita, uma vez que não trazia conclusões precisas – apenas um diagnóstico, do ponto de vista filosófico, da situação pela qual o mundo passava naquele momento – o texto de Lúcio Pinheiro dos Santos recebeu uma indicação pela sua publicação nos Anais. O relator considerou o fato de que as observações do autor constituíam “uma contribuição a ser incorporada ao material de esclarecimento dos trabalhos do Congresso”.⁴²²

⁴¹⁹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 329-330.

⁴²⁰ Ibid., p. 331.

⁴²¹ Discurso de Aníbal Machado na sessão de abertura do congresso dos escritores. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 27. Ver também, a respeito da imagem que os Estados Unidos tinham no Brasil, OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Sinais da modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *op. cit.*; e TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo Sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴²² Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 145.

Antes, porém, da votação, Osório Borba citou a restrição feita por um dos revisores da tese, Caio Prado Júnior, que considerava que o conteúdo do texto se colocava em um plano idealista “falso e algumas vezes perigoso”. Partindo de uma perspectiva teórica diversa, o eminente historiador marxista não concordava com a afirmação de que se pudessem separar as questões da consciência dos problemas do Estado⁴²³. No entanto, por concordar com os princípios políticos fundamentais que o autor propunha, o revisor consentiu com sua inclusão nos Anais, aprovada imediatamente pela votação em plenário.⁴²⁴

O parecer seguinte, apresentado pelo escritor e militante comunista Astrojildo Pereira⁴²⁵, trazia uma breve análise da tese de Osório Borba, “O apoliticismo dos intelectuais”⁴²⁶. O texto seguia uma linha de raciocínio já utilizada anteriormente por alguns de seus confrades. O espírito de indignação presente em algumas teses e discursos traduzia um claro posicionamento acerca das funções dos intelectuais, enquanto membros de uma sociedade em crise, dominada por mistificações e desmandos de toda ordem por parte de regimes autoritários, responsáveis pela obstrução ao livre pensamento. O próprio título é, neste sentido, sintomático, pois localizava o alvo da crítica do autor na inércia de alguns homens de cultura, no momento em que era tão urgente a sua atuação.

A guerra está sugerindo, por toda a parte, uma série de inquéritos à inteligência em torno dos problemas que ela revelou. Diante dos tremendos enigmas do momento, os homens práticos se voltam para as expressões puramente intelectuais em busca de rumos que estas, possivelmente, entreverão, melhor, na cerração de uma hora convulsa e confusa, com os poderes da intuição, a experiência vivida ou a sabedoria.⁴²⁷

Numa clara alusão aos requisitórios publicados recentemente no Brasil, *Testamento de uma Geração*⁴²⁸ e *Plataforma da Nova Geração*⁴²⁹, o autor lembrava o clima de perplexidade que permeava as principais mentes brasileiras, particularmente em relação a qual posição o intelectual deveria assumir em face do conflito mundial e da futura paz. Osório Borba, contudo, oferece ao dilema uma resposta preliminar, a qual ele classifica como a “mais

⁴²³ Ver IUMATTI, Paulo. *Diários Políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998; _____. *Caio Prado Júnior: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007; RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: FAPESP: Editora 34, 2000.

⁴²⁴ Idem, p. 145.

⁴²⁵ Astrojildo Pereira foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro, em março de 1922 (ver “PEREIRA, Astrojildo”. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro-pós-1930* [versão 1.00 em CD-ROM]).

⁴²⁶ BORBA, Osório. “O apoliticismo dos intelectuais”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de 1945*, p. 238-241.

⁴²⁷ Idem, p. 238.

⁴²⁸ CAVALHEIRO, Edgard. *Testamento de Uma Geração*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.

⁴²⁹ NEME, Mário. *Plataforma da Nova Geração*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.

razoável”, e que exemplificava, mais uma vez, o senso comum daqueles intelectuais, simbolizado pelas posições de Mário de Andrade.⁴³⁰

a posição do intelectual em face dos problemas criados para as nações e a humanidade não deve constituir uma questão à parte. A posição do intelectual há de ser a mesma de todos os homens conscientes da hora em que o mundo vive e do seu dever diante dos perigos que os ameaçam a todos. Com apenas o acréscimo de responsabilidade proporcional ao grau de inteligência e cultura e prestígio de cada um.⁴³¹

O autor julgava que a insistência em questões deste gênero estaria ligada a uma noção de “alheamento” em que permanecia a generalidade dos intelectuais “em relação aos problemas da direção dos povos”. Nas palavras de Osório Borba, o apoliticismo, “em sua forma mais radical de absoluto desinteresse, já não pela técnica e a prática da ação política, mas pelas próprias idéias políticas”, seria “o maior preconceito, o vício tradicional, a deformação profissional dos homens de letras”⁴³². Para tanto, ele cita uma “conhecida proclamação” do poeta norte-americano Archibald Mac Leish, em que a intelectualidade era convidada “a meditar no erro dessa nirvânica passividade ante os perigos que se acumularam nos últimos tempos contra a civilização e, particularmente, contra um pedaço do mundo organizado na base de um conceito intangível da dignidade humana”. Segundo o autor, o êxito das forças de opressão se devia, em grande parte, a uma “consciente e deliberada ignorância da política por parte dos chamados intelectuais”.⁴³³

A aceitação passiva, a indiferença pelas questões políticas, o “apoliticismo” das elites intelectuais explica em parte o sucesso das mistificações, dos sofismas, das “chantages” com que, por todo o mundo, a “mística” totalitária andou debilitando as resistências democráticas e envenenando os espíritos mais simples e as inteligências mais desprevenidas com o estribilho agourento de uma necessária e inevitável regressão da humanidade às mais odiosas formas de escravidão.⁴³⁴

Osório Borba admitia que havia uma clara diferença entre a atividade literária e o que havia de “contingente temporal na política”. No entanto, sua opinião deixava claro que tal distinção não poderia servir de pretexto para que o artista se tornasse um “trânsfuga dos

⁴³⁰ PIRES JÚNIOR, Sidney Oliveira. op. cit.

⁴³¹ BORBA, Osório. “O apoliticismo dos intelectuais”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 238.

⁴³² Ibid., p. 238-239.

⁴³³ Ibid., p. 239.

⁴³⁴ Ibid., p. 239.

deveres”, um cidadão que abdicava de sua soberania e de uma importante parcela de atribuições na escolha dos destinos de toda uma coletividade. A imagem da “torre-de-marfim” surgia como uma representação do que havia de mais absurdo e criminoso.⁴³⁵

A crítica do autor se estendia àqueles que colocavam a inteligência a serviço, pura e simplesmente, do poder, não importando o regime em questão. Para ele, a falta de idéias políticas próprias e a busca por recompensas (“postos, honraria ou outros agrados”) estavam na raiz deste tipo de procedimento que alguns homens de pensamento adotavam com relação a governos autoritários. Estes, porém, não deveriam ser levados em conta, por não constituírem “uma expressão digna do intelectual”.⁴³⁶

A questão problemática, insistia Osório Borba, estava relacionada com o conformismo das inteligências diante do avanço do totalitarismo e da opressão. Este “apoliticismo”, segundo a própria classificação do autor, servia única e exclusivamente aos interesses da tirania. Pela inércia dos intelectuais, as massas sofriam pela falta de informações e esclarecimentos e, portanto, careciam dos instrumentos espirituais necessários à formação de um resistência armada⁴³⁷. Baseado nisso, o autor formulava uma breve conclusão, em que chamava os membros do congresso a assumirem uma postura mais atuante no quadro atual dos acontecimentos:

O I.º Congresso Brasileiro de Escritores, no momento em que o Brasil vê aproximar-se sua hora histórica decisiva para o seu destino – a da recuperação da sua liberdade, da retomada de suas tradições de povo livre, longamente negadas, e sufocadas e escarnecidas, formula aqui um apelo fraternal a todos os intelectuais brasileiros, para uma participação mais ampla e efetiva na vida política, isto é, na determinação dos destinos nacionais e na realização da nossa aspiração de progresso humano e social.⁴³⁸

Esta última sentença, reproduzida ao plenário pelo relator do texto, Astrojildo Pereira, foi aclamada pelos escritores presentes, dando-lhes aprovação imediata, tal qual o sugerido pelo parecer apresentado⁴³⁹. A tese seguinte foi apresentada pelo intelectual comunista Alberto Passos Guimarães, cujo título era “Democracia e Planificação”, de autoria do jurista Pontes de Miranda.⁴⁴⁰

⁴³⁵ Ibid., p. 239-240.

⁴³⁶ Ibid., p. 240.

⁴³⁷ Ibid., p. 240-241.

⁴³⁸ Ibid., p. 241.

⁴³⁹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 145-146.

⁴⁴⁰ MIRANDA, Pontes de. “Democracia e Planificação”. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 222-228. Acerca de sua atuação como jurista, visitar a página do Memorial Pontes de Miranda (<http://www.trt19.gov.br/mpm/inicial.htm> - acessado em 28/01/2010).

Na opinião do autor, a democracia era o único ambiente propício à planificação da economia e da sociedade, haja vista que a igualdade entre as pessoas deveria vir acompanhada da liberdade política. Dessa forma, a repressão característica de governos como o fascista e o nazista, era considerada incompatível com o ideal de planificação. A partir de três enunciados, o autor deixa bem clara a sua posição, e lança as bases de sua argumentação:

(1) Se é certo que a forma política igualitária seja a que mais simplifica e mais assegura os resultados da economia de plano, (2) não é verdade que a democracia, ainda a parlamentar, seja incompatível com a planificação, (3) e não é verdade que as formas monocráticas e oligocráticas, notadamente a fascista, sejam mais propícias à planificação que a democrática: ao contrário disso, as formas monocráticas e oligocráticas, ou planificam para a guerra, ou são as mais impróprias à planificação que dê resultados.⁴⁴¹

Estas três verdades, contudo, só poderiam ser levadas ao povo por uma ação conjunta dos intelectuais, economistas, juristas, engenheiros, médicos, e dos próprios escritores de ficção, que teriam por tarefa inserir estas prerrogativas na mentalidade pública, “como lastro psicológico à defesa da democracia e das liberdades”.⁴⁴²

O modelo econômico mundial, tal como se apresentava naquele momento, seguia dois pressupostos básicos, o do consumo e o da produção. Na visão do autor, estes dois elementos poderiam ser tomados como os fins e os meios de uma sociedade caracterizada pelas diferenças de classes. A planificação, neste sentido, assumia um caráter de urgência, e Pontes de Miranda deixava clara a sua perspectiva quanto ao que viria a ser “planificar”:

Planificar é estabelecer [uma] série de proposições encadeadas em ordem lógica e cronológica, de modo que se verifique certa unidade, não só dentro dos pensamentos, como também entre eles. Pode-se planificar, portanto, com indefinido número de combinações de proposições e com um incalculável número de propósitos. Falar-se de planificação, sem se precisarem os fins a que obedece, é o mesmo que se falar de combinar proposições sem se saber como as escolher. Dentro da própria expressão “planificação econômica” está [uma] infinidade de planificações possíveis. As monocracias e as oligocracias, como as democracias, são quase tão livres, planificando, quanto o são sem planificar. Apenas se lhes exige que as suas proposições obedeçam a encadeamento lógico e cronológico.⁴⁴³

Partindo deste princípio, o autor considerava que a planificação representaria um bem ou um mal para as sociedades, na medida em que fossem definidos os fins a que ela servia. Na

⁴⁴¹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 222.

⁴⁴² Ibid., p. 222.

⁴⁴³ Ibid., p. 222-223.

opinião de Pontes de Miranda, o contexto atual solicitava um modelo que tivesse por postulado principal o aumento do poder aquisitivo das populações. Retomando as questões de consumo e produção, ele afirmava que o aumento na renda implicaria em que as pessoas consumissem mais e, conseqüentemente, a produção crescesse.⁴⁴⁴

Contudo, era necessário que se estabelecesse um paralelo entre a planificação e o regime democrático de governo. O autor não fugia a este dilema, procurando demonstrar que era possível, e fundamental, que o ato de planificar estivesse vinculado à prática da democracia. Pontes de Miranda lembrava que o “plano” aludia, freqüentemente, “a série de atos que têm maior persistência que o comum dos atos” e que, portanto, ficava implícita a idéia de “rigidez”, de “vontade expressa”, que deveria permanecer apesar das dificuldades e das “variações ocasionais das vontades circundantes ou das vontades mesmas que adotaram o plano”. De qualquer forma, o autor afirmava que as liberdades deveriam prevalecer, uma vez que se tratavam de direito reconhecido constitucionalmente, como regras mais rígidas que as outras.⁴⁴⁵

Dessa forma, o autor considerava que a contradição entre democracia e planificação estava apenas na cabeça daqueles que a afirmavam, particularmente em regimes parlamentaristas, incapazes de enxergar a adaptação do plano aos governos democráticos, e vice-e-versa. Segundo Pontes de Miranda, não havia dúvida de que o sistema igualitário simplificava a elaboração e a execução da planificação. O autor defendia que em sociedades mais ou menos igualitárias, o plano deveria ficar restrito a política de um partido único e que, portanto, o molde ideológico dos planejadores deveria ser um só⁴⁴⁶. Contudo, a exemplo do que ele já havia feito no início de sua tese, ele procurava deixar claros os limites entre o ato de planificar e as práticas de regimes totalitários, tais como o nazista e o fascista.

Em sociedades do tipo fascista, o partido único, ou o grupo oligocrático, ou monocrático, exerce a função de planificar, *sem outros limites que o próprio querer*. Os fins são pessoais e, pois, perigosos e mudáveis. Em vez de limitado número de planos possíveis, como se daria em Estado igualitário, há número incalculável de planificações possíveis, e os dominantes planificam... *para si*.⁴⁴⁷

Pontes de Miranda insistia que a questão fundamental para que a planificação fosse plenamente adequada à democracia estava na definição de “fins certos”, ou seja, aqueles que

⁴⁴⁴ Ibid., p. 223.

⁴⁴⁵ Ibid., p. 223.

⁴⁴⁶ Ibid., p. 223-224.

⁴⁴⁷ Ibid., p. 224.

trouxessem algum benefício às populações destituídas dos meios necessários a sua sobrevivência, como casas, escolas, alimentos, entre outros. Dessa forma, os responsáveis por planificar deveriam ter bem claros os objetivos a serem alcançados, ou seja, qual o grau de igualdade almejado. Os homens, neste sentido, assumiam um papel fundamental, uma vez que seriam eles os encarregados por dar direção ao plano, definindo o que deveria, ou não, ser feito. E, para que não houvesse privilégios deste ou daquele grupo social, o ideal seria que todas as decisões fossem tomadas mediante a participação de todas as classes interessadas. Além disso, a liberdade de discussão surgia como elemento fundamental, para que se não cometessem erros e deturpações.⁴⁴⁸

Por fim, o autor defendia que tais iniciativas deveriam partir do Estado, que assumiria o papel de protetor dos interesses populares, ante os anseios mesquinhos de “um ou alguns” que expropriavam o poder e a liberdade. Sua ingerência, neste sentido, só seria eficaz no momento em que permitisse a livre expressão das idéias. Segundo suas palavras, sem a democracia e a liberdade, não se planificaria a contento, “porque não se aumenta o poder aquisitivo, salvo se tudo mais se subordina a principalidade objetiva, impessoal, desse aumento de poder aquisitivo, o que só o igualitarismo asseguraria”. E, como forma de conservar o ambiente democrático, Pontes de Miranda solicitava a adoção de pelo menos cinco regras essenciais, a saber: “direito à existência”; “direito ao trabalho”; “direito à assistência”; “direito à educação”; “direito ao ideal”.⁴⁴⁹

De acordo com autor, este último relacionava-se diretamente a condição do escritor, o que não constituía uma afirmação sem fundamento, haja vista o fato de que os intelectuais demandavam a faculdade plena do ato de pensar e refletir. Colocados em um texto constitucional, estes direitos produziriam “direitos subjetivos” que conciliariam os homens e imprimiriam às planificações o sentido que lhes faltava e que lhes poderia dar com “a forma igualitária, ou com a forma democrática e com a liberdade”.⁴⁵⁰

Estas conclusões foram avaliadas positivamente pelo relator, que opinou pela aprovação da tese pelo plenário que, por sua vez, consentiu com a indicação do parecer⁴⁵¹. Em seguida, o escritor e militante comunista Dionélio Machado promoveu a apresentação do texto de Alceu Marinho Rego⁴⁵², “Federação e Cultura”.⁴⁵³

⁴⁴⁸ Ibid., p. 226.

⁴⁴⁹ Ibid., p. 228.

⁴⁵⁰ Ibid., p. 228.

⁴⁵¹ Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 147.

⁴⁵² A respeito de Alceu Marinho Rego, não foram encontradas muitas referências, sabendo-se, contudo que ele militou pela causa socialista, tomando parte do processo de fundação do PSB (ver SILVA, Luis Dario da. *PSB* /

A exemplo das idéias expostas em outras teses, conforme o caso do texto de Édison Carneiro, “Estudos Regionais”⁴⁵⁴, a questão do regionalismo era novamente citada no plenário. Vale lembrar o fato de que uma das características marcantes do regime estadonovista era justamente o centralismo político, que anulava a autonomia dos Estados em prol da ideologia nacionalista do governo. Neste sentido, é possível supor que as sugestões em torno do ideal federativo, bem como a defesa do regionalismo, compunham parte de um discurso mais específico, voltado ao próprio caráter opositor do congresso dos escritores.

O autor, presente ao evento na condição de delegado pelo Distrito Federal, fazia a defesa do Federalismo como suporte elementar para o desenvolvimento cultural do país. Para tanto, Marinho Rego partia de uma perspectiva geográfica do Brasil, afirmando que este, apesar de suas dimensões continentais, assemelhava-se muito mais a um arquipélago, em que os centros povoados, tais como ilhas, se comunicavam em grande parte pelo mar e pelos rios. Dessa forma, dizia ele, um olhar sociológico para o território brasileiro revelaria uma realidade plural: “o Brasil é multi-Brasil, é justaposição que no andar dos anos o pensamento político vincula e cimenta, cada dia mais fortemente”.⁴⁵⁵

Alceu Marinho Rego vinculava este caráter federativo do país a sua própria história, uma vez que, na sua opinião, desde os tempos coloniais a tradição seria “federal”, tendo sido interrompida pela centralização imperial e restaurada quando da proclamação da República⁴⁵⁶. Na raiz dessa multiplicidade de aspectos que caracterizariam o Brasil, o autor resgatava o processo de expansão territorial, quando os limites do Tratado de Tordesilhas foram ultrapassados e a colonização atingiu o interior.

A política de expansão territorial, que arremessara as fronteiras de Tordesilhas interior adentro, desata-se dos primitivos núcleos de povoamento e colonização e incorpora politicamente ao Brasil o Extremo-Norte, o Oeste e o Extremo Sul. As fronteiras econômicas não acompanham esse deslocamento das fronteiras políticas, resultando então que as regiões se desenvolvem desigualmente, entregues aos seus recursos próprios, marcadas pela técnica variável de sua produção e pelas características dos elementos humanos que preponderam na execução do trabalho social: é o pastoreio, a lavoura, a mineração; é o

O Socialismo Pragmático: uma análise política e histórica. Olinda: ECCO, 1992 [on line], em http://www.loveira.adv.br/aplj/outros/obra_dario.doc - acessado em 28/01/2010).

⁴⁵³ REGO, Alceu Marinho. “Federação e Cultura”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 229-232.

⁴⁵⁴ CARNEIRO, Édison. “Estudos Regionais”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 175-176.

⁴⁵⁵ *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores*, p. 229.

⁴⁵⁶ *Ibid.*, p. 229.

indígena, o preto africano e o reinol na cúpula da sociedade. Mais tarde, a preponderância aqui e ali, diferentemente, ao lado do português, das populações mestiças de índios e negros ou ainda de ambos.⁴⁵⁷

Com relação a essa desigual preponderância, o autor advertia que a própria formação cultural dessas regiões sofreria impactos significativos, considerando que “o folclore, a cozinha, a família, a habitação, o vocabulário, o vestuário” eram aspectos que variavam de acordo com “a latitude e o relevo do solo, com a proximidade do mar, com a produção e o comércio, com os hábitos e tradições acrescentados aos dos brancos, no andar do tempo, pelo índio, pelo preto e mais adiante pelo imigrante europeu”. Assim, os próprios tipos antropológicos, segundo expressão de Marinho Rego, não poderiam ser confundidos, uma vez que os habitantes de uma região como a amazônica, guardariam características peculiares, se comparados com os indivíduos nativos das terras mais ao sul do país.⁴⁵⁸

Neste sentido, afirmava o autor, a idéia de uma unidade nacional não passava, necessariamente, por uma uniformização dos tipos humanos, mas precisamente por uma prática inversa, em que fossem respeitados os caracteres peculiares a cada povo, das diferentes regiões, e as “aspirações específicas de cada coletividade”. Por essas razões, o modelo político federal seria o mais adequado àqueles que planejavam a promoção da unidade, dentro de um quadro tão diverso, tal qual se apresentava no Brasil. A cultura, por sua vez, só teria a ganhar com o advento da federação.⁴⁵⁹

A federação é a vida política da região, é o governo legítimo local e portanto: a vivificação de todos os elementos da vida social compreendidos dentro de determinados limites históricos. Em consequência: o ambiente apropriado o desenvolvimento natural da cultura no país, cujo painel se representa por mosaicos firmemente cimentados. Essa cultura não é fracionária, porém múltipla, e não obstante centrípeta.⁴⁶⁰

Segundo Alceu Marinho Rego, o escritor não poderia ficar indiferente aquele problema, não podendo incorrer, contudo, a qualquer tipo de “regionalismo de preconceito”. Lembrando Franklin Távora⁴⁶¹, o autor considerava que, tal qual a política, as letras teriam “certo caráter geográfico” e que, portanto, a realidade nacional não poderia abdicar de seus planos múltiplos, cada qual configurado segundo o “adiantamento cultural de cada região,

⁴⁵⁷ Ibid., p. 229-230.

⁴⁵⁸ Ibid., p. 230.

⁴⁵⁹ Ibid., p. 230.

⁴⁶⁰ Ibid., p. 230-231.

⁴⁶¹ Franklin Távora é patrono da cadeira nº 14 da Academia Brasileira de Letras, tendo se notabilizado pela defesa do que ele chamava uma “literatura do Norte” (ver www.academia.org.br – acessado em 28/01/2010).

pelos homens que se debruçam sobre os problemas, fatos e sugestões da vida coletiva ou neles se inspiram”⁴⁶². E concluía:

bater-se o escritor pela federação é bater-se pela cultura nacional, que se forma e enriquece de contribuições regionais. O sistema unitário entorpece e estiola a livre criação, marcada pela procedência regional, entretendo uma atmosfera de suspeita em torno de sua obra, sob a invocação de um espírito nacional que não se acha nem remotamente ameaçado.⁴⁶³

O parecer de Dionélio Machado mostrou-se simpático às idéias do autor, sugerindo que a tese fosse aprovada pelo plenário, com uma pequena modificação, contudo, no corpo do texto. De acordo com o relator, era necessário que se reafirmasse o valor da federação, como meio fundamental para que se atingisse a almejada unidade nacional.

Jorge Amado, representante da delegação baiana no congresso, foi o responsável pela apresentação da proposta de Lia Corrêa Dutra⁴⁶⁴, intitulada “O escritor na guerra e no mundo de após guerra”⁴⁶⁵. Tal qual o texto de Osório Borba, e seguindo a mesma linha do já citado discurso inaugural de Sérgio Milliet, esta tese considerava a urgência do momento histórico, no sentido de que se fazia necessário, mais do que em qualquer outro momento, a participação dos homens de letras, e de todos aqueles ligados às artes em geral. Os conflitos estabelecidos em solo europeu não poderiam ser desconsiderados pelos intelectuais, uma vez que os valores pelos quais se batiam os soldados aliados tinham um caráter universal, atingindo os mais variados grupos sociais, em todos os países do mundo que estivessem interessados em derrubar o ambiente de opressão e medo, característico dos regimes nazi-fascistas.

É um movimento que abrange tudo, que envolve todas as nações, todas as raças, todos os setores da atividade, todos os credos, todos os partidos, todos os homens. Não é só uma luta de exércitos contra exércitos; é a luta de dois mundos, é a luta da liberdade contra a escravidão, da vida contra a morte. Não se pode chegar “au dessus de la mêlée”; “au dessus de la mêlée” não há mais nada, apenas o espaço vazio onde o homem não se sustenta; nada baixo, nada dos lados; a “malée” tornou-se geral, arrastando

⁴⁶² Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores*, p. 231.

⁴⁶³ Idem, p. 231.

⁴⁶⁴ Não há informações precisas a respeito de Lia Corrêa Dutra, sabendo-se, contudo, que ela foi a responsável por um estudo acerca de José Lins do Rego em 1938 (ver BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 397). Além disso, ela fez parte do grupo de signatários do *Manifesto Pela Paz*, em 1949, podendo-se supor a sua proximidade com o comunismo (ver CANCELLI, Elizabeth. “Mal estar de escrever: memórias de cárcere em tempos de ditadura e de Guerra Fria”. In: *PROIN – Projeto Integrado: Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo* [on line] – acessado em 28/01/2010).

⁴⁶⁵ DUTRA, Lia Corrêa. “O escritor na guerra e no mundo de após guerra”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 332-341.

todos os seres e todas as instituições; é um tremor de terra que sacode edifícios pela base, é um tufão que desenraiza tanto árvores possantes quanto arbustos capazes de se curvar até o chão; é um dilúvio sem arcas de Noé.⁴⁶⁶

A autora afirmava que, ante este quadro, era impossível que alguém deixasse de tomar uma atitude, sendo que o próprio silêncio seria, por si mesmo, um ato de abstenção. Assim, segundo suas palavras, o escritor que se negasse a levantar a voz para exprimir uma opinião, já a estaria deixando bem clara, por meio de seu mutismo. Neste sentido, os livros, os jornais e as rádios seriam as armas da retaguarda, utilizadas por civis que, na opinião de Lia Corrêa Dutra, deveriam assumir um amplo engajamento em prol das mesmas coisas pelas quais lutavam os combatentes das nações democráticas.⁴⁶⁷

Já não se tratava de um conflito de trincheiras, com técnicas pouco avançadas de guerra; ao contrário disso, os embates caracterizavam-se pela utilização do que havia de melhor em tecnologia bélica, o que trazia conseqüências devastadoras para as nações envolvidas, particularmente as européias, palco principal das disputas⁴⁶⁸. Diante desta situação pouco animadora, onde cidades inteiras eram destruídas e milhares de crianças eram brutalmente assassinadas, a autora fazia um breve questionário quanto ao papel que deveria ser desempenhado pelos escritores:

Que deve o escritor fazer? Cruzar os braços, fechar os olhos e os ouvidos, e cantar as belezas da manhã, o perfume das rosas, as asas dos anjos, os amores de João e de Maria?

Que deve o escritor fazer? Comentar os clássicos, entreter-se em pesquisas de bibliotecas ou museus, para determinar a autoria e a idade de velhos alfarrábios comidos de traças, estudar o estilo de monumentos que uma bomba arrasará amanhã, louvar a excelência dos livros que em alguns países têm sido queimados em praça pública, vasculhar a alma de uma humanidade que está morrendo de fome e desespero?

Que deve o escritor fazer? Declarar que odeia a violência, que o sangue lhe repugna, que a guerra o enfastia, e que o ruído dos canhões lhe fere os ouvidos educados nas salas de concertos e conferências, que prefere considerar o homem como uma abstração e o momento presente como sem importância diante da eternidade?

Que deve o escritor fazer? Dizer que não pode tomar partido, porque nenhum dos partidos em jogo é o seu, porque a democracia falhou, porque não crê no comunismo e não confia nos políticos que dirigem a guerra?

⁴⁶⁶ Idem, p. 332.

⁴⁶⁷ Ibid., p. 332.

⁴⁶⁸ Ibid., p. 332.

Que deve o escritor fazer? Dizer que a Arte existe por si própria, independentemente dos outros fatores sociais, aos quais não lhe cabe sujeitar-se, sob pena de marchar sua pureza e de decair de sua alta significação; afirmar que a Arte atravessará incólume e intangível todos os horrores da época, dos quais não precisa tomar conhecimento?

Que deve o escritor fazer?⁴⁶⁹

Lia Corrêa Dutra afirmava que tais questões haviam sido formuladas em todos os países do mundo, e que as respostas teriam decidido o destino do povo em algumas ocasiões. Segundo ela, nas nações onde os intelectuais se conservaram mudos, a cultura fora estrangulada, com escolas e faculdades fechadas, livros queimados, o pensamento sufocado. Tratava-se, no seu entender, de um “silêncio do medo, o silêncio do povo escravizado, o silêncio da morte”.

Contudo, o colaboracionismo figurava para a autora como a mais infame das atitudes que um homem de letras poderia tomar, posto que se tratavam de “covardes”, que teriam abdicado da própria dignidade para “salvar a pele e a situação econômica”. Esta clara alusão ao caso francês, em que havia se estabelecido o governo colaboracionista de Vichy (cuja queda havia se dado em meados de 1944), também resgatava o exemplo de tantos outros nomes importantes da intelectualidade da França, que teriam sido fundamentais no interior do movimento de resistência à presença alemã em seu território. Entre outros, Dutra citava homens como Gide, Aragon, P. Emmanuel, Paul Eluard e Mauriac, que teriam colocado suas vozes e suas penas em favor da liberdade de seu povo⁴⁷⁰.

Os fuzilamentos de intelectuais não foram esquecidos pela autora, que considerava tais sacrifícios como profissões de fé e, neste sentido, serviriam de apelo para outros que por acaso tinham dúvidas quanto a um engajamento efetivo na luta contra a opressão⁴⁷¹. Para Lia Corrêa Dutra, a resposta positiva que muitos deram aos chamados destes *heróis* se devia, em grande parte, ao próprio ambiente que os rodeava, uma vez que quase a totalidade das populações estavam envolvidas ativamente na luta de seus exércitos, fosse na produção de armas e equipamentos para os soldados, fosse na defesa de seus territórios. E a autora se perguntava, se diante de um quadro em que uma grande parcela dos indivíduos estava

⁴⁶⁹ Ibid., p. 333.

⁴⁷⁰ Ibid., p. 334. A respeito do colaboracionismo praticado por alguns intelectuais franceses, ver WINOCK, Michel. *op. cit.* e WILKINSON, James D. *op. cit.* Novamente, o caso francês era citado como forma de dar demonstração do que seria a verdadeira *função* do intelectual, notadamente a luta contra o nazi-fascismo.

⁴⁷¹ Cumpre recordar, uma vez mais, o caso emblemático do historiador Marc Bloch, fuzilado em 1944, após ser capturado pelas tropas nazistas (ver BLOCH, Marc. *op. cit.*).

reagindo aos fatos atuais, era possível que o escritor se mantivesse em uma posição apartada das demais pessoas. E imediatamente era parece sugerir uma resposta.⁴⁷²

Poderia apenas o escritor, e sua corporação, manter-se fora do movimento, esquivar-se a dar também o seu auxílio? Não é esta uma guerra feita para resguardar a cultura e permitir que ele continue a ser um escritor, isto é, um homem que tem o poder de comunicação com os outros homens, transmitindo-lhes suas próprias idéias, influenciando-lhes na opinião; um homem a quem compete esclarecer o povo, guiá-lo, instruí-lo e mesmo, muitas vezes, obrigá-lo a pensar? Quem, mais do que o escritor, necessita da Liberdade para exercer sua profissão?⁴⁷³

Novamente, a idéia de que os intelectuais serviriam ao papel de gurus de uma sociedade em crise era posta em pauta. Tal qual algumas das principais teses apresentadas por outras comissões, inclusive pela de Assuntos Políticos, o texto de Lia Corrêa Dutra defendia que os homens de cultura estivessem dispostos a esclarecer o povo quanto aos seus direitos, liderando-os inclusive, espiritualmente, na luta pela liberdade. Para a autora, os escritores europeus já haviam compreendido a importância de tal missão, sendo que muitos haviam ficado pelo caminho, porém lutando.⁴⁷⁴

O dilema, naquele presente momento, em particular o do Congresso da A.B.D.E., era justamente qual deveria ser a atitude do homem de letras brasileiro diante da guerra e do mundo que estaria por vir. De fato, Dutra questionava seus confrades acerca de quais deveriam ser os reais motivadores daquele encontro em São Paulo, em um período tão decisivo para os rumos do país, dominado por um governo ditatorial que já se estendia por quase oito anos, e de todo o conjunto de nações do planeta⁴⁷⁵. E seu parecer é incisivo:

Ao escritor não basta assegurar as bases econômicas para o exercício de sua profissão; necessita, antes de mais nada, preparar e proteger seu ambiente, um ambiente em que tenha possibilidade de criar, de falar e de escrever, de manifestar claramente sua opinião, de dar à sua arte os rumos que lhe são próprios, do comunicar diretamente com o seu público, sem outra censura senão a que é prevista, em lei, para os crimes de atentado ao decoro, e a que seu público lhe impõe, além da do bom gosto, da decência e das normas naturais à verdadeira literatura. Nenhuma outra profissão tanto das condições políticas do país, nenhuma outra, repito, precisa tanto da Liberdade para existir. Que importa sejam garantidos ao escritor os seus direitos autorais, se não se lhe garantem os seus direitos de criação? Que importa que o jornal lhe pague bem a sua colaboração, se a limita aos quadros da conveniência do momento, se lhe

⁴⁷² Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores*, p. 335.

⁴⁷³ Idem, p. 335-336.

⁴⁷⁴ Ibid., p. 336.

⁴⁷⁵ Ibid., p. 336.

impõe ou se lhe veda assuntos e conclusões? Que importa que o editor imprima seu livro, remunerando-o a contento, se a edição pode ser apreendida ou impedida de circular?⁴⁷⁶

A autora considerava que não poderiam ser dadas desculpas para qualquer ato de neutralidade, uma vez que só existiam “dois lados, duas facções” e, entre elas, “nada”. Em um extremo, encontrar-se-iam aqueles amantes da liberdade e da democracia, enquanto que, do outro, estariam os que queriam a escravidão e o triunfo fascista. Não havia espaço, segundo Dutra, para os indiferentes. Por essa razão, ela conclamava os delegados ao congresso para que estes apontassem e demarcassem seu campo, esclarecendo quais seriam os deveres do escritor para com o público, a sua consciência e a sua profissão.⁴⁷⁷

Queremos apenas definir nossa posição, conhecer nossos compromissos, saber o que devemos ao público e o que ele espera de nós, esclarecer o significado dessa palavra “escritor”, pesar o que ela contém de responsabilidades e promessas; queremos o direito de influir diretamente sobre o leitor; queremos a permissão de explicar ao povo o verdadeiro sentido desta guerra e prepará-lo para o mundo em formação. Na realidade viemos aqui fazer a defesa de nosso direito de trabalhar e escrever; o que nos preocupa agora não é o destino dos gênios, mas o destino da nossa profissão. E essa, como todas as profissões, depende de organização e amparo legal para viver e subsistir em tanto que profissão, já que não nos contentamos mais, como prova esta assembléia, com a nossa situação anterior de literatos isolados.⁴⁷⁸

Como ficava evidente nas palavras da autora, a preocupação estava em garantir que os congressistas estabelecessem uma ligação mais estreita entre os homens de letras e as *pessoas comuns*, esclarecendo as questões que motivavam os conflitos no mundo, bem como as preparando para o que ela chamava de “queda de uma civilização” para o “nascimento de outra”. Testemunhas dos novos tempos que se anunciavam, os escritores não poderiam isolar-se em suas Torres de Marfim, devendo manter um contato constante com o público⁴⁷⁹. Estas intenções ficariam muito mais claras nas conclusões de Lia Corrêa Dutra que, diga-se de passagem, foram aplaudidas efusivamente pelos delegados ao evento, durante a leitura procedida pelo relator, dando aprovação *por aclamação* à indicação pela publicação da tese nos Anais:

⁴⁷⁶ Ibid., p. 336-337.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 337-338.

⁴⁷⁸ Ibid., p. 338-339.

⁴⁷⁹ Ibid., p. 339.

- a) arejar o panorama intelectual do país e elevar-lhe o nível, recomendando que não sejam utilizadas em pequenas desavenças pessoais e em trocas de insultos, que desmoralizam o escritor e comprometem sua ação junto ao leitor, as colunas de jornais, destinadas aos interesses do público ou à propagação da Cultura;
- b) uma luta em conjunto por mais liberdade – liberdade de opinião, liberdade de expressão, liberdade de publicação, liberdade de comunicação direta com o público – usando para tanto dos meios pacíficos de que dispõem;
- c) maior seriedade no comentário e na interpretação dos problemas da época, da guerra do nazi-fascismo;
- d) estabelecer o combate sistemático e sem trégua aos regimes de opressão, enaltecendo a democracia e explicando-lhe o sentido profundo;
- e) denunciar pelo livro, pelo jornal, pelo rádio, pela palavra, em palestras e conferências, todos os crimes cometidos contra a liberdade e o direito, em qualquer país do mundo;
- f) promover mais íntima aproximação com o público, fazendo passar para o primeiro plano, durante todo o tempo em que durar a guerra e os primeiros momentos de após guerra, vencendo para tanto, naturais repugnâncias e exagerados escrúpulos artísticos, toda literatura de propaganda anti-nazista, na certeza de que só assim estará o escritor salvando a cultura e a arte para as gerações de amanhã, bem como sua própria possibilidade de cultivar, mais tarde, a literatura de sua predileção;
- g) preparar o povo para o mundo de após guerra, afim de que a adaptação se faça mais facilmente;
- h) esquecer, provisoriamente, divergências de partidos, de credos religiosos e políticos, de correntes e tendências, e promover a união estreita e ativa de todos os escritores do país para a derrota do inimigo comum, que é o nazi-fascismo;
- i) estabelecer um intercâmbio com os demais escritores de outras nações, na base destes princípios.⁴⁸⁰

Esta tese, apesar de ter recebido apenas uma indicação como sugestão aos congressistas e, portanto, recomendada para a publicação, fazia, ao longo de suas páginas um resumo dos verdadeiros anseios que motivavam a realização do encontro dos escritores brasileiros. Nota-se a preocupação do autora em dar unidade ao grupo dos homens de letras, no sentido que este se fortalecessem na luta contra os regimes de opressão, em especial aquele que vigorava no Brasil. O embate entre os defensores da democracia e os adeptos da ideologia fascista servia também aos interesse dos intelectuais, na medida em que estes também sofriam toda sorte de perseguições por parte dos mecanismos de repressão estado-novistas. A defesa da liberdade, como preceito fundamental da atividade artística e científica, estava atrelada outra série de reivindicações, estas de cunho profissional, como o respeito aos direitos autorais e à liberdade de expressão e criação.

⁴⁸⁰ Ibid., p. 340-341.

A tese seguinte, de autoria de Ernesto Feder⁴⁸¹, teve como relator o delegado mineiro Fritz Teixeira de Salles⁴⁸². “A resposta da literatura alemã ao nazismo. Ela emigrou”⁴⁸³ perfazia o caminho tomado por uma parcela significativa de escritores germânicos após a ascensão do governo nazista: a fuga para outros países. Com ares de documentário, o texto não fazia nenhum tipo de conclamação aos membros do plenário, mas deixava claro que, mesmo na Alemanha, houve grande resistência aos mandos e desmandos da política de Hitler.⁴⁸⁴ Há, contudo, um nítido caráter exemplar no discurso, ou seja, tratava-se de uma narrativa carregada de um teor moral, bastante adequado aos objetivos políticos do congresso, assim como as citações referentes ao caso francês.

A subida dos nazistas ao poder no ano de 1933 havia provocado uma verdadeira reviravolta no panorama artístico alemão, haja vista a perseguição imposta pelo novo governo àqueles que se colocavam em uma posição contrária às suas determinações, a exemplo do que se passava no Brasil. De acordo com o autor da tese, os grandes nomes das letras do país tinham buscado refúgio em outros países, procurando não apenas um ambiente mais seguro para desenvolverem sua arte, bem como uma maior liberdade para expressarem o que pensavam acerca dos novos comandantes da política alemã. Esta atitude, contudo, não constituía um ponto pacífico entre todos os intelectuais da Alemanha, sendo que muitos deles preferiram o silêncio ou mesmo o suicídio à simplesmente fugirem ou assumirem um posto de resistência. Outros, ainda, aderiram à ideologia do regime hitlerista, emprestando suas inteligências ao fortalecimento e manutenção do mesmo.

Ernesto Feder lamentava o fato de que um país que já havia sido considerado “a pátria do pensamento” (lembrando expressão de Madame de Staël), estivesse entregue a escuridão, com livros sendo queimados em praça pública. O fim da literatura alemã, tal qual a afirmação do próprio autor, se verificava pela própria trajetória de seus principais autores, após o triunfo nazista, em 1933⁴⁸⁵. Conforme já foi dito anteriormente, não faltaram homens que

⁴⁸¹ Ernesto Feder, ou Ernest Feder, era um dos vários escritores alemães que fugiram de seu país, por conta de sua contrariedade com relação ao poder nazista. Segundo informações trazidas por Fábio Koifman, Feder era um grande pensador na Alemanha, sendo amigo próximo de Stefan Zweig, outro intelectual destacado (ver KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002).

⁴⁸² Acerca da vida e obra do escritor mineiro Fritz Teixeira de Salles, ver ASSUNÇÃO, Paulinho. *Fritz Teixeira de Salles: um Quixote irresistível*. Belho Horizonte: Conceito Editorial, 2009.

⁴⁸³ FEDER, Ernesto. “A resposta da literatura alemã ao nazismo. Ela emigrou”. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 351-357.

⁴⁸⁴ A respeito da resistência de parte dos intelectuais alemães ao governo nazista, ver o quarto capítulo do livro de James D. Wilkinson, “Los dilemas de la oposición, 1933-1945” (In: _____. *La Resistencia Intelectual en Europa*. Trad. Juan José Utrilla. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1989, pp. 121-153).

⁴⁸⁵ *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 353.

empregassem sem talentos a favor da nova ordem política da Alemanha, assim como houve aqueles que optaram pela fuga ou, até mesmo, a morte.

Entre os primeiros, Feder citava os exemplos de Ernst Glaeser e Hanns Heinz Ewers, que teriam se tornado “arautos da suástica”, renegando o próprio passado⁴⁸⁶. Contudo, entre os escritores que haviam se decidido pela permanência em sua terra, nem todos o faziam por simpatia ao regime, tendo feito tal opção por questões particulares ou mesmo por uma atitude de resistência, tais como Hans Carossa, Rudolf Binding, Max Mell, Oscar Loerke, Wilhelm von Scholz, Walther von Molo, Emil Strauss e Wilhelm Schaefer. Muitos inclusive por conta da própria idade avançada, como parece sugerir o autor ao citar o caso de Ricarda Huch que, octogenária, teria permanecido em solo alemão, apesar de sua clara paixão pela liberdade.⁴⁸⁷

Os casos de suicídio eram mais emblemáticos, uma vez que, para muitos, este ato já representaria uma ação de resistência em si mesma, de alguém que seria incapaz de se curvar aos ditames do novo governo, tão pouco aceitar as prisões em campos de concentração. Questão curiosa, entretanto, era o fato de que, entre os escritores que teriam tirado a própria vida por conta do avanço alemão, uma parcela considerável o fez em outros países, como ficava evidenciado nos próprios exemplos citados por Ernesto Feder. Neste sentido, vale a pena acompanhar a lista de nomes trazida pelo autor, onde figuravam autores como Stefan Zweig (morto em Petrópolis), Ernst Toller (morto em Nova Iorque), Kurt Tucholsky (morto em Copenhague), Walther Hasenclever (morto em Aix), Egon Friedell (morto em Viena), Ernst Weiss e Irmgard Keun (mortos em Paris), além do célebre Walther Benjamin (morto das proximidades da fronteira franco-espanhola). Além desses, o autor também lembrava as mortes de Josef Roth, Franz Hessel e Anton Kuh.⁴⁸⁸

Os casos de mortes, entretanto, não paravam por aí. Muitos escritores foram vítimas de doenças físicas e mentais, assassinatos, além dos maus tratos impostos aos presos nos campos de trabalho. Entre estes últimos, o autor citaria o caso emblemático de Carl von Ossietzky que, mesmo encarcerado, fora ganhador de um Prêmio Nobel da Paz.⁴⁸⁹

Entretanto, o foco da tese de Ernesto Feder era justamente a emigração de autores alemães para outros países, que teria contribuído decisivamente para a dissolução da literatura da Alemanha, esvaziada de seus principais talentos. Como evidências deste fenômeno, o autor citava alguns exemplos, como os de Thomas Mann, Franz Werfel, Heinrich Mann, Fritz von Unruh, Anette Kolb, Bruno Frank, Erich Remarque, Lion Feuchtwanger, Emil Ludwig,

⁴⁸⁶ Idem, p. 352.

⁴⁸⁷ Ibid., p. 352-353.

⁴⁸⁸ Ibid., p. 353-354.

⁴⁸⁹ Ibid., p. 354.

Alfred Neumann, Raoul Auernheimer, Oscar Maria Zuckmayer, Georg Kaiser, Bertold Brecht, Robert Musil, Richard Beer-Hoffmann, Roda Roda e Alfred Polgar, todos exilados nos Estados Unidos. Além destes, outros teriam seguido o caminho do México (como Ludwig Renn, Egon Erwin Kisch, Theo Balk e Anna Seghers), da Argentina (como Balder Olden e Paul Zech), do Brasil (como Richard Katz), da Rússia (como Johannes R. Becher e Erich Weinert), e até mesmo da Palestina (como Else Lasker-Schüler, Max Brod e Arnold Zweig).⁴⁹⁰

O autor afirmava que alguns destes autores haviam, inclusive, abandonado o uso da língua alemã em seus livros, tendo aprendido a pensar e escrever na língua do país que os abrigava. Essa fuga, que tanto teria desprestigiado o valor da literatura alemã, teria sido, na visão de Ernesto Feder, o claro indício de que o pensamento vivo só era possível em um ambiente de liberdade, vista como elemento indispensável. Por fim, o autor avaliava que “o nazismo, ao assassinar a liberdade intelectual, matou a literatura alemã”. “Degradada, calada ou emigrada”, ela já não existiria mais dentro das fronteiras do Terceiro Reich.⁴⁹¹

Isso, porém, não representava para o autor um fato totalmente negativo, uma vez que a presença de escritores tão capacitados em terras estrangeiras significaria uma maior possibilidade de troca de experiências, com o intercâmbio de idéias e, conseqüentemente, o melhoramento do nível cultural dos países que os recebiam. Esta observação, aliás, remete a observação já feita anteriormente por Bernardo Heinke, a respeito dos benefícios que a presença dos estrangeiros no país poderia trazer. Portanto, por não se tratar propriamente de uma sugestão, tampouco por anunciar um princípio, seu relator opinou pela inclusão da tese nos Anais do evento.⁴⁹²

Não por coincidência, o responsável pela apresentação do texto de Elias Chaves Neto, “O intelectual em face do problema da liberdade”⁴⁹³, foi seu primo, o historiador Caio Prado Júnior⁴⁹⁴. A tese, de uma forma geral, assumia um ar de denúncia frente às contradições da sociedade capitalista, demonstrando como a burguesia estaria se utilizando do termo *liberdade* em benefício próprio, iludindo as classes trabalhadoras que, por sua vez, somente estariam dando maior sustentáculo ao poder dos grupos dominantes.

⁴⁹⁰ Ibid., p. 355-356.

⁴⁹¹ Ibid., p. 356.

⁴⁹² Ibid., p. 149.

⁴⁹³ CHAVES NETO, Elias. “O intelectual em face do problema da liberdade”. In: Anais do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 342-350.

⁴⁹⁴ Acerca da vida de Elias Chávez Neto, ver suas memórias publicada em CHAVES NETO, Elias. *Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978. Quanto ao seu parentesco com Caio Prado Júnior, ver IUMATTI, Paulo. *op. cit.*

De acordo com o autor, o problema da liberdade era complicado, justamente pela confusão estabelecida intencionalmente, segundo ele, em torno do seu verdadeiro conceito, o que viria a dificultar sobremaneira a sua solução. E uma das primeiras formas que Elias Chaves Neto analisa como sendo um instrumento dessa manipulação era a relação feita entre liberalismo econômico e democracia:

Segundo esta, no regime da liberdade econômica a cada um seria facultado, pelo seu trabalho criar para si e para a sua família as necessárias condições de bem estar. O fato, porém, é que a “prosperidade”, se logrou melhorar as condições de vida de uma parte da população, nunca conseguiu dar ao problema da miséria uma solução satisfatória. Daí a necessidade de emigração que apesar de todo o progresso do século passado e dos princípios deste, sempre se verificou entre a massa dos povos europeus, daí a marcha para o oeste que constituiu a característica da história norte-americana, sempre em busca de novas terras onde aqueles que não ganhavam o suficiente para sustentar uma existência digna, esperavam encontrar os meios capazes de assegurá-la, daí a expansão imperialista dos povos poderosos que procuravam aumentar a sua riqueza, assegurando à massa dos seus trabalhadores uma melhoria na sua vida, pela dominação de outros povos considerados inferiores, a solução primeira a que a humanidade sempre teve recurso no correr da sua história.⁴⁹⁵

Contudo, alertava o autor, a busca por melhores condições de vida para as classes trabalhadoras não servia aos interesses do sistema, que tinha por sustentação justamente o caráter da exploração praticada pela burguesia, proprietária dos meios de produção. Dessa forma, o liberalismo apenas realizava a manutenção de um estado de coisas, onde a posição privilegiada dos grupos mais abastados era mantida⁴⁹⁶. A liberdade, tida até então como uma das maiores conquistas da humanidade, passava, naquele momento, a ser encarada como a causa principal dos males acima citados. Os homens que tentaram suprimi-la, com o fim de restabelecerem a ordem, acabaram por gerar um prejuízo maior, a guerra, posto que se mostraram incapazes “de dar uma solução às dificuldades econômicas que afetavam intimamente a vida dos povos”⁴⁹⁷. A explicação para este fracasso estaria nas próprias práticas adotadas pelos regimes de exceção que, na busca pela ordem, idolatravam a forma, estabelecendo leis morais que abdicavam de valores como justiça e sabedoria, conforme afirmação do autor:

⁴⁹⁵ Idem, p. 342.

⁴⁹⁶ Ibid., p. 342-343.

⁴⁹⁷ Ibid., p. 343.

A forma fascinou a tal ponto os que se apresentavam como os grandes salvadores da tradição, que para eles se confundia com a grandeza nacional, que não viram que por detrás desta forma, eles nada mais faziam do que subscrever a iniquidade e que na realidade se transformavam em forças de opressão. Nisto consistiu o erro básico do fascismo, que nada conseguindo resolver pela opressão do seu próprio povo logo havia de procurar a solução dos seus problemas econômicos oprimindo outros considerados inferiores – o fundamento prático de todo e qualquer racismo.⁴⁹⁸

Apesar da tentativa de solucionar as questões problemáticas do liberalismo, a saber, a maior exploração das massas trabalhadoras, com privilégios a elite burguesa, a idéia de um “Estado apolítico” não parecia bem fundamentada para Elias Chaves Neto. Segundo ele, todo aparelho estatal servia a determinada orientação política e, portanto, atendia a interesses específicos, que beneficiavam alguns, em detrimento de outros. Os aparelhos de repressão, neste sentido, somente serviriam para abafar todo e qualquer ato de rebeldia contra as novas leis do governo e, portanto, salvaguardar os anseios conservadores, de manutenção do poder burguês:

A economia capitalista não encontrando mais na liberdade as condições do seu bom funcionamento, para conservá-la é necessário uma força superior que a oriente, que resolva os atritos, que abafe os protestos dos prejudicados, que planifique. Daí a função do estado, o estado técnico, chamado apolítico que visa a defesa da classe conservadora.⁴⁹⁹

O fato interessante desta citação do autor é justamente a sua referência à idéia de plano que, diferentemente da tese anterior, “Democracia e Planificação”, passava a ser vista de uma forma negativa, uma vez que importaria em uma supressão das liberdades, em benefício de interesses opostos às vontades e necessidades populares. É importante que se diga, no entanto, que o texto de Pontes de Miranda não desconsiderava estes aspectos nefastos da forma como os regimes nazi-fascistas haviam se servido da planificação. Todavia, suas propostas procuravam dar um novo sentido ao ato de planificar, vislumbrando novas possibilidades quanto ao seu uso pelos governos do mundo, particularmente aqueles que funcionavam por sobre bases democráticas.

Elias Chaves Neto citava outro agravante da situação dos trabalhadores, no que dizia respeito às ilusões proporcionadas pelo liberalismo econômico: a técnica. Em certa medida, os avanços tecnológicos teriam ampliado o poder de exploração do trabalho, com uma oferta crescente de produtos no mercado que, por sua vez, teriam criado crises de superprodução e,

⁴⁹⁸ Ibid., p. 343.

⁴⁹⁹ Ibid., p. 344.

por conseguinte, uma piora na condição de vida das populações mais pobres, que passaram a sofrer por conta da recessão econômica e do desemprego em massa.⁵⁰⁰

Em linhas gerais, o que fora colocado pelo autor era que o progresso técnico estava, cada vez mais, aumentando a dependência das classes trabalhadoras em relação à burguesia e, portanto, promovendo a manutenção daquilo que estava classificado no texto como sendo “o drama básico da história da humanidade”, a saber, a existência de dominadores e dominados. Neste sentido, para Elias Chaves Neto, seria fundamental que se introduzisse a razão no processo produtivo, como forma de submetê-lo “às leis que governam a natureza da qual o homem faz parte” e resolver, em parte, as contradições características da sociedade capitalista.⁵⁰¹

Todavia, o problema, segundo o autor, não se situava apenas no campo econômico, assumindo uma perspectiva política, em que ocorria uma luta “entre os interesses da burguesia monopolista... e a nação, esta se recusando a ficar por mais tempo reduzida ao papel de mão de obra inconsciente trabalhando em benefício da classe privilegiada que sobre ela constrói o seu bem estar”. Assim, a liberdade, de maneira bem entendida, surgiria como meio essencial para a solução deste dilema que se apresentava, tornando possível a formulação de leis que governassem a produção, as quais se imporiam, apesar de todos os movimentos contrários.⁵⁰²

O autor lembrava que a idéia de liberdade já havia sido utilizada de forma a fazer prevalecer os anseios das classes burguesas, em episódios como a Revolução Francesa, em que, apesar da ampla participação popular, as vantagens políticas e econômicas tiveram maiores repercussões entre os líderes do grupo mais abastado financeira e intelectualmente. Na economia, com amplas repercussões na sociedade, ser livre significava poder exercer o direito de propriedade sobre algo, usufruindo-o da melhor maneira possível e, conseqüentemente, extraindo maiores rendimentos.⁵⁰³

Esta noção de liberdade, exaltada nas doutrinas fisiocratas, segundo a explicação dada pelo autor, em nada ajudava na melhora da qualidade de vida da grande massa da população. Não era possível descartar, no entanto, os bons resultados de todo o processo revolucionário francês, particularmente por ter despertado entre os populares uma noção de ser livre, que importava um espírito de solidariedade em prol de um bem comum, a saber, a nação francesa. Para tanto, Elias Chaves Neto afirmava que o patriotismo, característico de todas as

⁵⁰⁰ Ibid., p. 344-345.

⁵⁰¹ Ibid., p. 346-347.

⁵⁰² Ibid., p. 347.

⁵⁰³ Ibid., p. 347-348.

convulsões que teriam dominado a França em fins do século XVIII, tinha por fim um melhoramento das condições no reino e, por essa via, uma elevação no nível de vida do povo.⁵⁰⁴

O povo é essencialmente patriota porque o seu bem estar, contrariamente ao que se passa com as classes abastadas, pode unicamente provir do progresso da nação. Reciprocamente, uma nação é grande quando todo o povo consciente deste fato trabalha pelo seu engrandecimento.⁵⁰⁵

O autor esclarecia que, partindo destes pressupostos, seria possível à grande população visualizar que a liberdade burguesa nunca havia lhe trazido nada, mas simplesmente enriquecido, por meio do seu esforço, os grupos que já ocupavam os postos de elite econômica e política. Para evitar que o rancor resultante destas práticas exploratórias pudesse atingir negativamente o *status quo*, é que as classes dominantes estariam se servindo de políticas repressivas, cerceando os direitos das massas.⁵⁰⁶

As nações que sofriam com as ameaças do nazi-fascismo estariam buscando nas idéias democráticas uma saída para o estado de perseguição e opressão⁵⁰⁷. Todavia, Elias Chaves Neto demonstrava que muitas destas idéias, liberais do ponto de vista burguês, em pouco mudava a situação do povo e que, dessa forma, seria pertinente um esclarecimento do mesmo quanto aos reais valores da liberdade. Ou seja, seria necessária uma ação marcante dos intelectuais, destacadamente os escritores, no sentido de dar informações precisas as camadas populares quanto aos benefícios de uma sociedade efetivamente livre.⁵⁰⁸

Diante destas apreciações, o relator da tese, Caio Prado Júnior, sugeriu a sua publicação nos Anais, justamente por não ter abordado o tema da liberdade sob uma perspectiva abstrata, considerando fatos de ordem econômica e social e, portanto, dando materialidade à questão. A votação deste, que seria o último texto da noite, ocorreu sem maiores problemas, dando aprovação à indicação feita pelo parecer.⁵⁰⁹

As observações de Elias Chaves Neto, dentro da perspectiva presente nas demais teses, refere-se ao papel a ser desempenhado pelos intelectuais, em particular os escritores, no interior da sociedade, notadamente na sua relação com as classes subalternas. Fica clara a idéia de que elas eram as que menor resistência ofereciam aos regimes de exceção, no modelo

⁵⁰⁴ Ibid., p. 348.

⁵⁰⁵ Ibid., p. 348.

⁵⁰⁶ Ibid., p. 349.

⁵⁰⁷ Ibid., p. 349.

⁵⁰⁸ Ibid., p. 350.

⁵⁰⁹ Ibid., p. 150.

fascistas e estado-novista, na medida em que não possuíam esclarecimento suficiente para combater as mistificações impostas por estas formas de governo. Neste sentido, a falta de acesso popular a cultura e ao conhecimento constituía um elemento chave para a ascensão de governantes totalitários e repressores. Ao homem de pensamento, portanto, caberia a tarefa dar esclarecimento aos membros da sociedade, a partir da defesa de valores como liberdade e democracia, como forma de cumprir a sua *função social*.

Outro ponto a ser destacado é a forma como o discurso político estava ligado às questões profissionais, na medida em que apenas dentro de um ambiente democrático, o escritor, e a intelectualidade como um todo, poderia realizar-se plenamente, falando, por meio de sua arte ou de sua crítica, aquilo que realmente pensava, sem as amarras impostas por um órgão de censura. Dessa forma, a oposição declarada ao Estado Novo constituía, além de uma reação dos escritores ao ambiente de repressão presente no país, bem como à anunciada queda dos regimes nazi-fascistas nos campos de batalha da Europa; também era uma forma de defender os direitos de livre iniciativa, elemento fundamental à prática da escrita (fosse no campo da criação artística, da pesquisa acadêmica ou do exercício da crítica).

Com o término da apresentação das teses, a Mesa procedeu à leitura das moções apresentadas pelos congressistas. Antes, porém, ficou decidido que a votação da Declaração de Princípios, formulada pela Comissão de Assuntos Políticos, deveria ser feita por aclamação, por representar de forma unânime o pensamento dos membros do congresso quanto à posição que estes deveriam assumir em face dos acontecimentos sociais e políticos. O mesmo sistema também seria utilizado para que se aprovasse às moções lidas pelo Presidente da sessão, como se poderá ver a seguir:

PRESIDENTE – Vou ler a primeira moção:

“Ao encerrar os seus trabalhos, o 1º Congresso Brasileiro de Escritores dirige à Força Expedicionária Brasileira, na pessoa do seu comandante, general Mascarenhas de Moraes, uma saudação fraternal. A bravura e o sacrifício dessa vanguarda do povo brasileiro não só dignificam a nação e preservam os direitos que lhe cabem na estruturação de um mundo democrático no após guerra, como representam inspiração, exemplo, orgulho e carinho pelos nossos irmãos em armas. Os escritores brasileiros saberão cumprir, na frente interna, os deveres que à Força Expedicionária Brasileira coube legitimar e consagrar com o seu esforço. O 1º Congresso Brasileiro de Escritores está certo de que encarna, nesta moção, os sentimentos unânimes do povo brasileiro” (Prolongados aplausos).

PRESIDENTE – Parece que em relação a esta proposta é inútil verificarmos a votação. Esta proposta está aprovada por aclamação.

Vou ler a segunda moção:

“Propomos que este Congresso, em resposta à saudação que nos foi enviada pelos correspondentes de guerra atualmente servindo à FEB, dirija aos nossos companheiros uma mensagem na qual se acentue o propósito desta assembléia de defender, dentro do país, os princípios pelos quais lutam os nossos soldados nos campos de batalha da Itália. O Congresso se orgulha de ter entre os membros das associações de escritores que o promovem, os bravos homens de imprensa que nos enviam a sua valiosa solidariedade neste momento”

FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA – Sr. Presidente. Proponho que essa saudação seja extensiva aos bravos soldados José César Borba e Geraldo Vidigal, que conheço pessoalmente e que estão entre os que formam a FEB. São dois jovens escritores: não sei se Geraldo Vidigal é sócio da Associação Brasileira de Escritores (aliás quero comunicar ao plenário que esse moço foi recentemente citado em Ordem do Dia por ato de bravura), mas José César Borba é sócio desta entidade. Por esse motivo proponho que esta saudação seja extensiva a esses nossos dois bravos colegas (*muito bem – aplausos*).

PRESIDENTE – Está aprovada por aclamação essa proposta.

Passo agora a ler a terceira moção:

“À medida que ressurgem do opróbrio e da dominação nazista as nações subjugadas, o mundo passa a conhecer por inteiro a ação dos escritores que, em cada um desses países, não renegaram a dignidade da inteligência e seus deveres para com o povo e a liberdade.

A esses escritores dirige o 1º Congresso Brasileiro de Escritores uma saudação fraternal, para exprimir-lhes a sua admiração e a certeza de que seu exemplo constitui inspiração para seus colegas brasileiros. Destacamos especialmente, pelas afinidades profundas que sempre nos uniram aos seus intelectuais, os escritores franceses da Resistência e os antifascistas que, na Itália, souberam combater os princípios anti-humanos da ditadura e a prática desonrosa desses métodos de opressão.

Não esquecem os escritores brasileiros a atividade digna e nobilitante dos seus colegas espanhóis, aqueles que se encontram nas prisões da “hispanidad”, aqueles que podem resistir no exterior e preparar o ressurgimento da grande República espanhola. E também não esquecem, no seu afeto e na sua admiração, os escritores portugueses não-conformados com as imposições de silêncio, das meias-palavras, dos pensamentos esmagados no seu país” (*prolongados aplausos*).

ANTÔNIO CÂNDIDO – Senhor Presidente. Eu pediria que essa mensagem de saudação fraternal fosse estendida aos escritores mortos, como Garcia Lorca, que já não podem mais lutar porque foram assassinados pelo fascismo.

PAULO MAGALHÃES – Senhor Presidente. Proponho que sejam incluídos entre esses escritores os intelectuais paraguaios, que nos enviaram uma mensagem tão significativa.

PRESIDENTE – Há outra mensagem nesse sentido e que será lida em pouco, estando por conseguinte prejudicada a proposta do ilustre congressista. Declaro aprovada por unanimidade a 3ª proposta, com o aditivo apresentado pelo sr. Antônio Cândido.

Vou ler a 4ª moção:

“Reunidos no seu 1º Congresso, pela Associação Brasileira de Escritores, os escritores brasileiros enviam aos seus confrades latino-americanos uma saudação fraternal. Destacam especialmente aqueles que, em qualquer país da América, se encontram sob constrangimento e violência. E acentuam, nesta oportunidade, a sua admiração e simpatia pelos paraguaios e argentinos democratas, exilados ou presos.

Tradicional e sinceros amigos do Brasil, os homens de pensamento do Paraguai e da Argentina passam agora uma prova que representa, de modo eloquente, a autenticidade dos seus sentimentos democráticos, a bravura do seu comportamento, a confiança que depositam nos sagrados direitos do seu povo e a fidelidade que mantém para com os deveres do escritor”.

ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA – Senhor Presidente. Propomos que a saudação feita aos correspondentes de guerra seja extensiva ao pintor e soldado expedicionário Carlos Scliar (*aplausos prolongados*).

PRESIDENTE – Está aprovada por aclamação. Com o aditivo proposto.

A quinta moção é a seguinte:

“Se o escritor é a consciência do mundo, o 1º Congresso Brasileiro de Escritores representa a consciência de seu povo e a expressão da sua época. Por isto, julga-se no dever de saudar os escritores das Nações Unidas, destacando especialmente aqueles que combatem com armas na mão ou na vanguarda do esclarecimento da opinião pública, pela redenção do mundo e pela sua extinção da mesma ameaça nazista.

Americanos, ingleses, russos, chineses, escritores do mundo livre, aqueles que sabem honrar o mandato imposto pela inteligência, representam a guarda dos princípios pelos quais se batem os soldados. O dever de participar, a necessidade de esclarecer, de informar e de criar em beleza e em força de compreensão o mundo que os soldados foram buscar com suas armas, constituem as normas que dignificam esses escritores e merecem, da parte dos seus colegas no Brasil, a mais ardente simpatia. Esta declaração representa um compromisso de que também nós, os escritores brasileiros, executaremos a nossa parte na tarefa comum do esclarecimento, da compreensão, da criação artística e da construção democrática do mundo”.

SÍLVIO JÚLIO – Eu pediria que se substituísse nessa moção a palavra “escritores” pela palavra “artistas”, porque temos pintores, músicos, escultores, que estão concorrendo tanto como nós, homens da pena, para implantação do espírito da liberdade do mundo.

PRESIDENTE – Tenha a bondade de apresentar essa proposta por escrito. Está aprovada por aclamação a 5ª moção. Vamos passar a 6ª moção:

“A Comissão de Assuntos Políticos, pelos seus membros abaixo-assinados, propõe à aprovação do Plenário a seguinte moção:

Encerrando os seus trabalhos, o 1º Congresso Brasileiro de Escritores manifesta a sua solidariedade aos escritores nacionais sujeitos à censura prévia dos seus escritos, acrescentada ao sistema de censura já existente, ou à proibição de escrever e aos submetidos a processo e encarceramento por delito de opinião.

O 1º Congresso confia em que sejam anuladas tais restrições à liberdade de expressão do pensamento”.

APARTE – Peço à assembléia uma salva de palmas para os Congressistas que se encontram nessa situação. Com isso, estaremos hipotecando solidariedade a companheiros nossos de Congresso. Não preciso citar nomes, pois todos sabem de quem se trata.

PRESIDENTE – Passo a ler a 7ª moção:

“O 1º Congresso Brasileiro de Escritores presta homenagem à memória dos escritores mortos na luta contra o fascismo em todo o mundo”.

(Muito bem. Aplausos.)

Está aprovada por aclamação. Passo a ler a 8ª moção:

“Propomos sejam lidas na sessão de encerramento do Congresso todas as moções e conclusões gerais da Comissão de Assuntos Políticos”.

(Muito bem. Aplausos.)

Está aprovada por aclamação.⁵¹⁰

A reprodução do momento da leitura das moções é interessante, na medida em que expressa todas as expectativas dos escritores presentes ao congresso, traduzidas em seguidas palmas às propostas apresentadas. As congratulações aos soldados brasileiros que estavam na Europa – muitos dos quais escritores e artistas – bem como aos intelectuais de outros países, deixou demonstrado, de maneira ainda mais clara, o espírito de oposição dos congressistas ao estado de opressão que assolava não apenas as nações do Velho Continente, mas também aquelas que compunham o cenário das ditaduras latino-americanas, em especial o Brasil e os aparelhos do Estado Novo. Neste sentido, era sintomática a sugestão da 7ª moção, em que os componentes da Comissão de Assuntos Políticos faziam uma breve saudação aos colegas que eram vítimas da imposição do silêncio, por parte dos mecanismos de censura.

Este espírito de contrariedade com as práticas do regime ditatorial de Getúlio Vargas ficaria ainda mais evidente durante a leitura da Declaração de Princípios, para a aprovação do Plenário. Para dar maior solenidade à ocasião, um dos autores do texto, Astrojildo Pereira, solicitou aos delegados que se colocassem de pé.

Os escritores brasileiros, conscientes de sua responsabilidade na interpretação e defesa das aspirações do povo brasileiro, e considerando necessária uma definição do seu pensamento e de sua atitude em relação às questões políticas básicas do Brasil, neste momento histórico, declaram e adotam os seguintes princípios:

Primeiro – A legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna.

Segundo – O sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto.

Terceiro – Só o pleno exercício da soberania popular em todas as nações, torna possível a paz e a cooperação internacionais, assim como a independência econômica dos povos.

CONCLUSÃO – O Congresso considera urgente a necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui enunciados, que são aqueles pelos quais se batem as forças armadas do Brasil e das Nações Unidas.⁵¹¹

⁵¹⁰ Ibid., p. 151-154.

⁵¹¹ Ibid., p. 154-155.

Como não poderia deixar de ser, esta declaração foi alvo de prolongados aplausos, tal qual ficou relatado nos Anais do Congresso. Os pedidos de democracia e liberdade de expressão, bem como de eleições diretas, estavam de acordo com as sugestões da maior parte das teses apresentadas às comissões e apreciadas pelos congressistas. Interessante, contudo, é a conclusão de que, somente pela adequação do Brasil aos princípios ali descritos, o país estaria de fato engajado na mesma luta de seus soldados em guerra. Isto deixava claro, uma vez mais, que os intelectuais não estavam alheios às contradições de um governo ditatorial que enviava suas tropas aos campos de batalha em prol de nações democráticas. Como forma de dar maior força ao que ali estava escrito, Caio Prado Júnior pedia aos colegas que deixassem suas assinaturas junto ao texto.⁵¹²

4.2.6. Os discursos de encerramento

Tal qual na inauguração do congresso, o ato solene de encerramento foi realizado no Teatro Municipal, com discursos de alguns representantes das delegações presentes. Infelizmente, a Anais do evento não trazem a totalidade dos textos lidos, sendo que muitos acabaram não tendo o devido registro.

Pela ordem, o primeiro a ter a palavra foi o delegado pela seção de Minas Gerais, João Dornas Filho. O escritor mineiro iniciou sua fala, deixando clara a dificuldade do estabelecimento de um espírito gregário entre os brasileiros, o que também ficava evidente nas relações, ou na falta delas, dos homens de letras. Contudo, acentuava ele, a desordem em que o mundo se encontrava naquele momento, fruto dos conflitos entre as forças da opressão e as nações democráticas, haviam despertado estas classes intelectuais para o seu verdadeiro sentido enquanto parte de uma sociedade em crise. Neste sentido, o Congresso Brasileiro de Escritores assumia um caráter singular, na medida em que promovia a congregação da maioria dos escritores do país, em prol da definição de “algumas fórmulas concretas e objetivas nucleadas pelo postulado da liberdade do pensamento falado e escrito com todas as suas conseqüências”. O evento da A.B.D.E. teria sido, nas palavras de João Dornas Filho, um “magnífico sucesso, porque fixou princípios basilares, e o que é mais, os afirmou sólida e intemeratamente perante a razão esclarecida do país”.⁵¹³

⁵¹² Ibid., p. 155.

⁵¹³ Discurso de João Dornas Filho na sessão de encerramento do congresso de escritores de 1945. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 157-158.

Dionélio Machado, que ao fim da última sessão plenária havia pronunciado a já citada Declaração de Princípios, deu prosseguimento à solenidade, falando em nome da grupo de delegados gaúchos ao congresso. Em seu breve discurso, ficava ressaltada a idéia de que o escritor só poderia exercer a sua força em favor dos ideais de liberdade, se conseguisse promover uma união efetiva de sua classe. Dirigindo-se aos seus confrades, Machado afirmava que, somente pela unidade, seria possível proporcionar a força indispensável que lhes trouxesse um “ambiente libertado de temores, facilitando a eclosão e o livre exercício da inspiração”. Segundo ele, o homem de letras tinha, nos livros, nas suas revistas, nos seus jornais, “uma das formas mais específicas de ação”, que sofreria uma grande restrição caso não constituísse “o fruto duma concepção psíquica livremente elaborada”.⁵¹⁴

Em seguida, tomou a palavra o chefe da delegação baiana, Jorge Amado⁵¹⁵, que exaltou o espírito de amor à cultura e a liberdade encontrado em São Paulo, considerando que seus conterrâneos sentiam-se em casa, apesar de não estarem na Bahia. Amado lembrava também o fato de que o congresso fora idealizado pela seção da A.B.D.E. de seu Estado, tendo, a princípio, Salvador como a provável sede do encontro. Contudo, por questões outras, as quais o escritor não quis explorar com maiores detalhes, o conclave acabou por fixar-se na capital paulista.

Jorge Amado louvava o fato de que o evento estivesse sendo realizado no preciso momento em que a “fera nazista” estava sendo acuada em seu “covil”, já ciente da proximidade de seu fim.

Quando nossos irmãos da América do Norte e nossos aliados da Inglaterra, sob a liderança de Roosevelt e Churchill, pisam o solo do continente europeu, libertando povos e países. Quando lemos, nos intervalos de nossos trabalhos, os cotidianos maravilhosos poemas que são as sucessivas ordens do dia do Marechal Josef Stalin, chefe do povo soviético em marcha sobre Berlim. Quando vemos entre nós, já sem a amargura de uma pátria escravizada escritores franceses que representam aqui os nossos confrades que foram capitães da gloriosa resistência gaulesa e que representam também o invencível povo francês, flor da humanidade. Quando vemos a esperança e a decisão de luta na face dos escritores espanhóis exilados em todos os países da América e quando as vemos também no coração dos nossos irmãos escritores portugueses, valorosa guarda da consciência democrática de Portugal contra a tirania e o obscurantismo, contra o integralismo salazarista. Quando, fraternalmente unidos aos soldados de todos os povos livres, lutam os filhos do povo do Brasil nas frentes de batalha da Europa por um mundo

⁵¹⁴ Discurso de Dionélio Machado na sessão de encerramento do congresso de escritores de 1945. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 158-159.

⁵¹⁵ Discurso de Jorge Amado na sessão de encerramento do congresso de escritores de 1945. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 159-161.

sem fascismos, um mundo onde a democracia seja não apenas uma palavra mas a realidade de cada momento, aplicada em todos os países, sem exceção.⁵¹⁶

O escritor baiano acreditava que os delegados ao congresso estariam traindo os soldados brasileiros, caso não chegassem à disposição de trabalhar no sentido de que, após as várias reuniões e decisões, os intelectuais do país não saíssem mais unidos e fortalecidos na luta contra o fascismo. A A.B.D.E., por meio daquele conclave, estaria dando mostras de uma “afirmação viril, construtiva, combativa e insubordinável da inteligência brasileira”.⁵¹⁷

Como representante da delegação paulista naquela solenidade de encerramento, foi escolhido o nome de Oswald de Andrade⁵¹⁸. Foi o maior dos discursos proferidos até ali, onde se misturaram louvores aos colegas presentes e análises do papel histórico que os escritores desempenhavam naquele momento de comunhão. Esta vertente, inclusive, do texto de Oswald será o que mais interessará neste momento de apresentação do que foi o congresso.

Segundo ele, o escritor daqueles tempos obscuros já não era mais “um sucedâneo do jogral ou do segrel, um árcaico adúlão e feliz, um acadêmico vistoso e inútil”. Dentre os homens de letras, Oswald de Andrade considerava que poucos haviam consumado “a traição à história, à traição ao espírito”⁵¹⁹. De acordo com ele, não se poderia admitir, “sob nenhum pretexto ou subterfúgio”, que se enfeitasse no Brasil “a planta viciosa do fascismo”, ou que se planejasse a destruição das liberdades populares “no conúbio do Capital, do Oportunismo e o Terror”.⁵²⁰

E Oswald de Andrade buscava na própria história os princípios daquilo que parecia ser uma tradição de luta pela liberdade no Brasil. Citando os exemplos da Inconfidência Mineira e do próprio movimento abolicionista, ele destacava as produções literárias que derivaram desses fatos e, por conseguinte, a importância dos escritores nestes momentos decisivos da história pátria. Neste sentido, a reunião dos homens de letras brasileiros deveria seguir prerrogativas já há muito desenvolvidas por alguns de seus antecessores no meio literário do país. No momento em que o mundo se encontrava dominado por um conflito de maiores proporções, era fundamental que os intelectuais fizessem um esforço no sentido de “exterminar a opressão e aniquilar os agressores do mundo civilizado”, tal qual os soldados

⁵¹⁶ Idem, p. 160.

⁵¹⁷ Ibid., p. 160.

⁵¹⁸ Discurso de Oswald de Andrade na sessão de encerramento do congresso de escritores de 1945. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, p. 161-165.

⁵¹⁹ Idem, p. 163.

⁵²⁰ Ibid., p. 164.

em combate na Europa. Era chegada a hora em que os homens do pensamento deveriam se juntar aos seus irmãos combatentes, batendo-se pelo ideal democrático.⁵²¹

Aqui, na mesma guerra pela Democracia estamos hoje unidos e unido o pensamento do Brasil. Por isso é importante este Congresso. Porque está aqui o Brasil. Estão aqui João Ternura, o Cobra Norato, o amanuense Belmiro, Ataxerxes e a filha nos seus desdobramentos lorqueanos. Aqui está o presidiário João Miguel e os homens sem paisagem. Estão aqui o feiticeiro Jubiabá e o preto Balduino, os mata mosquitos e as estrelas que sobem para o Manguê. Está aqui o suicida do Edifício Império, o gato Sardanapálo e a cachorra Baleia. Estão aqui tanto os sensacionais e os inquietos de José Geraldo Vieira, como os Corumbas, o alugado Ranulfo, os vencidos de Oswaldo Alves, e todos os trabalhadores do Brasil. Estão aqui os sonhos castigados, as vidas tolhidas, as porteiras fechadas, os recalques seculares, as transferências, as moléstias e os vícios. Mas estão também as esperanças que não morrem. Está aqui, pessoalmente, o menino que beijou por nós todos a mão agonizante de Machado de Assis – Astrojildo Pereira. Está aqui a tradição do *humor* que é a flor cáustica da liberdade. E está também a fé na Democracia, a fé no futuro, a fé nos teimosos destinos do Brasil”.⁵²²

Esta imagem do congresso, desenhada pela arte literária de Oswald de Andrade, dá um belo retrato de como foi sentido, em parte, aquele encontro, e de como seria lembrado, sem as suas inúmeras arestas. Por meio dos personagens criados por seus confrades, ele descreveu o panorama do evento de uma forma bonita e, de certa forma, emocionante, como quando de sua referência à Machado de Assis.

O encarregado de dar termo ao Congresso dos Escritores foi Prado Kelly, que também faria a releitura da Declaração de Princípios, tal qual o decidido durante os trabalhos da última sessão plenária. De acordo com Antonio Candido, a importância deste ato foi grande, justamente “por ter sido a primeira vez que uma declaração contra a ditadura era feita na presença de pelo menos duas mil pessoas, com aquela força de adesão coletiva”.⁵²³

Em seu discurso, o delegado pelo Estado do Rio utilizou-se da mesma base de argumentação dos outros que já haviam falado anteriormente, seguindo a risca os princípios enunciados desde o início dos trabalhos. A idéia de que ao escritor competia a missão de orientar as massas na luta pela liberdade, contra os mecanismos de repressão fascistas, foi o eixo da fala de Prado Kelly. Tal qual outros de seus confrades, ele classificava como “monstruosa e imperdoável” a atitude dos intelectuais que não se solidarizassem com os

⁵²¹ Ibid., p. 164-165.

⁵²² Ibid., p. 165.

⁵²³ CANDIDO, Antonio. “O Congresso de Escritores” In: Cândido, Antônio. *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 111.

povos invadidos e oprimidos, abdicando de valores como a liberdade⁵²⁴. Neste sentido, é significativa a frase final de sua fala, um breve resumo de tudo o que havia sido exposto e debatido até ali:

Aos homens de inteligência, que dela vivem e a exercitam nos labores quotidianos, se faz imprescindível uma *garantia condição* para a tarefa que lhes toca desempenhar na sociedade: a as integral liberdade da palavra oral e escrita. Sem o cumprimento dessa condição, estiolam-se as fontes de cultura, tornam-se inacessíveis os problemas para cuja solução se considera indispensável a cooperação dos intelectuais; e improbamente se condenam esses últimos ao silêncio ou à deformação das suas idéias, precisamente na ocasião em que lhes cabe participar, efetiva e continuamente, da elaboração de teorias e fórmulas, com que as classes mais esclarecidas dos Estados livres se empenham em resolver as dificuldades oriundas da luta armada.⁵²⁵

Este último discurso, assim como os anteriores, procurava demonstrar a urgência de uma atuação social mais efetiva não apenas dos escritores, mas da intelectualidade de um modo geral. Em balanço publicado alguns dias após o fim dos trabalhos, Florestan Fernandes denunciava essa distância que existia entre os intelectuais e o povo, particularmente durante o período compreendido entre 1930 e 1945, em que os homens de pensamento estiveram ausentes nos principais acontecimentos do país, fator que teria sido agravado pelo golpe de Estado em 1937. Para ele, portanto, o encontro dos escritores representava uma tentativa de reocupar um espaço vago, por conta da própria situação em que vivia o Brasil e, em alguns casos, pela própria conveniência do silêncio. Esta percepção de Fernandes ficava clara em seu artigo do dia primeiro de fevereiro, “A Organização da ‘Inteligência’ Brasileira”⁵²⁶, em que era realizado um balanço do congresso:

Os homens que foram surpreendidos há mais ou menos oito anos, hoje abrem o seu caminho, lutando pelas posições perdidas e contra uma ordem de coisas, que não tem mais seduções e conveniências. Foi este o fator histórico que encorajou os escritores. Durante os quinze anos – compreendidos entre 1930 e 1945 – muita coisa aconteceu. Mas, os escritores viveram esse período um tanto à margem, quase como expectadores. Agora, porém, por isso, uma espécie de tomada de consciência se tornou indispensável. Os escritores precisavam ter um conhecimento prévio de como andavam suas relações, quais seriam seus principais objetivos e definir-se perante a sociedade. Em poucas palavras, chegou o momento dos intelectuais tomarem posição e, para isso, era necessário o conhecimento de todos os elementos da

⁵²⁴ Discurso de Prado Kelly na sessão de encerramento do congresso de escritores de 1945. In: SILVA, Hélio. *1945: por que depuseram Vargas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 78-82.

⁵²⁵ Idem, p. 81-82.

⁵²⁶ FERNANDES, Florestan. “A Organização da ‘Inteligência Brasileira’”. In: *Folha da Manhã*, 1 fev. 1945, p. 07.

situação. O Congresso nasceu, pois, de uma solicitação histórica e de um imperativo político. Nele, seriam encontrados os rumos a serem seguidos, dentro do possível, no futuro.

Na opinião de Florestan Fernandes, era importante que se ressaltasse o valor da classe intelectual brasileira, particularmente os homens de letras que, no Brasil, já constituiriam uma força atuante efetiva. Segundo ele, no momento em que se mobilizavam os demais setores “no desenvolvimento do processo histórico”, a reunião da “inteligência” significava que ela já compunha um importante fator social. Para tanto, o autor afirmava que tal conquista se devia em grande parte ao esforço dos membros da intelectualidade, dentre os quais os escritores (tidos por Florestan como os mais importantes), que estariam adquirindo melhores condições de trabalho. A profissionalização da atividade do escritor seria, por sua vez, um elemento necessário à legalização deste, enquanto membro de uma classe específica que, neste momento, ganharia em prestígio, angariando, inclusive, uma posição menos secundária na sociedade. Para Fernandes, estas transformações, tão benéficas aos intelectuais, estavam relacionadas, em grande parte, ao desenvolvimento dos centros urbanos e das classes médias, sendo que, no entender do articulista, muitos dos princípios enunciados pelos participantes do congresso da A.B.D.E. tinham uma base *burguesa*, ou seja, voltados para essa nova era em que adentrava o país.

É óbvio que este fenômeno está estreitamente correlacionado à urbanização e ao desenvolvimento da civilização científica e das classes médias, nas grandes cidades brasileiras do litoral e do interior. Por isso, o escritor vai definir a sua posição e seus valores no clima dominante dos interesses e valores destas classes, de que é membro, via de regra. A análise mais superficial dos princípios defendidos e declarados pelo 1º Congresso Brasileiro de Escritores e o espírito mesmo desses princípios, bem como a orientação e a forma de encararem os vários assuntos discutidos, indica o nível burguês – sem nenhum intuito pejorativo, muito ao contrário – de onde provém.

A questão, portanto, era como os interesses ligados à burguesia poderiam cumprir os anseios populares. Na opinião de Florestan Fernandes, o dilema estava resolvido temporariamente, na medida em que o momento histórico solicitava uma ação conjunta de todos os grupos sociais. Segundo ele, solucionadas estas questões urgentes, cada um voltaria-se para suas próprias necessidades.

Estamos vivendo uma fase crítica na história social e política do Brasil e enquanto se formulam e se precisam as tendências futuras de seu desenvolvimento, há uma esfera de acordo comum e obrigatório e de princípios gerais básicos. Os radicalismos – como foi evidenciado no próprio Congresso – cedem

lugar a uma conciliação transitória, toda ela estritamente desenvolvida em função daquela esfera comum de interesses e aspirações. Portanto, não nos devemos iludir muito com o “slogan” primário citado pelos congressistas e de [ilegível] fácil e explicável nos comentários ligeiros: o escritor brasileiro definiu sua posição ao lado do povo. Essa afirmação é exata à medida e até onde as contingências de nossa época criaram um programa mínimo de reivindicações, idêntico para todos. Ainda falta muito, contudo, para que ela se realize de fato, nestes próximos 20 ou 30 anos, porque, esgotado esse programa, cada qual seguirá o seu caminho e o seu destino – o intelectual brasileiro provavelmente acompanhará a sua classe média e o “povo” continuará relativamente sozinho. Resta uma tarefa de destruição das barreiras existentes entre o intelectual e o “povo” – tarefa que cabe predominantemente aos escritores, fazendo uma literatura de significado e de interesses menos restritos e procurando elevar o nível cultural das camadas populares – a qual o Congresso jamais poderia executar, apesar de ter dado um grande passo nessa direção, único em nossa história e sem paralelos nos países latino-americanos.

O artigo trazia uma análise individualizada das principais decisões do congresso dos escritores. Primeiramente, Florestan Fernandes procurou avaliar os possíveis impactos das mudanças propostas no campo dos direitos autorais. Segundo ele, o tempo escasso a que estavam sujeitos os congressistas não possibilitou que os mesmos pudessem resolver definitivamente os problemas legais da profissão. Isso não impediu, contudo, que se chegasse a um consenso acerca de determinados pontos essenciais, a saber, aqueles que diziam respeito à remuneração do escritor e do tradutor. Contudo, no entender de Florestan, o mais importante era a nova mentalidade que regulamentaria, futuramente, as relações entre autores e editores.

Ressalvada a importância equitativa de cada um e compreendido que não existe um antagonismo entre ambos, mas objetivos comuns, o 1º Congresso Brasileiro de Escritores contribuiu muito para tornar mais naturais as relações entre os dois, dando ao mesmo tempo ao escritor uma noção prática de seus interesses e uma concepção menos pessoal às diversas transações implicadas pelo “negócio do livro”.

Neste contexto, o artigo não deixava de fazer uma crítica ao trabalho do congresso, na medida em que alguns elementos essenciais à vida profissional do escritor teriam sido negligenciados pelos debates em plenário, tais como os custos gerados pela matéria-prima e pela impressão, além dos lucros dos intermediários.

Apesar destas considerações acerca dos direitos autorais e das condições materiais do escritor, o grande fator de comunhão entre os congressistas era, na opinião de Florestan Fernandes, a questão política. Segundo suas próprias palavras, teria sido este o ponto que possibilitou “uma espécie de síntese moral, criando um ambiente de identidade de objetivos, muito propício ao trabalho coletivo”. Daí a importância que do congresso da A.B.D.E. na

história da literatura brasileira, posto que significaria um “marco do desaparecimento de muitos preconceitos”, a saber: os prejuízos “antigos e caducos” que estariam entravando uma discussão mais ampla da remunerabilidade das ocupações intelectuais; além da formação do papel do intelectual na sociedade.

Segundo Florestan, os escritores brasileiros estariam abandonando aquelas “idéias cor de rosa”, aqueles “perigosos modos de ser dos nossos antigos literatos” – da literatura gratuita e do *vicariato intelectual*. O autor reafirmava a disposição da maioria dos congressistas por uma maior participação da intelectualidade na vida social e política de seu tempo e do próprio país. Neste sentido, as teses apresentadas e as indicações de cunho político teriam definido, “até certo ponto precisamente”, a posição dos intelectuais e o papel que eles próprios se atribuíam nas transformações sociais daquele período. Florestan Fernandes lembrava que, por essa mesma razão, vários representantes da inteligência européia foram alvos de aplausos pelos congressistas, justamente pela oposição praticada por aqueles a toda e qualquer prática totalitária.

O artigo, no entanto, não deixava de trazer uma crítica a essa questão, a exemplo do que já havia sido feito com relação aos debates em torno dos direitos autorais e das condições profissionais do escritor. De acordo com Florestan, o tema do “papel ativo do intelectual” não havia sido colocado “em toda sua plenitude e com todas as suas conseqüências”.

Parece-me que o assunto, tal como é posto pelas conjunturas de nosso momento histórico, restringe-se muito. Distinguindo-se o escritor pela luta sem tréguas contra o nazifascismo e pela liberdade, ele corre o risco de formar uma posição transitória: esmagados os regimes totalitários e conseguida a liberdade, vem o grande perigo – os intelectuais poderiam recolher suas baterias e resguardar-se em suas primitivas posições. Seria uma nova traição da “inteligência”, agora por paralisação do combate. A mesma coisa precisa ser repetida a propósito do medo por que foram delimitadas suas relações com o povo. O intelectual ao lado do povo, por circunstâncias ocasionais, visando simplesmente a concretização de um programa mínimo de ideais, não é um símbolo da “inteligência” integrada e sintonizada com os verdadeiros interesses e valores do povo, mas apenas um perigoso representante de uma nova forma de oportunismo. É, ao contrário, urgente que o intelectual defina sua posição de maneira mais duradoura, desligando o destino de suas atividades de objetivos transitórios, procurando se aproximar da realidade e desempenhar um papel ativo indefinidamente, pondo-se a serviço da cultura e subordinando a cultura aos interesses e necessidades fundamentais do povo.

Percebe-se que, na opinião do articulista, a intelectualidade não poderia aliar-se ao povo apenas em ocasiões específicas, utilizando-se das demandas mais urgentes da população como uma espécie de plataforma para a realização de seus próprios projetos. A partir desse

ponto de vista, Florestan Fernandes considerava que os escritores brasileiros deveriam assumir o papel de delegados do povo, “discutindo suas condições de vida e propondo meios para as melhorar”. Nas palavras do autor, estas questões estavam ligadas aos seguintes fatores: “ao baixo nível cultural de nossas populações rurais ou urbanas, ao elevado índice de analfabetismo no Brasil, às condições precárias de vida dessas populações e o abismo que criam entre o pobre e a educação formal”. Uma vez que os homens de letras passassem a se interessar sobremaneira por estes problemas, eles estariam, de fato, “empenhados numa cruzada pela formação de um público mais orgânico, econômica e culturalmente válido”.

Apesar de Fernandes ter considerado que estas questões haviam recebido pouca atenção dos congressistas, ele chamava a atenção para o fato de que o problema da “democratização da cultura” fora localizado objetivamente, “de um lado, por indicar a ação conjunta dos meios formais e informais de educação como a única maneira de assegurar uma maior participação do povo na cultura; doutro, por delimitar precisamente o papel do intelectual nesse processo”. Tratava-se, no seu entender, de “um papel ativo, fecundo”, sob a condição de que os escritores desenvolvessem uma cultura de “mandato social”, baseada na vida do povo. Esta seria, portanto, a contribuição decisiva dos homens de letras à democratização da cultura, elevando o nível cultural da nação, por meio de uma “literatura de significado para as camadas populares”.

Na opinião de Florestan Fernandes, ao fim dos trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, alguns resultados fundamentais teriam sido alcançados, “apresentando indicações gerais e técnicas de grande valor”, apesar das deficiências burocráticas e dificuldades financeiras que se impuseram à plena realização do evento.

Dentro do espírito que norteou o seu trabalho, respondeu, perfeitamente, às solicitações históricas que o originaram, organizou as atividades intelectuais – determinando as relações dos escritores entre si, com o editor e com o povo, papel do intelectual etc – e delimitou, na história cultural do Brasil, uma fase nova da vida da “inteligência” brasileira.

O balanço realizado por Florestan neste último artigo a respeito do congresso, se não abordava todos os pontos discutidos no congresso, ao menos teve o mérito de demarcar as três questões fundamentais que nortearam a organização e realização do conclave, a saber: a melhoria das condições profissionais e materiais dos escritores; o estabelecimento de um regime democrático de governo, pautado na liberdade de opinião; e, finalmente, a determinação de uma *função social* do escritor (e da classe intelectual, como um todo), na

defesa do povo contra todas as formas de *mistificação* do pensamento. De certa maneira, e conforme demonstrado em capítulo anterior, esses elementos podem ser analisados dentro de uma perspectiva mais abrangente, que os enxergue como uma tentativa de criar um *campo intelectual autônomo*, compreendendo-se que a própria idéia de *autonomia* esteja, neste sentido, atrelada aos aspectos conjunturais daquela primeira metade da década de 40.

Portanto, a leitura dos discursos inaugurais e de encerramento, bem como das teses apresentadas em plenário, deve ser feita sobre esse prisma, a fim de se estabelecer uma lógica entre as questões citadas acima e, dessa forma, definir *quais foram os significados do congresso dos escritores*. Assim, pode-se dizer que o certame dos homens de letras brasileiros significou: no campo da política, uma manifestação em favor da democracia, contra a ditadura do Estado Novo; para os escritores, uma primeira tentativa conjunta de se estabelecer uma legislação que defendesse os seus interesses profissionais e que lhes garantisse a sobrevivência a partir das rendas obtidas com a sua atividade; e para a intelectualidade do país, a busca por uma definição a respeito de qual o seu *papel* dentro da sociedade, na medida em que os congressistas pareciam convergir para a imagem de um *intelectual-guia*, ou seja, uma espécie de guru do povo, aquele que tornaria as pessoas conscientes dos perigos representados por governos baseados no terror e na opressão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da proposta de analisar o *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores*, este trabalho não pôde visualizar, num primeiro momento, a gama de elementos que compõem o debate intelectual daquela primeira metade da década de 1940. Pautado basicamente nas explicações de Antonio Candido e Hermes Lima, cujos textos de memórias retomam a questão do conclave da A.B.D.E., imaginou-se, em primeiro plano, uma grande mobilização com vistas a derrubar o governo e, portanto, todos os seus debates teriam se dirigidos neste sentido.

Contudo, com o aprofundamento da análise, pautada nas informações não apenas dos Anais do evento, mas também dos jornais pesquisados e da bibliografia consultada, o presente estudo pôde evidenciar pelos menos três grandes elementos norteadores dos temas das teses apresentadas e das discussões que se estabeleceram durante as sessões plenárias, a saber: a condição profissional do escritor; as restrições impostas à atividade cultural por conta do aparato de censura do governo ditatorial de Getúlio Vargas; e a necessidade de que se estabelecesse um *papel social* dos intelectuais.

Conforme os elementos abordados no primeiro capítulo, por conta dos depoimentos a Silveira Peixoto, a imagem que se tem do ofício intelectual, notadamente aquele voltado à prática da escrita, é a de uma atividade secundária, diletante por assim dizer, uma vez que não garantia grandes rendimentos aos escritores. Por conta das dificuldades econômicas e materiais decorrentes dos poucos ganhos com literatura, esses homens de letras se voltavam a outros tipos de trabalho, que lhes permitisse, ao menos, uma sobrevivência digna. E, ainda que o mercado editorial se encontrasse em um amplo processo de crescimento (um *boom*, nas palavras de Sérgio Miceli), a situação parecia não melhorar, na medida em que os editores ampliavam as tiragens de obras traduzidas, por conta da própria demanda do público leitor, interessado que estava na leitura de obras estrangeiras – segundo o alerta de Nelson Palma Travassos, diretor da Empresa Gráfica “Revista dos Tribunais”.

No entanto, não se poderá negar o clima de otimismo destes escritores, cada vez mais interessados em reverter as vantagens financeiras de um mercado em expansão para os trabalhadores da literatura nacional. A criação da A.B.D.E. é prova disso, na medida em que se propunha como uma entidade de defesa dos direitos dos homens de letras, batendo-se pela melhoria não apenas das condições materiais dos mesmos, mas pela própria definição de sua

arte como uma profissão reconhecida. Neste sentido, o congresso dos escritores constituiu um primeiro passo, não definitivo, na busca pelo cumprimento destas demandas.

Havia, contudo, um segundo dilema a ser resolvido, notadamente aquele relacionado às imposições do Departamento de Imprensa e Propaganda. Dessa forma, para além das questões financeiras, fundamentais para a sobrevivência do escritor, havia também o fator da liberdade de opinião e de criação, elementar para que o homem de letras pudesse realizar-se plenamente enquanto tal. Uma vez que estivesse restringido o seu direito de dizer o pensava, a sua arte estaria comprometida. Deve-se lembrar que muitos autores tiveram obras confiscadas, enquanto outros acabaram presos, por conta de suas convicções ideológicas e pela determinação do Estado Novo em fazer valer as suas prerrogativas. Sendo assim, somente pela derrubada do regime, e o estabelecimento de uma nova ordem, democrática, os escritores poderiam produzir suas obras sem o risco de serem punidos pelo que escreveram. Daí o caráter político do conclave dos escritores, que também se estenderia ao terceiro elemento de análise.

Vale salientar que, uma vez que estivessem resolvidas as questões materiais, e que o homem de letras não mais estivesse preso as determinações do regime, ele poderia cumprir o seu *papel de intelectual*, qual seja, o de guiar as massas, criando-lhes uma consciência que prezasse pelos valores da liberdade e da democracia, como forma de tornar o povo resistente a toda e qualquer tentativa de uma nova *aventura totalitária*. Apesar de também apelar a uma questão de ordem política, esse fator pode ser avaliado pelo aspecto moralizante que emprestou à reunião dos escritores, na medida em que permitiu aos congressistas, ainda que formados segundo perspectivas ideológicas diversas, encontrar um ponto equidistante entre eles, que serviria a todos igualmente.

Uma vez estabelecidos estes três elementos, foi possível compreender as razões por trás das expectativas em torno da realização do evento e, por conseguinte, das teses apresentadas às comissões que compunham o conclave. Neste sentido, várias eram as propostas que versavam pela definição de uma lei específica de direitos autorais, que regulamentasse a relação entre o escritor e o editor, entre o escritor e as companhias radiofônicas, bem como entre os jornalistas e os proprietários de jornais. Outras questões, relacionadas aos direitos do tradutor e a idéia de *domínio público*, também seriam debatidas.

Também houve teses que procuravam defender a liberdade de opinião, solicitando o fim da censura aos meios de comunicação e às atividades artísticas, com vistas a permitir que os escritores realizassem suas atividades segundo seus próprios interesses.

Os textos referentes à questão cultural debruçaram-se, em grande parte, sobre a questão da alfabetização, elemento considerado indispensável para que se pudesse promover o desenvolvimento das massas, capacitando-as para o consumo dos bens produzidos pela intelectualidade, como uma forma de não apenas tornar mais efetivo o processo de conscientização das mesmas contra o perigo do totalitarismo, mas também ampliar o público leitor, o que criaria aos homens de letras uma situação ainda mais favorável para a comercialização de suas obras.

No limite de todas estas questões está justamente o real significado do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores*, a saber, um movimento de intelectuais interessados em não apenas derrubar o regime ditatorial de Getúlio Vargas, mas fundamentalmente lançar as bases de um *campo intelectual autônomo*, cuja *autonomia* estaria pautada na definição de um *código de ética* ou de uma *função social* comum a todos os seus membros. Esta, por sua vez, só poderia se tornar plenamente efetiva, na medida em que se consolidassem as bases legais de seu ofício – no caso específico do congresso, a arte literária – tendo, inclusive, a garantia de que ao intelectual estava permitido o livre exercício de pensar.

6. FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

I Congresso Brasileiro de Escritores, promovido pela Associação Brasileira de Escritores – Janeiro, 22 a 27 – 1945 – São Paulo (Anais do congresso).

Folha da Manhã (São Paulo – SP) – jan. 1945

Folha da Noite (São Paulo – SP) – jan. 1945

A Noite (São Paulo – SP) – jan. 1945

Correio Paulistano (São Paulo – SP) – jan. 1945

Diário de São Paulo (São Paulo – SP) – dez. 1944 a jan. 1945

O Estado de São Paulo (São Paulo – SP) – jan. 1945

Arquivos

Arquivo do Estado de São Paulo

Arquivo Astrojildo Pereira (CEDEM-UNESP)

Arquivo Sérgio Buarque de Holanda (UNICAMP)

Arquivo Caio Prado Jr. (IEB-USP)

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

Dicionários/Enciclopédias

_____. Quem é Quem nas Artes e nas Letras do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Departamento Cultural de Informações, 1966.

ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Walter; LAMARÃO, Sérgio Tadeu Niemeyer. Dicionário Histórico - Biográfico Brasileiro pós- 30. 2a ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2001, 5v.

COELHO, N. N. Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras (1711 – 2001). São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

COUTINHO, A.; SOUSA, J. G. (org.). Enciclopédia de Literatura Brasileira. São Paulo: Global Editora, 2001, 2 vols.

MENEZES, R. de. *Dicionário Literário Brasileiro Ilustrado*. São Paulo: Edição Saraiva, 1969, 5 vols.

Bibliografia

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.) *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, José Américo de. *A Palavra e o Tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio/Fundação Casa José Américo, 1985.

AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

AMORIM, Sônia Maria de. *Em Busca de um Tempo Perdido*: Edição de literatura traduzida pela Editora Globo (1930-1950). São Paulo: Edusp/Com-Arte; Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1999.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985.

ANDRADE, Mário de. *Entrevistas e Depoimentos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valéria Garcia de. *Cultura Amordaçada: Intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS*. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2002.

BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs.) *Intelectuais: política e sociedade*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs.) *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BATINI, Tito. *Memórias de um Socialista Congênito*. Campinas: Editora Unicamp, 1991.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

_____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

_____. *O Poder Simbólico*. 7ª ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo, Editora Unesp, 2002.

CANDIDO, Antonio. “O Congresso de Escritores” In.: Cândido, Antônio. *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2008.

_____. *O Observador Literário*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2008.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os Arautos do Liberalismo*: imprensa paulista (1920-1945). São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. “Estado Novo: Novas Histórias”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*: o DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

CARONE, Edgar. *A Terceira República* (1937-1945). 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1982.

_____. *O Estado Novo* (1937-1945). Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1976.

CAVALHEIRO, Edgard. *Testamento de Uma Geração*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.

CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: UFF/EDUFF/PROED, 1986.

CHAVES NETO, Elias. *Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

DULLES, John W. F. *Sobral Pinto: a consciência do Brasil*. Trad. Flávia Mendonça Araripe. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a Resistência anti-Vargas* (1938-1945). Trad. Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1984.

_____. *O Comunismo no Brasil*. 2ª ed. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, Jorge. *O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular* (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- FIGUEIREDO, Guilherme. *Cobras & Lagartos*. Rodapés de crítica literária, 1943 a 1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- GARCIA, Nelson Jahar. *Estado novo, ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- _____. *Literatura e Vida Nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.
- HILTON, Stanley. *O Ditador & O Embaixador*. Getúlio Vargas, Adolf Berle Jr. e a queda do Estado Novo. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- IUMATTI, Paulo Teixeira. *Diários Políticos de Caio Prado Jr.: 1945*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- _____. “Os Diários Políticos de Caio Prado Júnior”. In.: *D.O. Leitura* – janeiro/fevereiro, 2004.
- _____. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- _____. *Arte e trabalho: aspectos do mundo das gráficas e editoras em São Paulo, 1914-1945* (no prelo).
- JORGE, Fernando. *Cale a boca, jornalista!* O ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira. 3ª edição revista e aumentada. São Paulo: Vozes, 1990.
- KOSHYIAMA, Alice Mitika Monteiro Lobato: *intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2006..
- LE GOFF, Jacques. “História”. In: *História e Memória*. 4ª ed. Campinas: UNICAMP, 1996.
- LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. *Pai dos Pobres?* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LIMA, Hermes. *Travessia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- LINS, Álvaro. *A Glória de César e o Punhal de Brutus*. Ensaios e Estudos (1939-1959). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1952.

- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Pietro. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.) *O Papel do Intelectual Hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. vol. 1. São Paulo: IDESP, 1989
- MILLIET, Sérgio. *Diário Crítico*. vols. I, II e III. São Paulo: Martins/Edusp, 1981.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: 1994.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)*. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *op. cit.*, pp. 323-349.
- NEME, Mário. *Plataforma da Nova Geração*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.
- NOVAES, Adauto (org.). *O Silêncio dos Intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Editora Alameda, 2006.
- PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política do Brasil (entre o povo e a nação)*. São Paulo: Ática, 1990.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PONTES, Heloisa. *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RICARDO, Cassiano. *Viagem no Tempo e no Espaço*. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934 – 1945)*. Belo Horizonte: Autêntica/FAPESP, 2005.

- SAID, Edward W. *Cultura e Política*. Trad. Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. *Representações do Intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *Humanismo e Crítica Democrática*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; Costa, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Hélio. *1945: Por que depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SILVA, Juremir Machado da. *Getúlio: romance*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.
- SILVA JUNIOR, Gonçalo. *A Guerra dos Gibis*. A formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Em defesa da cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOLA, Lourdes. “O Golpe de 37 e o Estado Novo”. In.: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 10ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.
- TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo Sedutor*. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TRAVASSOS, Nelson Palma. *Nos Bastidores da Literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- _____. *Livro sobre Livros*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.
- _____. “Os Intelectuais e a política do Estado Novo”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo. vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 145-179
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *José Oympio: o descobridor de escritores*. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2001.

WILKINSON, James D. *La Resistencia Intelectual en Europa*. Trad. Juan José Utrilla. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1989.